MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras no ano de 2015.

Título: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa
Classe de Letras
Tomo XLIV
Edição: Academia das Ciências de Lisboa
Impressão: Gráfica 99
Data de impressão: 2023
ISSN: 0378-116X
Depósito legal: 61370/92

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

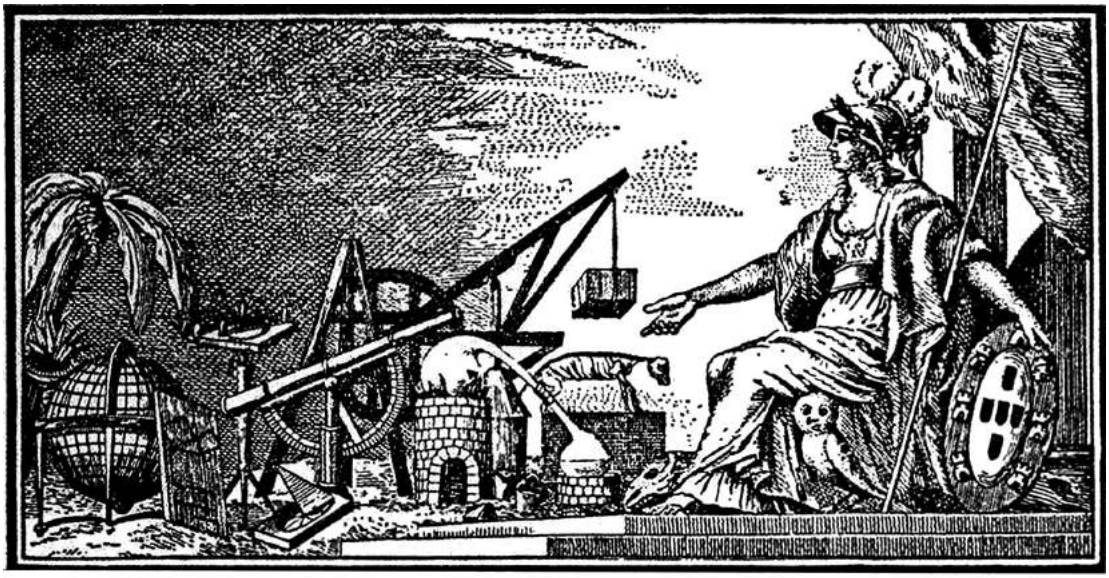
CLASSE DE LETRAS

TOMO XLIV



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2023



D. Rodrigo da Cunha, Bispo do Porto e Arcebispo de Braga, desconhecido mecenas de Lope de Vega?

José Adriano de Freitas Carvalho

1. A preparação da edição de *Arte de galanteria*[1], *essa obra única de comportamento social, especialmente palaciano, na cultura europeia, com que D. Francisco de Portugal quis completar as lacunas que o conde Baldassare Castiglione ou pelo contexto histórico da corte de Urbino antes de 1528 ou, como diz o próprio D. Francisco, porque "não tinha nenhuma notícia dos nossos modos [de galantear uma dama de palácio] nem particularizou isto", se permitira, a tal respeito, deixar em Il libro del cortigiano*, a preparação dessa edição — dizia — levou-me a reler e a calibrar a importância da correspondência de D. Francisco de Portugal, comendador de Fronteira, com D. Rodrigo da Cunha, sucessivamente bispo de Portalegre, do Porto e arcebispo

[1] D. Francisco de Portugal, *Arte de galanteria* (Edição e notas de José Adriano de Freitas Carvalho), Porto. Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2012.

de Braga, não nos interessando aqui os anos em que, a partir de 1635, foi arcebispo de Lisboa. A releitura dessa correspondência, cuja cópia apógrafa, guardada na Biblioteca da Ajuda, foi diplomaticamente editada por Carlos Alberto Ferreira em 1946[2], induziu-me, por sua vez, a organizar uma nova edição anotada dessas 114 cartas que um trineto de Vasco da Gama, D. Francisco de Portugal — Portugal, como diz o próprio D. Francisco, era apelido "emprestado", já que deveria apelidar-se Gama, que era a varonia de sua casa — escreveu a um bispo que, herdeiro do antiquíssimo morgadio de Tábua[3], transmitiu esse título a seu sobrinho D. António Álvares da Cunha, o homem de Armas e Letras fundador, dinamizador e subvencionador da mais conhecida das academias portuguesas do século xvii, a "Academia dos Generosos", e membro da Royal Society.

Dado o estilo de cartas que se escreveram — ainda que hoje se conheçam apenas as de D. Francisco, muitas delas são cartas de resposta a outras do seu correspondente que, por seu turno, em certos casos, permitem vislumbrar a carta ou cartas em que D. Rodrigo comentava notícias enviadas ou poemas oferecidos —, convirá assinalar que os dois correspondentes eram primos muito próximos. Com efeito, o que nunca foi posto em evidência, a mãe do bispo e a avó do comendador eram irmãs, o que significa a diferença de uma geração entre os dois correspondentes, o que, aliás, se podia notar atentando à data do nascimento de um e de outro: ambos naturais de Lisboa, onde D. Rodrigo nasce em 1577 e morre em 1642, e D. Francisco c. 1580 e 1632, respectivamente. Como curiosidade, mas que, atentando tem um certo significado social e, para nós aqui, contextual, anotemos ainda que os dois eram, respectivamente, primo e sobrinho do célebre D. André de Almada, que, nunca tendo sido clérigo, foi, contrariando as leis universitárias, professor de Teologia na Universidade de Coimbra.[4]

---

[2] D. Francisco de Portugal, autor da *Arte de galanteria. Poesias. Cartas inéditas e outras fontes manuscritas para o estudo da sua vida e obra*, Coimbra, 1947 (Sep. de Biblos, vol. XXII, 1946).

[3] *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, XIII, 2, § 2 (Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida — Livraria Editora, 1953), XII, 482, 489.

[4] D. André de Almada († 1642), filho de D. Antão de Almada Soares, senhor do morgado dos Soares, "foi insigne Theólogo e lente de Prima em Coimbra a que se lhe igualou a sua cadeira de Véspera em que duas vezes se jubilou; foi Vice reitor da Universidade muitas vezes, e ultimamente governador della [1638–1640]; viveo recolhido como Porcionista no Collégio de S.Paulo sem nunqua pretender outros despachos de que era merecedor, foi grande cortezão, e tratou sempre de levar boa vida fora de cuidados para o que lhe servio de retiro a sua quinta da Geiria no campo de Coimbra" (C. Alão de Morais, *Pedatura Lusitana*, III, 2, ed. cit., 14). Em *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista* (Leitura do texto, Introdução, notas e índices

Anotemos, finalmente, que o bispo Cunha e o comendador de Fronteira eram não apenas parentes chegados de um dos principais aclamadores do duque de Bragança, o famoso D. Antão de Almada, mas que este casou com uma filha de D. Francisco de Portugal. O tecido genealógico que, resumidamente, acabamos de desfiar, permite situar os dois correspondentes nesse grupo de Cunhas e Almadas que, talvez porque não era da alta nobreza titular, tanta voz pôde ter nos meandros preparatórios, eclosão e consolidação de 1640.

Não seguiremos assinalando genealogias e momentos biográficos dos dois correspondentes, mas convirá, contudo, registar ainda que D. Francisco de Portugal foi não só autor de *Arte de galantería* — obra integralmente escrita na prisão —, mas também de *Tempestades e batalhas dum cuidado ausente* — essa "ideia galante e namorada", no dizer de D. Francisco Manuel de Melo, que foi a sua única obra impressa em sua vida (1626) e de cuja edição não se conhece um único exemplar, tendo que nos contentar com lê-la na 2.ª edição feita em 1682 (Lisboa, António Craesbeeck de Melo) — e ainda poeta, cuja poesia, parcialmente reunida por Francisco Luís Vasconcelos em 1670, já tem sido atribuída a D. Francisco de Quevedo e ao conde de Salinas, o que pode sugerir, na sua circunstancial idade, a sua alta qualidade poética, como se pode comodamente verificar na acuradíssima edição de *Divinos e humanos versos* que recentemente ofereceu Maria Lucília G. Pires[5]. Por seu lado, D. Rodrigo da Cunha, zeloso bispo modelado pelos ideais do Concílio de Trento, além dos seus trabalhos sobre a história eclesiástica do Porto, Braga e Lisboa, deixou, como doutor em Cânones, uma *Explicação dos jubileos do anno de 1619 e de 1621* (Porto, 1622), e de uns *Super primam partem Decreti Gratiani Commentarii* (Braga 1629) — obra a que teremos de voltar a aludir —,

---

de Christohpher L. Lund, Coimbra, Livraria Almedina, 1980, pp. 157-158), esclarece-se, com um toque de maledicência, que foi Doutor em Teologia por privilégio real, pois, como era exigido, nunca quis ser clérigo e D. Barbosa Machado precisa ainda que era perpétuo decano da Universidade (Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, I, Lisboa, Officina de Ignacio Rodrigues, 1747 [aliás, Coimbra, Atlântida, 1966], 134-136). As *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista*, ed. cit., pp. 157-160, recordam-no também na sua simpatia e na sua ponta de sua vaidade; Vasconcellos, A. G. Ribeiro de, *Francisco Suarez. Doctor Eximius. Collecção de documentos. Maio*. 1597–1897, Coimbra, Imprensa da Universidade, *1897*, LXXXI–LXXXIII, CXXIX, *et passim* apresenta alguma documentação em torno da carreira académica de D. André, à sua fama como professor e à alta opinião em que era tido por Francisco Suárez. Aponte-se ainda que a mãe de D. Francisco era irmã de D. André de Almada.

[5] D. Francisco de Portugal, *Divinos e humanos versos* (Introdução e notas de Maria Lucília G. Pires), Porto, Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2012.

actividades — pastoral e literária — que não o impediram de ser um crítico atento da poesia de D. Francisco de Portugal e um mecenas do poeta Fernão Correia de Lacerda e de manter assídua correspondência com alguns seus contemporâneos de que as cartas do comendador de Fronteira e do P. Francisco Suárez[6], o *Doutor eximio*, são dois exemplos.

Não nos interessando aqui demorar-nos com algumas considerações sobre os rumos actuais da investigação em torno da epistolografia que podem perceber-se no trabalho do "Seminario Interdisciplinar de Estudios sobre la Cultura Escrita" da Universidade de Alcalá de Henares dirigido por António Castillo Gómez, por exemplo, convém, porém, dizer-se que esse conjunto de 114 cartas escritas por D. Francisco de Portugal a D. Rodrigo da Cunha entre 1618 e 1630 é unicamente composto por cartas familiares. Cartas familiares não tanto porque são escritas entre parentes, mas sobretudo, atendendo a um teórico seu contemporâneo, Rodrigues Lobo, em *Corte na Aldeia* (1619), porque não só "respeitam tanto a brevidade que não podem os retóricos dividi-las em partes", mas também porque essa mesma brevidade é traduzida no seu "estilo", já que, sem abuso, D. Francisco recorre, como assinala Rodrigues Lobo, a sentenças e adágios e, por vezes, contrariando a propriedade, serve-se de "palavras humildes, populares ou inovadas". Datadas de Lisboa, de Almada e de Madrid — estas de 1621 a 1623 e de 1626 a 1627 — nelas se ocupa D. Francisco dos seus "negócios" na corte de Filipe IV e nos corredores do paço lisboeta ocupado pelos governadores, atentos estes, em todo caso, ao que se decidia no Conselho de Portugal em Madrid. E se o principal "negócio" que obrigou D. Francisco a deslocar-se à corte madrilena foi a renovação, em atenção aos serviços nas armadas da Carreira da Índia, da sua comenda de Fronteira e, depois de 1625, a reclamação das mercês devidas à sua participação na chamada "Jornada dos vassalos" de socorro à Baía em 1624–1625, muitas outras cartas escreveu-as preso na Misericórdia de Lisboa e no castelo de Almada em consequência da sua recusa de cumprir, nas condições propostas pelos Governadores — condições que ele reputava de desonrosas e contrárias à sua situação financeira — duma cláusula da mercê de renovação da sua comenda por mais uma vida na pessoa de seu filho herdeiro, D. Lucas de Portugal, futuro "Mestre

[6] Vasconcellos, A. G. Ribeiro de, *Francisco Suarez. Doctor Eximius. Collecção de documentos. Maio*. pp. 1597–1897, *Coimbra, Imprensa da Universidade, 1897*, LXXXI–LXXXIII, CXXIX.

Sala" de João IV, Afonso VI e Pedro II, promotor das edições de algumas das obras de seu pai. Se muitas das cartas são um documento das agruras de um requerente na corte, a maior parte pode aproximar-se do género epistolar de "avisos", tão vulgar no tempo, já que não só informam o seu destinatário sobre acontecimentos da política europeia conduzida pelo conde-duque de Olivares — guerras na Flandres, situação difícil no Milanesado, "Guerra dos trinta anos" —, sobre casamentos e cerimónias palacianos, os ecos das festas do projectado e frustrado casamento do Príncipe de Gales com a Infanta Maria de Áustria, mas também um meio e modo de "conferenciar" — no sentido em que Montaigne usava o termo —, isto é, um modo de conhecer por meio do diálogo, a opinião do seu altamente considerado parente, D. Rodrigo, sobre questões da *de re oeconomica* familiar — casamento de filhas…, aceitação ou rejeição de nomeações de serviço real, etc… Nos anos finais (1627–1629), todas as suas preocupações são marcadas pela sua vida de preso no castelo de Almada, o que faz dele outro representante dum grupo de escritores seus contemporâneos — D. Francisco de Quevedo, D. Francisco Manuel de Melo, Pe. António Vieira — que na prisão escreveram alguma parte — no caso de Manuel de Melo, uma larga parte — da sua obra literária.

Ora, para além desses "negócios" pessoais, D. Francisco teve, alguma vez, de desempenhar-se de encargos que lhe fazia o bispo do Porto. Entre eles houve o de entregar, em mão, a Lope de Vega, uma carta que, por seu intermédio, lhe escrevia o prelado. Antes, porém, de cumprir tal encargo, D. Francisco, logo nos primeiros tempos da sua primeira estância em Madrid — entre meados de Maio e fins de Julho de 1622—, transmitindo ao bispo do Porto as suas primeiras impressões sobre a cidade, refere não só que já fora bem acolhido por um grande poeta e grande senhor castelhano, o conde de Villamediana, um admirador recente de algumas damas portuguesas parentes do comendador de Fronteira, mas também que lhe "mostraram" — a palavra é sua — Lope de Vega e Luis de Góngora. Estes, curiosamente não lhe pareceram mais que dois "clérigos engorgueirados"… Pouco depois, assistiu à célebre justa poética em honra dos quatro santos espanhóis canonizados por Gregório XV nesse ano — Santo Isidro, Lavrador, S. Inácio de Loyola, S. Francisco Xavier e Santa Teresa — de que era "lector" — e não secretário, como costuma dizer-se — o mesmo Lope de Vega. E, nos começos de Agosto, após assinalar o assassinato do conde de Villamediana, informa D. Rodrigo da Cunha que tinha ido duas vezes a casa de Lope

entregar-lhe a sua carta e, não o encontrando, a deixara "a hũa velha, que responde ao cão do nosso Camões" e que para a resposta determina de o "desencartar". Não logrei qualquer outra informação sobre estes dois, e diferentíssimos, vigilantes dos dois poetas — o cão de Camões e a velha de Lope —, mas até meados de Setembro de 1622 não conseguira D. Francisco encontrar Lope em casa, agora, ao parecer, para o cumprimentar pessoalmente: "Segundo Lope da Veiga responde mal não é bom pera escopet… protestado tenho de o achar em casa pela criação de seus livros…". De qualquer modo, o que importa assinalar é que a sequência de tais notícias denota o cuidado de D. Francisco em informar sobre um poeta apreciado pelo bispo do Porto, apreço que pode ainda ser-nos sugerido pela categoria social do mensageiro que D. Rodrigo lhe enviava — poeta, da grande nobreza lusitana e seu chegado parente.

Não encontramos nem nas cartas de D. Francisco a D. Rodrigo da Cunha nem nas edições da correspondência de Lope [A. González Amezua…, A. Carreño] — para esta data, há duas a D. Vicente Nogueira —, qualquer outro testemunho sobre a sequência desta correspondência que, ao parecer, originava D. Rodrigo da Cunha. Podemos, porém, suspeitar das suas consequências, pois em Março do ano seguinte (1623), D. Francisco pondera a D. Rodrigo: "Lope da Veiga faz bem em se acolher a tal sagrado como o de Vossa Senhoria; a primeira vez que o topar farei os meus ofícios". Em que se traduziria esta protecção, que é como há que entender a expressão "acolher-se a tal sagrado", do bispo português ao grande dramaturgo madrileno? Concretamente, não sabemos, mas sabemos que Lope de Vega na *Decima octava parte de las comedias*[7], cuja "Tassa" é de 6–12–1622[8] — o que indica que o livro, cuja data de edição é 1623, terá aparecido e sido posto à venda nos começos desse ano — publicava *El Divino Africano*, "tragicomédia famosa" dedicada precisamente a D. Rodrigo da Cunha, bispo do Porto. Compreendemos, portanto, que em Março, D. Francisco se dispusesse

[7] de Vega, Lope, *Decima octava parte de las comedias de… dirigidas a diversas personas*, Madrid, Juan Gonçalez. 1623, 51v-52r; Thomas A. Case, *Las dedicatorias de las partes XIII-XX de Lope de Vega*, Estudios de Hispanófila, University of North Carolina, 1975, 196-197, reproduz, com a correcção devida a errata da dedicatória em que aparecia "Rodrigo de Mascareñas" por "Rodrigo de Acuña".

[8] Dois dias depois — simples coincidência? —, isto é, em 8–12–1622, D. Francisco, referindo-se às suas diligências para encontrar o poeta, informa a D. Rodrigo sobre o amigo: "Lope da Veiga, amigo de V. S.ª, tenho dado coca de tavanês".

a "fazer os seus ofícios" junto de Lope, isto é, a cumprimentá-lo em nome de D. Rodrigo —, pois já teria, se não o sabia já por carta do próprio bispo, conhecido a dedicatória da obra.

Trata-se de uma das chamadas "comédia de santos" em que, neste caso, se dramatiza a conversão de Santo Agostinho, seguindo Lope, como já se demonstrou, muitas vezes à letra, as *Confissões* do mesmo santo[9]. Como as que acompanham as peças desta e das outras diferentes *Partes* das edições das comédias preparadas pelo próprio dramaturgo, a dedicatória de *El Divino Africano* reveste a forma de carta. Por lapso, Lope dirige-se "al ilustrissimo y reverendo señor D. Rodrigo Mascareñas, obispp de Oporto", "entitulação" que o editor corrigiu no índice do volume, mas que, infelizmente, persiste em alguma edição moderna. Essa carta-dedicatória é um rasgado elogio de D. Rodrigo da Cunha em que Lope, depois de ter insinuado um certo paralelismo de virtudes e engenho entre o bispo de Hipona e o bispo do Porto, "la parte que de la historia que me toca por los versos, quise honrar del claro nombre de V. S. Ilustríssima, ya por las causas que dexo referidas, ya por el resplendor de su antigua nobleza y sangre tan conocida, no solo en Portugal, y en Castilla, pero ocupando *Quidquid Oceanus vagis complexus undis, ultimo fluctu tegit*, por tantos Capitanes y Letrados insignes", citação de Séneca (*Tragedias, II*) que pode traduzir-se assim: "Quantos o Oceano, rodeando-os com suas águas errantes, tem coberto com as mais afastadas ondas". Contudo, o que interessa destacar é que, logo depois deste apontar ao tópico das "Armas e Letras" que ornavam familiarmente o bispo do Porto, pondera Lope: "Esta [dedicatória] pues sea muestra pequeña de mi agradecimiento grande". Que agradeceria o poeta ao bispo do Porto? Uma carta, mesmo que elogiosa? É difícil de aceitar tal interpretação, sabendo quanto Lope, apesar do seu êxito ímpar como autor teatral, sempre esteve, por razões várias — lances biográficos, mortes, doenças de familiares — dependente da boa vontade de amigos e de mecenas, como o duque de Sessa e o conde de Lemos. De qualquer modo, a dedicatória conclui com a promessa de "mayores cosas" e o "ofrecimiento de los debidos loores" de D. Rodrigo, *Si tan sublime preço cabe em*

[9] Tosca, H. L., San Agustín en la literatura religiosa de Lope. *Criticón*. 107, 137-150 (2009);

Alegre, J. U., De la conversión del santo a la de todo el Imperio: *El divino Africano de Lope de Veja*. eHumanista. 24, 214-239 (2013).

verso (*Lus.* I, 40), "como dixo nuestro lusitano Camões, porque en mi ánimo y agradecida voluntad *Semper honor, nomenque tuum, laudesque manebunt* (Virgili, *Ecol*, V, 78; *Aen.*, I.609).

Se não conseguimos concretizar as razões de tão reiterado e ampuloso "agradecimiento grande", podemos adiantar que o poeta castelhano virá a cumprir a sua promessa.

Antes, porém, lembremos que D. Rodrigo da Cunha não é o único português que recebe tal atenção elogiosa de Lope por meio da dedicatória de uma comédia sua, pois há mais dois[10] portugueses que com ele a partilham — o irrequieto Cristóvão Ferreira de Sampayo[11], que virá a ser o autor de *Vida y hechos del príncipe perfecto don Juan, rey de Portugal, segundo del nombre* (Madrid, 1626), então apenas vizinho e amigo íntimo de Lope, que lhe dedica, em 1620, *Los españoles en Flandes*, e, mais tarde, Manuel Faria e Sousa, outro íntimo amigo do poeta que em 1625 lhe dedicará *El marido más firme.* E, se o bispo do Porto não é o único português a ser aplaudido por Lope, é, contudo, o único prelado português a ser contemplado com tal honra, honra que comparte com o grande pregador D. Plácido de Tosantos, bispo de Guadix, o único prelado espanhol a quem o dramaturgo dedicou, em 1621, *La madre de la mejor*.

De 1623 a 1629 não conhecemos notícias directas que relacionem Lope de Vega com D. Rodrigo da Cunha. D. Francisco de Portugal nas cartas de Madrid de 1626–1627 — nas que nos chegaram, evidentemente — em que se preocupa, sobretudo, das mercês a que tem direito pela sua participação na "Jornada" de recuperação da Baía, não alude sequer ao poeta castelhano e suspeitamos que tal silêncio poderá significar que nem mesmo chegou a cumprimentá-lo em nome de D. Rodrigo…, apesar de se revelar leitor de alguma obra sua.

De qualquer modo, o que importa neste momento é fazer notar que desde 27 de Fevereiro de 1629, Lope podia confirmar a alta estima em que D. Rodrigo o tinha ao saber que em *Super primam partem Decreti Gratiani commentarii*[12], ingente obra de canonística, o agora arcebispo de Braga lhe tecia o seguinte elogio:

---

[10] Três, se quiséssemos contar como português, à maneira de Barbosa Machado, Manuel Soeiro.

[11] Machado, D. B., *Bibliotheca Lusitana*, I, *ed. cit.*, pp. 574-575; Thomas A. Case, Las dedicatorias de las partes XIII-XX de Lope de Vega, *ed. cit.*, pp. 52-53.

[12] Bracarae Augustae, Ioannis Rodereici, 1629. A licença da Inquisição é de 21–10–1626 e a de publicação data de 24–10–1626; a taxa é de 27–2–1629.

Quod [o que deve fazer o príncipe para defender a Religião] *firmissimum erga fidem patrocinium per polito carmine espressit nostra aetatis Homerus, Hispaniae Cignus, Lupus a Vega Carpius, tum variis in locis, tum praecipue in quadam tragaedia inscribitur Infelicitates Regis Alphonsi Casti ubi regum, atque imperatorum gládios pró sanctissimae Fidei defensione acuendos, et stringendos esse ostendit.*[13]

Posta a circular nesses fins de Fevereiro de 1629, tendo em conta que a elaboração desses *Decreti Gratiani Commentarii* é anterior aos finais de Outubro de 1626 — data das aprovações e licenças —, este público elogio de Lope pelo arcebispo de Braga aproxima-nos desses anos em que lhe escrevia e o mandava cumprimentar por intermédio de D. Francisco de Portugal. Ter-se-á notado seguramente que, como Homero, também *quandoque bonus archiepiscopus bracarensis dormitat*…, já que exemplifica o seu elogio a Lope com uma obra teatral que lhe não pertence…, pois, como é bem sabido, a *Desgracias del Rey Alfonso el Casto* é obra de Mira de Amescua…

Ora, numa sequência cronológica cuja concatenação precisa não sabemos explicar, em *Laurel de Apolo*, poema acabado de escrever pela Primavera de 1628[14], e editado em 1630 (Madrid, Juan González), cujas licenças de publicação, assinadas por José de Valdivielso e por Juan de Jáuregui são, respectivamente, de 14 de Outubro e de 22 de Novembro de 1629, Lope de Vega, permitindo que o seu grande amigo e defensor Francisco de López de Aguilar Coutinho, omitindo o "despiste" do exemplo, estampasse, como um dos inúmeros para-textos que acompanham a edição desta célebre poema, as elogiosas palavras de D. Rodrigo que acabamos de citar. E, no próprio poema, retribui-as, por assim dizer, dando ao arcebispo de Braga o primeiro lugar entre os literatos lusitanos do seu tempo coroados por Apolo:

Dejando a Marte,
mira la Fama de Minerva el arte,
con tu nombre, ilustrísimo Rodrigo,
primero archipastor de Lusitania.
Real Acuña, cuyos rayos sigo,

[13] *Super Primam Partem Decreti Gratiani*, cp. XCVII, sic. XV, n.º 2, fol. 863.

[14] Caetano Alberto de la Barrera, *Nueva bigliografía de Lope de Vega*, Madrid, Atlas, 1973, I, 282 (A 1.ª ed. desta obra é de 1890).

Dulce Mecenas de mi rude Urania,
Sin Amadores, sin Osorios, fuera,
tu ingenio sol y Portugal su esfera.[15] *(III, vv. 50-57).*

Leiamos o elogio sem nos preocuparmos demasiadamente com a realeza dos Cunhas…, com a possível teia metafórica a que preside a musa Urânia…, ou com os "rayos" iluminantes do arcebispo que, à falta de "Amadores" e "Osorios"[16], fariam dele o "sol" de Portugal e fixemo-nos em que Lope apresenta D. Rodrigo da Cunha como o "dulce Mecenas" da sua "rude" poesia. Mesmo que "dulce" por oposição a "rude" não permita caracterizar qualitativa ou quantitativamente o mecenatismo de D. Rodrigo para com Lope, podemos sempre guardar como dado positivo a sua existência, o que, cremos, ainda não foi destacado nem pelos biógrafos do arcebispo[17], nem pelos comentadores mais recentes desse largo poema de Lope que é o *Laurel de Apolo*. E aqui não parece que valha a pena considerar a hipótese de estarmos perante um convite ironicamente formulado e não uma realidade calculável em boas palavras e, talvez, em alguns ducados, se bem que Lope fosse, como adverte Antonio Carreño, "amigo de aristocratas sin concesiones o mecenazgo por parte de éstos"[18]…

E a certeza de que há que rejeitar esta última hipótese, fosse qual fosse o modo por que o arcebispo de Braga se revelava um "Dulce mecenas", pode ser confirmada pela dedicatória que nesse ano de 1629 recebe D. Rodrigo da Cunha da *Isagoge a los reales estudios de la Compañía de Jesús*[19], poema com que Lope celebra a inauguração, em Fevereiro desse ano, dos "Reales estudios" da Companhia

---

[15] Vega, Lope de, *Laurel de Apolo* (Edizione, note, catalogo, indici di Christian Giaffreda. Introduzione di Maria Grazia Profeti), Firenze, Alinea Editrice, 2002), III, vv. 50-57.

[16] Christian Giaffreda nas "Note al testo" de estes versos de *laurel de Apolo* (ed. cit., 344) pensa, cremos que sem razão, que por "Amadores" e "Osorios" há que entender "altre aristocratiche casate" cuja falta a família de D. Rodrigo poderia suprir.

[17] D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, III, Lisboa, Ignacio Rodrigues, 1752, 641-616; Luís António Oliveira Ramos, "Notas e comentários sobre D. Rodrigo da Cunha (1577–1643)" Braga, 1979 [Separata de *Bracara Augusta*, XXXIII (1979)].

[18] Carreño, A., "Introducción" a Lope de Vega, Obras completas, *Poesía*, V, Madrid, Biblioteca Castro (2004), XI.

[19] Vega, de Lope, *Isagoge a los Reales estudios de la Compañía de Jesús. Dedicada al Ilustrissimo y Reverendissimo Señor Don Rodrigo de Acuña, Arzobispo y señor de Braga* (sin lugar ni año.) [Madrid. 1629]. V. Caetano A. de la Barrera, *Nueva biografía de Lope de Vega*, ed. cit., I, 282.

em Madrid, cuja criação tanta oposição levantara por parte das universidades espanholas, especialmente as de Salamanca e Alcalá de Henares[20]. Entre os seus primeiros professores conta-se o Pe. Francisco de Macedo que, por essa data, ainda não passara à Ordem Franciscana em que virá a ser o célebre e irrequieto e um tanto intriguista Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo.

Nessa dedicatória, anunciada na portada da obra, mas integrada no poema, Lope, depois de convidar ao silêncio a Natureza circundante do Manzanares, exclama:

Tú, Rodrigo ilustrísimo, tú solo
de mis musas Apolo,
primero archimandrita lusitano,
oye mis versos con semblante humano,
pues tantas veces a mi lira atento
humillaste tu claro entendimiento,
honrando de mi pluma la bajeza
la dignidad real de tu grandeza,
que a ti se debe por tan altas partes
este compendio de admirables artes.
Tú, honor de los Acuñas, tú la gloria
de aquel blasón que, a la inmortal memoria
de letras y armas dio tantos laureles,
inspírame el espíritu que sueles;
tú siempre mi Mecenas
a rústicas avenas,
ahora al grave asunto,
en cuyo inmenso círculo de ciencia
será mi ingenio indivisible punto
si tú, que la mayor circunferencia
llenas de humanas letras y divinas,
admites impresiones peregrinas. [21]

[20] Comeche, J. A. Martínez, La fundación de los Reales Estudios en la Isagoge de Lope: ¿testimonio o recreación literaria?. Criticón, 51, 65-74 (1951).

[21] Citamos por *La vega del Parnaso* (Madrid, Imprenta del Reyno, 1637), ed. fac-símile preparada por

Independentemente da diferença de extensão, teremos notado a essencial semelhança dos dois textos laudatórios do mesmo ano — a breve, mas encomiástica, ficha literária e a não menos elogiosa dedicatória —, finalizando ambos pela mesma metáfora: a esfera/circunferência literária e social que, brilhando, iluminava o arcebispo Cunha, o qual, em ambos os textos, é pelo poeta declarado seu mecenas. Mas Mecenas, como? Porque "*a ti se debe por tan altas partes/este compendio de admirables artes*" que era, precisamente, a *Isagoge*? Porque "*admites impresiones peregrinas*"? Teria, então, efectivamente, D. Rodrigo, como defende Martínez Comeche[22], encomendado o poema a Lope? Ou, simplesmente — e já não seria pouco — "admitido", quer dizer, patrocinado a impressão "peregrina" — estrangeira — do poema que depois, como se esperava, lhe dedicou Lope? Ou o arcebispo de Braga encomendou o poema e sufragou a sua edição? Em qualquer caso, terá merecido que Lope o declarasse seu mecenas. Claro que esta leitura ao pé da letra da dedicatória de *Isagoge* pode enfermar de dificuldades cronológicas por falta de documentação arquivística, sendo que nem os historiadores da Companhia de Jesus na Península Ibérica — Francisco Rodrigues e Antonio Astrain[23] — nos revelam qualquer indício que nos relacione D. Rodrigo com a Companhia nestes anos.

Não será, contudo, esta a última vez que Lope se lembrará de D. Rodrigo da Cunha em relação à sua obra literária. Em *La Vega del Parnaso* (Madrid, Imprenta del Reyno, (1637), volume miscelâneo cuja a aprovação estava a ser escrita por José de Valdivielso no dia da morte do poeta (26–8–1635), Lope reuniu várias comédias, epitáfios como o que dedica à morte de Gabriel Pereira de Castro, canções, rimas sacras, éclogas, cabendo aqui destacar dentre estas, a longa autobiográfica *Égloga a Claudio* [Ponte], e reimprime a *Isagoge a los Reales Estudios*… O que interessa, porém, agora, é chamar a atenção de que, em *Égloga a Claudio*, Lope recorda:

Melquíades Prieto y Esperanza Gómez, con Prólogo de Felipe B. Pedraza Jiménez, (Madrid, Editorial Ara-Iovis, 1993), fol. 220r-220v.

[22] Comeche, J. A. Martínez, La fundación de los Reales Estudios en la Isagoge de Lope:¿testimonio o recreación literaria?. Criticón, 51, 67- 70 (1951).

[23] Rodrigues, F., *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, III, Porto, Apostolado da Oração, 1944; Astrain, A., *Historia de la Compañia de Jesús en la Asistencia de España*, V, Madrid, Razón y Fe, 1912.

Y quando la sagrada Compañia
Fundava sus estudios, las lecciones
de tan altivos varones
canté con osadía,
y al gran Pastor las consagré de Acuña,
que el cayado mayor de Luso empuña.[24]

Mesmo se obrigatória, dado o carácter bio-bibliográfico do poema em que surge, esta última referência a D. Rodrigo da Cunha permite recordá-lo como uma das personalidades portuguesas que mais elogiada foi pelo "Fenix de los Ingenios" e até a única que ele celebra como seu mecenas. Infelizmente, como já prevenimos, se não temos qualquer documento não literário que nos permita concretizar esta relação, temos, para além da carta que, em 1622, D. Rodrigo lhe escreveu e que D. Francisco de Portugal lhe fez chegar, a certeza de uma outra carta do arcebispo Cunha ao poeta. Cita-a José Ortiz de Villena como fecho das palavras com que apresenta "a los aficionados de Fray Lope Felix de Vega Carpio" *La Vega del Parnaso*[25]*, livro aparecido em 1637, isto é, cerca de dois anos depois da morte do poeta (26–8–1635). Qualquer que seja a ordem cronológica dos acontecimentos — morte de Lope…, edição de La Vega del Parnaso…*, carta de D. Rodrigo… — ao citar a missiva como de "el Señor D. Rodrigo de Acuña meritíssimo arçobispo de Lisboa" — fora eleito à volta de Março de 1635[26] —, Ortiz de Villena permite pensar, como hipótese, que se trata de uma carta escrita nos últimos anos de vida do poeta madrileno. Nela, documento importante para José Ortiz dado o relevante lugar que lhe concedeu, D. Rodrigo assumiria a defesa da poesia de Lope, já que aos seus versos presidiria, a juízo do arcebispo, uma "claridad concetuosa", acertada síntese mediadora de célebres polémicas que o "Fenix de los Ingenios" terá certamente apreciado e que, à sua maneira, pode confirmar D. Rodrigo como leitor da poesia de Lope — *tantas veces a mi lira atento/humillaste tu claro entendimiento*. Para além das circunstâncias em que foi formulado, tal juízo confirma-nos D. Rodrigo como

[24] Citamos por Lope de Vega, *La vega del Parnaso*, ed. cit., 97v.

[25] Vega, de Lope, *La vega del Parnaso*, ed. cit. (preliminares, s. p.).

[26] Paiva, J.P., *Os bispos de Portugal e do Império. 1495–1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 422.

um leitor e atento crítico da poesia sua contemporânea que, como haveremos de procurar mostrar, nos revelam muitas das cartas de D. Francisco de Portugal.

Resta ainda que para nós são um mistério os caminhos ou os elos que teceram os laços de admiração mútua entre o poeta castelhano e o arcebispo português, laços que, qualquer que tenha sido a sua fórmula, redundaram em apoio mecenático por parte do poderoso arcebispo e senhor de Braga. Como das relações literárias de D. Rodrigo pouco mais conhecemos do que as que manteve com D. Francisco de Portugal e com Fernão Correia de Lacerda[27], não podemos arriscar o que possam ter pesado um Dr. Miguel da Silveira, um Francisco de França e Costa, um António López de Vega, poetas portugueses da roda de Lope em Madrid, mas atrevemo-nos a propor que talvez seria de pensar no Pe. Francisco de Macedo, então, como já sabemos, ainda membro da Companhia de Jesus, poeta em latim e em espanhol e professor nos "Reales Estudios", elogiado na *Isagoge* e em *Laurel de Apolo*[28], e, sobretudo, nesse assombro de erudição que já era D. Vicente Nogueira, a quem Lope, como já recordamos, escreveu algumas vezes, que promoveu e patrocinou a edição lisboeta de alguns autores espanhóis — Francisco de Figueroa…, Garcilaso de la Vega…, D. Diego Hurtado de Mendoza[29]… — e a quem o mesmo Lope tributou um dos mais belos e, ao parecer, sinceros elogios em *Laurel de Apolo* que me atrevo a citar:

> *Entre los cuales* [literatos lusitanos], *si favor me diera*
> *la décima divina moradora*
> *de aquella fuente, que al nacer de la aurora*
> *en sus ondas de plata reverbera,*
> *don Vicente Noguera*
> *tuviera asiento entre latinos graves,*

[27] D. Francisco nas suas cartas refere que Bernardo Roiz, um hoje desconhecido poeta, tinha em grande conta o juízo de D. Rodrigo pelos seus versos, mas nada mais sabemos dessa relação.

[28] O Pe. Francisco de Macedo passa por ser, segundo as suas próprias palavras no prólogo ao seu poema *Trifavus Macedi,* amigo chegado de Lope — *"familiariter usus fui Madriti* (cit. por Pe. Ilídio de Sousa Ribeiro, *Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo. Um filósofo escotista português e um paladino da Restauração*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1950, 164).

[29] Albuquerque, M., "*Biblos" e "Polis". Bibliografia e ciência política em D. Vicente Nogueira (Lisboa, 1586 – Roma, 1554)*, Lisboa, Vega Universitária, 2005, pp. 23-24, precioso estudo em que, em "Apêndice documental" se reproduzem, em fac-símile, as dedicatórias destas e de outras obras dedicadas a D. Vicente Nogueira.

laurel entre toscanos,
palma entre castellanos,
por la dulzura del hablar suave,
y entre franceses y alemanes fuera
florida primavera;
que como ella de tantas diferencias
de alegres flores se compone y viste,
así de varias lenguas y de ciencias,
en que la docta erudición consiste,
¿qué libro se escribió que no lo viese?
¿Qué ingenio floreció que no le honrase?
¿En qué lengua se habló que no supiese?
¿Qué ciencia se inventó que no alcanzase?
Oh Musas castellanas y latinas,
francesas, alemanas y toscanas,
coronad las riberas lusitanas
de lirios, arrayanes y boninas,
no quede en vuestras fuentes cristalinas
laurel que en ellas su hermosura mire,
donde Dafne amorosa no suspire
por no bajar a coronar la frente
deste de todos vencedor, Vicente.[30]

Este grande literato e poliglota, membro ilustre da "República das Letras" europeia do século XVII tal como a vem definindo M. Fumaroli, cuja correspondência é um monumento de saber bibliográfico e uma mina de informações sobre o comércio europeu do livro antigo[31], nunca se esqueceu do grande poeta castelhano e em alguma das suas cartas ao marquês de Niza não deixa passar

[30] Vega, Lope de, *Laurel de Apolo*, ed. cit., III, vv. 166-193; D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, III, Lisboa, Ignacio Rodrigues, 1752 (aliás, Coimbra, Atlântida Editora, 1966) 785, publica integralmente estes elogiosos versos.

[31] Curto, D. R., "Notas para uma história do livro em Portugal" in *Cultura escrita*. Séculos XV a XVIII, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007, pp. 332-334, apresenta, em excelente síntese, estes diversos aspectos da vida e obra de D. Vicente Nogueira.

ocasião em que possa elogiá-lo como poeta e ser humano: "Folgo muito que V. S. tenha tudo de Lope. Era o maior poeta que teve nem terá Espanha, mas inda melhor homem que poeta. E tirado algũa fragilidade da carne — a que são sujeitos os tais grandes engenhos — no mais não tinha tanta malícia, como um minino de cinco anos, e a sua pena bendita não havendo nunca escrito ũa sátira e chovendo contra ele muitas cada dia".[32] Infelizmente, o grande bibliófilo, se valorizou a biblioteca de D. Rodrigo da Cunha à volta de 1630 e anotou a origem e o preço de algum dos seus fundos[33], nada nos diz sobre as relações literárias do prelado com o grande poeta que ele próprio tanto admirava e, como veremos, tão admirado foi por Lope.

E depois de tantas questões que fomos pondo sem as poder resolver, poderá ainda perguntar-se se o mecenatismo do arcebispo Cunha para com Lope de Vega não teria sido um modo de corresponder à sua admiração pelo dramaturgo. Sabemos que, em 1621, o famoso actor e empresário Sánchez, el Bueno, para quem Lope escreveu, em 1615, *El mayor imposible*, representava com aplauso em Lisboa, como noticiava ao bispo do Porto, em tom que revela conhecimento e apreço por parte do prelado, o seu primo D. Francisco de Portugal. A própria atribuição, por D. Rodrigo, a Lope de uma obra de Mira de Amescua pode sugerir um despiste originado na leitura desses volumes de *Flor de comedias* em que as de Lope emparelhavam com as do Dr. Mira de Amescua e de outros *ingenios*… E, segundo o mesmo comendador de Fronteira, o célebre teólogo D. André de Almada, parente chegado e amigo de ambos, era um conhecido apreciador de comédias espanholas. Poderão estas dispersas notas servir para ajudar a perceber por que a primeira obra que Lope dedicou a D. Rodrigo da Cunha fosse uma das suas "comédias de santos", *El divino Africano*? De qualquer modo, fazem parte do seu contexto imediato.

De qualquer maneira, tais relações estão bem documentadas e, no seu quadro, D. Rodrigo da Cunha, bispo do Porto e arcebispo de Braga, foi, estamos em crer, a personagem portuguesa a quem, consagrando-o como seu mecenas, Lope

[32] João Carlos Gonçalves Serafim publicou a correspondência de D. Vicente Nogueira sob o título de *Um diálogo epistolar: D. Vicente Nogueira e o marquês de Niza (1615–1654)*, Porto, CITCEM—Edições Afrontamento. 2011, 164; 185 (Citaremos esta obra por *Cartas…*).

[33] D. Vicente Nogueira, *Cartas…*, Carta ao Marquês de Niza (Roma, 5.3.1650), ed. cit., 337.

dedicou mais obras suas. Se não conhecemos os moldes e as razões imediatas desse favor, sabemos que D. Rodrigo não foi — nem podia ter sido por distância e meios — um mecenas como o foram um duque de Sessa — acudindo, ao seu secretário e alcoviteiro, com algum auxílio financeiro e socorro nas faltas de coche ou tapeçarias… —, ou um conde de Lemos que, se dava pouco dinheiro[34], podia prometer empregos…

Por outro lado, a questão de micro-história literária que acabamos de abordar deverá ter permitido pôr algumas interrogações que pensamos nunca terem merecido atenção quer por si mesmas quer no quadro do "intercâmbio cultural entre Portugal e Espanha", para o dizer com o título da famosa conferência de Ricardo Jorge em 1921.

E na moldura desta sessão permita-se-me que recorde que em 2015 passará o centenário em que a Academia foi o generoso mecenas da edição de *A literatura espanhola em Portugal*, monumento bibliográfico, obra de *outro* sócio — Francisco de Sousa Viterbo — a quem dedico aqui a minha homenagem.

2. TEXTOS

1.

Dejando a Marte,
mira la Fama de Minerva el arte,
con tu nombre, ilustrísimo Rodrigo,
primero archipastor de Lusitania,
real Acuña, cuyos rayos sigo,
dulce Mecenas de mi rude Urania,
sin Amadores, sin Osorios, fuera
tu ingenio sol y Portugal su esfera.[35] (III, vv. 50-57)

---

[34] "Adiciones a la biografía de Lope de Vega" (Carta n.º 13 ao duque de Sessa) in Caetano A. de la Barrera, *Nueva biografía de Lope de Vega*, ed. cit., II.109.

[35] Vega, Lope de, *Laurel de Apolo* (Edizione, note, catalogo, indici di Christian Giaffreda. Introduzione di Maria Grazia Profeti), Firenze, Alinea Editrice, 2002), III, vv. 50-57.

2.

Tú, Rodrigo ilustrísimo, tú solo
de mis musas Apolo,
primero archimandrita lusitano,
oye mis versos con semblante humano,
pues tantas veces a mi lira atento
humillaste tu claro entendimiento,
honrando de mi pluma la bajeza
la dignidad real de tu grandeza,
que a ti se debe por tan altas partes
este compendio de admirables artes.
Tú, honor de los Acuñas, tú la gloria
de aquel blasón que, a la inmortal memoria
de letras y armas dio tantos laureles,
inspírame el espíritu que sueles;
tú siempre mi Mecenas
a rústicas avenas,
ahora al grave asunto,
en cuyo inmenso círculo de ciencia
será mi ingenio indivisible punto
si tú, que la mayor circunferencia
llenas de humanas letras y divinas,
admites impresiones peregrinas.
(*La vega del Parnaso*, Madrid, 1637, fol. 220r.220v).

3.

Y quando la sagrada Compañia
Fundava sus estudios, las lecciones
de tan altivos varones
canté con osadía,
y al gran Pastor las consagré de Acuña,
que el cayado mayor de Luso empuña.
(*La vega del Parnaso*, Madrid, 1637, 97v.).

4.

Entre los cuales, si favor me diera
la décima divina moradora
de aquella fuente, que al nacer de la aurora
en sus ondas de plata reverbera,
don Vicente Noguera
tuviera asiento entre latinos graves,
laurel entre toscanos,
palma entre castellanos,
por la dulzura del hablar suave,
y entre franceses y alemanes fuera
florida primavera;
que como ella de tantas diferencias
de alegres flores se compone y viste,
así de varias lenguas y de ciencias,
en que la docta erudición consiste,
¿qué libro se escribió que no lo viese?
¿Qué ingenio floreció que no le honrase?
¿En qué lengua se habló que no supiese?
¿Qué ciencia se inventó que no alcanzase?
Oh Musas castellanas y latinas,
francesas, alemanas y toscanas,
coronad las riberas lusitanas
de lirios, arrayanes y boninas,
no quede en vuestras fuentes cristalinas
laurel que en ellas su hermosura mire,
donde Dafne amorosa no suspire
por no bajar a coronar la frente
deste de todos vencedor, Vicente. (*Laurel de Apolo*, III, vv. 166-193)

(Comunicação apresentada à classe de letras
na sessão de 26 de fevereiro de 2015)

Austeridade e crescimento na euro-crise

Paulo de Pitta e Cunha†

1. O Euro, peça central de uma união monetária constituída sem que se tivesse desenvolvido em paralelo a vertente económica da construção, foi envolvido numa crise que já dura há mais de quatro anos, e cujo desfecho é dificilmente previsível.

A fragilidade económica e o excessivo endividamento dos países do Sul da Europa levaram os mercados a deixar de pressupor que a existência da moeda única era bastante para que as taxas da dívida pública emitida pelos países economicamente mais frágeis permanecessem niveladas pelas do mais forte, passando a debruçar-se sobre a maior ou menor capacidade de cada um dos Governos emitentes para satisfazerem os seus compromissos em relação ao exterior.

Dos três países que foram objecto de programas de assistência financeira, a Irlanda teve o melhor comportamento, Portugal conseguiu operar a redução progressiva dos défices orçamentais, mas, até hoje, não logrou realizar a redução do montante da dívida, enquanto a Grécia mergulhou numa crise profunda, suscitando-se uma situação de desespero que está na origem da vitória de um partido situado no extremo do espectro político, e atingindo tão elevado montante de dívida pública que, atenta à impossibilidade manifesta de efectuar o pagamento integral nas condições estabelecidas, levou à apresentação de propostas de reformulação das condições do auxílio financeiro.

2. Quando a união monetária foi lançada, os Governos dos países fundadores, e em particular dos que tinham crescentes graus de endividamento, não parecem ter-se apercebido de que a participação na moeda única implicava mudanças de carácter estrutural, com realce para exigências de inovação e de qualidade, e a realização de grandes esforços para assegurar a competitividade relativa das suas economias.

Não terão compreendido que a renúncia à política cambial nacional e à política monetária própria implicava um desafio que alguns equipararam a

uma revolução "coperniciana" na orientação da economia — assumindo expressão central a produtividade e a competitividade externa. Não se consciencializaram de que, no âmbito da união monetária, embora a balança de pagamentos nacional perdesse parte do seu significado, não deixavam de existir limites a um excessivo endividamento dos países membros em relação ao exterior.

3. Ora, a expansão da procura, pública e privada, acalentada pela facilidade acrescida de colocação de dívida no exterior, acabou por deparar com a exigência de taxas cada vez mais elevadas e, no limite, com a recusa de novos financiamentos. O caso da Grécia marcou a eclosão da crise das dívidas soberanas, assinalando o início de uma fase marcada pela revelação de muito consideráveis choques assimétricos.

As dificuldades dos países devedores foram enfrentadas com base no diálogo entre os Governos respectivos e os credores externos, representados pela tríade composta pelo Banco Central Europeu, pela Comissão Europeia e pelo Fundo Monetário Internacional, tendo sido facultado um auxílio financeiro em contrapartida da fixação de duras e restritivas condições.

Aquelas condições foram impostas (mais do que verdadeiramente acordadas) aos países em causa, que se encontravam sem acesso aos mercados financeiros e que, numa união em que o poder de criação monetária passara para o centro, se achavam impotentes para encontrar na expansão da massa monetária um meio de neutralizar o estrangulamento das respectivas economias.

Sendo compreensível que se conjugue a concessão do financiamento externo com a aplicação de medidas correctivas, destinadas a assegurar a reposição do equilíbrio das contas públicas, e a compensar o declínio da competitividade, e ainda, obviamente, a garantir o reembolso dos créditos facultados, importa saber qual a medida de austeridade que deverá ser praticada, e que políticas deverão acompanhá-la.

4. Se as medidas forem demasiado pesadas, correr-se-á o risco de uma asfixia económica, provocada pela própria acção restritiva. Parece claro, na verdade, que a aplicação da austeridade não deve ser levada até ao ponto de influir perversamente sobre os factores do crescimento.

Com efeito, as condições que acompanham os programas de financiamento por auxílio externo devem estar imbricadas nos imperativos de recuperação da economia real.

E o que se vê é que nos programas de financiamento introduzidos em países como Portugal e a Grécia, sob inspiração predominantemente germânica, estão concentrados na introdução de restrições, relegando para plano secundário a problemática das necessidades de crescimento.

5. Eleito na Grécia, em consequência do visível desespero da população, sofrendo a frustração da falta de uma solução para a crise, um partido de esquerda avançada com traços de populismo (o Syrisa), ressaltou o choque entre a visão da austeridade pura e dura, implícita nas concepções dos credores, e a compreensível aspiração de se fazer avançar o país na senda do crescimento económico.

Não terá sido avisado anunciar-se acções com o sentido demagógico de se derrubarem alguns dos ingredientes do programa austeritário antes ainda de se ter obtido a revisão reclamada desse programa. A decisão, ou pretensão, de readmitir funcionários públicos e de elevar em cerca de 30% o salário mínimo é notoriamente contrária à recuperação da competitividade, que constituiu uma das chaves do problema das dificuldades do país.

A dívida pública da Grécia terá atingido 175% do respectivo produto interno. Parece que o perdão obtido em 2012 de parte muito substancial da dívida helénica detida pelos bancos comerciais no exterior pouco terá afectado a perigosa evolução da dívida. Também é preocupante que a dívida externa portuguesa, tendo alcançado já a casa dos 130% do PIB, não tenha registado decréscimo no período em que ocorreu o auxílio financeiro (os critérios de Maastricht foram quase cumpridos quanto à aproximação do limite do défice orçamental, mas a dívida pública não acusou o início da inflexão antevista).

6. Portugal não está longe do limiar dos 3% do défice anual do orçamento, mas o total da dívida já ultrapassa o dobro do nível máximo de 60%, fixado em Maastricht (o qual, diga-se, não tem sido objecto do rigor com que se tem exigido a observância do primeiro limiar).

Vários factores explicam a evolução verificada ao longo dos últimos anos, desde o declínio do PIB em contexto de recessão da economia (o qual, só por si, eleva a

expressão em percentagem do respectivo indicador) até ao próprio volume da assistência externa, traduzida num financiamento que se reflectiu na própria dívida.

São claros os efeitos negativos da política restritiva cuja adopção constituiu condição central da prestação do auxílio a Portugal — desde o muito considerável aumento do desemprego (presentemente em certo refluxo), até à redução do poder de compra e dos níveis de vida.

7. A tese que está na origem daquela política restritiva, e que tem sido identificada com as posições alemãs, quer a nível do Bundesbank, quer no plano do Governo de Berlim (e que se assemelham, em certa medida, à velha e tão criticada receita do FMI), parece ser basicamente a de que as constrições orçamentais não só levam à superação do défice das contas públicas, como, por via da baixa relativa dos salários, induzem a recuperação da competitividade perdida, suscitando a melhoria da balança exterior e a retoma do crescimento induzido pelas exportações.

A esta visão tem, contudo, de contrapor-se a conspícua produção dos efeitos negativos já mencionados. É que, a partir de certo ponto, a insistência na austeridade, e praticamente só na austeridade, actua por forma perversa sobre as próprias expectativas de crescimento.

O aumento do desemprego e da emigração e as restrições orçamentais afectam diferentemente as diversas camadas da população, não poupando a classe média, e acarretam a estagnação ou definhamento da economia, sem que uma melhoria no plano das exportações, sobretudo quando os principais mercados de destino se encontram depressivos, seja suficiente para fazer arrancar a economia na via da expansão.

Além disso, em consequência da aplicação de doses excessivas de constrição da procura global, deixa de haver estímulos para a recuperação da oferta, e a economia tende a estiolar, com contracção do investimento num clima em que se torna patente a falta de confiança geral numa retoma do crescimento, agravada pela prática cessação do afluxo de investimentos externos.

Se é certo que a passagem por certa fase de austeridade não deixa de ser inevitável, pois se trata de repor equilíbrios perdidos e de assegurar condições para solver o endividamento contraído no exterior, não o é menos que a insistência nas políticas restritivas provoca, a partir de certo ponto, uma indesejável retracção da economia.

8. Para mais, apresentando-se (como já tem acontecido) sob as vestes de um "castigo" infligido aos "países gastadores", as imposições dimanadas dos credores no exterior suscitam em certo passo fricções políticas graves. À ideia de "castigo" pode contrapor-se que para a crise da dívida não terá deixado de concorrer o comportamento pretensamente virtuoso das economias dos países que se orgulham da sua extrema ortodoxia financeira, sem atentar nos efeitos negativos da mesma nas exportações dos devedores.

Como se vê, tudo está em aplicar-se a política de austeridade em doses moderadas, combinando-a com a adopção frontalmente assumida de políticas de crescimento que ponham termo à atonia das economias dos países assistidos. Quando ainda estava longe de atingir o seu auge a crise das dívidas soberanas, já se tornara claro que não existe uma passagem automática de austeridade para o crescimento, tornando-se necessário um esforço de auxílio externo especificamente destinado a assegurar a retoma da expansão económica nos países em dificuldade, esforço que seria, aliás, do interesse dos credores, pois de nada lhes servia a incapacidade dos países assistidos para operar o reembolso das dívidas contraídas.

9. No caso da Grécia, é manifesto que a política de austeridade não produziu os efeitos visados. O desespero dos eleitores conduziu a uma inédita orientação política a favor de um partido que, no espaço de um ano, passou a valer 36% da votação nacional (em 2009, obtivera apenas 4,5%), e cujos dirigentes procuram obter concessões envolvendo a exclusão de compromissos assumidos pelo anterior Governo, através de negociação com a tríade representativa dos credores externos.

Em Espanha, onde a assistência exterior se limitou ao sector bancário, não tendo sido abrangente como nos casos de Portugal, da Irlanda e da Grécia, tende a processar-se uma semelhante reconfiguração do espectro político, colocando-se à frente das sondagens um partido — o Podemos —, em que se pretende condensar o descontentamento em face das políticas restritivas.

Portugal, onde a capacidade de cobrança de impostos é muito superior à da Grécia, e que já conseguiu o retorno ao refinanciamento nos mercados, possibilitando mesmo a troca recente de parte da dívida para com o FMI por dívida em condições menos onerosas conseguida no mercado, não se envolveu, por agora, em transformações na esfera política análogas às da Grécia e de Espanha, embora não possa considerar-se imune a elas.

O campo de experiência proporcionado nos quatro anos que já leva a euro-crise é suficientemente demonstrativo das falhas da austeridade pura. Infelizmente, a perspectiva da solidariedade, que deveria ser dominante no âmbito de uma união económica e monetária, tem estado ausente na frieza dos programas de auxílio externo.

10. Não se vê por que razão deveria excluir-se a hipótese de negociação para uma reestruturação da dívida, envolvendo prazos mais extensos de reembolso e reduções das taxas de juro e, desejavelmente, certa indexação das amortizações ao ritmo de evolução do PIB.

Este tema é de particular premência no caso da Grécia, mas, claro está, interessa também a Portugal. Não faria sentido que o nosso país se abstivesse de procurar conseguir algumas das vantagens que venham a ser conferidas à Grécia. De resto, este último país já se encontra beneficiado, mesmo antes das negociações que o seu Governo está a realizar, por ter, em termos do PIB, um peso de juros da dívida externa inferior ao de Portugal.

11. A hipótese extrema que também tem sido focada no caso da Grécia, e que para Portugal apenas tem sido proposta por pequeno número de economistas, é a saída do euro — no conhecido neologismo, a "Grexit".

É um destino que nem sequer o Syrisa acalenta, talvez porque as sondagens feitas ao eleitor grego revelam um vincado desejo de ver o seu país permanecer na zona euro.

A "Grexit" constituiria um passo no desconhecido. Os tratados europeus não contemplam a hipótese de saída dos países participantes na zona euro, embora admitam expressamente o abandono da União Europeia.

O regresso à moeda nacional envolve pesados riscos. O efeito positivo que é esperado assenta na recuperação da competitividade em resultado da desvalorização cambial que inevitavelmente se seguirá à saída do euro, mas tal efeito poderia ser em parte neutralizado por via da inflação decorrente do encarecimento dos produtos importados.

Por outro lado, processar-se-á a uma saída maciça de capitais e o sistema bancário sofrerá enorme abalo. A dívida externa, expressa em euros, assumirá dimensão insuportável em termos da moeda nacional.

O aparelho produtivo, já de si debilitado pela compressão exercida no contexto do anterior programa de ajustamento, dificilmente proporcionará a resposta indispensável à satisfação da procura externa — procura cuja intensidade aliás, pode mostrar-se insuficiente, perante uma conjuntura recessiva nos países importadores.

E a quebra de confiança suscitada pela saída da união monetária levará ao retraimento dos investimentos provenientes do exterior, retraimento para que concorrerão os controlos de capitais que o Governo não poderá deixar de instalar. De resto, com a introdução destes controlos suscitam-se condições de incompatibilidade com o mercado interno europeu, tornando problemática a manutenção do país nesta realização basilar da União Europeia.

12. A "Grexit" poderia desencadear um efeito de contágio, em relação ao qual Portugal estaria na primeira linha, atenta a dimensão do seu endividamento. Por outro lado, a saída da Grécia seria reveladora de que a união monetária não terá sido capaz de manter no seu âmbito um dos seus membros. E, sendo assim, por que não haveria outras saídas?

E o país que se retira poderá envolver-se num jogo complexo de busca de novas alianças (eventualmente, no caso grego, a leste da Europa).

Tudo isto se passa numa altura em que a construção europeia revela preocupantes fissuras, pondo-se em causa não só a influência (já hoje declinante) da Europa no mundo, como a própria consistência do que resta do ideal europeu.

Para além disso, paira sobre a União a ameaça de deflação, como já foi reconhecido pelo Banco Central Europeu, ao anunciar um programa de *quantitative easing*, visando reanimar a inflação até à orla dos 2 %.

No caso da Grécia, além do elemento humanitário que tem sido invocado pelo seu Governo, declarando que os efeitos do programa de auxílio já ultrapassaram os limites de tolerância da população, parecem esboçar-se velados desafios quanto a uma eventual mudança do sistema tradicional de alianças.

Por outro lado, tende a aumentar o número dos partidários de um abrandamento da austeridade. Do próprio Fundo Monetário Internacional dimanaram, já há algum tempo, comentários favoráveis a tal abrandamento, embora não se tenha atenuado, no terreno, a dureza dos programas estabelecidos.

13. As vulnerabilidades presentes da União Europeia, atrás referidas, tornam ainda mais relevante o apelo à solidariedade no tratamento do caso da Grécia, e no reexame pelas instituições representativas dos Estados credores das condições ínsitas nos programas de ajustamento.

Para além dos programas em si mesmos, plasmados nos Memorandos que, na sua versão actual, desconsideram o problema da articulação da austeridade com o crescimento, há elementos positivos nos avanços no sentido de uma política económica e orçamental europeia (é o caso da introdução do "Semestre Europeu"), e na adopção das recentes interpretações oficiais do Pacto de Estabilidade, tornando possível, em certas circunstâncias, a exclusão do investimento produtivo no apuramento dos défices excessivos. Por outro lado, registam-se também progressos no plano da formação da união bancária.

Quanto a nós, seria recomendável rever o próprio "número mágico" de 3%, que se contém nos critérios de Maastricht, e que se mostra alheio, pela total uniformidade com que se apresenta, aos diferentes circunstancialismos das economias nacionais e à maior ou menor fragilidade das mesmas.

Mas, embora não conste do texto dos tratados propriamente ditos, aquela expressão de percentagem em relação ao PIB, consta de protolocos que possuem o mesmo valor jurídico dos tratados, o que torna difícil a sua revisão, por esta supor delicadas negociações entre todos os Estados-membros da União Europeia.

Neste ponto, é de assinalar a infeliz introdução do Tratado Orçamental em 2013, visivelmente inspirado no rigor extremo das concepções do Governo alemão, e que vai no sentido oposto à prioridade que deverá ser conferida ao crescimento.

14. A situação de Portugal no contexto da actual euro-crise é particularmente delicada. O país vem oscilando entre ser classificado como "mais próximo da Grécia", ou, no pólo oposto, como "mais próximo da Irlanda", país que terá completado com êxito o programa que lhe estava destinado e regressado ao crescimento, mantendo um nível comportável de endividamento externo.

Não se verificando, ao contrário do que se passa na Espanha e na Grécia a ascensão de partidos políticos populistas centrados na contestação frontal da austeridade, na situação portuguesa subsiste a oportunidade para que os partidos tradicionais, com maior expressão eleitoral, cheguem a um entendimento sobre

a forma de enfrentar a crise da dívida soberana. Tal entendimento é, sem dúvida, de grande valia para se procurar evitar que as mudanças de Governo decorrentes das eleições legislativas venham a suscitar divergências quanto a aspectos fundamentais na abordagem do problema.

15. Mas a expressão da dívida externa portuguesa é demasiado elevada para que possa efectivar-se o seu pagamento nos termos actualmente estabelecidos. Seriam necessários ritmos de crescimento praticamente inatingíveis, ou, alternativamente, o prolongamento da austeridade para além de limites comportáveis, em tempo e em intensidade.

Compreende-se, assim, que este tema tenha sido focado em documento recente, conhecido por "Relatório dos 74", no qual se recomenda uma renegociação, visando o alargamento dos prazos de maturidade e o encurtamento dos juros.

Junto das instituições que representam a posição dos credores, deveria fazer-se ver que essa renegociação não deixaria de os beneficiar, pois o aligeiramento dos encargos libertaria o país da pressão por estes exercida sobre a economia dos devedores, criando espaço para a retoma do crescimento, e tudo isto tornando mais viável o reembolso da dívida.

Já o perdão de parte da dívida não parece ser solução praticável. Além de implicar a humilhação do país devedor, a ser concedido dificultaria duradouramente a capacidade de acesso ao mercado por parte desse país. Talvez por isso, embora já tenha sido praticado na Grécia em relação à dívida soberana nas mãos de investidores privados, deixou agora de ser reclamado pelo próprio Syrisa, e excluído do elenco das exigências inicialmente formuladas.

No caso português, o Relatório dos 74, pronunciando-se a favor da reestruturação da dívida, não parece ir até ao ponto de aconselhar a solução extrema de um *hair cut* do valor nominal da dívida.

16. Pairam incertezas, que Portugal obviamente não pode controlar, quanto ao futuro da união monetária, continuando de pé a hipótese de um eventual desaparecimento do euro, com retorno às moedas nacionais. Trata-se de uma situação extrema, mas que não é meramente teórica, como implicitamente o revelou há tempos o Governador do BCE, afirmando que faria tudo o que fosse necessário para salvar o euro.

A zona euro atravessa dificuldades específicas, nem todas se devendo às interrogações sobre a situação da Grécia.

O "espírito europeu", tão enaltecido a propósito da celebração dos tratados fundamentais da União, tende para um desanimador esmorecimento. E a situação crónica, traduzida numa recessão que se vai tornando mais ou menos endémica, não se mostra propícia à reanimação daquele espírito.

A clivagem entre as posições dos países que assumem a via ortodoxa do rigor financeiro (Alemanha, Finlândia e a Holanda) e as dos Estados-membros do Sul da Europa torna-se evidente (e até parece desenhar-se entre estes últimos uma certa conflitualidade, como o revela a alusão a um confronto entre as posições da Grécia, por um lado, e as de Portugal e Espanha, por outro).

O clima de apagamento da ideia impulsora da construção europeia, intensificado pela ameaça de deflação e pelas reacções nacionalistas de alguns eleitorados (na Grécia e em Espanha, mas também em França, no Reino Unido, e outros) está longe de proporcionar o pano de fundo para um desejável entendimento em relação ao tratamento a dar à questão das dívidas soberanas.

Se o ambiente actual na Europa fosse favorável à introdução de medidas fundas e ousadas no plano da integração, poderia mesmo avançar-se com soluções de mutualização da dívida, de lançamento dos *euro-bonds*, e outras iniciativas que exprimissem uma autêntica solidariedade entre os Estados-membros. É de lamentar que falte aos actuais líderes europeus a visão larga com que os seus antecessores deixaram marca indelével no processo de integração.

17. A única realização que desde o Tratado de Lisboa foi operada por via convencional traduziu-se no Tratado Orçamental, propugnado pela Alemanha, o qual, paradoxalmente (pois o que Portugal necessita é de maior flexibilidade na adopção das políticas internas), os dois maiores partidos portugueses (no Governo ou na oposição) capricharam em que o país assumisse a primeira posição na sucessão temporal de ratificações nacionais. Este tratado vem reforçar a nota de austeridade do Pacto de Estabilidade e Crescimento, passando a exigir, como limiar inferior do défice estrutural, 0,5% do PIB, com penalização dos infractores através de novo e mais gravoso esquema de multas.

Para Portugal, que tem estado envolvido no esforço de sair do âmbito do défice excessivo (o que está possivelmente próximo, mas ainda não foi

conseguido), é sem dúvida desvantajoso ter de se curvar perante a visão de ultra-rigor assumida pelo Tratado Orçamental.

A posição portuguesa ao longo da crise das dívidas soberanas tem sido caracterizada por uma colagem demasiado vincada às teses das instituições envolvidas nos programas e dos países portadores de uma visão extrema de disciplina financeira. Seria de toda a conveniência que se assumisse uma atitude mais assertiva (e menos passiva) na prossecução dos interesses do país.

É que, afinal, como a euro-crise o vem revelando, a participação na União Europeia e, no âmbito desta, na união monetária (que já conta 19 dos 28 Estados-membros), envolve uma negociação permanente, na qual se jogam os interesses nacionais, muitas vezes entre si contrapostos.

18. Em conclusão: a austeridade e o crescimento não deveriam ser conceitos entre si incompatíveis. A conjugação é possível, por abrandamento das políticas em que aquela se traduz, no quadro de renovada atenção conferida aos factores da expansão económica. Só assim se poderá desenhar uma solução final para a crise das dívidas soberanas.

Torna-se, porém, primordial reavivar o adormecido europeísmo, sem o qual perdurará a oposição entre os Estados do Norte e os do Sul da Europa, e as relações entre eles continuarão a ser marcadas por uma indesejável frieza e, mesmo, conflitualidade, contrárias à visão solidária que inspirou os tratados fundamentais da construção europeia.

(Comunicação apresentada à classe de letras
na sessão de 12 de março de 2015)

A Coroa e a Nobreza
Reflexões em torno da conquista de Ceuta[1]

José Augusto de Sottomayor-Pizarro[2]

In memoriam
Prof. Artur Torres Pereira[3]

Não sendo um estudioso da expansão ultramarina portuguesa, mas não podendo recusar o honroso convite da Presidência da Classe de Letras para fazer uma intervenção sobre Ceuta, a única forma que encontrei para oferecer a esta douta assembleia uma pequena contribuição sobre um tema que desde sempre apaixonou a cronística e a historiografia portuguesas, foi a de perspectivar a questão desde um enfoque que me é mais familiar, ou seja, o da análise do grupo aristocrático.

Uma conferência sobre o papel da nobreza em Ceuta, perguntar-se-ão? De todo, muito embora o tema merecesse a maior atenção, sobretudo depois da tese dedicada por Nuno Campos à figura de Dom Pedro de Meneses[4], 1.º Capitão-mor de Ceuta e fundador da Casa de Vila Real, e ainda esteja por fazer, do meu ponto de vista, um estudo aprofundado sobre o papel daquele grupo no âmbito mais geral da Expansão portuguesa.

De resto, e depois de largas décadas dedicadas à apreciação dos primórdios desse movimento, a bibliografia sobre Ceuta e a expansão norte-africana nos últimos anos tem incidido mais sobre os aspectos da arqueologia militar e do

---

[1] O carácter de conferência e de um certo tom de "ensaio", liberta-me da obrigatoriedade de referir os meus trabalhos onde se expõem vários dos meus argumentos e que os colegas, embora muitas vezes discordando, conhecem.

[2] Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Real Academia de la Historia.

[3] Falecido na semana anterior a esta comunicação, foi sempre, desde o meu primeiro dia na Academia, de uma extrema amabilidade. Aquando da apresentação deste texto, e depois de saudar os Confrades presentes, dediquei-a à sua ilustre memória, o que aqui respeitosamente se reitera.

[4] Nuno Silva Campos, D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila real (1415–1437), Lisboa/Évora: Edições Colibri/CIDEHUS, 2018.

armamento, como parecem apontar os estudos de André Teixeira[5], da Universidade Nova de Lisboa e de Inês Araújo[6], da Faculdade de Letras de Lisboa — esta última com uma interessante tese de mestrado sobre as Tapeçarias de Pastrana sob o ponto de vista do armamento — ou as campanhas arqueológicas levadas a cabo pelo Instituto de Estudios Ceutíes, que este ano promove um importante congresso comemorativo da conquista, e do qual muito se espera pela qualidade dos especialistas presentes.[7]

Dito isto, e escorado pelos estudos mais conceituados sobre a Expansão e o monarca que promoveu a conquista daquela praça do Norte de África, pareceu-me interessante colocar uma questão que julgo nunca ter sido formulada no enquadramento global do início da política de conquistas e de exploração marítima. Dito por outras palavras, rios de tinta correram para responder à questão do porquê, ou seja, das causas e das razões que levaram à decisão de conquistar Ceuta; outra tanta, se dedicou a discorrer sobre o por quem, no sentido de apurar de que cabeça, ou cabeças, surgiu a ideia dessa empresa, e ainda sobre quem apoiou (ou não) a campanha; para não falar, finalmente, sobre as consequências de Ceuta. Sobre muitas destas matérias, e já com mais de meio século, continuam luminosas as páginas dedicadas ao tema por Vitorino Magalhães Godinho[8].

Creio, porém, que ninguém colocou a questão do como. Não, naturalmente, na perspectiva técnica da expedição, sobre a qual existem dezenas de títulos[9]; nem do sentido económico da questão, já que muitos o contemplaram nas suas análises:

---

[5] Teixeira, A., *Fortalezas. Estado Português da Índia: arquitectura militar na construção do império de D. Manuel I*, Lisboa: Tribuna da História, 2008; André Teixeira (coord.), *En las dos orillas del estrecho de Gibraltar: arqueología de fronteras en los siglos XIV–XVI*, Lisboa: Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, 2016; Jorge Correia e André Teixeira (coord.), *A Península Ibérica e o Norte de África (séculos XV a XVII): história e património*, Lisboa/Braga: CHAM — Centro de Humanidades/Laboratório de Paisagens, Património e Território, 2019.

[6] Araújo, I., *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Lisboa: Faculdade de Letras, 2013.

[7] As actas do encontro foram, entretanto, publicadas — cfr. *Los orígenes de la expansión europea. Ceuta 1415. Congreso Internacional (Ceuta, 1 al 3 de octubre 2015)*, Tomos I e II, Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2020.

[8] Godinho, V.M., "Dúvidas e problemas acerca de algumas teses da história da expansão" in *Ensaios. II — Sobre História de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978, pp. 87-124, e *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2008 [1.ª ed. 1962].

[9] Veja-se, por mais recente, o excelente estudo de Luís Miguel Duarte, *Ceuta 1415. Seiscentos anos depois*, Lisboa: Livros Horizonte, 2015.

> Da revolução [de 1383–1385] sai ainda a nova base financeira do Estado: as sisas (…) generalizam-se a todo o reino, tornando-se a principal fonte de receita do tesouro público (…). Ora é graças à iniciativa do Estado que se empreende a expansão portuguesa, aberta em 1415 com a tomada de Ceuta; e o papel do poder central continuará a ser extremamente importante (Godinho, 2008, p. 120) .

Também parece ser tácita a inexistência de grandes dificuldades económicas na vontade determinada do monarca em levar por diante a conquista, independentemente de a ideia ter sido sua ou inspirada pelo vedor da fazenda João Afonso:

> (…) Ceuta concretizou-se graças a uma vontade férrea e plena autoridade de D. João I, galvanizadas pelo sangue novo e ardente dos infantes. Em torno da preparação da expedição, e mesmo já com ela a decorrer, reuniram-se inúmeros conselhos. Nunca as vontades neles foram unânimes. Mas o rei partia para eles já com a sua decisão tomada e fazia-a prevalecer. Ceuta iria avante[10].

> A expedição militar a Ceuta não era necessária. Foi querida. E intencionalmente decidida. D. João I quis, ainda e por uma última vez, uma guerra. O seu primevo memorial era guerreiro. A ele retornou. Para o sacralizar. O sangue dos cristãos lavava-se no sangue dos infiéis. O rei de Avis, que fora cavaleiro pela sua causa, era agora cavaleiro de Cristo. Convocara homens para defender a sua realeza e agora recrutava homens para lhes oferecer a salvação das almas. (…) Ele foi mesmo o primeiro rei cristão, como reza o seu epitáfio, que depois do geral domínio da Hispânia pelos infiéis a desafrontou, tomando Ceuta, em África, na própria terra dos invasores (Coelho, 2005, pp. 184-185).

Se do ponto de vista técnico e logístico não me assaltam dúvidas, e admitindo embora a capacidade económica para a Coroa assumir as despesas da expedição, volto a colocar a questão, reformulando-a: como foi possível ao Rei de Portugal

[10] Coelho, M.H., *D. João I. O que recolheu Boa Memória*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 184.

promover a conquista de Ceuta, no contexto político e diplomático, económico e social da Europa das primeiras décadas de *Quatrocentos?* E, não se esqueça, a conquista de Ceuta começou a gizar-se a partir de 1409.

A questão, entre outras razões, surgiu-me pela experiência de longos anos como responsável pela cadeira de *História Política na Época Medieval*, que lecciono na Faculdade de Letras da Universidade do Porto há bastantes anos, o que sempre me permitiu percepcionar um quadro mais geral da política europeia ao longo da Idade Média. E, convenhamos, a segunda metade do século XIV, em todos os reinos da *Cristandade*, não ficou propriamente marcada pela ausência de conflitos, de carestias, de pestilências e de rupturas das mentalidades. Parece-me, por isso, interessante analisar, ainda quando sumariamente, a situação das diferentes estruturas políticas da época.

Começando por aquelas com uma clara vocação e tradição universalistas, como o Papado, é bem-sabido que este foi afectado por uma ruptura muito profunda a partir de 1378, designada como "Cisma do Ocidente", que dividiu a *Cristandade* em duas obediências papais, entre Roma e Avinhão; a oposição que dividiu os que pugnavam pelo primado da Fé, contra os que advogavam a possibilidade de conciliar a Fé com a Razão, acabaria por levar as diferentes monarquias a optar por uma daquelas duas obediências, divisão ainda mais acentuada pelas fidelidades contruídas em torno dos grandes protagonistas da Guerra dos Cem Anos. Seja como for, esta ruptura só terminaria cerca de 1440, depois de reiteradas tentativas conciliares para a resolver.

Do lado do Império a situação não era muito melhor, com o trono imperial vago entre 1378 e 1433. Integrando 6 Principados Eleitores, 25 Principados Laicos e 90 Principados Eclesiásticos, e mais de 100 condados e centenas de senhorios menores, assistiu a largas disputas entre diferentes dinastias, como os Luxemburgo, os Wittelbach ou os Habsburgos, com estes últimos a afirmarem-se desde 1438, mas impondo-se mais claramente com Frederico III, Imperador desde 1452 e genro do nosso rei D. Duarte. Como se vê, porém, a instabilidade marcou o Império durante mais de meio século.

Quanto à Itália, e por certo sem surpresa para o leitor mais avisado, o Norte contrastava perante um vigoroso *Renascimento* cultural e as entusiasmantes disputas entre cidades-estado, como Génova, Pisa, Siena ou Veneza, ou poderosas *signorie*, como Florença, Verona e Mântua, e o altaneiro grão-ducado de Milão,

assistindo-se às tão vistosas quanto violentas vontades dos Sforza, Visconti, Médici, Dória, Contarini ou Mocenigo, com os seus caracoleantes exércitos de mercenários e *condottieri*, alguns imortalizados pelo genial cinzel de Donatello. Ao Centro, os Estados-Pontifícios, muito diminuídos e desagregados desde o Pontificado de Avinhão e com o Cisma, e por fim, a sul daqueles, a área de influência cada vez mais evidente da Coroa de Aragão sobre o reino de Nápoles e as estratégicas ilhas da Sardenha e da Sicília. Em suma, a sempre inquietante, mas fecunda instabilidade italiana.

Quanto a França, e depois dos períodos devastadores que marcaram a primeira fase da Guerra dos 100 Anos, em particular com o que terminou pelo humilhante Tratado de Brétigny (1337–1360), e pese embora o ciclo posterior de recuperação (1360–1389) — até porque o palco das operações militares se trasladou para o palco ibérico. O reinado de Carlos VI (1380–1422), coincidente com a génese da dinastia de Avis, porém, ficou marcado por alguns dos momentos mais dramáticos da história francesa, desde as disputas pela regência durante a sua menoridade até à acentuada loucura do monarca e a sua visível incapacidade para controlar as tensões vividas entre os vários ramos da família real, como Borgonhas e Armagnacs, como dos poderosos poderes aristocráticos em geral, passando por revoltas populares e por uma profunda crise económica, resultado do contexto geral de debilidade que vinha desde meados do século XIV, potenciado pelo declínio demográfico após a Peste Negra e a devastação provocada pela Guerra dos Cem Anos. Conflito que foi precisamente reatado em Agosto de 1415, quando Henrique V de Inglaterra — sobrinho da nossa rainha Dona Filipa de Lencastre — decide invadir o reino francês e desfere em Outubro uma pesada derrota aos exércitos de Carlos VI, na célebre batalha de Azincourt.

Inglaterra que, se agora surgiu aos nossos olhos como conquistadora, também vivera tempos muito difíceis nas últimas décadas de *Trezentos*. Após Brétigny, onde foi claramente vendedora, não foi capaz de consolidar as enormes vantagens territoriais conseguidas por aquele acordo, uma vez que a França, contando com o apoio naval de Castela a partir de 1369, conseguira paulatinamente recuperar aquelas perdas, o que conduziria às pazes de 1389, que acabaram por corporizar um empate entre as duas potências. O reinado de Ricardo II (1377–1399), porém, também acusou problemas muito semelhantes aos do seu homólogo francês, com uma menoridade que levou a uma violenta disputa entre os seus tios

pelo controle da regência, as sangrentas revoltas camponesas de 1381, o assassinato do duque de Gloucester em 1389 e, finalmente, a revolta lancastriana de 1399, com a deposição e posterior assassinato do rei, e a entronização de Henrique IV de Lancaster, pai de Henrique V, o acima referido vencedor de Azincourt. Seja como for, desde 1415 que a Guerra dos Cem Anos fora activada!

Guerra, diga-se em abono da verdade, que tinha afectado profundamente outras monarquias, em particular as que tinham assumido desde o início um apoio claro a um dos lados, como foi o caso de Navarra. Aliada indefectível dos ingleses durante o reinado de Carlos II, *o Mau* (1349–1387), ficou sujeita às devastações e violências da guerra, fazendo com que o seu herdeiro, Carlos III, *o Bom* (1387–1425) conduzisse uma política de recuperação económica, e de apaziguamento e aproximação a França.

Passando os Pirenéus com a referência a Navarra, o panorama dentro da Península Ibérica estava muito longe de ser pacífico. Desde logo, porque a Coroa de Aragão vivera muito intensamente uma série de conflitos durante o largo reinado de Pedro IV, *o Cerimonioso* (1336–1387), quer contra os seus parentes mais próximos pelo controle do reino de Maiorca, quer com os seus meios-irmãos, quer, finalmente, contra o seu homónimo rei de Castela, Pedro I, o Cruel, pelo domínio dos territórios entre Múrcia e Valência. E, todo este período de conflitos internos e externos, coincide com o segundo ciclo da primeira fase da Guerra dos Cem Anos que decorre em território peninsular. Mais grave, porém, foi o facto de os seus dois filhos e imediatos sucessores, João I (1387–1396) e Martim I (1396–1410), terem morrido sem descendência masculina, numa coroa onde as mulheres podiam transmitir os direitos ao trono, mas não podiam ser rainhas. Assim, pela morte de Martim I sem filhos varões legítimos, foi necessário escolher um herdeiro para a Coroa de Aragão, o que, depois de uma série de vicissitudes bem conhecidas, acabou por ser decidido em 1412, no célebre Compromisso de Caspe, a favor do Infante castelhano D. Fernando de Antequera, ou seja, Fernando I de Aragão (1412–1416), da dinastia Trastâmara, e, como se poderá calcular, o seu breve reinado foi bastante exigente do ponto de vista político e diplomático, sobretudo se tivermos em conta a complexa estrutura da coroa aragonesa.

Fernando I de Aragão que não deixou de ser por isso, imagine-se, membro do conselho de regência do seu sobrinho, João II de Castela (1406–1454), que

com apenas oito anos subiu ao trono castelhano, abrindo um ciclo de instabilidade política e social com contornos verdadeiramente caóticos, continuado depois, se é possível, em moldes ainda mais críticos no reinado de seu filho Henrique IV (1454–1474), o qual se prolongaria até à chegada ao trono castelhano de Isabel I.

Quanto a Portugal, e depois de atravessar as gerais dificuldades económicas e demográficas que marcaram a segunda metade do século XIV, nomeadamente a Peste Negra, sofreu vários conflitos militares, como as guerras ditas *fernandinas*, entre 1369 e 1382, que opuseram D. Fernando I a Henrique II de Castela, primeiro, e depois a célebre crise sucessória entre 1383 e 1385, que resultou na entronização de D. João I (1385–1433), mantendo-se o estado de guerra com Castela, pelo menos até às tréguas de 1400.

Ora, olhando para o quadro geral acima descrito de forma breve, e que nos revelou uma Cristandade a braços com diversas crises em praticamente todas as monarquias, não será natural que se olhe com alguma surpresa para o facto de o rei de Portugal querer, ter meios, autoridade e poder para decidir conquistar uma praça no norte de África? Será assim tão estranha a minha questão inicial?

* * *

Peço-vos assim que, entrados em Ceuta com os restantes expedicionários no dia 21 de Agosto de 1415, e procurando iludir a confusão natural da vitória, nos resguardemos no cimo das muralhas, refrescando-nos na visão do mar, e olhemos para Noroeste, para esse reino desde então de incessantes partidas e regressos, até hoje, seis séculos depois, e questionemos de novo: **como?**

Respondo desde já: porque os Reis de Portugal nunca defrontaram uma aristocracia suficientemente forte para travar a afirmação continuada do poder régio, diga-se mesmo, desinibidos do pudor com que pouparíamos as sensibilidades mais modernistas, no caminho da centralização do poder e da afirmação do Estado monárquico.

Esquematizarei agora, não tanto pela escassez de tempo, que é certa, como pelo respeito pelos tolerantes confrades, o que se desenvolve em ensaio a editar sobre as relações entre a Coroa e a aristocracia no Portugal Medievo, e que resulta da conjugação de uma série de análises que tenho desenvolvido ao longo

dos últimos 15 anos sobre as características do grupo nobiliárquico, entre os séculos XI e XIV:

a) Depois de São Mamede, em 1128, e sobretudo desde que o Infante D. Afonso Henriques deslocou para Coimbra o centro político e militar do Condado, a nobreza afasta-se do projecto de Reconquista, abdicando dos lucros e vantagens inerentes à guerra de fronteira.
b) O Infante-Rei apenas beneficia dos mosteiros ligados às estirpes nortenhas, maioritariamente até à conquista de Lisboa, mas não lhes concede qualquer senhorio a sul do Vouga; a única família verdadeiramente beneficiada foi a de D. Egas Moniz de Ribadouro, mas no vale do Douro.
c) A política régia de concessão de forais (ininterrupta desde D. Afonso Henriques até D. Dinis) criou barreiras de terra régia-concelhia separando o Entre-Douro-e-Minho de Trás-os-Montes pelo eixo Tâmega-Corgo, e uma verdadeira muralha em torno do vale do rio Mondego e do maciço central, dificultando a difusão do regime senhorial laico para sul desse eixo, ainda mais densificado com o posicionamento das ordens militares, em especial a do Templo, a sul de Coimbra, na vertente sul da Serra da Estrela e na linha do Tejo (distritos de Castelo Branco e Santarém).
d) A ausência de um sistema de *repartimientos*, idêntico ao que foi seguida pelos monarcas castelhanos e aragoneses para a colonização e povoamento da Andaluzia ou de Valência, respectivamente, impediu que a nobreza entrasse no Alentejo ou no Algarve antes do final do século XIV, espaços maioritariamente controlados pela Coroa/Municípios ou pelas Ordens Militares.
e) As Inquirições Gerais efectuadas entre o início do século XIII e os meados do século XIV (1220–1343) demonstram que a grande maioria da propriedade nobre se situava no Norte Senhorial, isto é, entre os rios Minho e Vouga.
f) Finalmente, e este aspecto, do meu ponto de vista, é essencial para compreender o verdadeiro alcance das consequências dos pontos anteriores, a nobreza portuguesa manteve até meados do século XIV um sistema de partilha hereditária que só a difusão dos morgadios veio contrariar, mas apenas com efeitos evidentes na centúria de Quatrocentos; dito de outra forma, a divisão dos patrimónios aristocráticos, geração após geração, por todos os herdeiros independentemente do género ou do estado, pulverizou aqueles,

> impedindo a criação de grandes casas senhoriais, ricas e concentradas na mão de um único possidente, capaz de erguer com vigor um bloqueio eficaz contra as políticas régias claramente centralizadoras desde o primeiro monarca e muito reforçadas, depois, logo a partir de D. Afonso II.

Sem patrimónios avultados e muito parcelados, confinados numa área absolutamente saturada de senhorios episcopais e monásticos, os nobres portugueses pouco mais puderam fazer do que reagir num par de ocasiões, como na crise do reinado de D. Sancho II ou no final do reinado de D. Dinis, mas sem qualquer consequência palpável que efectivamente fizesse alterar o rumo da política régia, mantida ainda com mais rigor por D. Afonso IV e em boa parte continuada pelos seus sucessores. Recorde-se, aliás, que D. João I concedeu bastantes senhorios, pela necessidade de pagar auxílios e fidelidades, mas depois promoveu uma lei que permitiria a sua recuperação face à ausência de herdeiros. Bastaria, porém, a política que promoveu para assegurar o controlo da Coroa sobre as Ordens Militares (iniciada claramente por D. Dinis), para se poder afirmar que D. João I foi um monarca centralizador. São bem conhecidos os atritos entre o monarca e o Condestável, ou os exílios dos descontentes no final da década de 1390. Também não admira, se olharmos para a forma verdadeiramente faustosa como alguns desses exilados (Cunhas, Pimentéis, Silvas ou Pachecos) foram recebidos pelos monarcas castelhanos.

É verdade que, na senda dos estudos de Veiga Simões[11], o Professor Magalhães Godinho, com rara intuição, já afirmava:

> Comprimida entre a elevação do custo de vida e a centralização política, a nobreza procura no estado de guerra permanente legitimar e garantir o ascendente que vai perdendo[12].

Nos anos de 1930, ou ainda nos de 1960, supunha-se que a nobreza atravessava sérias dificuldades pela mudança de uma economia assente em rendas

---

[11] Veiga Simões, A., "Exploração ao longo da costa ocidental de África até 1460", in *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (Dir. António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias), vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, pp. 305-356 (*passim* 338-352).

[12] Godinho, V.M., *A Expansão Quatrocentista (…)*, p. 112.

agrícolas para outra onde se impunha a circulação monetária, ainda mais agravadas com a Peste Negra, a quebra da mão-de-obra e a subida dos preços e salários. É evidente que tinham razão. Mas o que aqueles ilustres historiadores, e ainda muitos outros mais recentes ignoravam, é que desde a fundação do reino o património aristocrático, individualmente, era pouco significativo, salvo algumas excepções que nunca chegaram a organizar-se como contra-poder. No mesmo sentido, por outro lado, como por exemplo aconteceu em Castela, também em Portugal não havia cidades suficientemente poderosas para se constituírem em ligas, que funcionaram em proveito próprio ao lado dos reis ou dos nobres, como ali aconteceu desde Afonso XI até aos Reis Católicos.

Em conclusão, e sem tirar qualquer mérito aos monarcas portugueses, muito pelo contrário, a verdade é que aqueles nunca tiveram que enfrentar senhores com o potencial económico e militar como os Laras ou os Haros, os Duques da Normandia ou da Borgonha, os Condes da Flandres ou os Duques de York. E mesmo quando, avançado o século xv, despontam casas com a envergadura dos Bragança ou dos Viseu, sabemos bem como terminaram, sem que daí resultasse qualquer tipo de reacção nobiliárquica. Isto não retira, entenda-se, a importância do século xv como a centúria que de facto viu despontar casas senhoriais verdadeiramente dignas desse nome. Depois de Ceuta, porém, e não depois de Aljubarrota — excepção feita ao *Condestável* —, como muitas vezes se pensa. Com efeito, será através do serviço nos palanques do Norte de África ou nas capitanias e mares orientais que a nobreza passará a merecer a magnanimidade da Coroa, sobretudo com os bens das ordens militares. Mas essa já seria uma outra questão.

Para terminar, volto a citar Magalhães Godinho que, a propósito da sua análise sobre "*Os Complexos Económicos da Europa e as Raízes Hispano-Portuguesas Medievais da Expansão*", conclui:

> Mas regressemos à Península Ibérica mais em especial. A Idade Média (cómoda expressão) assentou, pois, os alicerces de uma expansão oceânica. Pudemos detectar três grandes focos de actividades marítimas e mercantis em pleno florescimento: Biscaia e Guipúzcoa, Portugal, o Guadalquivir e Cádiz (não consideremos o Mediterrâneo). Os três com possibilidades iguais, à primeira vista pelo menos. Donde novo problema de primacial importância,

talvez mais difícil de resolver do que o da deslocação das iniciativas das cidades mediterrânicas para as cidades ibéricas atlânticas. Até Colombo, até 1492 — quando os Portugueses já tinham dobrado o cabo da Boa Esperança, logo descoberto e explorado a maior parte do Atlântico — os marinheiros bascos, e sobretudo os de Puerto de Santa Maria e Cádiz, não participaram de nenhum descobrimento; destes portos castelhanos há, é certo, alguns navios que esporadicamente seguem no encalço dos portugueses, sobretudo em tentativas, goradas, para aceder ao ouro guineense; mas navegação regular, só para as Canárias, e só nessa data tardia a ocupação efectiva do arquipélago arranca. Esse arquipélago integrara a colonização europeia por obra dos normandos. A um genovês de formação náutica portuguesa se deve a descoberta das ilhas da América Central, logo toda a expansão castelhana além Atlântico. Um capitão português é que conduz, em viagem tecnicamente preparada por portugueses, as velas de Carlos Quinto através do Pacífico, até às ilhas extremo-ocidentais. Porque é que o movimento dos descobrimentos e expansão ultramarina desabrochou nos portos do Algarve e de Lisboa, e não em Sevilha, ou Bilbau, ou La Coruña? Porque é que as etapas decisivas da expansão oceânica de Castela resultam de impulsos estrangeiros, ao contrário do que acontece em Portugal? Sem esquecer todavia que estamos no complexo da Europa atlântica, e que sem a marinharia cantábrica não seria possível Castela engolfar-se no oceano.

Responder a tais perguntas, tanta vez escamoteadas, e onde é fácil tropeçar, exige evidentemente que se analisem, não só as condições económicas, sociais, políticas e culturais que directamente levaram às navegações, conquistas e colonização além-mar, na era Quatrocentista, mas também a modelagem do devir da expansão pelo devir de tais condições[13].

Como podem calcular, não tenho a pretensão de ter respondido a semelhante conjunto de questões, para as quais seguramente me faltam os conhecimentos próprios para a especificidade do tema da Expansão. Olhando, porém, para o quadro geral da relação das coroas portuguesa e castelhana com os respectivos

[13] Godinho, V. M., *A Expansão Quatrocentista (...)*, pp. 106-107.

grupos senhoriais, em particular quando se chega ao início do século xv, estou convencido que a forma como o poder régio se impôs, em Portugal, praticamente desde a fundação do reino, face à debilidade do poder aristocrático, poderá ser uma via fecunda para clarificar alguns dos seus aspectos menos conhecidos, entre eles, talvez, e do meu ponto de vista, a conjugação de factores muito favoráveis para os monarcas portugueses, que permitiram a conquista de Ceuta em 1415 e a subsequente expansão ultramarina.

(Comunicação apresentada à classe de letras
na sessão de 12 de março de 2015)

O desígnio de intervenção social de *Orpheu* e o sentido da inclusão de Ângelo de Lima

Manuel Viegas Abreu[1]

Temos de firmar esta revista, porque ela é a ponte por onde a nossa Alma passa para o Futuro.

Fernando Pessoa[2]

INTRODUÇÃO

O objectivo principal desta comunicação é a de mostrar que a "a aventura cultural d'*Orpheu*", tendo tido na Literatura e nas Artes Plásticas o seu campo prioritário e eixo dinâmico principal de renovação e de abertura ao Futuro, integrou também um campo de intervenção social e um eixo dinâmico de renovação de mentalidades e de educação cívica que têm permanecido na sombra por um conjunto de razões ainda a identificar de forma completa. Embora o largo e persistente espectro de influência da "revolução d'*Orpheu*" no campo da Literatura e das Artes Plásticas tenha alcançado desde muito cedo a visibilidade merecida e o reconhecimento generalizado da investigação académica, da crítica literária e do público em geral, acantonar *Orpheu* nos campos das letras e das artes plásticas é limitar os propósitos de intervenção social e as perspectivas de pedagogia cívica que Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro também visaram atingir.

Ilustraremos este ponto de vista com base na análise da inclusão dos "Poemas Inéditos" de Ângelo de Lima no *Orpheu 2*, inclusão que tem sido interpretada como uma "contra-reacção" de Fernando Pessoa e de Mário de Sá-Carneiro à reacção das críticas escandalizadas dos jornais lisboetas e de alguns círculos da

[1] Sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa. Prof. Catedrático Jubilado da Universidade de Coimbra.

[2] Carta a Armando. Cortes Rodrigues, Março de 1915.

intelectualidade da capital, que consideraram os artistas d'*Orpheu* como um grupo de "paranoicos", "doidos com juízo", produzindo "Literatura de manicómio" e a necessitar de tratamento no Rilhafoles. A "contra-reacção" assumiria a forma de uma "revanche" com este sentido provocatório, que poderíamos formular assim: "Se nos consideram loucos, então vamos apresentar-vos os poemas de um 'louco verdadeiro' há muito tempo internado no Rilhafoles". Esta interpretação tem feito curso desde que Maria Aliete Galhoz a apresentou, em 1976, na "introdução" da edição de *Orpheu 2*. E tem sido reproduzida, em eco, por outros críticos e investigadores como António Quadros (1989) Manuela Parreira da Silva (2005) e Jerónimo Pizarro (2007).

A interpretação que defendemos é bem diferente. A inclusão dos poemas inéditos de Ângelo de Lima no *Orpheu 2* faz parte da intenção de "agir no psiquismo nacional", que Fernando Pessoa refere na carta a Armando Cortes Rodrigues, datada de Janeiro de 1915, a propósito do primeiro número da revista que estava, então, quase pronta a sair. Esta intenção é correlativa da ideia, ensinamento ou lição, inserta na "Ode Marítima" (1915) de que "*a vida flutuante, diversa, acaba por educar no humano*" e para a qual Richard Zenith (2014) chama lucidamente a atenção ao intitular de "Breve educação no humano" o posfácio que escreveu para a recente edição bilingue da maior das odes de Fernando Pessoa.

1. O SUCESSO DO *ORPHEU 1* E A AVALANCHE DAS "CRÍTICAS ESCANDALIZADAS"

No dia 24 de Março de 1915, nos alvores da Primavera, o primeiro número de *Orpheu* saiu da Tipografia do Comércio, na Rua da Oliveira ao Carmo, para a Livraria Brasileira, na Rua do Ouro, que, sendo a depositária, o distribuiu por outras livrarias da capital e das principais cidades do País.

O aparecimento da revista foi um estrondoso sucesso, tendo-se esgotado em três semanas. Mas o êxito ficou a dever-se em grande parte à avalanche de comentários feitos de espanto e escândalo dos críticos literários da imprensa lisboeta. Entre surpresos e atónitos, perante a dificuldade em avaliar e enquadrar, estética e conceptualmente, as inovações formais e as ousadias de conteúdo das obras publicadas no *Orpheu 1*, os críticos literários, sentinelas do estabelecido "gosto

comum", frustrados pela incapacidade de compreensão e pela impreparação de sentir e apreender a grandeza que generosamente lhes era oferecida, optaram pelo caminho mais fácil: o do ataque, da maledicência e do ridículo. Não houve texto dos "rapazes do *Orpheu*" que tivesse escapado à frustração agressiva do maldizer escandalizado. Mas os principais alvos do espanto e da chacota foram o poema "16", de Mário de Sá-Carneiro, a "Ode Triunfal" de Álvaro de Campos e, pela sua "provocadora ingenuidade", os "Frisos", poemetos em prosa do "desenhador" Almada Negreiros. Exemplo maior deste ambiente de crítica hostil é o do diário *A Capital* que, poucos dias após o lançamento da revista, publicou um longo artigo dedicado aos "Poetas de *Orpheu*" iniciado logo na primeira página com o título sensacionalista de "Literatura de manicómio". O rastilho pegou e durante semanas os "bardos d'*Orpheu*" foram apelidados de "doidos com juízo", "paranoicos" já estudados pelo Dr. Júlio Dantas no livro de 1900, "*Pintores e Poetas de Rilhafoles*", a necessitar de "alienistas" e de tratamento no hospício de "Rilhafoles".

2. A ORGANIZAÇÃO DO *ORPHEU 2* E A INTENSIFICAÇÃO DO PROPÓSITO DE INTERVENÇÃO SOCIAL E DE PEDAGOGIA CÍVICA PELA INTRODUÇÃO DE MUDANÇAS NA MENTALIDADE NACIONAL

Como é que os autores viram as críticas? Se alguns as receberam como um sinal de sucesso, por terem conseguido agitar as águas do charco e lançar ao campo sementes de inquietação, outros não terão ficado assim tão entusiasmados. De facto, Luís de Montalvor e Ronaldo de Carvalho não continuaram como directores, sendo substituídos por Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro. Acresce que Ronaldo de Carvalho não enviou colaboração para o *Orpheu 2*. Em seu lugar, e para assegurar a participação do outro lado do Atlântico, a revista inseriu 3 poemas de Eduardo Guimaraens, representante do movimento simbolista brasileiro. Por seu turno, Côrtes-Rodrigues, sendo ainda estudante da Faculdade de Letras e receando represálias de um seu professor que se manifestara muito crítico do *Orpheu*, aceitou a sugestão que Fernando Pessoa lhe deu de assinar com um outro nome os poemas para o *Orpheu 2*. Para maior dificuldade de identificação, o nome deveria ser o de mulher. E assim surgiu em cena Violante de Cysneiros!

Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro assumiram as responsabilidades da organização do novo número da revista. Sem se afastarem dos ideais de renovação estético-literária nem dos desígnios que Luiz de Montalvor atribuíra à missão de *Orpheu 1* – "revelar talentos", "unir em selecção" e "dar-se" num processo de "*procura estética de permutas entre os que nós esperamos e os que nos procuram* na busca comum do valor universal da Beleza", Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro vão dar à revista um cunho acentuadamente intervencionista, com propósitos pedagógicos, procurando agir sobre o "psiquismo nacional", contribuindo para mudar mentalidades ou para promover a "educação no humano". Nota-se em *Orpheu 2* uma implícita necessidade ou uma convicta vontade de intervir na sociedade e de nela abrir portas ao futuro, ousando rasgar novos caminhos à cultura e à cidadania.

Neste contexto, e em resposta ao coro de vozes escandalizadas e inquietas, cujas críticas não se baseavam em critérios de análise conceptual ou estética, procuraram ir mais longe na linha da inquietação, ao incluírem no *Orpheu 2*, com algum propósito de provocação, duas obras suas a "Ode Marítima" e o poema "Manucure", este com declarada intenção de "blague", embora uma "blague" mitigada porque nos poemas de Sá-Carneiro afloram sempre expressões de vivências suas de uma indubitável autenticidade.

Mas o propósito de "agir no psiquismo português" tinha uma ambição mais ampla e mais profunda do que a de "deixar espantado o pequeno burguês", o "bota d'elástico" ou o "lepidóptero" na designação original de Sá-Carneiro. Para além da ambição de suscitar a abertura da mentalidade portuguesa ao cosmopolitismo, e de afirmar uma identidade universalista da cultura nacional, Fernando Pessoa teve o desígnio de chamar a atenção para temas que até então não tinham entrado em cena na Literatura Portuguesa, e que permaneciam ou temas "tabu", intocados e intocáveis, ou temas insuficientemente debatidos ou mal colocados. Os primeiros reportam-se sobretudo a questões sobre a sexualidade humana, e os segundos incidem prioritariamente sobre as relações entre génio e loucura.

Importa de imediato tornar claro que a chamada de atenção para estes temas não surge de forma desgarrada ou incidental, fora das preocupações maiores de Fernando Pessoa e de Mário de Sá-Carneiro, não sendo de modo algum estranha ao ímpeto modernista intrínseco não apenas à génese e ao desenvolvimento da obra literária dos dois poetas, mas também ao ímpeto criador dos modernistas em geral.

3. UMA CARACTERÍSTICA FUNDAMENTAL DO MODERNISMO: A DESCENTRAÇÃO DAS PREOCUPAÇÕES SOBRE OS MISTÉRIOS DA NATUREZA E A FOCALIZAÇÃO SOBRE OS MISTÉRIOS DO "EU" E DO PSIQUISMO HUMANO

Se do ponto de vista da forma, o Modernismo se caracteriza pela "fusão" das diversas formas e géneros literários, pela transgressão das normas distintivas entre poesia e prosa, pela liberdade no uso literário das palavras e ainda pela aproximação entre literatura e Artes Plásticas (Martins, 1994), do ponto de vista do *conteúdo* o Modernismo alarga fronteiras temáticas e ousa a liberdade de enfrentar, de explorar e de exprimir realidades que até então tinham sido pouco afloradas pela literatura. E em lugar dominante surge a realidade complexa do EU, do "mundo interior", com os seus labirintos, as suas sombras, incertezas e perplexidades, mas também com a consciência da força criadora dos seus talentos, dos seus sonhos e ideais de Beleza. O "homem-artista" defronta-se com as suas fragilidades "demasiado humanas", a sua singularidade, a sua solidão e a sua tristeza, mas ao mesmo tempo reconhece as suas potencialidades de criador de Arte, e toma esta realidade complexa como *conteúdo* das suas indagações, procurando por meio delas "aumentar" não apenas o conhecimento de si mesmo, mas também "a autoconsciência humana", ou seja, a "autoconsciência" da complexidade, das flutuações e da diversidade da vida humana. E este conteúdo novo oferece às gerações modernistas matéria não apenas para a "poiesis" mas também para a orientação de Vida no quadro contingente da sua diversidade e das suas imprevisíveis flutuações.

Importa notar que a indagação psicológica do "mundo interior", a "introspecção" ou a "auto-psicanálise" de Mário de Sá-Carneiro foi bastante diferente da que foi realizada por Fernando Pessoa.

Se a indagação psicológica do "mundo interior" ou a "auto-psicanálise" de Mário de Sá-Carneiro foi feita de intuição, a de Fernando Pessoa foi feita de reflexão, de estudo e de análise crítica de muitos livros de Psiquiatria, Psicologia e Psicopatologia em circulação na época. Nenhum escritor português até ao começo do século XX estudou e analisou criticamente a literatura psicopatológica e psiquiátrica coeva como Fernando Pessoa.

A descoberta do Eu é correlativa da descoberta do Outro no interior de si e dos outros fora de si. A análise do Eu alarga-se à análise dos outros homens e do

homem em geral. O Homem, na complexidade, diversidade e heterogeneidade das suas relações consigo mesmo, com os outros e com as circunstâncias de vida passa a constituir o conteúdo novo característico do Modernismo. A diferenciação em relação ao Romantismo é manifesta. Com efeito, se uma das características maiores do Romantismo consiste na admiração do Homem perante os mistérios da Natureza e a insondável grandeza do Universo, agora é substituída no Modernismo pela admiração do Homem pelo próprio Homem, pela curiosidade perante os mistérios do seu psiquismo e pela indagação das misérias e das insuspeitadas grandezas do seu "mundo interior". Trata-se indubitavelmente de uma "revolução antropológica" conduzida por intermédio de uma indagação psicológica e, no caso de Fernando Pessoa, de uma persistente investigação e preocupação psicopatológica (Pizarro, 2007). Neste contexto, faz parte intrínseca da posição modernista o interesse pelos processos e conteúdos psicológicos envolvidos em todo o trabalho de criação artística, tornando deste modo válida a referência a estes processos e conteúdos na análise crítica das obras de arte.

4. O SENTIMENTO DE UMA PROXIMIDADE ENTRE OS HUMANOS E DE UMA PARTILHA DE DESTINO COMUM: ALGUMAS DAS RAZÕES DA INCLUSÃO DE ÂNGELO DE LIMA

Feito este excurso sobre a viragem psicológica e antropológica do Modernismo, que o diferencia das diversas variantes do Neo-Romantismo (ultra-simbolismo, saudosismo e lusitanismo), voltemos à análise das alterações que Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro introduziram na orientação do *Orpheu 2*, embora elas não tenham sido anunciadas de forma explícita. No plano da renovação estética, acentua-se a maior abertura às ousadias gráficas e plásticas "interseccionistas" de que são exemplo a inclusão do poema "Manucure" de Mário de Sá-Carneiro e a reprodução dos quadros "cubistas" de Santa-Rita Pintor. Mas a novidade maior sobre a qual pretendemos focar a nossa análise, e que não tem merecido a atenção que lhe é devida, reporta-se ao carácter mais acentuado de intervenção social, com o nítido objectivo de agir sobre o "psiquismo nacional", agitando as mentalidades instaladas na rotina da "vida normal" no sentido de promover a "educação no humano", ou seja, o reconhecimento, a compreensão e a valorização da complexidade,

diversidade e flutuação das circunstâncias, escolhas e projectos de vida. Concebido como um instrumento de "prática social", *Orpheu 2* ganhou um cunho acentuadamente intervencionista, com um propósito pedagógico que o próprio Fernando Pessoa enunciou na "Ode Marítima": "*A vida flutuante, diversa, acaba por nos educar no humano*". E a finalidade do intuito pedagógico é também aí explicitamente enunciada, consistindo em suscitar solidariedade e compaixão activa pela condição de cada homem e de todos os homens, que todos são, nas diversas "flutuações de vida", "*pobre gente, pobre gente, toda a gente*"!

E são diversas as "flutuações de vida" que Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro colocam à contemplação e à reflexão dos leitores de *Orpheu 2*. Iremos aqui analisar duas delas: uma incide sobre a temática da sexualidade humana, temática directamente suscitada pela publicação de "Atelier-Novela Vertígica" da autoria de Raúl Leal, e uma segunda diz respeito à temática das relações entre criação artística e perturbações psicopatológicas ou entre "Génio e Loucura", temática que a inclusão dos "Poemas inéditos" de Ângelo de Lima convida a reflectir.

5. A TEMÁTICA DA SEXUALIDADE HUMANA NA ANTÍSTROFE DA "ODE MARÍTIMA" E EM "ATELIER-NOVELA VERTÍGICA" DE RAÚL LEAL

A temática em torno da sexualidade humana aparece no *Orpheu 2* na segunda secção ou antístrofe da "Ode Marítima" e, de forma mais nítida, em "Atelier-Novela Vertígica" de Raúl Leal.

No contexto da indagação, característica do Modernismo, sobre a complexidade da vida do Homem, tanto na acepção da sua universalidade quanto na heterogeneidade da sua singularização individual, a sexualidade humana na diversidade das suas manifestações não podia deixar de ser objecto de consideração atenta quer do ponto de vista científico, ou do conhecimento sobre uma realidade próxima, quer do ponto de vista estético, como tema de criação artística.

É suficientemente conhecido que as questões respeitantes à sexualidade ocuparam um lugar de relevo nas produções literárias dos dois directores de *Orpheu 2*. O estudo de Fátima Inácio Gomes (2006) sobre *O imaginário sexual na obra de Mário de Sá- Carneiro* é, a este respeito, muito elucidativo.

Foquemos por isso a nossa atenção na novela de Raúl Leal, que parece ter passado despercebida no seu potencial inovador. E cabe esclarecer que este potencial inovador não transparece tanto na sua forma literária quanto no seu conteúdo, por não ser ele menos provocador do que a "Ode Marítima" ou "Manucure". Com efeito, se do ponto de vista literário a sua qualidade pode ficar aquém do que seria a marca desejada, a sua inclusão introduz na cena literária a questão da sexualidade humana, na diversidade das suas manifestações e das suas oscilações relativamente ao padrão socialmente considerado normal. Embora envolta no contexto de admiração da beleza e da criação artística, a afeição homossexual do modelo pelo artista é por ele abertamente declarada. Após recusa do artista, é deste que a afeição homossexual pelo modelo se apodera impetuosa e a sua recusa inicial volve-se em manifesta aceitação. Chega, porém, a vez de ser o modelo a suspender a realização do desejo mútuo e no final da carta que, passados dias, escreve ao artista, pede-lhe que afastem a sua concretização evitando a "banalização" em nome do ideal de beleza: "Sejamos estetas, vivamos eternamente do desejo que, só ele, personaliza a alma, para a nossa vista espiritual gigantesca tornando-a!… É estranho o meu pedido, mas, acaso, estranha não é a Vertigem da Existência?".

Este final da novela é susceptível de retirar força à hipótese linear de ela poder ser considerada como uma defesa da homossexualidade, não obstante a sua problematização se encontrar explicitamente exposta.

São conhecidos os desenvolvimentos que este tema teve alguns anos mais tarde, após a publicação de *Sodoma Divinizada*, em 1923, por Raúl Leal. As críticas dos "zeladores dos bons costumes" e os ataques maledicentes do "Manifesto dos Estudantes das Escolas Superiores de Lisboa", acusando Raúl Leal de "paranoico", levaram Fernando Pessoa a intervir de forma veemente "em defesa da dignidade de um homem honrado", fazendo publicar o folheto "*Sobre Um Manifesto de Estudantes*" (Simões, J.G., 1950, p. 521).

6. O SENTIDO DA INCLUSÃO DE ÂNGELO DE LIMA ENTRE OS POETAS DE *ORPHEU*

A inclusão entre os poetas de *Orpheu* de Ângelo de Lima, um poeta diagnosticado como "doente mental", tem sido interpretada pela grande maioria dos

investigadores com uma "contra-reacção" provocatória às críticas generalizadas que consideravam *Orpheu 1* como "literatura de manicómio". Referimos já que, segundo esta interpretação, os novos directores da revista teriam optado por responder à provocação das críticas com outra provocação, numa atitude "revanchista" com pagamento na mesma moeda: se nos consideram um grupo de poetas loucos a precisar de internamento no Rilhafoles, aqui têm um poeta louco, um "louco real", há muito internado no Rilhafoles.

Julgamos não ser este o sentido prioritário da inclusão de Ângelo de Lima entre os poetas de *Orpheu*, inclusão intencionalmente sublinhada pela publicação dos seus "Poemas Inéditos" logo a abrir o número 2 da revista. Nunca o fariam se considerassem que os poemas de Ângelo de Lima não preenchiam plenamente os critérios de "arte avançada", inovadora, valiosos exemplares de ultra-simbolismo que a revista acolheu juntamente com obras de carácter futurista, tal como refere Fernando Pessoa na carta a Camilo Pessanha, datada de Julho de 1915, a convidá-lo a participar no *Orpheu 3*, que infelizmente ficou tarefa inacabada.

Ao trazerem Ângelo de Lima para o seu convívio e ao decidirem que *Orpheu 2* abrisse com os seus "Poemas inéditos", Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro tiveram o objectivo muito sério de mostrar que as pessoas com diagnóstico psiquiátrico têm talentos literários de elevado merecimento, que permanecem quase sempre ignorados, incompreendidos e desvalorizados. Mais do que o propósito de "irritar" e "enfurecer", o que tinham já mostrado saber fazer com sucesso, os novos directores de O*rpheu* moveram-se pelo propósito maior de revelar e de valorizar o talento artístico de uma pessoa que permanecia marginalizada pelo seu prolongado internamento devido à sua condição de doente psiquiátrico. Tratou-se, pois, de um claro propósito de intervenção social e cívica com uma finalidade pedagógica explícita que perfeitamente se enquadra na ideia de "educação no humano" enunciado por Fernando Pessoa na "Ode Marítima".

No contexto deste objectivo de intervenção social e cívica, Fernando Pessoa pretendeu mostrar à crítica psiquiátrica quanto as suas concepções negativistas acerca das qualidades estéticas das obras de pessoas doentes mentais estavam erradas. É sobejamente conhecido que Fernando Pessoa desde que chegou a Lisboa, em 1905, regressado definitivamente da África do Sul, dedicou longos anos ao estudo de obras de psiquiatria, psicologia geral e psicopatologia com o duplo objectivo de autoconhecimento, por um lado, e de investigação, por outro lado, sobre

as eventuais relações entre características incomuns de sensibilidade emocional, susceptíveis de serem consideradas como desvios em relação à sensibilidade normal, e as características de certas obras de arte e, até mesmo, as características da personalidade dos seus criadores e dos respectivos processos de criação. Dos conhecimentos cruzados decorrentes, por um lado, da análise aprofundada das obras de grandes escritores, a alguns dos quais Pessoa atribuiu o estatuto de artistas geniais, e, por outro lado, dos conhecimentos resultantes do estudo da psiquiatria e da psicologia patológica, Fernando Pessoa defendeu a existência de ligações entre a criação artística e algumas modalidades incomuns de sensibilidade tidas como perturbações psicopatológicas, desde as nevroses às psicoses.

Fernando Pessoa reconheceu e afirmou a existência de laços entre manifestações de Génio e características de Loucura. Pode pensar-se que este reconhecimento não difere, nas suas consequências, das posições que a psiquiatria defende, ao afirmar igualmente a existência de uma tal relação, designadamente no que respeita à análise e à avaliação das obras de arte.

De facto, a psiquiatria positivista, pela voz de Max Nordau (1849–1923), nega valor artístico às obras dos poetas decadentistas e simbolistas com base na linguagem vaga, nebulosa e doentia que é considerada sintomática de uma sensibilidade degenerada. Por seu turno, Júlio Dantas, que de resto não refere nem cita a obra de Max Nordau na sua tese de 1900, *Pintores e Poetas de Rilhafoles,* defendeu idêntica visão ainda com maior veemência. Segundo Júlio Dantas, os alienados não produzem, por natureza, obras de valor artístico. E nos casos em que os seus desenhos, pinturas, composições poéticas ou narrativas são merecedoras de alguma atenção, uma análise aprofundada acabará por identificar elementos mórbidos que as desqualificam como obras de arte. Segundo Júlio Dantas, as verdadeiras obras de arte não contêm elementos mórbidos, uma vez que são sempre elaboradas integralmente em conformidade com as regras consagradas. Há assim uma "arte dos loucos", uma "arte degenerada", radicalmente distinta da "arte dos normais", uma arte sadia, assim como são diferentes, por natureza, as pessoas alienadas, degeneradas, mentalmente doentias, por um lado, e as pessoas normais, lúcidas, sensatas e sadias, por outro.

Na perspectiva "normativa" da psiquiatria positivista, as obras dos simbolistas e dos decadentistas sendo obras de mentes doentes ou degeneradas, obcecadas por imagens do "vago", do "subtil" e do "obscuro", não têm valor artístico,

não devendo ser consideradas como verdadeiras obras de arte. Além de destituir as obras dos artistas degenerados de valor estético, a perspectiva da psiquiatria coeva considera-as nefastas à vida social segundo o respeito pelos princípios e regras da moral que têm presidido ao progresso da civilização. Ao inovar, ao abrir-se a realidades simbólicas onde a luz da razão se confronta com os seus limites, a arte degenerada apresenta-se perigosa ao contribuir para a difusão de degenerescência individual e social.

Opondo-se radicalmente a esta posição, Fernando Pessoa defende que não é o facto de as obras dos poetas simbolistas e decadentistas utilizarem uma linguagem inovadora, incomum, vaga, nebulosa que justifica um juízo de desvalor estético sobre a obra. O diagnóstico psiquiátrico não constitui critério de avaliação estética de uma obra literária ou de uma obra de arte em geral. Tanto a arte das pessoas "degeneradas" ou "doentes mentais" como a arte das pessoas "sadias" constituem modalidades de arte, embora cada uma delas apresente características específicas que permitem diferenciar-se quer nos seus temas e conteúdos, quer nos seus processos originais de criação e de transmissão de beleza. De igual modo, as pessoas que sofrem de "doenças mentais" e as pessoas consideradas "mentalmente sadias" comungam da mesma natureza humana, diferenciando-se não por possuírem naturezas diferentes, mas pela complexidade de interacções de factores internos e de factores externos que permite a emergência de múltiplas constituições intermédias entre o normal e o patológico todas elas assumindo características singulares e únicas. É esta unidade na multiplicidade das formas diversas de ser e de existir que possibilita e fundamenta os sentimentos de fraternidade universal, de solidariedade e compaixão perante todas as pessoas que sofrem: *"a pobre gente, pobre gentem toda a gente"*.

A inclusão dos poemas inéditos de Ângelo de Lima no número 2 do *Orpheu* constitui a resposta mais adequada, não apenas às críticas pseudoliterárias da grande maioria dos jornais coevos da capital, mas sobretudo às concepções dicotómicas entre arte degenerada e arte verdadeira e, correlativamente, entre pessoas mentalmente doentes e pessoas mentalmente sãs, com repercussões práticas nefastas, tanto no plano individual como no plano social, porque altamente estigmatizadoras.

Estão ainda por esclarecer as circunstâncias que terão levado Fernando Pessoa ao conhecimento de Ângelo de Lima e da sua produção poética. É provável que

Fernando Pessoa tenha tido conhecimento dos poemas de Ângelo de Lima por intermédio de publicações soltas em revistas dos anos finais do século XIX. Na *Ilustração Portuguesa* de 1911, Albino Forjaz de Sampaio, amigo de escola de Ângelo de Lima num artigo intitulado "Um poeta no Rilhafoles" publica o soneto "Pára-me de repente o pensamento", que Fernando Pessoa considerou, em 1935, um dos maiores sonetos da Literatura Portuguesa.

Menos provável é a hipótese de Fernando Pessoa ter conhecido pessoalmente Ângelo de Lima no hospício de Rilhafoles por ocasião em que sua avó paterna Dionísia de Seabra esteve aí internada durante algum tempo, provavelmente em 1907 ou 1908.

Fosse como fosse, o certo é que, ao ler os poemas de Ângelo de Lima, Fernando Pessoa reconheceu nele o timbre do "génio" criador, a marca da individualidade renovadora, o ímpeto da originalidade e da "doença do Novo". O entusiamo vibrante de Mário de Sá-Carneiro não foi menor: a decisão de incluir os poemas de Ângelo de Lima no número 2 do *Orpheu* foi uma opção partilhada.

A inclusão de Ângelo de Lima no *Orpheu 2*, a Revista literária de sucesso que estava a dar que falar nos meios jornalísticos e intelectuais de Lisboa e de outras cidades do País, não trouxe mudanças significativas na melhoria das suas condições de vida: Ângelo de Lima continuou internado no hospício Miguel Bombarda. Mas trouxe-lhe, sem dúvida, o reconhecimento e a consolação de saber que os seus poemas eram apreciados, admirados e acolhidos numa importante Revista de Literatura.

Sabe-se que, apesar de permanecer internado, Ângelo de Lima continuou a escrever poemas que poderiam ser publicados em próximos números da Revista. Mas por influência de uma complexa constelação de condições nefastas, os directores da Revista tiveram de decidir o seu termo. *Orpheu* deixara de existir e Ângelo de Lima não mais voltou a pedir autorização à direcção do hospital para poder participar nas tertúlias literárias e conviver com "os seus amigos do *Orpheu*", aos quais dedicou o soneto "*Edd'ora Addio… – Mia Soave!…*!".[3]

[3] "*Aos meus amigos d'ORPHEU*" foi a dedicatória simples, mas significativa que Ângelo de Lima antepôs ao seu emblemático poema acima referido como prova de gratidão pelo convite em participar e pelo convívio humano que os rapazes do *Orpheu* lhe proporcionaram e que ele muito gostaria de ter podido prolongar.

E internado permaneceu até 21 de Novembro de 1921, o último dia de uma vida aprisionada.[4]

A admiração que Fernando Pessoa dedicou aos poemas de Ângelo de Lima permaneceu ao longo da sua vida. Atesta-o a nota que Pessoa escreveu em 1935, no próprio ano da sua morte, e publicada no número 3 da revista "SW" com que Almada Negreiros, seu director, pretendeu celebrar a passagem de duas décadas sobre a aparição pública de *Orpheu*. Nessa nota significativamente intitulada "Nós, os de Orpheu", Fernando Pessoa referiu-se a Ângelo de Lima do modo que passamos a citar:

> *"De Ângelo de Lima, como nada descobríssemos de inédito, decidimos publicar aquele extraordinário soneto – dos maiores da língua portuguesa – em que o poeta descreve a sua entrada na loucura, em que longos anos viveu e em que morreu. O soneto, se não é inédito, está, contudo, esquecido. Publicando-o, não deixamos de, saudosamente, fazer lembrar quem, não sendo nosso, todavia se tornou nosso".*

Dizer de Ângelo de Lima que ele se tinha tornado "um dos de Orpheu" significa reconhecer a sua identidade poética e o seu lugar na História da Literatura, a sua pertença e integração numa comunidade de grandes poetas. Paralelamente, no plano da "prática social" e da "educação no humano", significa também a recusa da marginalização, do esquecimento e da exclusão das pessoas nas mesmas condições de Ângelo de Lima. O que pretendemos aqui assinalar e valorizar, para além da relevância no plano da Literatura, é o sentido de intervenção social e de pedagogia cívica que a atitude de integração de Ângelo de Lima como um dos poetas de *Orpheu* indiscutivelmente comporta. Uma atitude inovadora com uma *mensagem* social muito forte e que ainda hoje permanece actual a interpelar concepções e práticas ainda dominantes entre nós em relação a pessoas com o diagnóstico de doentes mentais. Ao terminar a referida nota, Fernando Pessoa escreveu a afirmação sobejamente conhecida: "*Orpheu* acabou. *Orpheu* continua", com ela

[4] As condições de tratamento psiquiátrico então disponíveis não permitiam vislumbrar nem o encerramento das grandes instituições asilares nem a integração dos doentes mentais na comunidade. A hospitalização, o internamento compulsivo e prolongado permaneceram durante anos como as formas de tratamento dominantes. Só recentemente é que ocorreu o encerramento do Hospital Miguel Bombarda em que Ângelo de Lima viveu 20 anos aprisionado.

pretendendo significar que, embora a publicação da revista tivesse tido o seu fim, o espírito e os ideais que a tinham animado permaneciam válidos e influentes. A publicação de *Orpheu*, enquanto Revista literária, estava extinta, constituindo uma tarefa acabada. Porém, a missão de inovar, de criar coisas novas, de renovar mentalidades, de promover a educação no humano, é inextinguível, constituindo uma tarefa aberta, geradora de dinamismo mobilizador para enfrentar as flutuações da vida e os desafios do futuro. Neste contexto da celebração do Centenário de *Orpheu*, ao lembrar e fazer lembrar Ângelo de Lima como poeta da geração d'*Orpheu*, importa afirmar que tanto a valorização como a inclusão plena na comunidade de pessoas com doença mental continuam a constituir uma tarefa inacabada, a exigir da sociedade portuguesa uma coragem de intervenção cívica e uma vontade de educação no humano, similar à que levou Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro a chamarem Ângelo de Lima para o seu convívio, a reconhecerem e valorizarem o seu talento, acolhendo-o entre os poetas de *Orpheu*. É também neste sentido de intervenção social que *"Orpheu continua"* vivo, actual e influente!

Comunicação apresentada à Casse de Letras
na sessão de 15 de abril de 2015.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, M. V., *Mário de Sá-Carneiro – Esboço de uma biografia interior*. Tese de licenciatura mimeografada. Faculdade de Letras, Coimbra. 1960.

Abreu, M. V., *Mário de Sá-Carneiro na Universidade de Coimbra*. Fundação Eng.º António de Almeida, Porto. 1990.

Dantas, J., *Pintores e Poetas de Rilhafoles*, Lisboa, Liv. Editora Guimarães, Libânio & Cª. 1900.

Dias, M. T., *Mário de Sá-Carneiro. Fotobiografia*. Lisboa, Quimera Editores. 1988.

Galhoz, M. A., "Introdução" à 2.ª reedição de *Orpheu 2*, Lisboa, Edições Ática. 1976.

Galhoz, M. A., *Mário de Sá-Carneiro. Vida, Obra, Universo poético*. Lisboa, Editorial Presença. 1963.

Gomes, F.I., *O imaginário sexual na obra de Mário de Sá- Carneiro.* Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006.

Guimarães, F., "Acerca da Poesia de Ângelo de Lima", Prefácio a *Poesias Completas de Ângelo de Lima*. Lisboa, Assírio & Alvim. 2003.

Leal, R., (1915), "Atelier-Novela Vertígica" in *Orpheu 2*, 2.ª reedição, Lisboa, Ática,1976, p. 47-56.

Leal, R., *Sodoma Divinizada-Leves reflexões teometafísicas sobre um artigo*. Lisboa, Olissipo Editora, 1923.

Lima, A. (1915), "Poemas inéditos" in *Orpheu 2,* 2ª reedição, Lisboa, Ática,1976, p. 9-19.

Lima, A., *Poesias Completas.* Lisboa, Assírio & Alvim, 2003.

Martins, F. C., *O Modernismo em Mário de Sá-Carneiro*. Lisboa Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1994.

Narciso, S., "Estes versos antigos que eu dizia". A tragédia de Ângelo de Lima no contexto do *Orpheu*. In *O ano do Orpheu 1915*. Lisboa, Tinta da China, 2015.

Negreiros, A., 1915, "Frizos", in *Orpheu 1*, 2.ª reedição, Lisboa, Ática, 1971, pp. 69-82.

Neves, M. S., "Raúl Leal (Henoch). O mais louco dos loucos do Orpheu" In *O ano do Orpheu 1915*. Lisboa, Tinta da China, 2015.

Nordau, M., *Dégénérescence*. (trad.do alemão por Auguste Dietrich), Paris, Alcan, 1894.

Orpheu I, 2.ª reedição, Lisboa, Ática, 1971.

Orpheu 2, 2.ª reedição, Lisboa, Ática, 1976.

Pessoa, F., Carta a Armando Côrtes-Rodrigues (Março de 1915) in *Cartas de Fernando Pessoa a Armando Côrtes-Rodrigues,* Lisboa, Confluência,1945.

Pessoa, F., "Ode Marítima", in *Orpheu 2* (1915), 2.ª reedição, Lisboa, Ática,1976, p. 67-107.

Pessoa, F. "Mário de Sá-Carneiro" in *Athena,* Nov. 1924.

Pessoa, F., "Nós, os de Orpheu", in "SW-Sudoeste", N.º 3, 1935.

Pessoa, F., *Escritos sobre Génio e Loucura,* Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006.

Quadros, A., "Introdução à vida e obra poética de Mário de Sá-Carneiro", In *Obra Poética de Mário de Sá-Carneiro*. Lisboa, Pub. Europa-América. 1985.

Quadros, A., *O Primeiro Modernismo Português. Vanguarda e Tradição*. Mem Martins, Pub. Europa-América. 1989.

Pizarro, J., *Fernando Pessoa: entre génio e loucura*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda. 2007.

Sá-Carneiro, M. (1915), "Manucure", in *Orpheu 2,* 2ª reedição, Lisboa, Ática,1976, p. 25-30.

Sá-Carneiro, M., *Cartas a Fernando Pessoa*, Vol. I e II, Lisboa, Edições Ática, 1958, 1959

Sampaio, A. F., "Um poeta no Rilhafoles" in *Ilustração Portuguesa*. 1911.

Silva, M. P., *Realidade e ficção: para uma biografia epistolar de Fernando Pessoa*. Lisboa, Assírio e Alvim. 2005.

Simões, J. G., *Vida e obra de Fernando Pessoa. História de uma Geração*. 2.ª edição revista. Lisboa, Liv. Bertrand. 1959.

Zenith, R., "Breve Educação no Humano". Posfácio a *Ode Marítima* de Fernando Pessoa – Álvaro de Campos, Lisboa, Clube do Autor, S.A. 2014.

Considerações sobre a acta do prémio "Antero de Quental" (1934) desaparecida durante oitenta anos

Artur Anselmo

Ao longo da minha carreira docente, na Europa e no Brasil, vezes sem conta incitei alunos de mestrado e de doutoramento a tentarem localizar, nos arquivos do antigo SPN[1], a acta do júri que, em Dezembro de 1934, atribuiu o "Prémio Antero de Quental". Várias tentativas se fizeram para encontrar a famosa acta, graças à qual, enfim, se faria luz acerca das condições em que a *Mensagem* de Fernando Pessoa foi liminarmente afastada da competição, embora posteriormente recuperada por António Ferro. Tudo em vão: na Biblioteca Nacional e na Torre do Tombo não havia vestígios das pastas do arquivo do SPN em matéria de prémios literários; em mãos particulares, às quais foram parar documentos preciosos de organismos extintos pela mudança de regime político em 1974, também não — e estranho seria que tivesse entrado no mercado, sem notícia visível, uma peça que continuava inédita há oitenta anos.

Do conteúdo da acta, porém, alguma coisa se sabia, graças às informações recolhidas, à época do prémio, no *Diário de Lisboa* e, por outro lado, às escassíssimas recordações pessoais de Fernanda de Castro sobre o assunto. Uma síntese minuciosa de quanto chegara até aos nossos dias foi revelada por José Blanco, por via electrónica, no "Portal Pessoa". Este investigador — sem dúvida um dos melhores conhecedores da vida e obra de Fernando Pessoa — deixou escrita em 2006 uma frase que a todos continuava a intrigar. "Só a leitura da acta completa do júri do Prémio Antero de Quental — afirmava então José Blanco — poderá, eventualmente, trazer algumas clarificações para o que se passou. Mas ainda me não foi possível encontrar pistas seguras sobre o paradeiro e a acessibilidade das actas, que talvez ainda se encontrem nos arquivos do antigo SPN. Ficará, pois, para uma nova investigação e, de momento,

[1] Secretariado da Propaganda Nacional (1933–1951), mais tarde designado por Secretariado Nacional da Informação (1951–1972) e depois por Secretaria de Estado da Informação (1972–1974).

temos de contentar-nos com os extractos que delas foram publicados nos jornais da época".

Ora, estando as coisas neste ponto-morto, imagine-se o alvoroço que senti quando Rita Ferro me disse que, na Fundação António Quadros (animada exemplarmente por sua irmã Mafalda Ferro), existia uma fotocópia do primeiro livro de actas do SPN, no qual, nas folhas 9 a 13, pode ler-se:[2]

ACTA NÚMERO QUATRO

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de mil novecentos e trinta e quatro, pelas quinze horas e um quarto, reuniram-se, no gabinete do Director do Secretariado da Propaganda Nacional, os membros do júri do "Prémio Literário de Antero de Quental" (Poesia), Excelentíssimos Senhores Acácio Paiva e Doutor Mário Beirão. Estavam também presentes os Excelentíssimos Senhores António Ferro, Director do Secretariado da Propaganda Nacional, e eu, António de Menezes, que servi de Secretário. Os Excelentíssimos Senhores Dona Teresa Leitão de Barros e Doutor Alberto Osório de Castro enviaram os seus votos por escrito.

Aberta a sessão, o Senhor António Ferro leu o regulamento do mesmo Prémio, tendo feito algumas considerações sobre a instituição dos Prémios Literários do Secretariado da Propaganda Nacional, no presente e no futuro. Em seguida leu a lista dos candidatos que eram os seguintes: Primeira Categoria (mais de cem páginas) os Excelentíssimos Senhores Fernando Pessoa, com o livro Mensagem*; Fausto José, com o livro* Síntese*; Hugo Rocha, com o livro* Rapsódia Negra*; Vasco Reis, com o livro* A Romaria*; Pedro Homem de Melo, com o livro* Caravela ao mar*; Silva Tavares, com o livro* Gente humilde*; Carlos Pacheco, com o livro* Primeira entrevista de dois amantes*; António Guerra, com o livro* Tomar lendário*; Rodrigo de Melo, com o livro* Seiva*; Marques Matias, com o livro* Água do meu poço*; Joaquim Costa, com o livro* Melodias na sombra*; Jaime*

[2] O meu agradecimento às netas de António Ferro é tanto maior e mais sentido quanto é facto que em parte alguma encontrei dados pelos quais alguém atestasse ter tido conhecimento integral do texto da acta. Esta proveio do espólio de Fernanda de Castro, a mulher de António Ferro, que juntou à acta o Regulamento do Prémio Antero de Quental e o discurso proferido pelo marido na cerimónia da entrega dos prémios, em 21–2–1935.

Cunha, com o livro Chama da pátria*; Bramão de Almeida, com o livro* Maré alta*, e José Luís de Caldas, com o livro* Arraial minhoto*. À segunda categoria (menos de cem páginas), os Excelentíssimos Senhores: Augusto Ferreira Gomes, com o livro* Quinto Império*; Araújo Pereira, com o livro* À sombra da tarde*; Afonso Simões, com o livro* Contos rústicos*; Osório Goulart, com o livro* Um Lusíada*; Ramiro Guedes de Campos, com o livro* Credo*; Alfredo César, com o livro* Maravilhas da História de Portugal*; António Cardim, com o livro* Lago azul*, e António Botto, com o livro* Ciúme*. O júri, a seguir, examinou as obras referidas, considerando fora dos termos do regulamento, para a primeira categoria, os livros* Melodias na sombra*, por se tratar duma colectânea de versos já publicados noutros volumes;* Água do meu poço*, por ser inferior a cem páginas, e* Mensagem *pelo mesmo motivo, visto que o corpo do livro acabava na página número noventa e seis. Procedendo depois a um exame de valores, foram excluídos os livros* Síntese, Gente humilde, Chama da Pátria, Maré alta, Seiva, Tomar lendário, Arraial minhoto *e* Primeira entrevista de dois amantes*. O Secretário leu, então, as seguintes cartas, que contêm os votos da Excelentíssima Senhora Dona Teresa Leitão de Barros e do Excelentíssimo Senhor Doutor Alberto Osório de Castro:*

"Lisboa, 28 de Dezembro de 1934. — Ex.mo Senhor Presidente do júri encarregado de atribuir o "Prémio de Antero de Quental" (Poesia), instituído pelo Secretariado da Propaganda Nacional. — Impossibilitada, por motivo de força maior, de comparecer na reunião do júri, presidido por V. Ex.ª, venho, por este meio, apresentar o meu parecer sobre as obras concorrentes que julgo melhor merecerem, dentro das respectivas categorias em que foram incluídas, as recompensas destinadas ao Prémio de Antero de Quental. Em minha opinião, a obra que, dentro da primeira categoria, julgo satisfazer melhor, pelo seu alevantado cunho nacionalista e pela sua beleza literária, ao espírito que ditou a instituição do Prémio de Antero de Quental, é a intitulada Mensagem*, de Fernando Pessoa. Dentro da segunda categoria — em que, conforme a letra do Regulamento, só deveriam ter sido admitidos poemas ou poesias soltas — parece-me merecedora da prometida recompensa a poesia* Credo*, de Rodrigo Guedes de Campos, apresentada em exemplar dactilografado. Expressa a minha desvaliosa opinião — que procurei basear numa atenta leitura de todas as obras, na boa compreensão do pensamento que ditou a criação deste género de prémios e no possível alheamento de quaisquer simpatias ou afinidades espirituais —, seja-me permitido manifestar o meu maior apreço por algumas das obras apresentadas a concurso, que me pareceram consoladoras certezas da forte vitalidade da poesia portuguesa*

e, sobretudo, da existência de um núcleo de poetas moços de alto valor e dignos de todo o estímulo. Quero mesmo afirmar que só o respeito pela letra do Regulamento a que obedeceu este concurso — no qual se expressa a intenção de premiar uma obra de exaltação nacionalista —, me levou a não hesitar na escolha do livro que devia merecer a prometida distinção. É possível que, mesmo sem essa exigência, eu escolhesse da mesma maneira, em última análise, a obra Mensagem *— porque ela é, na verdade, rica de conceito e de intenção, ainda que pouco acessível a muitas sensibilidades —, mas, atendendo ao espírito que ditou as bases do concurso, a minha tarefa simplificou-se e a minha consciência ficou livre de qualquer preocupação de involuntária injustiça. Para a hipótese de o júri presidido por V. Ex.ª desejar fazer qualquer bem merecida e honrosa menção doutras obras dignas de louvor especial, cito, sem destrinça de mérito relativo, as que me pareceram mais apreciáveis: primeira categoria:* Caravela ao mar, *de Pedro Homem de Melo; —* Gente humilde, *de Silva Tavares; —* Síntese, *de Fausto José; —* Água do meu poço, *de Marques Matias; —* A romaria, *de Vasco Reis; —* Água de neve, *de Nuno de Montemor; —* Melodias na sombra, *de Joaquim Costa; —* Seiva, *de Rodrigo de Melo; —* Maré alta, *de Bramão de Almeida. Segunda categoria: —* Quinto Império, *de Augusto Ferreira Gomes; —* Lago azul, *de Nita Lupi; —* Ciúme, *de António Botto; —* Rosal em flor, *de Virgínia Mota Cardoso. Resta-me ainda pedir a V. Ex.ª que se digne apresentar, em meu nome, ao Ex.mo Senhor Director do Secretariado da Propaganda Nacional as minhas felicitações muito calorosas pela iniciativa da criação dos Prémios Literários, como factor daquela superior "política do espírito", cuja inadiável necessidade, nesta grande hora de ressurgimento nacional, ele foi o primeiro a apontar e a preconizar. Com respeitosa consideração, subscrevo-me de V. Ex.ª, muito atenta, veneradora e obrigada. —* Teresa Leitão de Barros."

"Ex.mo Senhor Chefe dos Serviços Internos do Secretariado da Propaganda Nacional. — Tive a imerecida honra de receber o convite do Secretariado da Propaganda Nacional para fazer parte do júri do "Prémio Antero de Quental", e, se não houvesse acedido ao amável convite, quando verbalmente me foi feito, recuaria por certo, pensadamente, ao reconhecer em minha consciência a insignificância do meu voto, nesta esmorecida fase da vida em que me encontro e com uma obra de poesia de que mal me já lembro, dispersa como ficou pelos longes do exílio, ao acaso da vida. E nem mesmo posso ouvir opiniões fundadas de camaradas em pleno vigor de criação artística, porque o estado precário da minha saúde me obriga a sair de Lisboa no dia 27, para as

vizinhanças da Ericeira, a descansar nestes últimos dias das férias breves do Natal. Por honra, porém, do encargo aceite tão de ânimo leve, cumpro o dever de enviar o meu parecer por escrito. Li com cuidado as obras presentes ao concurso. De todas elas destaco: Mensagem, *por Fernando Pessoa;* A romaria, *por Vasco Reis;* Rapsódia negra, *por Hugo Rocha;* Gente humilde, *por Silva Tavares. No livro de Eduardo Bramão de Almeida,* Maré alta, *há um poemeto, "O friso das varinas", que é interessante, mas não basta para impor o conjunto, quer-me parecer. Há outras obras em que a técnica do verso é perfeita, melodistas os ritmos, mas o tema lírico dilui-se num excesso de verbalismo sem grande, empolgante poesia. Em outras, o verso livre é tão-só desarticulação inexpressiva, ataxia desordenada, indo até ao monossílabo átono que nem vale como imagem. Nem todos podem realmente fazer o verso livre. O livro* Gente humilde, *de Silva Tavares, é ritmicamente perfeito. Pequena geórgica alentejana. Mas não comove porque não transfigura, como é próprio do género lírico, de toda a arte, afinal — suprema magia —, a paisagem e a gente que nela vive e sofre ou ama. Na* Virxe do cristal *de Curros Henriquez, por exemplo, o poeta não precisou de notar a linguagem rústica, incorrecta, dos campónios, cujo drama fez viver, mas encheu-a apenas da grande alma emotiva e sensível da raça. Cada diálogo é só a expressão lírica das almas. A* Rapsódia negra, *de Hugo Rocha, é obra que se lê com prazer espiritual, mas tem o valor relativo de um simples contacto episódico, dir-se-ia, com o estranho mundo africano, entrevisto na febre da viagem, no deslumbramento da luz incandescente dos trópicos. O livro de Fernando Pessoa é obra de alto poeta dominador da técnica e do tema lírico, mas, por demasia, elíptico e hermético. Contém um profundo "sentido de exaltação nacionalista", é certo, o imenso sonho atlântico do Quinto Império. Mas a inspiração é excessivamente esotérica para directamente chegar à alma clara e simples do povo português, enamorada do sol e da vida. Perfeita maravilha de lirismo português é o livro de Vasco Reis,* A romaria. *Esse, sim, desabrocha do solo português como uma delicada* fioretta *franciscana, roseta branca ou rósea dos pinhais ou dos montados, em plena primavera emocional. O lirismo encantador dessa obra-prima unge a paisagem idílica do Além-Douro minhoto, transfigura, em pureza e candura, a alma da sua gente moça ou idosa; ante a aparição final de "Segunda Barca", magistralmente nuançada, sente-se o mesmo frémito que nos dá a leitura de certos casos de* Phantasms of living. *O aparecimento desta obra rara ao concurso é para mim um acontecimento igual ao que seria o livro de Cesário Verde ou de António Nobre, uma revelação excepcional do novo poeta lusíada. Na primeira categoria ficaria, por meu voto, como maior valor, o admirável livro de Vasco Reis.*

Na segunda categoria do concurso, como maior valor, o de Fernando Pessoa, digno de ser inscrito, poemeto a poemeto, no solo marmóreo das estátuas dos nossos grandes homens representativas. Em minha consciência assim entendo dever votar em meu isolamento, desde que, por infelicidade minha, só me é dado fazê-lo por escrito e não ouvindo previamente, como soem juízes, para um acórdão final, a autorizadíssima opinião dos meus ilustres colegas de júri. Far-me-á V. Ex.ª a grande bondade, que antecipadamente agradeço, de por mim apresentar, na reunião do júri, este meu parecer que outro valor não tem, claro está, que o da sua inteira sinceridade, e, desde logo, com os protestos do meu inteiro respeito pelos votos em contrário. Tenho a honra de ser de V. Ex.ª, muito atentamente. — Alberto Osório de Castro. — *A de V. Ex.ª, Lisboa, rua do Infante D. Henrique, 68, 2.º. Dezembro, 25,1934."*

Comentando estas cartas, o Senhor Acácio de Paiva fez várias observações a propósito dos livros do concurso, terminando por dar o seu voto a Romaria, *de Vasco dos Reis.*

Fala, em seguida, o Senhor Doutor Mário Beirão, que manifesta o seu entusiasmo pela mesma obra, classificando o seu autor de "poeta verdadeiro" e a sua poesia, espontânea e límpida, de "voz de uma fonte". Considera-se, pois, atribuído, por maioria, ao livro de Vasco Reis, o Prémio de Antero de Quental (primeira categoria). Deve registar-se, quis que ficasse bem expressa a estima que lhe inspiraram Rapsódia negra, *de Hugo Rocha, obra de valor, mas cujo espírito nem sempre coincidia com as directrizes do concurso;* Melodias na sombra*;* Caravela ao mar *e* Síntese.

Para a segunda categoria manifestou o Senhor Acácio de Paiva a sua intenção de não dar o seu voto a nenhuma das obras apresentadas, por nenhuma delas o satisfazer completamente. O Senhor Doutor Mário Beirão propõe que o prémio seja atribuído à Mensagem *de Fernando Pessoa, quer pelo seu valor intrínseco, quer por se tratar duma obra que pode ser encarada no seu conjunto como um autêntico poema nacionalista. Assim se atenderia também à opinião da Senhora Dona Teresa Leitão de Barros, que, tendo o livro de Fernando Pessoa, por ser inferior a cem páginas, transitado para esta categoria, não deixaria por certo de o salientar entre todos.*

Tendo o Senhor Acácio de Paiva aderido a estas considerações, foi o Prémio de Antero de Quental (segunda categoria) atribuído, por maioria, ao livro Mensagem.

O Director do Secretariado da Propaganda Nacional congratulou-se pelas resoluções tomadas, sublinhando que um dos mais interessantes objectivos dos Prémios Literários é a revelação e consagração de novos valores, o que sucedera precisamente com a descoberta do belo livro de Vasco Reis, autor até hoje completamente desconhecido do nosso público. Acerca de Fernando Pessoa declarou também a sua grande satisfação por ver o júri reconhecer e homenagear o mérito da sua obra, trazendo assim à luz duma maior publicidade um nome de marcado prestígio nos cenáculos intelectuais mas que até agora voluntariamente vivera num isolamento distante. Mostrou-se também resolvido a estudar com atenção o processo de aproveitar a escolha do júri para demonstrar a Fernando Pessoa o particular apreço que a sua rara personalidade merece a todos os espíritos cultos.

Por nada mais haver a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou esta acta, que vai assinada por todos os membros do júri presentes e por mim, que servi de Secretário e a subscrevo.

António de Menezes. / António Ferro. / Acácio de Paiva. / Doutor Mário Beirão.

Da leitura da acta ressaltam várias conclusões, que passo seguidamente a enumerar:

1.ª O júri[3] agiu precipitadamente ao dividir os concorrentes em duas categorias: os que se apresentaram com obras de mais de 100 páginas (enfileirando-os numa arbitrária "Primeira categoria") e os que concorriam com obras de menos de 100 páginas (arrumados numa não menos arbitrária "Segunda categoria"). Note-se que a lista das obras da "Primeira categoria" abria com a *Mensagem*, como estava rigorosamente certo, uma vez que o livro de Fernando Pessoa tinha 104 páginas, sendo brancas (como mandavam — e mandam ainda hoje — as regras da editoração) as páginas 1/2 e 103/104. A última página de texto, colocada a seguir ao índice, continha o cólofon, ao centro da página 102, que reza assim:

[3] Composto, nos termos do anúncio do Prémio, por um "poeta de grande nome nacional" [Alberto Osório de Castro], um "poeta da nova geração literária" [Mário Beirão] e "dois críticos literários em exercício na imprensa de Lisboa" [Teresa Leitão de Barros e Acácio de Paiva].

COMPOSTO E IMPRESSO EM LISBOA, NAS OFFICINAS DA EDITORIAL IMPÉRIO, LDA., 151 - 153 RUA DO SALITRE, DURANTE O MÊS DE OUTUBRO DO ANNO DE 1934, DA ERA DO CHRISTO DE NAZARETH.[4]

2.ª A reunião iniciou-se com a leitura do regulamento do Prémio, feita por António Ferro, director do Secretariado. A acta não transcreve o regulamento[5], mas este era redigido nos seguintes termos:

N.º 1) — O prémio Antero de Quental será atribuído a obras de duas categorias:

a) ao melhor livro de versos, não inferior a 100 páginas, que seja publicado de 1 de Julho de 1933 a 31 de Outubro de 1934 e em que se revele uma inspiração bem portuguesa e mesmo, de preferência, um alto sentido de exaltação nacionalista;

b) a um poema, ou poesia solta, onde as mesmas qualidades e intenções se manifestem.

N.º 2) — À primeira categoria será concedida uma recompensa de Esc.: 5.000$00 e à segunda uma recompensa de 1.000$00.

---

[4] Vem a propósito lembrar que toda a paginação impressa da *Mensagem* respeita escrupulosamente a do próprio original dactiloescrito, o qual contém duas páginas "nulas", com versos posteriormente alterados pela inclusão de folhas contíguas: a página vinte e três (poema "D. Tareja") e a página quarenta e cinco (poema "Affonso de Albuquerque"). Como se sabe a orientação gráfica da *Mensagem* foi principalmente da responsabilidade de Augusto Ferreira Gomes, autor do livro *O Quinto Império*, impresso na mesma oficina e com evidentes afinidades estéticas de paginação (O dactiloscrito foi reproduzido em fac-símile por Guimarães Editores no ano de 2009. Proveio do espólio de Armando de Figueiredo, da Editorial Império, onde se imprimiu a *Mensagem*).

[5] Segundo José Blanco, teria havido uma primeira versão do regulamento, com prazo mais apertado para a entrega das obras enviadas a concurso, e uma segunda, alargando o prazo até 31 de Outubro de 1934, o último dia do mês em que se imprimiu a *Mensagem*.

3.ª — Lido o regulamento, o director do Secretariado apresenta a lista dos candidatos, na qual Fernando Pessoa figura como primeiro concorrente à estapafúrdia "Primeira categoria", dita das obras com "mais de 100 páginas".

4.ª — Só depois da leitura da lista de concorrentes é que o júri, representado tão-somente por Mário Beirão e Acácio de Paiva (tanto Teresa Leitão de Barros como Alberto Osório de Castro não estiveram presentes e enviaram cartas com os respectivos votos), decide considerar "fora dos termos do regulamento, para a primeira categoria, os livros *Melodias na sombra* [de Joaquim Costa], por se tratar de uma colectânea de versos já publicado noutros volumes, *Água do meu poço* [de Marques Matias], por ser inferior a cem páginas, e *Mensagem* pelo mesmo motivo, visto que o corpo do livro acabava na página número noventa e seis". Até hoje, segundo creio, não deve ter ocorrido em todo o mundo civilizado um caso semelhante de ignorância bibliográfica, em que alguém (fosse Beirão ou fosse Paiva) considera fora da contagem das páginas o índice e a subscrição final, num total de 6 páginas, isto é, da página 97 à página 102.

5.ª — Além de Fernando Pessoa (candidato preferido por Teresa Leitão de Barros), concorreram ao Prémio Antero de Quental na categoria dita "de mais de cem páginas", entre outros autores, Vasco Reis (que recebeu votos favoráveis do ausente Alberto Osório de Castro e dos presentes Mário Beirão e Acácio de Paiva) e Pedro Homem de Mello, Silva Tavares, Fausto José e Hugo Rocha (todos com referências elogiosas de dois dos quatro membros do júri).

6.ª — Nas obras concorrentes à segunda categoria havia duas muito acima das restantes, em termos de qualidade estética: *Quinto Império*, de Augusto Ferreira Gomes, e *Ciúme*, de António Botto. Ambas são referidas com apreço na carta de Teresa Leitão de Barros, enquanto Alberto Osório de Castro parece não ter olhado para as obras concorrentes a esta categoria e Acácio de Paiva manifesta "a sua intenção de não dar o seu voto a nenhuma das obras apresentadas, por nenhuma delas o satisfazer completamente".

7.ª — Antes de terminar a sessão, faltava ainda assistir ao número circense que arrumou com a *Mensagem* para um canto: esse momento surge quando Mário

Beirão tira da cartola o coelho que já ninguém aguardava e "propõe que o prémio [da segunda categoria] seja atribuído à *Mensagem* de Fernando Pessoa, quer pelo seu valor intrínseco quer por se tratar de uma obra que pode ser encarada no seu conjunto como um autêntico poema nacionalista".

* * *

No 2.º volume das suas memórias, intituladas *Ao fim da memória,* recorda Fernanda de Castro:

> […] havia um regulamento que dizia: os livros premiados deverão ter o mínimo de 100 páginas. Por infelicidade, faltavam meia dúzia de páginas à *Mensagem* para que obedecesse a esta regra. O meu marido falou, discutiu, argumentou, mas a resposta foi sempre a mesma: — Está fora da lei. É contra o regulamento.

E assim ele teve de inventar, à pressa, um prémio extra, para que não ficasse à margem, esquecida numa gaveta, esta *Mensagem* que fez de Fernando Pessoa, sobretudo no estrangeiro, o continuador de Camões, e a sua *Mensagem* um novo capítulo de *Os Lusíadas*… (pág. 314).

Está visto que não foi bem assim, porque a *Mensagem* tinha mesmo mais de 100 páginas. Naquele júri a que presidia e onde ninguém era conhecedor de assuntos de bibliografia, decidiu António Ferro, que da matéria era tão inadvertido como os restantes, "estudar com atenção o processo de aproveitar a escolha do júri para demonstrar a Fernando Pessoa o particular apreço que a sua rara personalidade merece a todos os espíritos cultos".

E foi assim — sabemo-lo hoje — que, com a subida do prémio dito de "segunda categoria" para 5.000$00 (em vez dos 1.000$00 previstos no regulamento), se tentou salvar a honra do convento…

(Comunicação apresentada à classe de letras
na sessão de 15 de abril de 2015)

"O pó do espólio" de José Pacheko

Guilherme d'Oliveira Martins

"Nós os três somos de Paris. E somos. Temos esta elegância, esta devoção, este farol da Fé". É Almada quem escreve a José Pacheko, referindo-se também a Mário de Sá-Carneiro. Sente-se uma pulsão antiga de uma parte da nossa intelectualidade (de Garrett à Geração de Setenta e por aí adiante…) de pôr Portugal ao ritmo do cosmopolitismo europeu. Por isso, a dissidência de 1915 da "Renascença Portuguesa" foi "dos portugueses que escrevem para a Europa"… "O artista e as artes são indicadores dos seus tempos". Na sua diversidade, *Orpheu* representa esse desejo moderno, assente nas afinidades eletivas de uma fecunda convergência de peculiares singularidades. Mas, pouco tempo antes, o autor da *Confissão de Lúcio* dissera a Pacheko: "Tenho tantas saudades da sua Alma — a sua Alma toda em Oiro! Que pena! Que pena! (…) Parece-me que já nem gosto de Paris. Não sei nada, nada, nada. Um grande vazio! Nunca me esqueço da sua Alma, do seu Espírito — de toda a criatura adorável que você é. Tenho tantas saudades da sua companhia".

Os sentimentos são contraditórios e há uma força renovadora que se impõe. Se a escrita de Pacheko "é nervosa, convexa, com entrelinhas insuficientes, praticamente sem margens", revelando "o intelectual sensível e requintado que se eleva acima da confusão e da espuma dos dias", o seu amigo Sá-Carneiro tem uma "escrita de grande idealista de verbo inspirado". Quem o diz é Alberto Vaz da Silva, autor de "O Pó do Espólio", um número especial precioso da revista *Egoísta*, de Setembro de 2010, feito a partir do espólio de José Pacheco — no qual, pela Grafologia, são analisados os protagonistas da geração de *Orpheu*. A pouco e pouco, vemos, porém, "a instabilidade crescente da bela escrita clara de Sá-Carneiro". Indicia-se a "desnorteação da emotividade; gradualmente a escrita desarticula-se". E, num envelope, há um minúsculo e envergonhado nome de remetente, como "sigla pré-suicida afundada com uma mó ao pescoço". Há um "medo irracional da vida, um pacto entre viver e recusar fazê-lo". E "multiplicam-se as

reticências, outras tantas vaguidões e incertezas, e a escrita, anunciando várias espécies de horrores, vai-se dissolvendo como se um ácido corrosivo a atacasse"… Como diz no poema "Dispersão" (que poderia ser súmula de toda a poesia de Sá-Carneiro): "Perdi-me dentro de mim/Porque eu era labirinto…".

Steffen Dix, em *O Ano do Orpheu, 1915* (Tinta-da-china, 2015) dá-nos esse panorama singular que se tornou marcante para a cultura portuguesa do século xx e José Manuel dos Santos, quando apresentou essa obra recordou, bem a propósito, a passagem emblemática da introdução ao *Livro do Desassossego*, na qual Fernando Pessoa fala de um homem que aparentava trinta anos, que ele passou a cumprimentar a partir da cena de pugilato presenciada por baixo da janela:

> Falei-lhe da revista "Orpheu", que havia pouco aparecera. Ele elogiou-a, elogiou-a bastante, e eu então pasmei deveras. Permiti-me observar-lhe que estranhava, porque a arte dos que escrevem em "Orpheu" sói ser para poucos. Ele disse-me que talvez fosse dos poucos. De resto, acrescentou, essa arte não lhe trouxera propriamente novidade; e timidamente observou que, não tendo para onde ir nem que fazer, nem amigos que visitasse, nem interesse em ler livros, soía gastar as suas noites, no seu quarto alugado, escrevendo também.

O ano de 1915 foi, no caso português, pode dizer-se, o início do nosso século xx, na aceção do século curto de que fala Eric Hobsbawm. E, como se diz na obra de Steffen Dix, houve vários sinais que precederam *Orpheu* — e o próprio Fernando Pessoa, nas páginas de *A Águia* antecipou a ocorrência do singular fenómeno. Se dúvidas houvesse, basta ver a continuidade e as repercussões, os significados diferentes dos diversos protagonistas e contributos. De facto, *Orpheu* marca uma nova atitude — que tem de ser compreendida no seu carácter plural, complexo e polifónico. Com *Orpheu*, segundo a análise certeira de José Carlos Seabra Pereira, a tendência modernista ofereceu aos meios literários portugueses a oportunidade, única e quase sempre desaproveitada, para uma receção inovadora de autores remanescentes do decadentismo e do simbolismo (como Luís de Montalvor), já muito contaminados pelo neorromantismo (Augusto Ferreira Gomes) ou prontos a nele se integrarem plenamente uma vez transcorrida a experiência de *Orpheu* (como Armando Côrtes-Rodrigues). E assim se abriram novas perspetivas e movimentos, heterogéneos e paradoxais, que chegam ao nosso tempo.

Se *Orpheu* apenas teve dois números — o primeiro com a capa da autoria de José Pacheco — cuja matriz se encontra no espólio depositado no Centro Nacional de Cultura, graças à iniciativa de Teresa Rita Lopes, devidamente identificado na obra de 1993 *Pacheko, Almada e Contemporânea* — e o segundo com a marca inconfundível de um verdadeiro ícone da modernidade portuguesa, a verdade é que a partir deles vamos encontrar inúmeros caminhos (que a *Presença* procurará transformar em "Literatura Viva") e que José Pacheko, na revista *Contemporânea* sintetizará na expressão: "uma revista feita expressamente para gente civilizada e para civilizar gente". É facto que a arte dos que escreviam em *Orpheu* soía ser para poucos, mas essa circunstância é sempre válida para aqueles que anunciam inesperada e persistentemente caminhos novos. E, sobre influências britânicas, temos a lembrar a revista *Blast*, sobre cujo conteúdo o escultor Gaudier-Brezska afirmou no sentido "vorticista": "fomos influenciados por aquilo de que mais gostávamos": "cada um de acordo com a sua própria individualidade", explicando a riqueza e heterogeneidade das colaborações da revista.

Lembramos a colaboração num célebre extra-texto de Amadeo de Sousa-Cardoso no número 3 de *Orpheu*, que nunca veria a luz do dia. Na revista *Portugal Futurista*, Álvaro de Campos coincidirá com Amadeo: "só tem direito a exprimir o que sente em arte, o indivíduo que sente por vários". Almada Negreiros disse que Amadeo "é a primeira descoberta de Portugal na Europa do século xx" — e, maravilhado, deu nota de como partiu de uma identidade próxima para a tornar global — "toda a arte reflete o seu rincão natal. E nunca é o rincão natal o que o pintor retrata. O seu rincão natal são as próprias cores. Foram estas cores que teve para começar a sua mensagem de poeta".

Voltando à *Presença* e a José Régio, devemos considerar que, para este, a poesia e a personalidade de Mário de Sá-Carneiro constituíram uma autêntica mediação para a melhor compreensão da primeira geração modernista. E, no campo da criação artística, Amadeo foi também, à sua maneira, um mediador, por insuscetível de ser encerrado num rótulo ou numa escola, podendo ligar fundamentos, raízes e modernidade. De facto, *Orpheu* foi uma encruzilhada de diferenças e paradoxos. Em cada um dos seus protagonistas deparamo-nos com um universo de influências. E se muitas vezes houve quem compreendesse mal o lugar de Amadeo na história da nossa Arte, por razões, aliás, contraditórias, tal deveu-se à independência, à originalidade e à insatisfação do artista. Está em causa a

ligação entre Manhufe e Paris, entre a proximidade poética a Teixeira de Pascoaes e à Renascença Portuguesa e ponte para a força inovadora de *Orpheu*. Almada Negreiros reconhecerá, assim, nele um sinal marcante. A carta à mãe de 2 de março de 1908 é significativa: "Gostei muito de estar em Manhufe. Fazia um sol intenso. A montanha inundava-se de luz. E que grandiosidade aquelas montanhas! Fiz lá umas oito manchas e estava progredindo bastante, começava a interpretar melhor a natureza. Agora estou em Paris, não imagina a tristeza que me fez ontem esta atmosfera parda, este sol anémico. O que me valeu foi encontrar o Vianna e levamos o dia a falar do Portugal prodigioso, país supremo para artistas. É pena que não haja um forte meio de arte". Sente-se aqui a força original da sua obra. Como Almada Negreiros disse: "o seu rincão natal são as próprias cores". Foram estas as que teve "para começar a sua mensagem de poeta". Das raízes da terra e da luz, do "Portugal prodigioso" parte-se para a procura das mudanças necessárias.

Mas regressemos a José Pacheko (1885–1934) e ao seu espólio. Antes do mais, diga-se que o "k", que aparece tantas vezes no nome, tem a ver com o uso modernista da singularização. É certo que o "k" serve para distinguir de Coelho Pacheco, outro dos colaboradores de *Orpheu*, mas trata-se de uma fantasia de quem foi considerado como o "pioneiro do desenho gráfico" ou o "fundador do grafismo português"… A revista *Contemporânea* é a sua obra mais conhecida, apresentada em 1915, num número espécimen, e depois continuada (1922–1926). Foi autor da primeira capa de *Orpheu*, como se viu, e das capas das obras de Mário de Sá-Carneiro *Dispersão* e *Céu em Fogo*. Apesar de nunca ter terminado o curso de arquitetura, na sua estada em Paris de 1909 a 1913, é referido como arquiteto pelos seus companheiros. Na capital francesa vai conviver com Amadeo (com quem partilha o ateliê), Eduardo Vianna, Manuel Jardim, Emmérico Nunes, Dórdio Gomes, Guilherme de Santa-Rita, Francisco Smith, Manuel Bentes, Francisco Franco, Diogo de Macedo, Domingos Rebelo, Mário de Sá-Carneiro e Homem Cristo Filho, entre outros. Deve-se ao conhecimento do último a direção gráfica da revista *A Ideia Nacional*. Do conhecimento de Mondigliani, muito próximo de Sousa-Cardoso, parece ter resultado o facto do "Homme au Chapeau" (1915) poder ser José Pacheco. Aliás, a identificação do quadro tem referido persistentemente essa hipótese.

Sobre o caráter pioneiro de Pacheko, João Pedro George (na obra coordenada por Steffen Dix) afirma o seguinte:

> […] com base na análise da colaboração de Pacheco no primeiro número do Orpheu e do grafismo do número-espécimen de *Contemporânea* poder-se-á dizer que Pacheco foi verdadeiramente "pioneiro" ou "fundador"? Os números posteriores de *Contemporânea*, retomada apenas em 1922, apresentavam um aspeto tipográfico mais modernista; porém, nessa altura já o semanário *ABC — Revista Portuguesa*, iniciado em 1920, vinha introduzindo inovações gráficas, através sobretudo da colaboração de Jorge Barradas (que ali assinou inúmeras capas), de Bernardo Marques ou de Milly Possoz.

Poderá, por isso ser excessivo o qualificativo de pioneiro para Pacheco. Uma coisa é certa, o seu talento é indiscutível e o número de 1915 da *Contemporânea* tem uma marca muito especial… Lembre-se ainda que José Pacheco anima em 1919, com o pintor Manuel Jardim, o músico Rui Coelho e o poeta Acácio Leitão a Sociedade Portuguesa de Arte Moderna, para a realização de concertos, exposições, conferências, edições, etc. Com Leitão de Barros e Rui Vaz tenta modernizar a Sociedade Nacional de Belas Artes em 1921, sem sucesso. A revista *Contemporânea* tornar-se-á realidade graças ao financiamento do industrial conserveiro Agostinho Fernandes…

A vida de José Pacheco, nascido num meio de pequena burguesia, filho dum comerciante de carnes, pode dividir-se em três períodos, separado por duas estadias em Paris (diz-nos Gustavo Nobre). O primeiro, até 1910, fase de imaturidade, em que frequentou estudos de arquitetura e executou alguns trabalhos nesse domínio. O segundo período, de intensa colaboração com Sá-Carneiro, Almada e Fernando Pessoa (período do "Orpheu"), em que Pacheco enveredou no movimento futurista e praticou fundamentalmente o desenho simbolista. O terceiro período, em que concretizou o grande sonho da sua vida — a edição da *"Contemporânea"*, em que deu largas à sua vocação para as artes gráficas e à propensão para o mundanismo, vindo a exercer grande influência nos meios artísticos e intelectuais da época" (in "José "Pacheko", apud *Pacheko, Almada e "Contemporânea"*, coord. Daniel Pires e António Braz de Oliveira, Centro Nacional de Cultura e Bertrand Editora, 1993).

Alberto Vaz da Silva percorre no número de *Egoísta* os protagonistas do espólio, sobretudo colaboradores de *Contemporânea*. Mário de Saa: "É de um raciocínio espantoso, e duma inteligência assombrosa. Você Mário é um grande

monumento" (escreve Pacheko). E a sua letra revela imaginação e inteligência, rescendendo originalidade… O original de "Exortação ao meu Anjo" de José Régio é um monumento grafológico. Quanto a Fernando Pessoa, "a escrita tão inclinada, tão ligada, tão rápida, tão combinada, com finais tão generosos, tão angulosa mas tão aberta e largada diz-me que há uma enorme bondade e nobreza, um sentimento de fraternidade universal no poeta da *Mensagem*". Amadeu de Sousa-Cardoso exprime uma "natureza riquíssima, que sabia utilizar os sentimentos em vez de se deixar invadir por eles". António Botto assume-se "como obra de arte mas não no interior de si próprio…". Santa-Rita Pintor é um "temperamento apaixonado, combatente sem tréguas"… Leonardo Coimbra tem "uma grande escrita generosa de um filósofo que olha para o alto. Tudo é rápido, largo e ligado nesta expressão gráfica de uma inteligência percuciente". E sobre Carlos Queiroz, tão importante para que Fernando Pessoa se tenha tornado referencial aqui e além-fronteiras, temos a alusão à pintura de Eloy em ligação com as escritas do poeta em momentos diferentes: "Mário Eloy captou magistralmente o admirador de Mallarmé, Valéry, Rimbaud e Verlaine, que viveu os seus apenas 42 anos como que através de um espelho, secretamente, o que o fundo da pintura reflete, fechado no coração da para si mágica Lisboa: "ver só com os olhos é fácil e vão/por dentro das coisas/é que as coisas são""…

O espólio de José Pacheko permite-nos encontrar caminhos vários e nem sempre coerentes e compreensíveis sobre o modernismo português. À semelhança do que aconteceu na Europa a busca de caminhos novos envolveu o compromisso trágico com um século violento e dramático, em que os ideais cosmopolitas não se desenvolveram como se esperaria… As tensões contraditórias sentem-se nos caminhos de *Orpheu* e do que se lhe seguiu. O final do século xx encerrou muitas esperanças alimentadas pela liberdade de espírito e pela abertura. As lições que a História nos deixou permitem compreender melhor a importância das diferenças e até das contradições. A cultura e a arte, o conhecimento e a sabedoria têm energias de renovação inesgotáveis para que a liberdade e a dignidade humana não se tornem ideias vãs. O tempo atual das crises ditadas pelo imediatismo obriga a uma atenção especial ao caráter incompleto, e por isso emancipador, da criação…

(Comunicação apresentada à classe de letras
na sessão de 15 abril de 2015)

Recordando Karl R. Popper (1902-1994), 20 anos após a sua morte: *A Sociedade Aberta e os seus Inimigos* revisitada

João Carlos Espada

Karl Raimund Popper nasceu em Viena, em 1902, e faleceu em Londres, em 1994, como cidadão britânico. Antes da anexação da Áustria pela Alemanha, em 1938, Popper abandonou o seu país natal, em 1937, e procurou refúgio na Nova Zelândia, tendo aí leccionado no Canterbury University College. Após a guerra, em 1946, foi convidado pela London School of Economics and Political Science, onde foi titular da cátedra em Lógica da Descoberta Científica, até à sua jubilação em 1969. Em 1964, foi agraciado pela Rainha com o título de *Sir*.

Embora a área académica de Karl Popper tenha sido sobretudo a filosofia do conhecimento e da ciência, a sua celebridade internacional foi desencadeada por uma obra de filosofia política publicada em inglês, no final da II Guerra Mundial, em 1945: *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos*[1]. O livro ainda hoje surge nas listas internacionais dos 25 mais influentes, muitas vezes também nas listas dos 10 livros que mais profundamente marcaram, e mudaram, o século xx. Foi traduzido em literalmente todas as línguas do planeta, nalguns casos em edições clandestinas, em países sob regimes ditatoriais. A versão inglesa conheceu já incontáveis reedições.

Karl Popper descreveu *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos* como o seu "esforço de guerra" contra os totalitarismos nacional-socialista e comunista, em defesa das democracias liberais. O livro foi elaborado entre 1938 e 1943, durante o exílio de Popper na Nova Zelândia, embora só tivesse sido publicado em 1945.

A obra foi aplaudida por filósofos, políticos e estadistas de várias inclinações políticas democráticas, ao centro-esquerda e ao centro-direita. Isaiah Berlin considerou que a crítica nele contida ao marxismo fora a mais devastadora jamais

[1] Popper, K. P., *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos*, Lisboa, Edições 70, 2012 (1.ª ed. ingl. 1945).

produzida. Bertrand Russell chegou mesmo a dizer que *A Sociedade Aberta* de Karl Popper era uma espécie de Bíblia das democracias ocidentais. Na Alemanha federal, o chanceler social-democrata Helmut Schmidt e o chanceler democrata-cristão Helmut Khol prefaciaram obras de, ou sobre, Karl Popper. Em Portugal, Mário Soares e Diogo Freitas do Amaral, declararam-se admiradores do velho filósofo. Tive o privilégio de os acompanhar, em 1992 e 1993 respectivamente, em visitas privadas a casa de Karl Popper, em Kenley, perto de Londres.

SOCIEDADE ABERTA, FALIBILISMO E A CIVILIZAÇÃO MARÍTIMA DE ATENAS

Para captar o conceito popperiano de sociedade aberta é necessária uma breve incursão na sua filosofia do conhecimento. Esta foi originalmente apresentada no seu livro *Lógica da Descoberta Científica* (publicado pela primeira vez em alemão, em 1934)[2]. No centro do argumento epistemológico de Popper está uma observação muito simples, que é costume designar por "assimetria dos enunciados universais". Esta assimetria reside no facto de que, enquanto nenhum número finito de observações (positivas) permite validar definitivamente um enunciado universal, basta uma observação (negativa) para o invalidar ou refutar. Por outras palavras, e citando um exemplo que se tornou clássico: por mais cisnes brancos que sejam encontrados, nunca podemos ter a certeza de que todos os cisnes são brancos (pois, amanhã, alguém pode encontrar um cisne preto). Em contrapartida, basta encontrar um cisne preto para ter a certeza de que é falso o enunciado universal "todos os cisnes são brancos".

Karl Popper fundou nesta assimetria dos enunciados universais a sua teoria falibilista do conhecimento em geral e do conhecimento científico em particular. Basicamente, Karl Popper argumentou que o conhecimento científico não assenta no chamado método indutivo, mas numa contínua interacção entre conjecturas e refutações. Enfrentando problemas, o cientista formula teorias conjecturais para tentar resolvê-los. Essas teorias serão então submetidas a teste. Se forem

[2] Popper, K. P., *Logik der Forschung*, Vienna, Julius Springer Verlag, 1934; *The Logic of Scientific Discovery*, London-New York, Hutchinson & Co.-Basic Books, 1959.

refutadas, serão corrigidas (ou simplesmente eliminadas) e darão origem a novas teorias que, por sua vez, voltarão a ser submetidas a teste. Mas, se não forem refutadas, não serão consideradas como provadas. Elas serão apenas corroboradas, admitindo-se que, no futuro, poderão ainda vir a ser refutadas por testes mais severos. O nosso conhecimento é, por isso, fundamentalmente conjectural e progride por ensaio e erro.

Entre as múltiplas consequências desta visão sobre o progresso do conhecimento encontram-se duas que terão particular importância para a filosofia política e moral de Popper. Em primeiro lugar, o chamado critério de demarcação entre asserções científicas e não científicas: serão asserções científicas apenas aquelas que sejam susceptíveis de teste, isto é, de refutação.[3] Este ponto será de crucial importância para a crítica de Popper ao que designou por historicismo marxista. Em segundo lugar, a possibilidade de criticar uma teoria, de a submeter a teste e de tentar refutá-la é condição indispensável para o progresso do conhecimento. Por outras palavras, a liberdade de crítica é indispensável para o progresso do conhecimento.

É na aceitação ou não da liberdade de crítica que Popper vai fundar a distinção fundamental entre sociedade aberta e sociedade fechada. Na primeira, existe espaço para a liberdade de crítica e para a gradual alteração de leis e costumes através da crítica racional. Na segunda, pelo contrário, leis e costumes são vistos como tabus imunes à crítica e à avaliação pelos indivíduos. No capítulo 10 de *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos*, o capítulo que encerra o primeiro dos dois volumes, Karl Popper desenvolve uma poderosa e emocionada defesa do ideal da sociedade aberta, fazendo remontar as suas origens à civilização comercial, marítima, democrática e individualista do iluminismo ateniense do século V a.C. — que o autor contrasta duramente com a tirania colectivista e anti-comercial de Esparta.

Para Popper, o conflito que no século xx opôs as democracias liberais do Ocidente aos regimes nazi e comunista é, nos seus traços essenciais, um conflito semelhante ao que opôs a democracia ateniense à tirania espartana. As modernas democracias liberais são herdeiras de um longo processo de abertura gradual das sociedades fechadas, tribais e colectivistas do passado — processo que terá tido início em Atenas e noutras civilizações marítimas e comerciais como a da

[3] Sobre este tema, ver em particular ***A Pobreza do Historicismo,*** Lisboa, Esfera do Caos, 2007 **(1.ª** ed. it., 1954) e ***The Logic of Scientific Discovery.***

Suméria. Popper explica que, embora não tenha qualquer interesse particular por actividades comerciais, verifica que as culturas comerciais e marítimas têm maior propensão para a abertura intelectual. Isso pode dever-se ao facto de estarem em contacto com outras culturas e serem por isso estimuladas a avaliar, justificar e talvez reformar criticamente as suas próprias leis e tradições.[4]

INIMIGOS DA SOCIEDADE ABERTA: PLATÃO, HEGEL E MARX

Em *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos,* Karl Popper lança um vigoroso ataque a três grandes filósofos que considerou os principais inimigos da sociedade aberta: Platão, Hegel e Marx. O primeiro volume é quase inteiramente dedicado a Platão, e permanece ainda hoje o mais controverso. O segundo volume é dedicado a Marx, com apenas um capítulo sobre Hegel, revelando pelas motivações daquele autor uma simpatia de todo ausente no tratamento de Platão ou Hegel. Esta abertura para com as motivações morais de Marx — a sua alegada revolta moral perante o sofrimento das classes trabalhadoras — contrasta com a severidade de Popper para com a doutrina de Marx. Este dualismo no tratamento de Marx, por um lado, e do marxismo, por outro, foi entendido por muitos observadores como um dos factores explicativos do poderoso impacto da crítica de Popper em muitos jovens intelectuais marxistas, que deixaram de o ser sob a sua influência.

Karl Popper sustentou que, na base das filosofias políticas de Platão, Hegel e Marx, estavam alicerces intelectuais comuns que ao longo dos séculos tinham distinguido as filosofias contrárias à sociedade aberta: o historicismo, o relativismo e o colectivismo.

O primeiro e mais claro inimigo da sociedade aberta de Popper é, sem qualquer dúvida, o historicismo. Foi de um trabalho inicial de crítica ao historicismo que emergiu não intencionalmente o livro *The Open Society* — findo o qual, Popper voltou ao trabalho inicial para produzir *The Poverty of Historicism.*[5] Por

[4] Sobre a relação entre liberdade e culturas marítimas, ver, entre outros, Peter Padfield, *Maritime Power and the Struggle for Freedom* (London: John Murray, 2003).

[5] Sobre a génese intelectual das duas obras, ver Karl Popper, *Busca Inacabada: Autobiografia Intelectual,* (Lisboa, Esfera do Caos, 2008), pp. 160-169 (1.ª ed. Ing. 1976).

historicismo, Popper entende uma atitude intelectual — que pode estar presente em doutrinas particulares diversas — que atribui à história um sentido predeterminado que não é susceptível de alteração pelos indivíduos. Tal como o desenlace de um filme a que estamos a assistir já está contido no celulóide ainda não projectado, também o futuro da história humana estaria já definido no presente, assim como o presente teria estado definido no passado. Para esta visão determinista da história, a verdadeira liberdade do homem não consiste em tentar ilusoriamente imprimir um rumo aos acontecimentos. A verdadeira liberdade consistiria em conhecer as leis necessárias do desenvolvimento histórico — "a liberdade é a consciência da necessidade", disseram Hegel e Marx — para, em seguida, poder contribuir para a sua concretização e, se possível, aceleração. Acelerar ou retardar a concretização das leis da história é toda a liberdade que resta aos indivíduos.

Contra esta visão da história, Karl Popper argumentou, em primeiro lugar, que é impossível prever o futuro. Existe uma razão puramente lógica para esta impossibilidade. Ela decorre do facto de termos de reconhecer que os nossos conhecimentos técnicos e científicos futuros influenciarão em larga medida o futuro das nossas sociedades. Mas também temos de reconhecer que não podemos conhecer hoje os nossos conhecimentos técnicos e científicos futuros — caso contrário, eles deixariam de ser futuros e passariam a ser presentes. Logo, concluiu Popper, não podemos conhecer o futuro.

Em segundo lugar, as profecias historicistas acerca do sentido inevitável da história não são em regra susceptíveis de teste. Este é o caso flagrante do marxismo, que profetizou o advento inexorável do socialismo e do comunismo sem lhes atribuir um horizonte temporal definido — e, simultaneamente, reclamando um estatuto científico para essa profecia. Mas esta profecia não pode ter carácter científico, argumentou Popper, porque nenhum teste — que, quando ocorrer, ocorrerá sempre "no presente" — pode refutar uma teoria que anuncia a sua concretização sempre "para o futuro". A "previsão" marxista sobre o inevitável advento do socialismo no futuro trata-se, por isso, apenas de uma crença ou de uma superstição. A inverosimilhança dessa superstição foi aliás empiricamente ilustrada: (1) o socialismo nunca ocorreu nos países em que a teoria previa que devia ocorrer, os países de capitalismo maduro, mas naqueles em que não devia ter ocorrido, os países pré-capitalistas ou de capitalismo incipiente; (2) mais grave

do que isso, depois de 1989, o socialismo em muitos desses países deu lugar ao capitalismo democrático, o que estava excluído pela teoria. Ainda assim, os crentes na profecia marxista podem continuar a dizer que, no futuro, o socialismo é inevitável. Isto apenas mostra, concluiu Popper, que se trata de uma crença e não de uma teoria científica susceptível de teste.[6]

No entanto, foi precisamente em nome desta profecia historicista — o chamado "socialismo científico" — que o marxismo capturou a imaginação dos intelectuais e concretizou alguns dos regimes políticos mais violentos do século xx. O impulso moral humanitário do socialismo original foi corrompido pelo historicismo alegadamente científico, sustentou Popper. E isso deve-se à mensagem moral profundamente relativista do historicismo. Ao proclamar que todos os princípios e valores morais são relativos ao contexto e época históricos, o historicismo marxista esvaziou a moral de todo e qualquer conteúdo autónomo, subordinando-a por inteiro à doutrina do sucesso histórico. A consequência não se fez esperar: libertado de todo o escrúpulo moral absoluto ou intemporal, o marxismo teórico deu lugar ao marxismo realmente existente — o das ditaduras mais sanguinárias.[7]

A CRÍTICA AO RELATIVISMO

Um segundo inimigo da sociedade aberta consiste no **naturalismo ético,** a atitude que consiste em tentar reduzir normas a factos.[8] O ponto de partida do positivismo ético reside frequentemente na observação da existência de uma grande variedade de normas morais. O naturalismo ético conclui daí que as normas morais são arbitrárias e que a única forma de superar essa arbitrariedade consiste em reconduzir normas a factos. Paradoxalmente, argumenta Popper, esta

[6] Sobre a distinção entre previsão e profecia nas ciências sociais, ver sobretudo Karl Popper, *A Pobreza do Historicismo* (Lisboa: Esfera do Caos, 2007), em particular parte 4 "Crítica das doutrinas pró-naturalistas", pp. 99-150 (ed. ingl.: *The Poverty of Historicism*, London, Routledge & Kegan Paul, 1957).

[7] Sobre o relativismo moral do historicismo e o seu contraste com a perspectiva moral de Popper, ver capítulo 22 de *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*, volume II, "A teoria moral do historicismo".

[8] Para uma crítica detalhada ao naturalismo ético, ver capítulo 5 de A *Sociedade Aberta e os Seus Inimigos*, volume I, "Natureza e convenção".

recusa monista do dualismo de factos e padrões acabará por produzir um relativismo ético sem entraves.

Popper distingue várias formas de naturalismo ético: naturalismo biológico, positivismo ético e naturalismo psicológico. Ao longo da sua obra, o positivismo ético vai emergir como o mais importante e o alvo mais recorrente das suas críticas. Por positivismo ético, Popper entende a forma particular de naturalismo ético que "sustenta não existirem outras normas para além das leis que foram realmente consagradas (ou positivadas) e que, portanto, têm uma existência positiva. Outros padrões são considerados produtos irreais da imaginação". O problema óbvio com esta teoria é que ela impede qualquer tipo de desafio moral às normas existentes. Se não existem padrões morais além daqueles positivados na lei, a lei que existe ("is") é a que deve existir ("ought to be"). Esta teoria conduz ao princípio de que a força é o direito ("might is right"). Como tal, ela opõe-se radicalmente ao espírito da sociedade aberta: esta funda-se, como será recordado adiante, na possibilidade de criticar e gradualmente alterar leis e costumes. O positivismo ético, ao decretar a inexistência de valores morais para além daqueles contidos nas normas legais realmente existentes conduz à desmoralização da sociedade e, por essa via, à abolição do conceito de liberdade e responsabilidade moral do indivíduo.

Este é talvez um dos aspectos mais controversos na obra de Popper e na sua concepção de sociedade aberta. A ideia de "abertura" foi interpretada por vários críticos, bem como por alguns defensores, como sinónimo de impossibilidade de estabelecer distinções objectivas entre certo e errado, bem e mal. Perante estas controvérsias, o aguerrido filósofo decidiu acrescentar em 1961 uma adenda à *Sociedade Aberta* de 1945, intitulada "Factos, padrões e verdade: uma crítica adicional ao relativismo", contida no segundo volume daquela obra[9]. Neste vigoroso e denso ensaio, Popper começa por afirmar que "a principal doença do nosso tempo é um relativismo intelectual e moral, o segundo sendo pelo menos em parte baseado no primeiro". Este relativismo caracteriza-se pela negação da existência de verdade objectiva e/ou pela afirmação da arbitrariedade da escolha entre duas asserções ou teorias. Para refutar este ponto de vista, Popper começa

[9] Popper, K. P., *The Open Society and Its Enemies*, Fourth edition (revised), London, Routledge & Kegan Paul, 1962.

por estabelecer uma distinção entre padrões e critérios. Um enunciado é verdadeiro, diz Popper, se e apenas se corresponde aos factos. Esse é o padrão de verdade de um enunciado, e ele é totalmente objectivo: um enunciado é ou não verdadeiro, isto é, corresponde ou não aos factos, independentemente de sabermos se ele é ou não verdadeiro. Só este entendimento de verdade permite dar sentido ao conceito de erro. Cometemos um erro quando consideramos verdadeiro um enunciado que é falso, ou vice-versa. Em bom rigor, cometemos em regra erros sem termos consciência de que os estamos a cometer.

Uma das razões principais pelas quais cometemos erros reside no facto de não existirem critérios inteiramente seguros para descobrirmos em todas as situações se um enunciado corresponde ou não aos factos. Existe, por isso, uma diferença entre a falibilidade dos critérios e a objectividade do padrão de verdade. É devido a esta diferença que é tão importante a liberdade de crítica: é ela que permite detectar erros na utilização de critérios e, dessa forma, é a liberdade de crítica que permite a tentativa de aproximação à verdade objectiva. A esta atitude, que combina a defesa da existência de um padrão objectivo e absoluto de verdade com o reconhecimento da falibilidade dos critérios para identificar a verdade, Popper chamou absolutismo falibilista.

Este "absolutismo falibilista" pode ser aplicado analogamente ao domínio moral, embora Popper reconheça que o conceito de "bem" ou de "justiça" é logicamente mais complexo do que o conceito de "verdade" enquanto correspondência com os factos. Contudo, sustenta o autor, também podemos aprender com os nossos erros no domínio dos padrões morais e também podemos procurar padrões moralmente mais exigentes. Esta será mesmo uma característica fundamental do liberalismo — o qual "se baseia no dualismo de factos e padrões, no sentido em que acredita na procura de padrões sempre melhores, especialmente no domínio da política e da legislação".

A CRÍTICA AO COLECTIVISMO

Depois do historicismo e do naturalismo ético, outra atitude que, segundo Popper, esvazia a moral de conteúdo autónomo é o colectivismo. Este consiste em atribuir ao colectivo uma "essência" independente dos indivíduos que o compõem.

Acontece, notou Popper, que o colectivo não é um sujeito moral: o colectivo não pensa, não age, não sente prazer nem dor. Por isso, porque o colectivo é na verdade uma colecção de indivíduos, algum indivíduo vai ter de falar em nome do colectivo. Ao atribuir ao colectivo uma existência independente dos indivíduos que o compõem, o colectivismo abre as portas à tirania, ao líder que fala em nome da multidão — e, em nome da multidão, esmaga toda e qualquer oposição individual.

No plano moral, o colectivismo rouba a responsabilidade moral ao indivíduo — o fardo de cada um ter de ser responsável pelos seus actos. Este fardo da liberdade e responsabilidade pessoal é então aliviado e transferido para uma mítica entidade colectiva. Finalmente, o colectivismo corrompe o altruísmo moral, o qual, segundo Popper, terá de ser sempre individualista. O colectivismo coloca em primeiro lugar a lealdade para com a tribo. Gera, neste sentido, uma espécie de egoísmo colectivista. O individualismo altruísta, em contrapartida, manda auxiliar indivíduos que precisam de auxílio, independentemente da tribo a que pertencem. Popper sublinha o crucial contributo do cristianismo para a emergência do individualismo altruísta. Recorda que Jesus Cristo ensinou a "amar o próximo" e não a "amar a tribo".

Popper salienta que o seu individualismo não deve ser confundido com egoísmo moral nem com individualismo desenraizado. No plano moral, Popper considera o altruísmo inseparável do individualismo: ser altruísta significa auxiliar outros indivíduos que precisam de auxílio, não submeter-se a lógicas de grupo ou colectivistas (como seria o caso do racismo, ou do nacionalismo, ou da idolatria de uma qualquer classe social). No plano metodológico, como recordarei de novo mais à frente, Popper vê o indivíduo sempre em interacção ou em relação com o outro. Toda a sua filosofia do conhecimento e da sociedade aberta funda-se na interacção livre entre indivíduos e instituições, não em indivíduos isolados ou desenraizados.

DUAS TEORIAS DA DEMOCRACIA

O regime político que Karl Popper considera mais adequado a esta interacção livre, inerente à sociedade aberta, é a democracia. Contudo, Popper desenvolveu uma crítica contundente das teorias usualmente associadas à democracia, em

particular a que entende a democracia como o regime fundado no governo do povo, ou da maioria, ou na chamada "soberania popular". Popper começa por observar que esta teoria da "soberania popular" se inscreve numa tradição de definição do melhor regime político em termos da melhor resposta à pergunta "quem deve governar?". Mas esta pergunta, que remonta a Platão, prossegue o autor, conduzirá sempre a uma resposta paradoxal. Se, por exemplo, o melhor regime for definido como aquele em que um — talvez o mais sábio, ou o mais forte, ou o melhor — deve governar, então, esse um pode, segundo a definição do melhor regime, entregar o poder a alguns ou a todos, dado que é a ele que cabe decidir ou governar. Chegamos então a um paradoxo: uma decisão conforme à definição de melhor regime conduz à destruição desse mesmo regime. Este paradoxo ocorrerá qualquer que seja a resposta à pergunta "quem deve governar?" (um, alguns, ou todos reunidos em colectivo) e decorre da própria natureza da pergunta — que remete para uma resposta sobre **pessoas** e não sobre **regras** que permitam preservar o melhor regime.

A teoria da democracia de Popper vai então decorrer da resposta a outro tipo de pergunta: não sobre ***quem*** deve governar, mas sobre ***como*** evitar a tirania, ***como*** garantir a mudança de governo sem violência. O meio para alcançar este objectivo residirá então num conjunto de regras que permitam a alternância de propostas concorrentes no exercício do poder e que impeçam que, uma vez chegadas ao poder, qualquer delas possa anular as regras que lhe permitiram lá chegar. O governo representativo ou democrático surge então como uma, e apenas uma, dessas regras. Elas incluem a separação de poderes, os freios e contrapesos, as garantias legais — numa palavra, o governo constitucional ou limitado pela lei. Tal como em *The Federalist Papers* ou em Edmund Burke, a teoria do governo representativo de Popper apresenta-o como um dos instrumentos para limitar o poder e não como fonte de um poder absoluto que devesse ser transferido de um ou de alguns para todos. Existe aqui uma clara analogia com a teoria do conhecimento de Popper, na qual as fontes de conhecimento não detêm autoridade e toda a ênfase é colocada no controlo mútuo entre propostas rivais — na tentativa de refutação mútua entre propostas rivais. Por este motivo, Popper argumentou também que o sistema eleitoral mais adequado a esta visão da democracia é o sistema maioritário baseado em círculos uninominais: ele permite um maior controlo

dos eleitores sobre os eleitos; facilita a formação de maiorias, favorecendo por isso o controlo mútuo entre governo forte e oposição consistente; e evita a fluidez dos governos e oposições fundados em coligações.[10]

ENGENHARIA SOCIAL: PARCELAR *VERSUS* UTÓPICA.

O governo limitado de Karl Popper não é, no entanto, um governo passivo cujas funções devam ser fixadas de antemão de forma rígida. Dentro dos limites constitucionais que visam impedir a tirania, as funções e políticas específicas de cada governo estarão também elas sujeitas à controvérsia racional e ao ensaio e erro. No entanto, esta abertura ao método do ensaio e erro impõe uma limitação ao tipo de intervenção governamental: só uma intervenção de tipo parcelar, e não de tipo global ou utópica, é compatível com a atitude científica da experimentação e do ensaio e erro.

A distinção, crucial para Karl Popper, decorre em grande parte da distinção por ele introduzida entre racionalismo crítico e racionalismo dogmático ou abrangente. Enquanto no primeiro a razão actua parcelar ou topicamente a partir de problemas, no segundo é atribuída à razão a função abrangente de prover fundações e redesenhar a partir dessas fundações.[11] Analogamente, a engenharia social parcelar ensaia soluções parcelares para problemas parcelares. A engenharia social utópica, pelo contrário, supõe que todos os problemas parcelares só podem ser enfrentados com o redesenhar da sociedade no seu conjunto. Este redesenhar vai ser feito com base na formulação de planos globais (*blueprints*) de uma sociedade outra.

---

[10] Um vigoroso resumo da teoria da democracia de Popper pode ser encontrado na sua "Conferência de Lisboa", proferida em 1988 no âmbito do ciclo "Balanço do Século", promovido pelo Presidente da República, Dr. Mário Soares. O texto foi reproduzido pelo prestigiado semanário britânico *The Economist*, na sua edição de 23 de Abril de 1988, e pode ainda ser encontrado na segunda edição da versão portuguesa da obra de Karl Popper, *Em Busca de Um Mundo Melhor* (Lisboa: Fragmentos, 1989), bem como no próprio livro de actas do ciclo de conferências *Balanço do Século* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1989).

[11] Esta distinção entre racionalismo crítico e racionalismo dogmático está brilhantemente apresentada no capítulo 24 de *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos*, volume II, "A Filosofia oracular e a revolta contra a razão". Outro texto crucial neste domínio é "Avançando para uma teoria racional da tradição", que constitui o capítulo 4 da magnífica colectânea de ensaios de Karl Popper, *Conjecturas e Refutações* (Lisboa, Almedina, 2003; 1ª. ed. ingl. 1963).

O erro fundamental da engenharia social utópica consiste em ignorar a existência de efeitos não intencionais de todas as acções humanas. Por definição, estes efeitos não podem ser conhecidos de antemão — apenas serão conhecidos por ensaio e erro, devendo, por isso, conduzir à constante e gradual correcção e reformulação de políticas públicas. E esta possibilidade de correcção gradual que é garantida pela democracia liberal e pelas suas engenharias sociais parcelares — sempre submetidas à crítica de propostas rivais e ao escrutínio público dos resultados alcançados. A engenharia social utópica, pelo contrário, não será capaz de revelar a mesma capacidade de aprendizagem. Dado que trabalha na base de um *blueprint* global, todos os insucessos parcelares serão atribuídos ao facto de o *blueprint* não ter ainda sido completamente alcançado. Cada fracasso ou insucesso conduzirá então a uma aceleração ou radicalização das políticas ensaiadas, e nunca à sua revisão. Este mecanismo, inerente à própria natureza abrangente da engenharia social utópica, conduzirá à intransigência revolucionária e à violência. Esta será então utilizada em nome da razão contra aqueles que alegadamente resistem à libertação racional dos atavismos sociais. Mas Popper denunciou que na essência desta política alegadamente racional está uma visão dogmática oposta à atitude experimental de ensaio e erro.[12]

Por outro lado, Popper sublinha a visão activa da engenharia social parcelar relativamente a mecanismos descentralizados como o mercado ou a propriedade privada. Segundo Popper, estes mecanismos devem ser protegidos e incentivados como parte de políticas activas que reconhecem serem esses mecanismos os mais adequados para atingir certos fins: por exemplo, a garantia de que o sistema económico estará ao serviço dos consumidores e não dos produtores. Nesta perspectiva, Popper critica o conceito de "não intervencionismo universal" e sublinha que o próprio mercado livre requer uma protecção adequada do Estado e, por vezes, a sua intervenção. A intervenção adequada, quando necessária, deve ser de tipo indirecto e institucional e não directo e pessoal.

[12] Para uma crítica vigorosa da utopia e das suas consequências autoritárias, ver, em relação a Platão, capítulo 9 de Volume I de A *Sociedade Aberta e os Seus Inimigos*, "Esteticismo, Perfeccionismo, Utopismo", e, em relação a Marx, ver no Volume II capítulos 18-21, na secção "A profecia de Marx".

Finalmente, Popper sustenta que a engenharia social parcelar da sociedade aberta deve ser inspirada por uma máxima negativa que consiste em "aliviar o sofrimento humano susceptível de ser aliviado". De certa forma, trata-se de uma versão negativa da máxima utilitarista de "maximizar a felicidade do maior número". A versão negativa é preferível pelas mesmas razões que, em política, é preferível combater males concretos do que promover bens abstractos. Em primeiro lugar, porque é mais fácil definir objectivamente sofrimento do que felicidade. Em segundo lugar, o sofrimento alheio é susceptível de produzir um directo apelo moral, o que não acontece necessariamente com a promoção da felicidade de terceiros. Finalmente, a promoção da felicidade dos outros frequentemente envolve a intromissão nas suas vidas privadas e a imposição sobre eles de uma hierarquia de valores — o que é desnecessário ou apenas excepcionalmente necessário quando se trata de aliviar o sofrimento ou combater males conhecidos.

SOCIEDADE ABERTA E ORDEM DESCENTRALIZADA

Karl Popper gostava de repetir que a mensagem principal da sua filosofia — *sabemos muito pouco e cometemos muitos erros, mas podemos aprender com os nossos erros* — não fez dele um filósofo particularmente popular entre os filósofos. Apesar disso (e, de certa forma, por isso mesmo), Karl Popper reiterou que esta é a principal mensagem da civilização ocidental, a que funda a sociedade aberta que gradualmente emergiu nesta civilização, e que primordialmente a distingue dos seus inimigos. Esta mensagem pode ser descortinada nas duas citações com que Karl Popper decidiu abrir *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*. A primeira, de Samuel Butler, diz o seguinte:

> "Ver-se-á (…) que os Erewhonianos são um povo humilde e sofredor, fácil de levar pela trela e que se apressa a sacrificar o bom senso no altar da lógica, logo que surja entre eles um filósofo que os arraste (…) convencendo-os de que as suas presentes instituições não assentam nos mais estritos princípios de moralidade."[13]

[13] Popper, K. R., *A Sociedade Aberta e os seus inimigos*, Lisboa, Edições 70, 2012, Vol. I, p. 7.

Recordemos também a segunda citação, de Edmund Burke:

> "Ao longo da minha vida conheci e, na medida das minhas possibilidades, colaborei com grandes homens; e nunca vi até hoje qualquer plano que não tenha sido emendado pelas observações daqueles que eram muito inferiores em entendimento à pessoa que encabeçava o empreendimento."[14]

Estas duas passagens, que servem de epígrafe a todo o livro, exprimem um profundo cepticismo relativamente ao que poderíamos designar por direcção central, ou, para utilizar a linguagem de Friedrich A. Hayek, por "ordens sociais feitas por desígnio central". Mas devem ser evitadas interpretações precipitadas deste cepticismo. Como referido acima, a propósito das suas teorias da democracia, Popper não sugere a substituição de uma direcção central por uma espécie de "direcção colectiva de base", ou por uma espécie de "comuna", ou uma espécie de "autogestão generalizada" em que todos participariam permanentemente em todas as decisões. A visão de Popper sugere que a sociedade aberta é uma espécie de "terceira via" entre uma ordem centralmente dirigida e uma ordem dirigida pela base. Em ambos os casos — quer numa ordem centralmente dirigida, quer numa ordem dirigida colectivamente pela base — estaríamos perante sociedades fechadas. Diferentemente desses modelos de sociedade fundados em decisões colectivas, a sociedade aberta supõe uma espécie de presunção favorável à evolução descentralizada por ensaio e erro.

INTERACÇÃO, PLURALISMO, EVOLUÇÃO GRADUAL

Para compreender esta presunção popperiana a favor da evolução descentralizada, será útil revisitar a sua teoria do conhecimento. Como é possível conciliar, por um lado, a firme convicção de que existe verdade e erro, certo e errado, e, por outro, a recusa de atribuir a um indivíduo ou grupo de indivíduos a autoridade última de desenhar essas distinções? Karl Popper sugere uma explicação,

[14] *Ibid*.

que já referi a propósito da sua crítica ao relativismo: isto é possível se distinguirmos, por um lado, a existência objectiva de verdade e de bem e, por outro, a existência do conhecimento subjectivo da verdade e do bem. Por outras palavras, existem padrões objectivos de verdade e de bem, mas todos nós somos falíveis na percepção desses padrões. A possibilidade de corrigirmos os nossos erros de percepção e de nos aproximarmos dos padrões objectivos de verdade e de bem assenta, por isso, na possibilidade de submetermos as percepções de cada um à crítica dos outros. Essa crítica tem como suporte fundamental o confronto com os factos, ou com as consequências decorrentes das nossas percepções.

Esta teoria costuma ser descrita pela expressão "conjecturas e refutações". É importante sublinhar a visão *interaccionista* subjacente ao método das conjecturas e refutações. Este método parece hoje bastante claro: o nosso conhecimento progride por ensaio e erro. Mas nem sempre tem sido enfatizado que o método do ensaio e erro só funciona num ambiente aberto de interacção — um ponto que de certa forma define o individualismo de Popper como individualismo de tipo especial. Karl Popper era certamente um individualista, por contraste com o colectivismo, mas via o indivíduo em interacção com os outros e enraizado em modos de vida e instituições.

O conceito de interacção requer desde logo a liberdade de crítica entre pontos de vista rivais. Mas, mais do que isso, requer também a possibilidade de diferentes propostas serem postas em prática sem o acordo prévio de todos, ou sequer da maioria. Novas descobertas e novas melhorias no campo científico e social emergem muitas vezes de iniciativas minoritárias, muitas vezes individuais, que, quando são lançadas, merecem reprovação da maioria. Se a sua experimentação dependesse da autorização prévia dos chamados "colectivos", elas nunca seriam autorizadas e, por isso, os seus benefícios nunca chegariam a ser conhecidos.

PLURALISMO EVOLUCIONISTA E DESCENTRALIZADO

Muitos admiradores de Popper viram aqui uma teoria anti-conservadora favorável por princípio à inovação. No entanto, Popper nunca disse que uma inovação, só por ser inovação, é necessariamente melhor do que uma tradição. Disse que deve existir uma interacção aberta entre tradição e mudança. Só essa

interacção — designadamente a comparação entre os resultados de uma e de outra — permitirá saber, ou melhor, ir tentativamente sabendo, as vantagens comparativas de cada uma delas. Por esta razão, da mesma forma que uma inovação não deve depender de prévio assentimento da maioria, também uma inovação não deve ser coercivamente generalizada apenas porque detém momentâneo apoio de uma maioria. Idealmente, deve existir terreno para a coexistência concorrencial entre elas. Gradual e descentralizadamente, as pessoas, as instituições e as gerações irão comparando os resultados respectivos e irão seleccionando as que lhe parecerem mais vantajosas.

A esta visão sobre o papel crucial da interacção podemos chamar *pluralista e evolucionista.* É pluralista porque contém uma forte presunção a favor da liberdade e da coexistência de diferentes práticas, diferentes tradições e diferentes inovações. Por outras palavras, porque coloca o ónus da prova numa proibição (que pode ser necessária, mas tem de ser justificada e, em caso de dúvida, rejeitada), e porque coloca também o ónus da prova numa proposta de uniformização. Em contrapartida, é evolucionista porque não valoriza a pluralidade como um fim em si mesmo: a pluralidade é vista como condição indispensável à melhoria ou evolução. Como o nosso conhecimento é sempre limitado e falível, a pluralidade é a condição perene para podermos cometer erros e aprender com os nossos erros. Esta aprendizagem tanto pode implicar abandonar uma tradição que se revelou desvantajosa face a uma inovação, como abandonar uma inovação e retomar uma tradição que, afinal de contas, se revelou melhor do que uma inovação que inicialmente nos parecia preferível. Este processo, para poder ter lugar e permitir a correcção reversiva de escolhas, deve ser tão descentralizado quanto possível. Ele constitui o processo de aprendizagem inerente às sociedades abertas.

Este processo de aprendizagem descentralizado das sociedades abertas só é possível se elas viverem sob o primado da lei, sob a limitação e equilíbrio de todos os poderes através da lei. É a lei que garante a cada pessoa e instituição, enquanto associação livre entre pessoas e gerações, uma esfera de inviolabilidade no interior da qual podem exercer as suas escolhas em segurança. Esse é o significado dos célebres direitos inalienáveis dos homens à vida, à liberdade e à busca da felicidade, consagrados na Declaração de Independência norte-americana, de 1776. A democracia, no sentido da tomada de decisões por maioria, é por isso apenas supletiva: aplica-se apenas naquelas áreas em que tem de haver decisões

colectivas. Para além dessas áreas, existe uma vasta esfera — que podíamos designar por sociedade civil — em que as decisões não são políticas, nem colectivas, nem centralizadas: elas simplesmente acontecem e são tomadas descentralizadamente pelos indivíduos, famílias e instituições a que dizem respeito. Isto é o que significa o princípio do Governo limitado pela lei.

GENTLEMANSHIP E WINSTON CHURCHILL

Uma esfera cuja autonomia relativamente à acção política é particularmente importante para Karl Popper é a esfera da moral. Muitos dos seus admiradores concluíram daqui que isso significa que a acção política deve ser independente, ou neutra, relativamente aos princípios morais. No entanto, Popper sobretudo sublinhou que são os princípios morais que devem permanecer independentes das conveniências políticas. Uma sociedade aberta é também aquela que reconhece a autonomia da moral relativamente à vontade política e que submete o exercício da vontade política a limites morais. Numa sociedade aberta, o poder político, em rigor, todos os poderes são limitados pela lei e pela moral.

Karl Popper gostava de repetir que uma expressão importante da vida moral do Ocidente reside na *gentlemanship* — uma atitude de inspiração cristã que nunca foi centralmente desenhada, mas que se enraizou profundamente no mundo de língua inglesa e, sobretudo, na sua amada Inglaterra. Os *gentlemen* nunca se tomam demasiado a sério, explicava Popper, mas estão preparados para tomar muito a sério os seus deveres, especialmente quando os outros só falam dos seus direitos. Winston Churchill era, para Karl Popper, o melhor exemplo de um *gentleman* no século xx.

(Comunicação apresentada à classe de letras
na sessão de 15 de maio de 2015)

A política artística de D. Teotónio de Bragança, arcebispo de Évora (1578–1602)

Vitor Serrão

1. UM PRÍNCIPE DA IGREJA

O papel de D. Teotónio de Bragança (1530–1602), membro da mais importante estirpe do Reino, a Casa de Bragança, foi especialmente notável nos anos em que esteve à frente do Arcebispado de Évora, substituindo no cargo o Cardeal-Rei D. Henrique. Era até há pouco mal conhecido o seu mecenato artístico, que foi, contudo, avassalador em obras e ideias novas, através de empreendimentos construtivos e decorativos em que adaptou os cânones tridentinos do chamado *restauro storico* do Cardeal Baronio e contribuiu para revitalizar as *sacrae imagines* em espaços de culto paleo-cristão. Soube rodear-se de bons artistas e multiplicou encomendas em Itália e Castela para a Sé, o mosteiro da Cartuxa e outras igrejas do arcebispado, pelo que a sua importância cultural e artística é imensa.

Os vinte e três anos do seu múnus foram, dentro das circunstâncias contra-reformistas vigentes, de grande inovação no arcebispado eborense.[1] Sobressaem o incremento dado à rede hospitalar, a reforma teológica e as grandes obras de construção que empreendeu, traço de uma *autoritas* empenhada e moderna. Tal esforço de recuperação da memória espiritual e patrimonial da *antichità christiana* teve como alvo o conforto espiritual das comunidades, através de uma espécie de *ars senza tempo* alinhada com os cânones tridentinos e o modelo ideal de Pastor da Igreja preconizado por Gasparo Contarini (1517) e Frei Bartolomeu dos Mártires (1564), autores cujas obras estão, aliás, arroladas na sua riquíssima biblioteca pessoal.

Fruto da melhor cultura universitária europeia, levou à prática dois conceitos absolutamente inovadores na arte portuguesa do tempo: 1) a defesa de um modelo de construção "reformado" em que o *restauro storico funcionou como*

[1] Cf. Serrão, 2015 (com abundante material arquivístico inédito).

atestado legitimador em *igrejas-auditorio de novo tipo,* e 2) o *conceito de decoração integral* — espécie de *ars senza tempo* pensada para *o* caso alentejano e introduzida na sua prática — onde as várias modalidades, do fresco ao *stucco, ao azulejo de enxaquetado, de padronagem* e de figura, à talha, à imaginária, ao esgrafito, à obra de massa, às ferragens lavradas, e outras artes, se irmanaram em programas ornamentais unívocos. A arte portuguesa da Contra-Reforma encontra na figura de D. Teotónio de Bragança um dos seus mais notáveis cultores.

2. A ÉVORA TRIDENTINA: UMA "*NOVA ROMA*" EM FASE DE GRANDE FULGOR ARTÍSTICO

Foi especialmente relevante o papel de D. Teotónio de Bragança (1530–1602), quarto Arcebispo de Évora, na implementação dos valores de reforma que a Igreja Católica assumira com o Concílio de Trento (1545–1563). Embora sempre se tenha destacado mais o aspecto catequético, em termos de revisão teológica, de apoio assistencial e de estratégias a favor da Arquidiocese (em contraste com o governo precedente do Cardeal-Infante D. Henrique, um homem da Renascença), a verdade é que tal acento de proselitismo contra-reformista só foi possível porque ele dispôs de uma base muito sólida de investigação histórica, assente num gosto romanizado e na consciencialização da importância de um património comum.

Nesse sentido, a figura de D. Teotónio de Bragança mostra (como aliás já acentua o seu capelão e biógrafo Nicolau Agostinho) um original perfil de prelado imbuído de intuitos renovadores.[2] A sua acção construtiva não se resume a obras de eleição como os mosteiros da Cartuxa de *Scala Coeli* e de Santo António da Piedade, ambos bem estudados. Nos anos de governo daquele que era um dos maiores Arcebispados da cristandade, o ilustre prelado preocupou-se em recuperar o património paleo-cristão, definir estratégias de *restauro storico* segundo as directrizes romanas de Cesare Baronio, e organizar os programas de decoração das igrejas dentro dos princípios da *Roma Felix* e dominantes durante o pontificado de Sisto V (1585–1590)[3].

[2] Agostinho, 1614. Cf. também: Gomes, 1984; Palomo del Barrio, 1994; Pereira, 1995; Alves, 2004.
[3] Cf. Zeri, 1957; Cantino, Strinati, Spezzabero, Fulco, 1980; Zuccari, 1992, Nicoli, 2011.

Essas linhas caracterizadoras de desenvolvimento da Évora teotonina assinalam um caminho que, em reacção aos ataques da Reforma protestante, atestou as valências da *antichità christiana*, reforçada pela afirmação de *santos eborenses* como São Manços, São Jordão, Santas Comba e Inonimata, Santos Vicente, Sabina e Cristeta, São Torpes, São Cucufate, São Brissos, e outros alegados mártires da era paleo-cristã[4], em parte referidos nos textos dos humanistas (como em André de Resende, *Historia da Antiguidade de Cidade de Evora*, 1553)[5], mas que são nesta altura alvo de novas investigações e de uma política de reabilitação construtiva dos lugares de devoção.

Trata-se, por isso, de uma personalidade relevante e absolutamente original no contexto do mecenato português do século XVI. Com ele, as directivas conciliares de Trento não se resumiram a novos dispositivos de organização da Igreja e de controlo da sua estratégia imagética, antes incorporaram uma reflexão profunda sobre as bases histórico-arqueológicas do Cristianismo no território eborense sob sua jurisdição. É certo que, como escreveu Flávio Gonçalves[6], "a Igreja apoderou-se nesse período do comando da arte religiosa, a fim de a expurgar das notas tidas por censuráveis e de promover uma iconografia de combate, de testemunho e de catequese", mas a par dessa defesa do papel didascálico das *imagens sagradas* contra o *falso dogma*, D. Teotónio soube aplicar o conceito e a prática do *restauro histórico* (tal como, desde Roma, defendera o Cardeal Baronio). Utilizando a experiência e o pragmatismo contra-maneirista dos seus arquitectos (um deles, Pero Vaz Pereira, mandado formar por ele na própria Roma)[7], o Arcebispo reformulou velhas igrejas góticas da cidade, como São Tiago, por exemplo, conferindo-lhes um gosto mais consentâneo com o que entendia ser uma espécie de *espacialidade comunitária*. Nos interiores, defendeu uma linguagem exuberante (em contraste com a austeridade dos exteriores), recorrendo a programas de *arte total* onde a talha dourada, a obra de massa, o *stucco* e o fresco se unem para moldurar paredes e coberturas, ritmar alçados e criar um *gosto ornamental de novo tipo*, por certo inspirado nas igrejas romanas da era de Sisto V. A renovação da

[4] Serrão, 2012, pp. 112-115.
[5] Abreu, 2010, pp. 223-230.
[6] Gonçalves, 1973, p. 13.
[7] Serrão, 2008, pp. 131-136.

igreja de São Tiago, na cidade[8], e das matrizes das freguesias rurais de Nossa Senhora da Graça do Divor e de São Pedro da Gafanhoeira, são bons exemplos deste gosto teotonino, aliás seguido depois, com idênticas tipologias, em tantas paróquias e casas monacais da Arquidiocese durante o múnus do seu sucessor D. Alexandre de Bragança.

A pintura mural ocupou um papel de relevo nesse tipo de decoração, seguindo a boa tradição eborense das gerações precedentes, bastando recordar obras como os frescos do convento de Santa Clara e os da antiga igreja de São Vicente e com pintores da qualidade do neerlandês Francisco de Campos (activo para a Sé no tempo do Arcebispo D. João de Melo, no Paço de Vila Viçosa para os Braganças e na Sala Oval do Paço dos Condes de Basto, e que morre na cidade, na peste, de 1580). Mas o gosto que se impõe com D. Teotónio é distinto desse tipo de decoração, é seguramente mais romanizado dentro de uma tipologia "reformada", com maior alinhamento a um espírito neo-antigo, dentro da reforma tridentina vigente. Tal se atesta, por exemplo, no tecto da Capela gótica de São Lourenço, no transepto da Sé, que José de Escovar pinta em 1597, recorrendo a esse gosto neo-constantiniano que era o do Arcebispo, numa composição de *stucco* e fresco, com molduras de obra de massa relevada envolvendo *quadri riportati* afrescados, numa narração apologética da vida e martírio do santo, tal como se fazia em Roma no final do mesmo século XVI, dentro desse gosto *senza tempo*. Tal como em outros casos de decorações teotoninas, como o de Nossa Senhora da Graça de Divor e o de Santa Maria de Machede, a supervisão do programa deve ter cabido ao seu arquitecto Pero Vaz Pereira.

O recurso a um escol artístico de eleição — como foram os arquitectos Mateus Neto, Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira, os pedreiros Jerónimo de Torres e Jorge Pechim, os entalhadores Ascenso Fernandes e Diogo Nobre, os pintores Francisco João e Custódio da Costa, o fresquista José de Escovar, o ourives João Luís, o bordador António Garcia, e outros artistas eborenses cujas actividades vão sendo aos poucos melhor esclarecidas, sem esquecer os estrangeiros, como o pintor neerlandês Duarte Frizão, que esteve pintor ao serviço do Arcebispo e faleceu em Outubro de 1596[9], e o pintor Isbrant de Renoy, activo para os carmelitas de

[8] Mangucci, 2014, pp. 27-39.
[9] Espanca, 1947, pp. 140-142.

Évora — mostra as opções abertas para a concretização do projecto renovador do Arcebispo. Sabemos, pela documentação, que fez encomendas custosas de escultura em Valladolid, de têxteis em Lisboa, de paramentos e pratas em Florença; e que à data da morte tinha em curso a compra de vestimentas litúrgicas numa oficina florentina, que foi inviabilizada pelo governo de *sede vacante*.[10]

Vemo-lo, assim, a enriquecer substancialmente os acervos catedralícios, a promover novos temas iconográficos, a valorizar o estatuto social dos artistas a seu serviço, e a definir uma tipologia construtiva distinta da que pautara a arquitectura eborense precedente. Todo este esforço para modernizar a produção artística, qualificando-a com bases históricas e segundo os preceitos da *ars senza tempo*, transformaram a Évora do final do século XVI num caso excepcional de sucesso em termos construtivos e de renovação do seu património, que merece ser investigado. Neste sentido também (e apesar dos surtos de pestes ou de anos de carestia devido a más colheitas agrícolas), a cidade de Évora dispõe de circunstâncias privilegiadas para assumir os dispositivos tridentinos nas suas componentes fundamentais de prestígio histórico, de assistência cívica, de organização social, de memória paleo-cristã e de dinâmicas de crescimento.

3. A PERSONALIDADE DE D. TEOTÓNIO DE BRAGANÇA

D. Teotónio era o quinto filho de D. Jaime, quarto duque de Bragança, e de sua segunda mulher D. Joana de Mendonça; nasceu em Coimbra em 2 de Agosto de 1530, e bem cedo evidenciou vocação pela vida religiosa, o que o levou a seguir estudos no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e, de seguida, no Colégio da Companhia de Jesus dessa cidade, tendo tido intenção de professar como jesuíta, sendo depois desaconselhado dessa escolha.

Esclarece o seu biógrafo Nicolau Agostinho que chegou a privar com Santo Inácio de Loyola, que o chamou a Roma, de onde seguiu para Paris, onde se doutorou em Teologia na Universidade, tendo estadeado também na Universidade de Bordéus e viajado, durante esses anos, por terras italianas, francesas e

[10] Existem mesmo recibos de aquisições com "amostras" para indicação aos artistas sobre os modeles requeridos.

inglesas e multiplicado contactos e conhecimentos[11]. Estava em 1554 em Londres, e aí assistiu ao casamento de Maria Tudor com Filipe II. O seu sobrinho D. João I, duque de Bragança, designou-o para servir de tesoureiro na Colegiada de Barcelos, mas renunciou a esse cargo para poder prosseguir os seus estudos em Salamanca, onde teve oportunidade, em 1574, de conhecer Santa Teresa de Ávila e se corresponder com a reformadora do Carmelo sobre questões espirituais. Aliás, impulsionará a criação em Évora do convento de carmelitas descalças de Nossa Senhora dos Remédios, mas a sua súbita morte em 1602, em Valladolid, onde se deslocara em negócios do Reino, impediu que pudesse assistir ao lançamento da primeira pedra dessa casa, o que ocorre já em tempo de seu sucessor D. Alexandre de Bragança (1602–1608), com traças do arquitecto Francisco de Mora[12]. A vasta biblioteca de D. Teotónio será por ele legada ao Mosteiro da Scala Coeli, ou da Cartuxa, fundação sua (1587–1598), contando-se entre os manuscritos doados o célebre *Atlas* (1571) de Fernão Vaz Dourado, e outras preciosidades[13], e mais sabemos do seu interesse pelos estudos sobre a China e o Japão, tendo dado à estampa textos fundamentais através da imprensa eborense, então em fase de apogeu, e apoiando também a missionação jesuítica no Oriente.

São abundantes na figura de D. Teotónio os sinais de um gosto estético actualizado e esclarecido, dentro dos preceitos da *Contra-Maniera* tridentina, adoçados pelas visitas feitas em Roma e Florença e que atestam esse conceito de *Res publica christiana* que ousou aplicar a Évora, em nome do retorno a uma *antichitá christiana* que ganha vulto no pensamento teotonino e explica as opções construtivas — aliás, fazendo eco do tipo de arquitectura que pelos mesmos anos se erguia no Paço de Vila Viçosa, governada por seu sobrinho D. João I, 6.º duque de Bragança, e de seguida pelo 7.º duque D. Teodósio II, com recurso à mesma mão-de-obra aí activa, tal como recentemente se provou. É a esta luz que se percebe a presença em Évora de figuras gradas de arquitectos de corte como Filipe Terzi, Baltazar Álvares e Nicolau de Frias em obras para o Arcebispado, sem esquecer o frade florentino Giovanni Vincenzo Casale (1539–1593), que faz as primeiras traças do Mosteiro da Cartuxa e a quem se deve o essencial dessa construção, tal como

[11] Agostinho, 1614, Caps. 2 e 3, e pp. 80-81.
[12] Bustamante e Marías, 1987, pp. 277-318.
[13] Pereira, 1995, pp. 845-860.

chegou aos nossos dias[14]. É evidente, segundo Miguel Soromenho, a marca de grande unidade orgânica que se sente vendo a frontaria do mosteiro cartuxo, que mantém similitude com os precedentes edifícios eborenses dotados de frontaria com pórtico externo, assim como influências da arquitetura romana tridentina, com acento na retoma de uma tipologia de exonártex de origem paleocristã. Em Março desse ano o prelado contrata o escultor e entalhador Ascenso Fernandes para fazer a obra do grande Sepulcro do Santíssimo Sacramento da Sé, seguindo uma traça desenhada pelo arquitecto Nicolau de Frias (1540–1610), artista de formação romana que se notabilizara com a fachada do Paço de Vila Viçosa e que, de seguida, colaborará muito no acompanhamento da construção da Cartuxa e em muitas outras obras teotoninas.

Tratou-se de um verdadeiro homem da Igreja, dotado de vasta cultura livresca, e nesse sentido foi chamado em Junho de 1578 pelo Cardeal D. Henrique a regressar a Portugal para o coadjuvar, com o título de bispo de Fez, no Arquiepiscopado de Évora. Mas o desastre de Alcácer Quibir, e a decorrente subida ao trono de D. Henrique, conduzem D. Teotónio, em Dezembro, ao cargo de Arcebispo de Évora. Ganhou grande prestígio junto das populações pelo modo como enfrentou o surto de fome de 1579 e a peste de 1580, abrindo os celeiros da cidade aos famintos, e pela sua política assistencial, tendo fundado o Hospital da Piedade, o Recolhimento de Santa Maria Madalena e o Seminário de São Manços. Seguiu nestes empreendimentos o modelo filantrópico proposto por Miguel de Giginta, autor do *Tratado de Remedio de Pobres* (Coimbra, 1579) e defensor das "casas da caridade", a quem convidou para vir a Évora assessorar esses hospícios[15].

Os conhecimentos adquiridos e a solidez da formação teológica conduzem o novo Arcebispo a uma governação exemplar e dando cumprimento à Constituição Apostólica de Sisto V. Tomou cedo o pulso da cidade, assim descrita em 1596 por um dos seus teólogos diocesanos, o Dr. Francisco Rodrigues:

> Evora cabeça deste Arcebispado he huma Cidade mui insigne, e a segunda em priminencia neste Reyno de Portugal, donde os Reis delle tinhão sua Corte ordinariamente, quasi contemporânea na fundação com Roma, foy coroada

[14] Soromenho, 1999, pp. 9-13.
[15] Cf. Alves, 2004, pp. 155-165; Del Barrio, 1995, pp. 587-624.

> de muro, torres, e barbacans pelo famosíssimo Sertorio (…) e recebeu no culto divino pregadores evangélicos desde o tempo dos Apostolos porque hum discípulo de Christo, chamado Mantyo, que dizem lhe deu agoa no dia da ultima Cea pera lavar os pés dos discípulos foy o Apostolo desta cidade, e primeiro Bispo della, e que a ornou, e esmaltou com seu sangue sendo martirizado em o tempo do Prefeito Validio…[16]

Conhecedor da importância histórica da cidade, D. Teotónio assumiu uma estratégia renovadora (não isenta de pontuais conflitos com o Cabido e, também, com o governador militar D. Fernando de Castro, Conde de Basto) e levou a cabo uma investigação organizada no sentido de enriquecer a Arquidiocese em termos construtivos e artísticos.

No final do século XVI, o sucesso dessa política de centralização contra-reformista, com aplicação das normas apostólicas de Sisto V, fez-se sentir tanto na sede arquiepiscopal, com seus "*tres mil passos redondos dos muros adentro (com) sete mil vizinhos, que em numero fazem trinta mil moradores*", como no vastíssimo território arquidiocesano", *40 legoas e 22 de largo, com duas cidades Evora e Beja e 68 villas afora mt^{a}s aldeas e Povoações*", abrangendo um total de 67 mosteiros de religiosos e 48 casas e hospitais de Misericórdia[17], todos eles visitados pessoalmente pelo prelado e, alguns destes, alvo de substanciais melhorias em termos de reconstrução ou de equipamento litúrgico e decorativo, como sucedeu, por exemplo, no convento de Jesus de Viana do Alentejo e em várias igrejas de Arraiolos e Montemor-o-Novo.

Com D. Teotónio de Bragança, a tipologia construtiva da arquitectura sacra altera-se de modo significativo na Arquidiocese de Évora. As fachadas, se bem que mais rigoristas e austeras, retomam o uso das duas torres laterais (ausentes da arquitectura eborense desde a magna obra da igreja de Santo Antão, dirigida por Miguel de Arruda, Manuel Pires e Afonso Álvares[18]), enquanto se desenvolvem agora novas soluções de utilização, em contexto cristão, da ordem dórica, convergentes com a linguagem pagã e seguindo, nesse aspecto, o livro 4.º do *Tratado* de Sebastiano Serlio (1552) na sua defesa dessa ordem clássica, "tão

[16] Biblioteca Pública de Évora, *Fundo Cunha Rivara*, Arm. V-VII, n.º 12, peça 5; cf. Espanca, 1949, p. 174.
[17] Espanca, 1949, pp. 178-179.
[18] Branco, 1999, pp. 237-240; Mangucci, 2014, pp. 28-29.

estimada pelos antigos para cultuar Júpiter, Marte ou Hércules e do mesmo modo recomendada na construção tridentina para sublinhar o valor heróico dos santos mártires da cristandade"[19]. É esse uso da ordem dórica, tanto em estruturas complexas de pedraria lavrada como em soluções simplificadas de *obra de massa*, que prevalece nas igrejas paroquiais erguidas ou renovadas na era teotonina e que vieram alterar, indiscutivelmente, a paisagem arquitectónica alentejana.

Outras características distintivas merecem ser destacadas. Algumas fachadas erguidas nestes anos retomam o uso de robustos pórticos clássicos adjacentes à frontaria (tal como sucedera no modelo jesuítico da igreja do Espírito Santo, por Manuel Pires, ele mesmo um modelo derivado da tipologia gótico-manuelina da igreja de São Francisco de Évora…): citem-se o *nártex* da Graça do Divor e o de São Sebastião de Évora (1599–1600), por exemplo. Observam-se também soluções inovadoras ao nível da organização dos estaleiros de obra, como o facto de, em muitos casos, se manterem as capelas-mores góticas (em São Tiago de Évora ou em São Pedro da Gafanhoeira) e as velhas estruturas altimediévicas (em São Manços), sendo utilizado pela equipa de pedreiros um inovador *modus operandi* de reconstrução: obras com faseamento parcelar, mantendo as velhas estruturas a demolir enquanto se ergue, em sua envolvência, o corpo unívoco das novas igrejas-caixa (só quando estão concluídas se procedia à demolição de tais preexistências, como sucedeu em Santa Maria de Machede na empreitada dirigida por Vaz Pereira)[20], sempre com acento na tese de que os corpos dos templos são auditórios de sermões e, como tal, precisam tanto de uma espacialidade eficaz como de um programa decorativo catequético.

4. A REVITALIZAÇÃO DO CULTO DE SÃO MANÇOS E AS BASES DO "*RESTAURO STORICO*"

Desde o início do seu *múnus*, o Arcebispo D. Teotónio de Bragança centrou-se muito na dinamização dos lugares de alegado martírio dos santos do hagiológio eborense, dentro da tradição aberta com André de Resende. Num ambiente

[19] Mangucci, 2014, p. 35.
[20] Goulart e Serrão, 2004, pp. 211-238.

cultural de forte tradição humanística como era a Évora *Colonia Romana* do século XVI, cidade inovadora onde arte e memória, piedade e devoção, andaram sempre de mãos dadas, a produção artística deste tempo foi uma espécie de laboratório qualificado, fiel aos cânones contra-reformistas de Trento, em uníssono no combate ao protestantismo e na fidelidade às arcanas memórias da cidade. Não admira, assim, que os textos de Resende merecessem do Arcebispo uma leitura especial.

Estante em Madrid para tratar de questões do Arcebispado junto da corte, entre Março de 1590 e Abril de 1592, D. Teotónio conseguiu então a necessária licença de Filipe II para receber as relíquias de São Manços, alegado bispo de Évora martirizado pelos romanos em 303 d.C. [21], que existiam na Abadia de Villa Nueva de San Mancio, de Sahagún. Essa relíquia era constituída por um osso do braço (outras fontes falam, com menor rigor, em cana da perna)[22], e chegará a Évora no retorno do prelado, com entrada triunfal e festejos um pouco por toda a Arquidiocese[23]. Já em acórdão do cabido de 7 de Junho de 1588 se assinalam diligências feitas junto de Filipe II no sentido de obter a relíquia [24]. Diz o biógrafo Nicolau Agostinho que foram grandes as solenidades à chegada da relíquia, em Abril de 1592, com procissão até à Sé acompanhada pelo Cabido, clero, irmandades, fidalgos e povo, incluindo os habitantes de São Manços. A relíquia ficou na Sé, "*onde está mui decentemente em um sacrário no altar-mor, seu devido lugar*" e o Arcebispo mandou fazer a ourives habilitado da cidade (acaso o eborense

[21] Francisco Galvão, erudito eborense, numa carta a Manuel Severim de Faria (1641), refutava essa data (fl. 63): "*San Manção discípulo de Xº bpo de Evora, segundo Jeronimo Osorio, martirizado cerca do ano 100 em tempo de Trajano como dizem auctores de mta conta*". Cita também "*São vte, sta sabina e sta Cristeta irmãos naturaes desta cidade que foram martirizados em 303 q.do da perseguição aos cristãos de Daciano, presidente na Espanha*", e ainda "*Sãta Comba com hum Bispo e outra irmã tãobm virgem foram martirizados neste mesmo tpo com outros mts martyres junto a Tourega como se vé da tradição* (Biblioteca Pública de Évora, "*Portuguezes insignes ou q. forão pessoas notáveis* ", MSS 29, n.º 47-123).

[22] Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Mss. 29, n.º 47/3, *Arcebispo D. Teotónio de Bragança*, fl. 217: "*Reliquia de S. Mãços que trouxe em 1592. Vindo o Arcebispo Dom Theotonio de Madrid, onde tinha ido por ocasião da grande diferença que neste tempo tem durado com os freires das ordens militares de Santiago e S. Bento de Avis, trouxe consigo huma relíquia da cana da perna de S. Manços, que está no altar mor da Sé, veio pousar com ella ao Mostrº de Santo Antº a de abril de 592 e dahi se fez huma procissão solene Domingo 7 dabril do dito anno com toda a clerezia e cabido e freguesias e confrades de S. João, S. Tiago, S. Francisco, e pôs se a relíquia na Se (…), o cónego Martim Afonso de Melo fez a 1.ª missa solene*".

[23] Arquivo do Cabido da Sé de Évora, *Lº 11 de Acórdãos*, 18 e 20 de Outubro de 1591.

[24] Arquivo do Cabido da Sé de Évora, *Lº 9 de Acórdãos*, fl. 140 e segs.

António Luís) o relicário definitivo, constituído por uma pirâmide de cristal de faces envidraçadas e guarnecida de ouro, rematada com globo de prata com cruz latina, peça essa conservada no Museu de Arte Sacra da Sé[25]. A peça segue a forma piramidal tão difundida pelo tratado contra-reformista do arquitecto de Sisto V, Domenico Fontana (1543–1607), com o seu tónus vincadamente tridentino.

Urgia desenvolver, diz o mesmo biógrafo, o culto

> na freguesia de invocação do Sancto, que está a quatro Legoas da Cidade, onde seu corpo esteve antiguamente, depois de ser achado nos monturos fora da dita Cidade por hum Lavrador, a quem elle appareceo em sonhos, para que lhe desse sepultura, que o levou à sua Herdade, onde lhe fez huma Egreja, em que esteve venerado ate às Guerras, e perdição de Hespanha: no qual tempo foy levado a Castella, onde lá ficou[26].

Assim, D. Teotónio ordenou que a igreja dessa freguesia de São Manços fosse ampliada e enobrecida segundo traças para o efeito concebidas mantendo a imponente estrutura paleo-cristã, e a 11 de Março de 1594 inicia-se a empreitada pelo pedreiro eborense Diogo Martins.[27] Trata-se de um bom exemplo daquilo que consideramos ser a *arquitectura contra-reformista teotonina* marcada pelo sentido de renovação baroniana em que tal estratégia se inscreveu. Existiu nestes anos de transição para o século XVII, da parte do Arquiepiscopado, um esforço notório de "lançar pontes entre dois universos facilmente irredutíveis, caucionando as referências à Antiguidade clássica com as lições dos textos bíblicos".[28]

Ainda a respeito da relíquia de São Manços, escreve Agostinho Nicolau em 1614 que o Arcebispo desejou "*fazerlhe uma igreja na parte onde na Cidade foy martirizado: como por tradição se diz: à Porta de Moura, onde està huma coluna de pedra mármore, metida na parede do muro, com hum Crucifixo em cima: à qual dizem foi atado, quando em seu martirio o açoutaram*"[29]. Essa capela embutiu-se na Casa Soure no corpo da torre da primitiva cintura romana, junto às Portas de Moura, com seu

[25] Goulart, 2004, n.º 119.
[26] Agostinho, 1614, cap. V, pp. 21-22.
[27] Arquivo Distrital de Évora, *Lº 309 de Notas*, fls. 36-38. Faleceu em Évora a 15–8–1597.
[28] Mangucci, 2014, p. 35.
[29] Agostinho, 1614, cap. V, pp. 21-22.

nicho parietal para conservar a *coluna-calvário* de pedra mármore, e foi de seguida decorada a esmero à custa do devoto Baltazar Vieira[30]. Além do precioso pergaminho iluminado, datado de 1596 e com belos medalhões figurando os meios corpos de S. MANCIVS, S. PRIMITIVS e S. FACVNDO, com texto que atesta a doação da relíquia [31], a capelinha está forrada de azulejos polícromos de *padrão de maçaroca* e tem um retábulo tardo-maneirista com telas que representam a prisão, martírio do santo e achamento das relíquias, dentro do conceito baroniano da pedagogia de martírio[32]. Estas telas serão obra de Bartolomeu Sánchez, pintor "tenebrista" originário de Las Penas de San Pedro em Múrcia, que se instala em Évora no início do século XVII. Têm o interesse de legitimar uma nova iconografia necessária para a solidificação de um "culto novo", tal como sucedeu com outros programas hagiológicos desenvolvidos pelo Arcebispo.

O empenho de D. Teotónio de Bragança em dinamizar os velhos lugares hierofânicos do seu Arcebispado leva-o também, em 1592, a desenvolver escavações junto à vila de Sines depois de, um ano antes, se ter localizado o sítio arqueológico do "*corpo de San Torpes que na mesma perdição de Hespanha foy enterrado, & cuberto de areas nos alisserses da igreja donde antes fora venerado*"[33]. Tratava-se neste caso de um mártir que se dizia ser do tempo de Nero, que passa a usufruir de concorridas romagens à igreja erguida no local do presumível martirológio e enterro dos ossos[34]. Os preceitos construtivos seguidos nesta empresa são, como tudo leva a crer, os recomendados pelo *restauro storico* do Cardeal Cesare Baronio, também citado a propósito[35]:

Nos campos da freguesia rural de Nossa Senhora da Assunção da Tourega, não longe do paço e conventinho de Valverde, onde o Arcebispo estadeava amiúde, foram por esta época desenvolvidas pesquisas arqueológicas de valorização do sítio ligado ao martírio de Santas Comba e Inonimata, irmãs de São Jordão, bispo de Évora durante a ocupação romana. São difusas as memórias do local, citado

[30] Espanca, 1966, pp. 92-93.

[31] Goulart, 2004, n.º 118.

[32] Zuccari, 2012, pp. 445-501.

[33] Agostinho, 1614, cap. V, p. 22.

[34] Agostinho, 1614, cap. V, pp. 21-22.

[35] Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Mss 29, n.º 47, *Noticias relativas a S. Manços e S. Torpes.* Sobre São Torpes, o anónimo memorialista cita a autoridade de Cesare Baronio para afirmar que ele foi martirizado em 69 d.C. algures no Alentejo. Ricardo Estevens Pereira prepara um estudo a respeito do culto de São Torpes em Sines e das circunstâncias que o envolveram.

por André de Resende e outros humanistas, mas ainda se admiram as ruínas da ermida de Santa Comba e, junto desta, a chamada Fonte Santa (a que Resende chama a Cova dos Mártires), alegado lugar de suplício desses cristãos no início do século IV, durante as perseguições movidas pelo pretor Daciano[36]. Se estas ruínas foram valorizadas durante o *múnus* de D. Teotónio, é algo de que não existe certeza absoluta, mas o facto de a igreja matriz da Tourega ter sofrido remodelação importantes no fim do século XVI torna essa possibilidade credível, por coincidir com a política de incremento dos lugares sagrados que o Arcebispo assumira. Aliás, junto ao templo existem as ruínas de um paço senhorial, que a tradição diz ser dos Cogominhos, e que terá servido ao Arcebispado no tempo do Cardeal D. Henrique. Na igreja, a capela-mor, com a sua estrutura semicircular e abóbada de vieira decorada com obra de massa, guarda ainda o retábulo maneirista com nove tábuas de excelente pintura, representando-se numa delas o *Bispo São Jordão*, um dos mártires eborenses da propaganda oficial de então. São obra do mesmo pintor que executara, antes, as tábuas retabulares da Ermida de São Brás, em Évora. Sobre as ruínas do sítio da Tourega, sabe-se ainda que no início do século XVIII se viveu uma fase de incremento peregrinatório junto à Fonte Santa[37].

Neste período que precede o *Jubileu de 1600*, outros velhos santuários e lugares de tradição hierofânica e com ligação a presumíveis cultos fundadores foram alvo da atenção do Arcebispo, atestando o seu interesse pelas origens do Cristianismo no território alentejano, e com soluções pensadas à luz da teoria e prática baronianas. Casos como a ampliação e "restauro" da igreja da freguesia rural de São Manços em 1594–1595 mostram o respeito pelas pré-existências e o prévio papel da verificação histórico-arqueológica no terreno.

5. AS OBRAS CATEDRALÍCIAS DE D. TEOTÓNIO

Muitas foram as obras realizadas pelo Arcebispo nos vinte e três anos do seu *múnus* na Sé de Évora, ainda que nem todas pudessem ser concretizadas. Diz o padre Nicolau Agostinho que D. Teotónio "*desejou alargar, & estender a Capella mór*

[36] Espanca, 1966, pp. 344-347.

[37] Biblioteca Pública de Évora, Livraria Manisola, Cód. 71, *Noticias da Freguezia da Assumpção de Tourega (1736).*

para mais comodo dos Conegos, e Beneficiados, por ser pequena, mas não foi possiuel fazello, por não achar posto para isso"[38], ainda que começasse a planificar novo presbitério, que implicava altear o retábulo flamengo, e escolhesse artistas para lavrar a nova pedraria. Um dos mestres envolvidos nesses trabalhos foi o arquitecto Mateus Neto, oriundo daquela geração de hábeis pedreiros do tempo do Cardeal D. Henrique com presença nos grandes monumentos da cidade[39]. Mas o projecto teotonino gorou-se; um outro testemunho coevo diz-nos que "*quis fazer a capela mor mais larga e comprida, para ho qual tinha já lavrado pedraria que custou alguns tresentos mil reis, da qual não se pos por obra por o Cabido anterior, e a pedra se vendeo e se gastou com mujto pouco proveito*"[40].

Inviabilizada foi, também, a sua intenção de "*arrasar, & igualar o terreiro*", dada a resistência do Conde de Basto e do Município, que defendiam direitos adquiridos da população, bem como a intenção de (diz o seu biógrafo Nicolau Agostinho) soterrar "*a Crasta baixa da Sé (…) e entulhála, & levantála ao andar da Igreja, de forma que fiquasse toda rasa, & clara*", num afã anti-goticista que se adequa bem à sua personalidade e gostos (lembremos o que se passou com a demolição das naves góticas de São Tiago, já referida), mas a morte prematura inviabilizou esses seus planos, que aliás não encontravam pleno acolhimento no seio do Cabido eborense.

Na madrugada de 28 de Janeiro de 1586 caiu um raio na torre da Sé sobre o cruzeiro[41], provocando estragos vultosos: "*derrobou pella banda de fora munta parte da dita torre*: f*ez huma fenda na Capella Mor por fora: cobrou a vidraça de Nossa Senhora; chamuscou muita parte do retábulo da capela-mor; quebrou a sacra*"[42]. D. Teotónio gastou mais de 200 000 rs em reparações exteriores da torre e em 1588 mandou fazer em Lisboa a grimpa da torre-lanterna[43]. Emprega também o pintor Francisco João, com oficina na Rua Nova, relacionado com o livreiro André de Burgos, ligado ao Santo Ofício e muito celebrado no seu tempo como artista de pincel, que realizou numerosas encomendas para a Arquidiocese, até à sua prematura morte em 1595. Em 1592,

[38] Agostinho, 1614, cap. V, p. 20.

[39] Arquivo Distrital de Évora, *Lº 50 de Notas de Fernão de Arcos*, fls. 42 vº-47.

[40] Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, MSS 29, n.º 50, *Arcebispo de Evora D. Theotonio de Bragança. Noticias do seu governo*, fl. 7 vº.

[41] Arquivo do Cabido da Sé de Évora, Lº 9 de Acórdãos, fl. 90 e segs.

[42] Biblioteca Pública de Évora, Livraria Manisola, Códice 98-2.

[43] Biblioteca Pública de Évora, Livraria Manisola, Códice 85.

dados os estragos causados na cimalha do célebre retábulo flamengo custeado meio século antes pelo Bispo D. Afonso de Portugal, ordenou que se pintasse e colocasse no remate uma grande *Assunção da Virgem*, *"painel de Nossa Senhora no altar mor o que esta no alto do retavolo que custou duzentos crusados"*[44], pintura que chegou aos nossos dias e se deve ao lisboeta Diogo Teixeira (c. 1540–1612). Essa tábua, de excelente factura maneirista, expõe-se no Museu de Arte Sacra da Sé e mostra o alinhamento por uma linguagem de *decoro* dentro dos preceitos romanos da *pittura senza tempo*. As dimensões avantajadas não se afastam muito das célebres tábuas flamengas do antigo retábulo-mor da Sé, hoje expostas no Museu de Évora.

Outras obras ocuparam nestes anos o *múnus* de D. Teotónio no que respeita à Sé. Desenvolveu a música catedralícia, convidando um escol de cantores e ilustres músicos estrangeiros, de que se conhecem os nomes. Mandou a Valência um seu escravo índio, de nome Sousa, aperfeiçoar-se na arte de cerieiro. Em Maio de 1588, presidiu à encomenda a João Luís, ourives de prata de Vila Viçosa, para a factura da custosíssima lâmpada de prata da Sé, que orçou 600 000 rs, muito louvada nas fontes pela sua raridade, mas que se perdeu[45]. Terá sido João Luís, também, o autor de um *São Sebastião atado a uma palmeira*, peça em prata destinada a sair nas procissões, para o qual o Arcebispo despendeu a alta soma de 500 cruzados, mas que desapareceu. Sabemos que realizou encomendas em Florença, pelo que bem pode ser dessa origem um elegante cálice em ouro esmaltado, certamente de fabrico italiano, que se guarda no Museu de Arte Sacra da Sé de Évora, entre outras peças de luxo (têxteis, alfaias litúrgicas e pratas, referenciadas na documentação) que podem ser devidas ao mesmo mecenato.

6. AS OBRAS TEOTONINAS DO MOSTEIRO DA CARTUXA

D. Teotónio gastou também somas avultadas para obras importantes em outras instituições por si criadas, com maior destaque as do seu mosteiro da *Scala Coeli*, ou da Cartuxa, obra-prima das construções do tempo. Mas também custeou

[44] Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, MSS 29, n.º 50, fl. 5 vº.

[45] Arquivo Distrital de Évora, *Lº 1 de Notas do Tabelião António Cordeiro, de Vila Viçosa*, fls. 49 vº-50 vº e 69 vº-72 vº.

obras no mosteiro de Santo António da Piedade, iniciado pelo Cardeal D. Henrique, e onde o corpo de D. Teotónio viria a ser enterrado.

De Março de 1594 a Fevereiro de 1595, o Arcebispo custeia a obra de uma capela sita no novo Mosteiro da Cartuxa, dada a fazer ao pedreiro Vicente Ferreira, quase de certeza seguindo uma traça de Pero Vaz Pereira[46], designado como seu arquitecto e escultor em documentação coeva. Já entre 1587 e 1591 o Arcebispo faz várias encomendas para a sua opulenta fundação de cartuxos: há referências a esculturas que manda vir de Madrid e Valladolid, como o vigoroso *Cristo Crucificado* hoje no altar maneirista da sacristia, um *Ecce Homo*, e outras peças de imaginária destinadas à igreja e às dependências da *Scala Coeli*. Algumas dessas esculturas de madeira seriam aqui alvo de estofo e douramento pelo pintor-dourador Custódio da Costa, e de enquadramento de talha pelo mestre de marcenaria e entalhador Diogo Nobre.[47]

A documentação abunda e esclarece-nos sobre os têxteis, pratas, móveis, imagens, painéis e livros litúrgicos adquiridos para prover o mosteiro da Cartuxa com um dos melhores da Península. A casula que se conserva nos acervos da Cartuxa, com as armas do Arcebispo, é uma dessas peças de magnífico lavor, felizmente salva das invasões napoleónicas, e pode ser do artista espanhol Antonio García, que fez obras para D. Teotónio. Proveniente da Cartuxa, entre outras peças, é um belo porta-paz de prata com inscrição *Teotonivs. de. Bragança. Arco. Piscopvs Elborens* (Museu Nacional de Arte Antiga, n.º de inv.º 96). O Arcebispo também discutiu com o conceituado pintor régio de Filipe II, Fernão Gomes (1548–1612), morador em Lisboa, a factura do grande retábulo da capela-mor da Cartuxa, de que resta um desenho de Gomes, guardado na Biblioteca Pública de Évora, cujo arrojo e capricho maneiristas, dentro dos valores da *Bella Maniera*, atestam o gosto erudito de D. Teotónio[48], e que dele mandou de seguida fazer uma réplica em tela em Roma…

---

[46] Arquivo Distrital de Évora, *Lº 311 de Notas de Pero Borges,* fls. 10 vº-13.

[47] Biblioteca Pública de Évora, *Cód. CVII/1-28: Inventario de tudo o que o Arçebispo tem dado aos padres cartuxos do Mosteiro de escala caeli desta cidade de Evora, asi dinheiro, e moveis, e outras cousas, MDLXXXVIII.* Diogo Nobre foi o autor, em 1586–88, do primeiro retábulo-mor de Santo Antão, desenhado por Nicolau de Frias (Arquivo Distrital de Évora, *Notas de Álvaro Ramalho,* Lºs 153, fls. 109 vº-112 vº, e 161, fls. 29 vº-32).

[48] Serrão, 1999, pp. 30-37.

7. D. TEOTÓNIO E O CONCEITO TRIDENTINO DE RESTAURO STORICO

Foi fundamental para a formação intelectual e teológica de D. Teotónio o papel doutrinário renovador do Concílio de Trento, muito em especial a faceta de valorização do património histórico e arqueológico paleo-cristão, o que conduziu os responsáveis da Igreja Católica a desenvolver, dentro da sua reorganização global pós-conciliar, uma prática de conservação e valorização dos lugares de culto do cristianismo primevo. Essas bases estão consubstanciadas nas obras dos Cardeais Cesare Baronio, Carlo Borromeo, Roberto Belarmino e Gabriele Paleotti, sem esquecer também o papel do português D. Frei Bartolomeu dos Mártires, Arcebispo de Braga com presença em Trento, obras essas com presença certa nas bibliotecas eborenses, como era a do Arcebispo, ou a dos nobres Castro, Condes de Basto e governadores militares da cidade.

A arquitectura sacra foi repensada no âmbito do Concílio de Trento seguindo o princípio da *Restauratio est Rinnovata Creatio,* que D. Teotónio acolheria, ao defender a subordinação do espaço sacro a uma liturgia empenhada em seduzir e esclarecer (*animos impellere*), tomando como acento o *valor histórico-arqueológico e devocional*, motor da intervenção sobre as pré-existências, transformadas por necessidades de adaptação ao crescimento das comunidades (*instaurare).* O conceito de *restauro storico* de Cesare Baronio, "*peritissimus antiquitatis*"[49], assentou nessa revalorização do papel do historiador como *investigator veritatis* capaz de adaptar os espaços sagrados às novas funcionalidades do tempo, sem lhe retirar autenticidade. Por isso, o papel das artes de decoração como *fonte afectiva, documental e pedagógica, Ad Perpetuam Rei Memoriam vs. Ad Majorem Gloria Dei,* torna-se um verdadeiro programa de valorização patrimonial da Igreja[50]. A recuperação do *locus sacrum* através de um tipo de "restauro devoto", apto a devolver função litúrgica do espaço que os tempos desmemorizaram e arruinaram, enriquecido, entretanto, por actualizações estéticas mas com atenção às questões conservativas, é assunto que está em debate na Évora deste momento, dentro da tradição humanística, de Resende a Severim de Faria. Surge assim, com as teses de

[49] Casella, 2004, I, pp. 92-106; Baronio, *Martyrologium Romanum, cum notationibus Caesaris Baronii,* Roma, 1598.
[50] Casella, 2004, I, pp. 47-52; Guazelli, Michetti e Barcellona, 2012, pp. 67-110.

Baronio, uma defesa consequente do *facto histórico* através da compilação da História da Igreja, com análise rigorosa das fontes documentais, filologicamente organizadas, e com estudo arqueológico das preexistências arquitectónicas (paleocristãs, românicas ou mesmo góticas), o que permite seguir um método de revalorização do património católico com eco na Arquidiocese de D. Teotónio. Assim, "as fontes históricas passam a ser objecto de dupla investigação, filológica e patrimonial, abrindo campo dos arquitectos, escultores, pintores, douradores, imaginários, entalhadores, estucadores, azulejadores, ourives e outros artistas para o cumprimento de uma espécie de *arte senza tempo* pontuando o triunfo de Roma e a autoridade absoluta da Igreja Católica"[51].

Com as obras de Baronio, definiram-se os princípios que deviam regular o *restauro storico* dos velhos lugares de culto paleo-cristão e, bem assim, as normas para uma arquitectura tridentina *senza tempo*. O restauro da igreja de São Nereo e Acchileo, em Roma, obra que o Cardeal orientou, foi uma intervenção modelar no que toca ao respeito pela pré-existência, tal como prescreviam os princípios tridentinos, depois de o templo ser devidamente estudado e analisado. Para os conceitos baronianos, segundo Gabriella Casella[52], as igrejas paleocristãs e medievais deviam ser vistas a essa luz e como *opus antiquitatis*, ou *monumentos*, pelo que era imperioso *restaurar* as suas estruturas, e as suas decorações de tipo neo-constantiniano, em respeito à estratificação do tempo. Existe uma dimensão de *encomenda heróica*, acto providencial de agentes tutelares, com intervenção apta a preservar a memória do sítio hierofânico assente em avaliações qualitativas das existências e das intervenções recomendadas. É por isso que a cumplicidade territorial e a memória histórica da Igreja se fundem, como afirma explicitamente nos *Annales*, numa força identitária cristã que é comum à vastidão dos territórios abrangidos e que vem consolidar a sua própria *auctoritas*.

O Papa Gregório XIII, que Baronio tanto elogiou pela sua *politica de restauro*, enviou em 1572 o Breve *Cum sicut* ao Arcebispo e Vigários de Braga, onde ordenava que os eclesiásticos custeassem a *restauratio* das antigas igrejas para proveito da *auctoritas* romana. Os valores baronianos surgem

[51] Serrão, 2012, p. 112.
[52] Casella, 2004, I, pp. 111-151.

aplicados à realidade portuguesa, também, no manuscrito *De Antiga et Veneranda Species Aedificatione Religiosa in Regni Portucalensis Pro Maxima Causa Christiana* descoberto por Gabriella Casella na Biblioteca Vallicelliana de Roma, onde a identidade lusitana se reforça de *carácter providencial* através das crónicas que aludem a milagres, relíquias e santos locais — ou seja, uma hagiologia autóctone que assenta numa *encomenda heróica* que integra discursos documentais e memoriais. Esse manuscrito, firmado com o monograma M.L., prova a força de um método baroniano-tridentino e a intenção apologética de reforço ao peso da antiguidade cristã na identidade de uma comitência nacional. Embora não aludindo ao caso de Évora, refere-se o papel histórico assumido por Portugal na intenção subliminar que Baronio lhe atribuía: o seu contributo para a Reconquista da Península e a cristianização do território, traduzida na *aedificatione ecclesiae et fondatione monasterii per mano genus portucalensis*[53].

Prova-se que também em Portugal esse processo de revalorização de uma arcana memória paleocristã foi incentivado. Como se sabe, em Milão, São Carlos Borromeu promove o culto de Santo Ambrósio, que fora bispo dessa cidade no século IV, dentro do mesmo espírito historicista e renovador. Fora de Itália, no caso da Península Ibérica, atesta-se idêntico rumo de reivindicação da sua própria memória a partir dos estudos do cristianismo primevo. Se é facto que o Arcebispo de Évora incorporou uma atitude comum a outros prelados peninsulares — casos de Burgos em torno de Santa Casilda, ou de Aragão em torno de Santa Engrácia e Santa Orosia, por exemplo — , que buscavam legitimar os velhos cultos paleocristãos nas suas dioceses, parece certo que procurava cumprir um desígnio coincidente, de maior amplitude. Segundo se conclui num recente ensaio de Cecile-Vincent Cassy[54], essa revalorização dos cultos matriciais levada a cabo pelos bispos espanhóis era movida por um não escondido esforço de reivindicar frente a Roma o peso de uma "cristandade de cunho hispânico", e o mesmo propósito deve sem dúvida tributar-se também, no caso português, a D. Teotónio de Bragança — facto que não pode deixar de ter significativa importância histórica.

[53] Casella, 2004, I, pp. 167-171.
[54] Cassy, 2011, pp. 183 e seg.

8. *SACRAE IMAGINES* E CULTOS REACTIVADOS NA PAISAGEM CONSTRUÍDA EBORENSE

Figura-chave nas políticas de renovação construtiva de D. Teotónio de Bragança foi o seu arquitecto e escultor Pero Vaz Pereira (c. 1570–1644)[55]. Nascido em Portalegre, acaso filho do entalhador local Diogo Vaz Pereira, já em 1593 se encontrava ao serviço do Arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança, morando em Évora e trabalhando nas obras do Mosteiro da Cartuxa, na órbita do arquitecto Nicolau de Frias. Estadeara pouco antes em Roma, enviado pelo Arcebispo, vivendo na Cidade Papal em tempo do pontificado de Sisto V e quiçá de Clemente VIII, e aí aprendeu as artes da escultura e da arquitectura e, certamente também, os conceitos de *restauro storico* do Cardeal Baronio, utilizados na recuperação dos velhos templos paleocristãos.

De volta ao Reino, aparece referido como escultor do Arcebispo numa obrigação de 6 de Fevereiro de 1595 relativa à construção da capela de São Bruno no termo de Portel, obrada pelo pedreiro Vicente Ferreira a mando do prior da Cartuxa D. Beltrão Morellio, proprietário da Herdade da Torre, em que esteve prevista a primeira sede do mosteiro cartuxo [56]. Noutro contrato celebrado em Dezembro de 1595 nas casas de D. Teotónio, com o Dr. Nicolau Gramaxo e o prior da Cartuxa, relativo às doações para obras em curso nesse Mosteiro, foram testemunhas Pero Vaz Pereira, escultor do Arcebispo, e o pintor-dourador Custódio da Costa, envolvidos nessas obras[57]. Em Dezembro de 1596, os mesmos Pedro Vaz Pereira e Custódio da Costa testemunham da parte do Arcebispo num contrato sobre obras da Cartuxa[58]. Ambos estavam envolvidos na construção cartuxa, podendo admitir-se que Vaz Pereira se tivesse responsabilizado pela traça do claustrim (1602), de sólido desenho maneirista, e outras obras que então se ergueram. Cerca de 1610, vemo-lo ocupado com as traças da capela-mor e Sacristia Nova da Sé de Elvas, tendo aí a colaboração do mestre de pedraria Manuel Ribeiro, outro artista da Casa de Bragança[59].

---

[55] Serrão, 2008, pp. 130-136.

[56] Arquivo Distrital de Évora, *Lº 311 de Notas de Pedro Borges*, fls. 8 vº-11 vº.

[57] Biblioteca Pública de Évora, *Mosteiro da Cartuxa, Lº 1 (Escrituras, desde 1587)*, fl. 58.

[58] Idem, fl. 70 e segs.

[59] Arquivo Municipal de Elvas, n.º 6682 F.G., *Lº de Receita e Despesa da Fabrica da Se, 1598–1638*.

Estes documentos (e muitos outros que se atestam nos anos de Arcebispado de D. Teotónio, e de seu sucessor D. Alexandre) mostram o papel decisivo de Pero Vaz Pereira como intérprete das ideias do Arcebispo. É por isso que muitos dos projectos de reconstrução/ampliação e decoração de igrejas ligadas a velhos cultos eborenses lhe devem ser assacados. Atesta-se a sua intervenção, por força estilística e documental, em Santa Maria de Machede, em São Tiago, em São Manços, em obras na Cartuxa e na Graça, na Senhora da Graça do Divor, etc., mas é natural que lhe devam ser tributados outros desenhos de projecto a mando e com supervisão do seu Arcebispo, como em São Pedro da Gafanhoeira (Arraiolos) ou São Vicente do Pigeiro, por exemplo. Ao voltar de Roma, trouxe da Cidade Papal para a Sé de Portalegre certas relíquias com destino ao altar de São Crispim e São Crispiniano[60], o que referencia um papel responsável nestas políticas tridentinas de reforço da memória paleo-cristã. Para a Casa de Bragança, trabalhará depois, de modo sistemático, no término do Paço Ducal (dando fim à campanha iniciada em 1584 por Nicolau de Frias, que alterava e ampliava a primitiva fachada da autoria do francês Francisco de Loreto), e em muitas obras públicas, civis e religiosas (Serra d'Ossa, Alter, Vila Viçosa, Castelo de Vide) que se encontram bem documentadas. Mais sabemos que, entre outra produção teórica, dedicou a D. Teodósio II um *Tratado de Rádio Latino.*

A designação de "*escultor*" com que aparece citado em alguma documentação arquiepiscopal eborense revela que Pero Vaz Pereira tinha, além da prática da Arquitectura e dos conhecimentos de Matemática e Geometria que se lhe reconhecem, uma actividade regular de decorador, bem como os riscos para retábulos (como o de São Crispim e São Crispiniano, na Sé de Portalegre), e é a essa luz que têm de ser vistas algumas das obras identificadas. Na campanha que dirigiu para a reconstrução da igreja de Santa Maria de Machede, uma das mais antigas freguesias do Arquiepiscopado[61], sabemos que o artista não só traçou a obra da nova igreja, construída dentro das tipologias funcionais e civilistas atrás descritas, como concebeu toda a decoração de frescos, estuques e azulejos que revestem o espaço interior, e que incluem um erudito programa

[60] Pestana, 1993, pp. 153-166.
[61] Goulart e Serrão, 2004, pp. 211-238.

pictórico com Sibilas e Profetas, onde se equipara mais uma vez a sabedoria antiga aos valores cristãos à luz das directrizes tridentinas.

A obra em que esse aspecto discursal de decoração teotonina mais sabiamente se desenvolve será a igreja de Nossa Senhora da Graça do Divor, uma reconstrução do fim do século XVI dentro dos cânones já observados noutras empreitadas do tempo (nártex porticado, nave "*chã*" com largueza cerimonial, capela-mor preservada do templo anterior), mas onde o revestimento de estuques que decoram os tectos e paredes seguem um erudito desenho moldurado que remete irresistivelmente para as decorações de *stucchi* e frescos da Roma do tempo de Sisto V! A obra pode ser tributada, no que toca às pinturas murais, à "mão" de Custódio da Costa, um pintor que aparece frequentemente ligado a empresas com Vaz Pereira, e que chegará inclusive a trabalhar para o Paço de D. Teodósio II em Vila Viçosa. O arco triunfal e o tecto da capela-mor da Graça do Divor são especialmente interessantes pelo rigorismo do programa decorativo, que atesta uma direcção arquitectónica precisa. A moldura ção da cobertura, com *stucco* e cartelas pintadas, segue modelos da velha tradição constantiniana com tipologias que fazem escola nas obras de decoração destes anos. Na supervisão global da obra decorativa, o arquitecto inseriu também a opção pelos azulejos de "padrão" e de "figura avulsa", polícromos, com símbolos marianos reforçando o sentido conciliador do programa imagético pretendido. Já em Santa Maria de Machede, como observou Celso Mangucci, os azulejos "enxaquetados" serão da responsabilidade do programa de decoração concebido por Vaz Pereira, que se integram no mesmo discurso de *bel composto* com os frescos das Sibilas e Profetas. Muitas outras velhas igrejas, como São Jordão (Torre de Coelheiros), hoje em ruínas, ainda mostram vestígios de decorações similares de fresco e estuque associadas a retábulos de pintura (já desaparecidos), dentro de um gosto de *bel composto* e *senza tempo* cuja paternidade ideológica se reconhece. De novo a cidade de Évora, que com o Renascimento se soubera italianizar, volta a parecer-se com a Capital dos Papas na imagem oferecida pela sua paisagem construtiva e pelos programas de decoração das suas igrejas.

Este foi o gosto artístico, proselitista e fielmente *tridentino*, de D. Teotónio de Bragança, e a marca diferencial do Tardo-Maneirismo eborense, tanto no modo peculiar com que encarou e estimulou a construção sacra, como no espírito de *bel composto* com que entendeu as decorações internas. É o gosto dominante numa Évora que recebe Filipe II e os grandes da Monarquia Dual, que vê os seus

palácios enriquecidos (como o dos Condes de Basto, com seus salões afrescados), com os Estudos Gerais mantidos pelos jesuítas no Colégio do Espírito Santo, e que conserva um mecenato interventivo e uma imprensa com alta produção. Esse gosto contra-reformista continua a manifestar-se por mais alguns decénios (incluindo o *múnus* de D. José de Melo), mesmo em freguesias rurais com poucos meios e recursos artísticos mais modestos (de que são exemplo muitos dos santuários alentejanos afrescados por José de Escovar e que, apesar dos limites inventivos, não deixam de revelar ressonâncias das mesmas fontes italianizantes "reformadas"[62]). A força sacrossanta das *imagens sagradas*, enquanto intermediárias de oração e combate pela fé católica, foi atestada, assim, através de uma prática de abertura unívoca, assente numa programação centralizada e em artistas capazes de a levar a bom termo.

O esforço de recuperação de uma História oculta, muitas vezes ficcionada ao sabor de desígnios de propaganda, permitiu ao Arcebispo reabilitar velhos locais de martirológio, lançar novas iconografias e dar ênfase a discursos artísticos com força catequética. Houve uma intenção apologética de provar a ancianidade do culto cristão em terras alentejanas, destacando a importância e a identidade de uma comitência portuguesa verdadeiramente esclarecida. O intuito de consolo espiritual pela emoção das *imagens sacras* como intermediárias de fé, aliado à cenografia destes novos espaços entendidos como auditório trans-memorial das comunidades cristãs, constitui, assim, uma das linhas tridentinas mais importantes de renovação artística do arcebispado de D. Teotónio na Évora do final do século XVI e inícios do século XVII.

AGRADECIMENTOS

Para esta comunicação apresentada à Academia das Ciências de Lisboa a 11 de Junho de 2015, e que aqui se desenvolve, o autor agradece a Artur Anselmo e aos ilustres académicos da Classe de Letras da Academia das Ciências); a Marcelo

[62] Activo em Évora de 1583 a 1622, o *fa presto* José de Escovar decorou a fresco os espaços de muitas igrejas e capelas da Arquidiocese (Évora, Guadalupe, Baronia, Alvito, São Brissos, Elvas, Montemor), que revelam o mesmo gosto pelas tipologias neo-constantinianas de enquadramento modular.

Rebelo de Sousa (Fundação da Casa de Bragança); Maria de Jesus Monge (Palácio de Vila Viçosa); Ana Paula Amendoeira (Direcção Regional de Cultura do Alentejo); Natália Correia Guedes e demais membros da Academia Nacional de Belas-Artes; D. Antão López (Cartuxa); Antónia Fialho Conde; António Alegria; Artur Goulart; Celso Mangucci; Francisco Bilou; João Ruas; Joaquim Chorão Lavajo; José Teixeira; Laurinda Abreu; Manuel Branco; Maria do Céu Grilo; Mário Cabeças; Miguel Soromenho; Milene Gil; Paulina Araújo; Pedro Flor; Patrícia Monteiro; Pinharanda Gomes; Ricardo Pereira; e à direcção da Biblioteca Nacional de Portugal (Reservados), do Arquivo do Cabido da Sé de Évora, da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, e do Museu de Évora.

(Comunicação apresentada à classe de letras
na sessão de 11 de junho de 2015)

A união monetária e o dilema da saída da crise

Paulo de Pitta e Cunha†

1. Pode dizer-se, esquematicamente, que um país atingido por um insustentável desequilíbrio em relação ao exterior dispõe de quatro vias para a realização do necessário reajustamento.

A primeira (a que chamaremos solução A) consiste na introdução de controlos directos das transacções externas (direitos aduaneiros, restrições quantitativas, limitação das saídas de capitais, subsídio das exportações, etc.).

A segunda (solução B) reside no recurso à desvalorização cambial. Foi este o instrumento central da "*policy mix*", adoptada em 1978 e 1983, no âmbito da recuperação do equilíbrio externo com assistência do FMI.

A terceira (solução C) traduz-se na realização de uma política de austeridade, implicando restrições da procura interna, na linha de forte condicionalidade que tem sido praticada nos actuais programas de auxílio internacional ("*bail out*").

A quarta (solução D) envolve a intensificação da integração económica que se encontre em curso (e, implicitamente, do grau de integração política), pela criação de novas formas de gestão em comum da política macro-económica, pela introdução de dispositivos de mutualização da dívida e, no limite, pela transformação do orçamento da União num orçamento federal ou pré-federal, implicando transferências automáticas de recursos em proveito dos países em dificuldade.

Ora, sucede que para os países que, na União Europeia, deixaram de ter moeda própria, estreita-se o leque das opções.

2. Com efeito, a solução A está vedada a todos os países da União, atenta a vinculação, consagrada nos Tratados europeus, ao imperativo de livre circulação de bens, serviços e capitais no interior do mercado único, e também às regras consagradas nas convenções internacionais (GATT/Organização Mundial do Comércio).

A solução B também não está ao alcance dos países da União Europeia que aderiram à moeda comum, embora continue válida para aqueles que, por decisão

dos próprios, ou por incapacidade de cumprirem os critérios previstos no Tratado de Maastricht, não participam na zona euro.

A solução C tem vindo a ser aplicada, mas a contrapartida do financiamento facultado pelos credores tem sido assinalada por exigências de grande dureza, ao ponto de afectar a capacidade dos países assistidos para operarem uma viragem para a recuperação das suas economias.

Daí esperar-se, em relação aos países da zona euro, que a solução aconselhável possa envolver uma combinação da suavização da austeridade (solução C) com a adopção de medidas, no âmbito da solução D, para alteração da estrutura e do funcionamento da União, ou, pelo menos, pela consagração de certa forma de mutualização das dívidas soberanas.

Mas a última solução supõe que se avance, em maior ou menor grau, no campo da própria integração política, o que os Estados da União Europeia não parecem actualmente interessados em aceitar. E implica o renascimento de uma consciência de solidariedade intra-europeia, a qual tem faltado, sobretudo desde a rejeição da Constituição europeia (sendo o caso extremo o do Reino Unido, que está ao ponto de sujeitar a referendo a questão da permanência ou saída da União — "*Brexit*").

3. Para os países da zona euro, em particular os países devedores, a perspectiva de uma austeridade mais branda, entrosada no apoio ao crescimento económico, será, obviamente, muito superior à da austeridade pura e dura. Mas aquela envolve a realização de algumas das componentes da solução D, o que pressupõe o retorno ao espírito de entre-ajuda, que infelizmente não parece estar presente no estado actual do processo de integração europeia — embora se vão registando alguns progressos, nomeadamente no sentido da realização da união bancária.

Ora, faltando este espírito, o país da união monetária cuja dívida pública tenha atingido valor insustentável, deixando de ter acesso aos mercados para se financiar, fica confinado na solução C, só contando, quando muito, com alguma benevolência dos credores. Reconheça-se que, em larga medida, terá atingido tão elevada expressão do seu endividamento por culpa própria — por ter descurado, à sua entrada para a zona euro, as reformas económicas indispensáveis para assegurar duradouramente a competitividade externa.

Compreende-se, assim, que a decisão de entrar para a união monetária devesse ter sido acompanhada pela criação de condições propícias para enfrentar os choques assimétricos, como os que se vieram a ocorrer nos países da Europa do Sul e na Irlanda. Ora, a não verificação de tais condições, que não foram explicitamente incluídas no desenho do modelo da união monetária, implicou que a opção pela entrada tenha sido prematura, constituindo um exercício de trapézio sem rede.

4. Claro está que teria sido aconselhável para Portugal pôr as necessárias reticências e reclamar contrapartidas para a perda do instrumento cambial no decurso das negociações cruciais de que resultaram as grandes linhas da criação da união monetária (nas quais a presença do país terá sido desapontantemente passiva), assim procurando abrir caminho para a neutralização dos eventuais, mas prováveis, choques assimétricos negativos.

Devia ter-se meditado sobre as consequências da adesão à zona, assumindo-se que, muito mais importante do que estar "triunfantemente" no núcleo dos fundadores seria permanecer por tempo indeterminado no exterior da nova realidade europeia, numa posição prudente de "*wait and see*", como a que foi adaptada pela Dinamarca e, com fundamentos algo diferentes, pela Suécia e pelo Reino Unido.

Mas a obsessão do "aluno aplicado" prevaleceu, e daí a presença periclitante do país na fundação da moeda única, desarmado de instrumentos de gestão autónoma da política económica (cambial, monetária e, em boa medida, orçamental), e sujeito aos aspectos negativos advenientes da concentração do esforço de recuperação correspondente à solução C (perda de bem-estar e empobrecimento duradouro).

5. A união monetária europeia decorreu não só de uma perspectiva de ganhos económicos, sintetizada na conhecida expressão "*one market, one money*", mas também de um desígnio político não formalmente expresso, o de evoluir para uma Europa supranacional, quiçá a caminho de uma federação. Sendo actualmente uma união monetária imperfeita, por lhe faltar o elemento da centralização orçamental, e consequentemente frágil, a sua consolidação passa pela introdução de elementos significativos de integração política.

Daí que se desenhe o seguinte dilema: ou a união monetária continua a denotar a imperfeição que hoje a caracteriza, e a própria existência da zona euro poderá ser ameaçada, como acontece na presente crise — pois se sabe que bastará a saída de um só dos seus membros para se pôr termo à intangibilidade da construção —, ou ascende ao estádio da união monetária perfeita, mas com o risco de, em certo momento, se transporem os umbrais de uma federação europeia (solução que está longe de vir ao encontro das actuais aspirações dos Estados-membros).

A perspectiva de maior integração política delineia-se, assim, por arrastamento da correcção das deficiências económicas do modelo actual de união monetária. Ora, o risco atrás apontado seria o de, em determinado momento, os Estados membros perderem a qualidade de sujeitos directos das relações internacionais, passando a ser simples unidades componentes de uma federação, em que o próprio poder de representação externa é absorvido pelo centro.

Compreende-se, assim, a razão principal pela qual certos países dotados de economias fortes (Reino Unido, Dinamarca, Suécia), mas nada interessados em enveredar pelo federalismo europeu, se tenham mantido afastados da moeda única.

6. À semelhança de outros países da União, não se discutiu nem se precisou em Portugal até onde o país se dispõe a avançar no processo da integração europeia. Ora, em nossa opinião, não seria aceitável que se chegasse ao ponto de serem corroídos os alicerces da essência como Estado — e caberia aqui enumerar factores como a mais antiga estabilidade de fronteiras na Europa, os nove séculos de existência como nação independente, etc., etc.

A entrada para a união monetária decidiu-se com precipitação, sem se ponderar devidamente, com base em cuidada análise de custos/benefícios, que dificuldades, no plano económico e no plano político, tal entrada poderia implicar.

7. Poderá dizer-se que a união monetária, mesmo na presente versão imperfeita e no contexto das insuficiências do regime actual, tem continuado, ainda assim, a atrair novos membros. Mas deve atentar-se em que os três mais recentes foram os Estados bálticos, onde, mais do que o imperativo económico, avulta a preocupação de se conseguir um distanciamento tão extenso quanto possível em relação à grande potência vizinha. E, ainda hoje, nove países da União Europeia continuam a não pertencer à união monetária.

Portugal não devia, quanto a nós, ter figurado entre os fundadores da união monetária; mas, já que fez aquela opção, ser-lhe-ia profundamente nociva, no quadro da crise actual, a saída da zona euro (mesmo que se procurasse efectivá-la em moldes "organizados"). É certo que tal saída propiciaria a abertura à solução B; mas a operação seria altamente arriscada, podendo acarretar gravíssimas perturbações no sistema financeiro e tornando problemática a própria recuperação por via das exportações (por insuficiência da capacidade produtiva para responder a uma procura externa acrescida), além das dificuldades que adviriam de se assumirem os compromissos da dívida, expressa em euros, a partir de uma moeda nacional depreciada, e de se assegurar a própria permanência do país no âmbito do mercado interno da União Europeia.

8. Um ponto que merece ser sublinhado diz respeito à condução das negociações, quer com os credores externos, quer com os países parceiros, para a alteração das regras do jogo e para se atenuar a imperfeição da união monetária. É difícil compreender por que razão os países devedores não tenham procurado actuar em conjunto, formando uma frente comum, que decerto lhes facultaria maior grau de influência naquelas negociações.

Em suma: o desfecho da crise das dívidas soberanas pode passar por um salto qualitativo no âmbito da solução D (a que respeita à intensificação da integração), salto qualitativo que não deixaria de se traduzir em mais forte supranacionalidade, mas tornaria possível o abrandamento das exigências de compressão da procura interna (solução C) dos países em dificuldade.

9. Na verdade, no âmbito de uma união monetária, assinalada por profundos laços, nos domínios económico e político, entre os Estados-membros, faz pouco sentido que a acção contra choques assimétricos se concentre exclusivamente na solução C.

Ao entrarem para aquela união, os Estados participantes terão renunciado a funções fulcrais de gestão autónoma da sua política económica. Mas é legítimo esperarem que na fixação das condições impostas em contrapartida da atribuição dos financiamentos se pondere o problema da deterioração do clima social, suscitada pela adopção de medidas restritivas demasiado bruscas ou severas. Assim, não é admissível que as taxas dos empréstimos concedidos no plano da

assistência financeira tenham excedido as praticadas em geral nos mercados (foi isto o que já se verificou nos casos de Portugal, da Irlanda e da Grécia); nem se compreende a frieza com que, nos documentos oficiais das instituições representativas dos credores, se deixem no silêncio os efeitos devastadores das medidas exigidas.

10. Mas cada país é um caso, que deve ser abordado em função da sua especificidade. Não existe uma receita aplicável uniformemente a todos os Estados devedores.

Talvez isto explique, em certa medida, a falta de efeitos positivos na Grécia, a mescla de resultados de Portugal e a boa saída da crise pela Irlanda, países em que foi aplicada, com mais ou menos variantes, a receita clássica correspondente à política de austeridade dura.

Para além das situações que ficaram referidas, é de salientar que uma parte dos esforços a empreender deve decorrer da aplicação de políticas estruturais adequadas à situação dos países em dificuldade. Ora, na receita clássica, o que se entende por "políticas estruturais", tão reclamadas nas instâncias europeias, reconduz-se basicamente à flexibilidade do regime laboral, ao estímulo da concorrência, à fiscalidade e à redução dos gastos do Estado no quadro da correcção do desequilíbrio das contas públicas.

Mas a acção tem de ser bem mais profunda, envolvendo, nos países devedores, políticas tão diversas como as que se ligam à capacidade e qualidade da oferta de bens e serviços, à atracção do investimento externo, à melhoria do sistema judicial, à formação e ao ensino. Dos países credores espera-se nomeadamente que renunciem à aplicação de políticas extra-conservadoras, políticas que pressionam por forma excessiva a procura interna e afectam, consequentemente, as exportações dos países devedores.

11. O tratado de Maastricht introduziu duas regras que se destinam a evitar o incurso em desequilíbrios exagerados — regras retomadas no recente Tratado orçamental europeu.

A primeira é relativa ao limite de 3% do PIB, fixado para os défices orçamentais. É-lhe prestada grande atenção, mas o combate aos défices excessivos tem sido de problemática eficácia.

Portugal continua sujeito a um procedimento por défice excessivo, ao qual só poderá vir a eximir-se quando se situar dentro do perímetro "mágico" dos 3%. De resto, é notório que na União Europeia há países grandes e países não grandes, estando os últimos sujeitos a uma rígida disciplina, que os primeiros (Alemanha, França), quando tal lhes é conveniente, têm sabido contornar.

Bom seria que a "regra dos 3%" (criticada ao ponto de alguns a qualificarem como uma forma de "*voodoo economics*") fosse substituída por uma visão mais requintada e melhor adaptada às situações económicas e sociais dos diferentes países.

Já a segunda regra, atinente ao máximo de 60% na relação entre a dívida pública e o PIB, tem permanecido praticamente esquecida. A verdade é que, se essa regra houvesse sido invocada, o acesso à união monetária teria estado vedado a dois países fundadores da Comunidade (Itália e Bélgica), e daí que se tenha fechado os olhos ao incumprimento em que tais países incorriam.

Acrescem, agora, as exigências do Tratado orçamental, restringindo ainda mais o âmbito da tolerância de posições deficitárias das contas públicas. Bem melhor seria que esse Tratado não houvesse tido o acolhimento praticamente acrítico que lhe foi dado em Portugal, pois não é convincente o argumento de que poderá praticar-se uma "interpretação inteligente" dos seus preceitos, já que esta sempre poderia ser vista como um disfarce grosseiro para o incumprimento.

12. Em síntese: para os países membros da união monetária, estando indisponíveis os instrumentos tradicionais de ajustamento (soluções A e B), tudo se concentra nas políticas restritivas (solução C), a menos que a integração avance para novas formas de cooperação no interior da União (solução D), tornando possível o abrandamento dos sacrifícios e, em certa medida, compensar a perda daqueles instrumentos, mormente os da solução B (depreciação do câmbio) — perda que decorre da participação na própria união. Em situação extrema — na iminência de um "*default*" —, só lhes restaria o abandono da união monetária, para tentarem a solução B (desvalorização), com os riscos já sublinhados.

13. A propósito da actual euro-crise, tem sido habitual contrapor-se (considerando-as entre si irredutíveis) a visão "neoliberal", para a qual são decisivos o rigor orçamental e a estabilidade financeira, a uma visão que chamaremos

"neokeynesiana", que privilegia os objectivos ligados ao emprego e ao crescimento e dá ênfase às reformas necessárias para os prosseguir.

A primeira visão é a que inspira a ortodoxia das políticas das instituições da União Europeia e da Alemanha, com a qual a posição portuguesa tem alinhado; a segunda vem sendo assumida por economistas que se situam fora da "mainstream" da política europeia (a principiar por Paul Krugman), e pretendem inverter os dados do problema.

14. As críticas de um lado e de outro polarizam-se nas falhas (ou inconvenientes) assacadas a cada uma das concepções: os "neokeynesianos" acentuam os efeitos perversos imputáveis à austeridade, sob a forma da perpetuação da recessão induzida pelas medidas restritivas adoptadas; os "neoliberais" sublinham o irrealismo da outra concepção, já que esta, visando, sem dúvida, objectivos louváveis, que todos desejam ver alcançados, não explica como se conseguirão os meios financeiros que permitam solver os compromissos assumidos pelos Estados devedores, desprovidos, no âmbito da zona euro, do poder nacional de criação monetária.

Não vemos por que razão, em termos de política económica concreta, não possa operar-se a combinação das duas ópticas, por forma a se conjugarem os elementos válidos de uma e de outra: uma austeridade relativamente branda, em articulação com medidas específicas visando o crescimento e envolvendo a introdução de reformas económicas e, desejavelmente, de dispositivos de apoio no âmbito de uma união monetária mais perfeita do que a actual.

O crescimento, além de reflectir o desejável incremento da actividade económica e do emprego, é também condição necessária para se tornar viável o reembolso da dívida soberana acumulada.

Note-se, a este respeito, que o peso da dívida pública externa, que já atinge, em Portugal, 135% do PIB, e que não tem mostrado tendência para diminuir (a que acresce o elevado volume de dívida do sector privado), torna problemático que o país alcance índices de crescimento compatíveis com a convergência real em relação à média da economia da União. É, assim, posta a questão de saber se, nos moldes actuais, a dívida pública é efectivamente pagável — onde se aflora a "*vexata quaestio*" da reestruturação.

Já a proclamação do repúdio absoluto da austeridade, ao mesmo tempo que se continue a esperar dos credores a outorga de novos financiamentos (veja-se o

presente caso grego), não é posição realista — a menos que intervenham aí outros factores, como o receio das instituições credoras em abrir a "caixa de Pandora" da primeira saída de um dos membros da união monetária, envolvendo a perigosa demonstração da fragilidade e da reversibilidade da zona, e possivelmente desencadeando efeitos perigosos no plano geopolítico.

15. "Austeridade" é um conceito com manifesta carga negativa: com efeito, ninguém gosta da austeridade por si mesma — sinónimo de rigorosa disciplina (com os inerentes sacrifícios) — com excepção, talvez, da óptica focada na ética da punição dos países esbanjadores, a qual se reflectiu no "Tratado orçamental", de que o Reino Unido e a República Checa avisadamente se excluíram (e que já foi apodado de introdutor de uma "austeridade perpétua "). Ao invés, a expressão "crescimento" tem obviamente conotação positiva, por se ligar ao aumento de bem-estar.

Importa, assim, que a austeridade, funcionando com instrumento de recuperação do equilíbrio financeiro e da solvência dos devedores, não seja assumida de modo a provocar efeitos recessivos insuportáveis, antes se articulando com políticas especificamente voltadas para o objectivo de crescimento económico.

Em lugar da rejeição absoluta da austeridade e da proclamação de uma hipotética política alternativa, trata-se de promover a suavização da primeira no quadro de uma acção que tenha por finalidade o crescimento real.

(Comunicação apresentada à classe de letras
na sessão de 25 de junho de 2015)

Ramalho na Academia das Ciências

Artur Anselmo

O ano lectivo de 1867–1868 chegara ao fim, mas o professor de francês no Colégio da Lapa, no Porto, sabia que os pais dos alunos já não tinham ilusões acerca do futuro da escola: esta, mal administrada nos últimos quatro anos, fecharia portas definitivamente e não haveria novas matrículas, apesar do alto grau de aproveitamento de alguns alunos, entre os quais sobressaía já aquele a quem um dia o seu discípulo Eduardo Coelho chamaria "mestre de medicina e grande europeu": Ricardo Jorge. A Irmandade da Lapa, proprietária do colégio, desinteressara-se do projecto educativo lançado em boa hora, nos anos 40, por um oficial reformado das hostes de D. Pedro, o rei-soldado cujo coração se venerava precisamente na igreja da Lapa. E os encarregados de educação nem sequer podiam queixar-se do encerramento do colégio, uma vez que o seu último director — o Padre Miguel Homem — resolvera, como recordará mais tarde Ricardo Jorge, "largar o pardieiro da irmandade, enxameando próximo do palacete dos Garrets o colégio da Boa Vista"[1].

Quem era o professor de francês em risco de perder o emprego? Mais conhecido como folhetinista d'*O Jornal do Porto*, autor de crónicas que nada ficavam a dever àquelas com que enriqueceria, anos depois, as páginas famosas d'*As Farpas*, chamava-se José Duarte Ramalho Ortigão. Quanto ao militar liberal que arrendara o colégio à Irmandade da Lapa, era ele o seu pai Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, natural de Loulé e falecido em 1863, vinte anos depois de ter dado ao colégio um lugar cimeiro no renque dos estabelecimentos de ensino particular.

José era o segundo filho de uma prole de dez irmãos, fruto do casamento do militar algarvio com a portuense (de Paranhos) Antónia Alves Duarte Silva. Os estudos primários e secundários fizera-os no colégio do pai, especializando-se em didáctica da língua francesa, que mais tarde viria a ensinar na mesma escola,

[1] Jorge, R., *Ramalho Ortigão*. Lisboa, 1915, p. 21.

em acumulação com as funções de prefeito (Como é geralmente sabido, foram seus alunos na Lapa, entre muitos outros, José Maria Eça de Queiroz, Antero de Quental e o já referido Ricardo Jorge.)

Tomada a decisão de se fechar o colégio, abandonando-o à triste sorte de um empecilho ao trânsito local, que o "camartelo vandálico" (a expressão é ainda de Ricardo Jorge) arrasará em 1909, Ramalho Ortigão decide abandonar o Porto e chega a Lisboa em fins de Julho de 1868. Antes mesmo de procurar os amigos que se reúnem no "Cenáculo" da Travessa do Guarda-Mor — Batalha Reis, Eça, Santos Valente, Salomão Sáraga, Antero, Oliveira Martins —, passa habitualmente pelo Grémio Literário, onde calha encontrar um conterrâneo dos mais ilustres, o médico Tomaz de Carvalho, famoso anatomista da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e figura preponderante da Academia das Ciências, de quem se dizia que, entre os títulos que mais prezava, estava o ter nascido na cidade da Virgem. "Olhe que eu sou do Porto" — lembrava Tomaz de Carvalho, como alguém que exibisse uma antiquíssima arma falante[2]. Informado da razão fundamental da transferência do seu patrício para Lisboa, o médico associa imediatamente duas coisas: uma vaga providencial que se dera no quadro do pessoal da Academia e a necessidade de encontrar ocupação para Ramalho, compatível com o seu talento literário e a sua vasta cultura.

Nesse ano de 1868, de acordo com os estatutos da época, era presidente da Academia o rei D. Luís e vice-presidente o Conde d'Ávila, que tanta celeuma provocaria, três anos depois, sendo chefe do Governo, ao mandar encerrar as Conferências do Casino. Ora, quando, numa sessão extraordinária de 1 de Agosto de 1868, se trata do preenchimento da vaga do 1.º oficial da Secretaria, é precisamente Tomaz de Carvalho que propõe a candidatura de Ramalho Ortigão, "o qual tinha habilitações muito superiores às que se exigiam para o lugar vago" (diz a acta), e declare que "ele próprio [Tomaz de Carvalho] o afiançava, além da fiança que o Conselho [Administrativo] arbitrasse para o provimento do lugar". E assim, como uma outra restrição sem significado especial, Ramalho foi provido interinamente a 3 de Agosto e, por decisão unânime da Assembleia Geral (em votação "por esferas", isto é, secreta), confirmado definitivamente no cargo em 8 de Outubro de 1868.

---

[2] Idem, *Ibidem*, p. 20.

Ao procurar casa nas imediações da Academia das Ciências, encontrou Ramalho, depois de breve passagem pela rua de São Bento, oportunidade de arrendar o último piso de um prédio na Calçada dos Caetanos, e aí viveu até à morte, ao longo de 47 anos.

No século XIX, passou pela mesma casa o seu amigo Oliveira Martins e no século XX ocuparam-na também o casal António Ferro/Fernanda de Castro e o artista plástico Bernardo Marques. Duas inscrições, na frontaria da casa, assinalam esses factos: a colocação da lápide evocativa de Ramalho ocorreu em 1935, sendo orador Reynaldo dos Santos[3].

Do desempenho das suas funções burocráticas na Academia falam sobretudo as actas das assembleias gerais, que Ramalho redigia com admirável exactidão e sobriedade. Durante quarenta e dois anos (de 1868 a 1910) conviveu, olhos nos olhos, com 21 presidentes da Classe de Letras e de Ciências, desde o Conde d'Ávila até Veiga Beirão, e com cerca de uma dezena de secretários-gerais, desde Latino Coelho até Cristóvão Aires. Quando Júlio Dantas entrou na Academia, em 1908, surpreendeu-se de que Ramalho não tomasse assento entre os académicos na sala das sessões e fosse postar-se numa "carteira de subalterno — simplesmente, naturalmente, modestamente". Só então se deu conta de que — são palavras suas —, "o grande crítico das *Farpas*, o prosador inimitável da *Holanda,* o estilista erudito do *Culto da Arte em Portugal* (…) não era um académico: era apenas um empregado da Academia, o oficial encarregado de redigir as actas". E remata Júlio Dantas: "Senti-me mal no meu lugar. Por um momento, passou-me pela cabeça a ideia de levantar-me, de descer do meu *fauteuil*, de acercar-me desse homem três vezes respeitável, pela idade, pelo carácter, pelo talento, e de dizer-lhe, com a simplicidade das emoções sinceras: Mestre, trocaram os nossos lugares. Sou eu que devo ficar aqui"[4].

Em 1895, além de funcionário superior da Academia, Ramalho foi nomeado bibliotecário da Biblioteca Real da Ajuda, cargo que anteriormente desempenharam Alexandre Herculano e, depois, Magalhães Coutinho. Dos cuidados que dedicou às preciosas colecções da Ajuda dá testemunho a carta que Ramalho

[3] Santos, R., *Ramalho Ortigão.* Lisboa, Publicações dos Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais, 1935.

[4] Dantas, J., *Grandes figuras.* Lisboa, 1972, p. 21.

enviou a Teófilo Braga depois da proclamação do regime republicano, na qual pode ler-se: "o catálogo, quase completo, e todo ele feito sob a minha direcção, distingue os livros que pertencem à Coroa e os que são propriedade individual do Rei por virem das livrarias particulares dos reis D. Luís e D. Pedro V e haverem sido adquiridos pelo rei D. Carlos por meio de tornas aos co-herdeiros por ocasião do inventário feito por morte de D. Luís"[5]. Esta informação foi preciosa para que, mais tarde, o rei D. Manuel II pudesse receber de volta os livros da sua propriedade particular, que estão hoje em Vila Viçosa.

A popularidade de Ramalho, como homem e como escritor, foi sempre (e continua a ser) enorme, para o que contribuiu poderosamente a publicação, entre 1871 e 1883, dos caderninhos d'*As Farpas.* Pouco antes de completar 50 anos, como o editor David Corazzi lhe propusesse coligir as brochuras mensais d' *As Farpas* em volumes temáticos independentes, circulou um texto de apresentação da obra, que tudo indica tenha sido escrito pelo próprio Ramalho. Vale apena recordar um passo desse auto-retrato:

> O sr. Ramalho Ortigão é dos raros homens de letras a que a sua posição social faculta a possibilidade de realizar uma obra deste género, mantendo-se na estrita neutralidade da análise e no desinteresse da comoção artística. Sem títulos, sem honras e sem proveitos sociais, exercendo, como chefe da secretaria da Academia Real das Ciências de Lisboa uma comissão puramente académica para que foi eleito pela assembleia geral daquela corporação, não militando em nenhum dos partidos constituídos em Portugal, vivendo exclusivamente do livre trabalho artístico, ele apresenta o exemplo pouco vulgar de um literato português mantido pela profissão das letras e resumindo no exercício da sua profissão todas as suas ambições e todo o seu destino[6].

Com a proclamação da República em 5 de Outubro de 1910, Ramalho demite-se de todas as suas funções, tanto na Academia das Ciências como na Biblioteca da Ajuda. Ao ter conhecimento de que o chefe do Governo provisório era Teófilo Braga, seu velho amigo, — de quem em tempos publicara uma biografia no

[5] Ortigão, R., "*As Farpas" na República.* Org. e pref. de Artur Anselmo. Lisboa, Verbo, 2010, pp. 16-17.
[6] Folheto-anúncio d'*As Farpas* na edição temática de David Corazzi.

volume 9.º da Biblioteca Republicana Democrática e cujas qualidades de trabalhador incansável elogiou, comparando a persistência de Teófilo à dessa modesta gramínea que dá pelo nome de "escalracho" — escreveu-lhe, no dia 16, a carta atrás citada, onde, a dada altura recordava:

> Sabe V. que o meu tão modesto lugar na Academia foi Tomaz de Carvalho quem, numa noite, no Grémio, há 42 anos, mo ofereceu, indo eu três dias depois ocupá-lo sem nenhuma outra espécie de intrometimento da minha parte. As minhas relações com a família real datam da minha entrada na Academia. Latino Coelho, secretário, não querendo pessoalmente levar à assinatura do rei D. Fernando e mais tarde do rei D. Luís os diplomas académicos, delegou em mim, chefe da secretaria, esse serviço, e assim tiveram princípios os contactos de recíproco afecto que certamente determinaram o rei D. Carlos a nomear-me seu bibliotecário. Seria monstruoso que a essa família, à qual na prosperidade eu devi as mais expressivas demonstrações de estima, eu regateasse na desgraça o preito da minha mais saudosa e mais profunda gratidão[7].

Como reagiu a Academia das Ciências ao pedido de demissão apresentado pelo escritor na qualidade de chefe da secretaria? A resposta encontra-se exarada na acta da assembleia geral de 20 de Outubro de 1910, sob a presidência de Silva Amado:

> O Secretário-Geral [Pina Vidal] comunica à Assembleia, e diz que o faz com muita mágoa, o pedido de demissão do cargo de primeiro oficial da secretaria, apresentado pelo Sr. Ramalho Ortigão, cujos serviços prestados à Academia durante quarenta e dois anos o Secretário encarece com palavras de sumo apreço.
>
> O Sr. Teixeira de Queiroz lamenta o facto de que o Secretário acaba de dar conta, mas espera que ele não prive a Academia da presença e da colaboração de Ramalho Ortigão, porquanto era um dever académico o de incluir esse escritor no número dos sócios efectivos da Academia, o que decerto fará a respectiva Classe.

[7] *"As Farpas" na República,* ed. cit., p. 14.

O Sr. Cristóvão Ayres, com palavras de extremado afecto ao escritor e ao amigo, diz que este sabe quanto era sua, de há muito, a ideia acabada de exprimir, entre gerais aplausos, pelo seu colega Teixeira de Queiroz; e enquanto a Segunda Classe não chamasse o eminente escritor para o seu grémio, ele podia desde hoje considerar-se sócio da Academia, eleito por aclamação por ambas as Classes.

A resposta de Ramalho aos seus confrades, além de ser um documento do maior interesse para a compreensão do seu estado de espírito após a mudança de regime político em Portugal, é também um dos melhores testemunhos alguma vez escritos acerca do ambiente académico em que sempre se viveu nesta Casa, ambiente que todos temos o dever de manter imune em cada dia que passa:

> A eleição de que fui objecto — diz Ramalho — tem para mim mais alta significação que a de um simples aplauso, certamente imerecido, aos meus modestos trabalhos de escritor. Eu a considero principalmente como generoso testemunho de estima votado ao empregado da Secretaria académica que durante longos anos foi o intérprete burocrático do pensamento dessa corporação, servindo-a com afectuosa fidelidade e devotado zelo. Dessa obscura tarefa eu me dava por bem pago com a intimidade espiritual e com a recíproca amizade em que, durante quase meio século, me foi dado viver entre os espíritos mais cultos de Portugal. Em torno de mim, no sigilo da Secretaria, decorreu em todo esse tempo a vida íntima da Academia. Não fui somente o escrevedor das deliberações, fui também o caixa dos segredos. E devo dizer que, revolvendo hoje esse depósito de confidências diversas, de escola, de seita, de partido, de impugnação filosófica ou de contestação estética, eu não encontro, no fundo da minha memória, senão um puro resíduo de saudade, efervescente ainda de finura e de graça literária, por vezes irónica e mordaz, mas sem nenhuma das máculas com que, em nossos dias, fora dessa privilegiada região, na controvérsia parlamentar e jornalística, tantas vezes se abastarda e avilta a nobre profissão das letras[8].

Nesta carta, Ramalho lamentava não poder dispor de tempo para dedicar às tarefas académicas, porque, acrescentava, "como escritor eu recomeço

[8] Ortigão, R., *Figuras e questões literárias*, vol. II. Lisboa, Clássica Editora, 1945, pp. 149-153.

laboriosamente a minha carreira precisamente no momento em que a Academia tão liberalmente lhe coroa o fim".

É sobejamente conhecida (está hoje disponível nos volumes das *Últimas Farpas* e das *Farpas Esquecidas)* a campanha demolidora dos primeiros governos republicanos que Ramalho empreendeu quando, à beira dos 75 anos, voltou a pegar na pena para sustentar os seus demónios da rectidão, que não eram senão manifestações do seu permanente inconformismo. Um texto que escreveu em 1900 mostra, porém, ao mesmo tempo, como Ramalho sabia conciliar as suas críticas com uma devastadora auto-ironia:

> Este curioso ornamento das letras pátrias do último quarteirão do século passado, ornamento a que não terei dúvida de chamar distinto (porque também precisam de ganhar o seu pão os editores que lhe sobreviverem) morreu de uma incompensação de lesões. Matou-o a impossibilidade de ser conjuntamente panfletário e avô.
>
> Sabei, mancebos, que nos não é dado fazer saltar nos joelhos o nosso neto e fazer conjuntamente saltar no arame o nosso próximo. Ou bem que se é pela troça ou bem que se é pela ternura. Por alguma parte se há-de rebentar, porque se não pode ser tudo.
>
> (…) Um velho agressivo faz-me tanta lástima como um rapaz servil e medroso. Para ter licença de morder e para ser belo mordendo, há que ter os dentes todos (menos o do siso se quiserem), firmes, brancos e reluzentes, como os de um tigre novo, e maxilas rijas, de mascar ferro, a fim de que, logo à primeira dentada, ainda que num simples pêssego maduro, se fique sabendo que é assim que se morde. Uma pena que investe tem de deixar ver na escrita, pelo rasgo do estilo, pelo impulso da frase, pela vibração dos vocábulos, que a rege um punho sólido e ágil de atleta e de paladino. Ora eu, ao presente, não presto para morder nem para esgrimir[9].

Esta referência de Ramalho à esgrima leva-nos a ressuscitar uma carta sua, de 1897, agradecendo a nomeação de sócio honorário da Escola Nacional de Esgrima. Trata-se de um documento cujo encanto literário não esconde (antes

[9] Idem, "Explicações", in *Folhas Soltas (1865–1915).* Lisboa, Clássica Editora, 1956, pp. 274-275.

pelo contrário) a saúde mental de quem a assina. Publicou-a n'*O Comércio do Porto*, em 1952, Fernando de Araújo Lima e, de então para cá, salvo omissão da minha parte, não mais o vi referido. Mas uma carta destas não pode ficar esquecida, e por isso aqui se reproduz:

Lisboa, 26-VI-1897
Ex.mo Sr. António Martins

Meu caro Amigo. — Muito lhe agradeço a minha nomeação de sócio honorário da sua Escola Nacional de Esgrima, *distinção tanto mais imerecida quanto eu não sou um homem que sabe bater-se; sou apenas um homem que, quando é preciso, se bate. Considero a sua escola uma das mais úteis instituições sociais, e faço pela prosperidade dela os mais calorosos votos. Todo aquele que não tem a ginástica precisa para se defender quando o agridem, e para castigar, ou com uma espada ou com uma simples bengala, os que lhe faltarem ao respeito que todos nós devemos uns aos outros, torna-se pela sua incapacidade física um elemento perturbador da ordem moral, e é um cidadão desprezível, porque é um caloteiro da honra, cujas dívidas terão fatalmente que ser pagas pelos nervos e músculos dos outros. Além de que, para a dignidade de cada um e para sossego de todos, é útil considerar este fundamental aforismo: É melhor um murro fechado na mão que dois regimentos de polícia a voar. Ora, é pela prática da esgrima, na sua escola, que se chega a esta confiança num sôco e a essa fé numa bengala, que se não aprende nos livros, e que as demais escolas, primárias, secundárias e superiores, infelizmente nos não ensinam. Por isso o abençoa e cordialmente o abraça o seu muito amigo*

Ramalho Ortigão

Dir-se-ia — como notou Fernando de Araújo Lima[10] ao dar à publicidade uma cópia do autógrafo da colecção de Alberto Correia — que há nesta carta, e também no texto de 1900 ("Ora eu, ao presente, não presto para morder nem para esgrimir"), um arremedo psicanalítico do inconsciente ramalhiano, a levar-lhe a pena para as recordações da Arca d'Água. Aí, em 1866, quando se entra no Porto pela estrada de Braga, o corpulento Ramalho foi ferido num braço pela espada

[10] Lima, F. A., "Uma carta de Ramalho Ortigão", *O Comércio do Porto*, 13 de Maio de 1952.

do irrequieto Antero de Quental, que aliás de esgrima nada sabia, pese embora a opinião contrária de Camilo.

Afectado, no último ano da sua vida, por doença cancerosa a que em vão a medicina, com todas as limitações da época, tentou pôr termo, Ramalho foi internado na clínica do médico Henrique Bastos, para ser operado, em Maio de 1915. A intervenção cirúrgica, a cargo de Francisco Gentil, não correu bem, mau grado as ténues esperanças que pareciam animar o escritor, quando escreveu a "Despedida" arquivada no livro de visitantes da casa de saúde[11]. Em contrapartida, na última carta para o filho ausente no Brasil, datada de 15 de Agosto de 1915, enfrenta corajosamente a situação, afirmando: "O partido que tomei foi de combater pessoalmente o sofrimento pelo único processo de que verdadeiramente dispõe o doente: habituar-se a ele. Trato-me espiritualmente como se estivesse a braços com o câncer ou com outra doença incurável: submeto-me"[12].

Nesta última carta, publicada por Beatriz Berrini, há também uma referência curiosa à enfermeira dos últimos dias de Ramalho, confirmando aquilo que, desde 1916, escrevera o seu genro Eduardo Burnay em carta a Luiz de Magalhães:

> Foi assim (…) que na casa da Calçada dos Caetanos apareceu, apresentada e recomendada por uma antiga amiga da família, uma pessoa a quem não poderia, sem injustiça e sem virtual mágoa, além-túmulo, daquele a quem tanto lenitivo trouxeram seus cuidados, deixar de fazer referência. Era a antiga *hospitaleira* Irmã Maria Dolorosa. *Dolorosa* certamente por antítese, pois para o seu doente foi essencialmente não *dolorosa* mas maximamente *consoladora*[13].

Entretanto, na referida carta destinada ao filho, informava Ramalho:

> A minha enfermeira não é destituída de defeitos, mas tem qualidades raras de perícia, de dedicação e da alta caridade puramente cristã. É uma egressa da abolida Congregação das Irmãs Hospitaleiras, criada segundo o modelo francês das Irmãs de Caridade. Foi directora de vários hospitais na província

[11] Ortigão, R., "Despedida", in *Folhas soltas*, ed. cit., pp.3 41-342.
[12] Idem, *Cartas a Emília.* Intr., sel. e notas de Beatriz Berrini. Lisboa, Lisóptima, 1993, p. 180.
[13] Burnay, E., *Ramalho Ortigão; carta a Luiz de Magalhães.* Lisboa, 1916, pp. 47-48.

e na África. É muito hábil na sua profissão de enfermeira e muito útil ao meu espírito pela prática, em que a acompanho, dos seus exercícios religiosos.

Investigações levadas a cabo sob a direcção de Henrique Pinto Rema dão-nos mais alguns elementos sobre esta freira da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. Chamava-se, na vida secular, Clara Augusta Madeira de Mira. Nascida em 1858 em São Matias de Beja, entrou na congregação em 1890, tomou hábito em 1891 e veio a falecer em Braga, em 1927. À data da proclamação da República era superiora do hospital cabo-verdiano da Praia. Regressou a Portugal, à força, em Dezembro de 1910, indo depois para o Instituto Branco Rodrigues, no Estoril, e para Paderne, no Algarve[14].

Falecido Ramalho Ortigão em 27 de Setembro de 1915, a sessão da Classe de Letras da Academia, sob a presidência de Henrique Lopes de Mendonça, prestou homenagem ao grande escritor. Das intervenções então proferidas, ficou o seguinte registo na acta da sessão:

> O Sr. Presidente propôs que fosse lançado na acta da sessão um voto de sentimento pela morte de Ramalho Ortigão, um dos mais ilustres sócios da Academia e uma das maiores glórias da literatura portuguesa.
>
> O Sr. Moreira de Almeida, em comovidas palavras, lembra que Ramalho Ortigão foi durante quarenta e tantos anos um alto funcionário da Academia, desempenhando com o maior zelo e dedicação o cargo de oficial maior. Quando em 1910 abandonou esse cargo, elegeu-o a Academia sócio efectivo por aclamação. De tão honrosa e excepcional homenagem era bem digno esse homem eminente. Não deve também agora a Academia limitar a expressão do seu sentimento a um voto exarado na acta da sessão. O seu elogio histórico deve ser proferido na próxima sessão pública. Numa das salas da Academia, ao lado de Correia da Serra e de Tomás de Carvalho, deve figurar o retrato de Ramalho, do funcionário dedicado, do sócio ilustre, honra da literatura portuguesa.
>
> O Sr. Carlos Bocage concorda absolutamente com a proposta apresentada. É necessário que a Academia saiba honrar os homens que a honram. Aos

[14] *Crónica do Centenário da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (1876–1976). I — O nosso livro de família.*Org. de Henrique Pinto Rema. Lisboa, 1976, n.º 615, p. 151.

excepcionais serviços prestados por Ramalho Ortigão à Academia, aos seus extraordinários méritos de escritor, deve corresponder uma consagração excepcional.

O Sr. Coelho de Carvalho propõe que o elogio histórico seja feito ainda este ano. Esse honroso encargo caberá, pela praxe, ao sócio efectivo que for ocupar a vaga deixada por Ramalho na secção de literatura. Não sabe se a Academia deferirá o seu pedido de transitar para essa secção; mas, se assim for, muito se honrará em proferir o elogio.

O Sr. Baltasar Osório associa-se à homenagem prestada a Ramalho Ortigão, que é talvez o escritor que mais influência exerceu na formação do seu espírito. Entende que deve ser regra geral na Academia fazer-se o elogio histórico dos sócios efectivos falecidos, que se tenham salientado em qualquer ramo da Ciência ou das Letras.

O Sr. Almeida Lima associa-se às propostas apresentadas com palavras de elogio ao ilustre morto, bem como Cristóvão Ayres, que aprova também a proposta do Sr. Moreira de Almeida com respeito ao retrato de Ramalho Ortigão.

As propostas são aprovadas unanimemente, ficando a Segunda Classe da Academia encarregada de organizar a sessão pública e o Conselho Administrativo de adquirir, logo que haja verba, o retrato do ilustre escritor.

Como lucidamente sublinhou Júlio Dantas, Ramalho

não era apenas um dos príncipes da literatura portuguesa contemporânea; não era apenas o homem que, com Rafael Bordalo, mais profunda influência exercera sobre a sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX: — era a afirmação veemente de um carácter cheio de elevação moral, de nobre independência e de orgulhoso desprendimento. Era um exemplo; era uma lição[15].

(Comunicação apresentada à classe de letras
na sessão de 1 de outubro de 2015)

[15] Dantas, J., *ob.cit.*, pp. 21-22.

Vencidos da vida ou vencedores?

Por Guilherme d'Oliveira Martins

José Duarte Ramalho Ortigão (1836–1915) é uma das figuras mais inesperadas no grupo intelectual que pontuou em Portugal no final do século XIX. Antes do mais, não pertence à chamada geração de 1870, até por motivo de idade, mas também por formação ideológica. Neste ano, em que também se celebram 150 anos da "Questão do Bom Senso e do Bom Gosto" (1865), não se esquece que o escritor terçou armas pelo grupo romântico, em defesa do velho mestre Castilho. Lembramo-nos, aliás, do episódio da Arca de Água em que, no Porto, se defrontou em duelo com o chefe de fila dos iconoclastas, Antero de Quental. No entanto, Ramalho foi professor de José Maria Eça de Queiroz, conheceram-se e fizeram uma amizade durável, e esse facto, associado a terem colaborado na escrita, aproximou Ramalho do célebre grupo que emblematicamente tirou uma fotografia, que vale mil programas, no Palácio de Cristal do Porto, pensando nos cães de um leque, para oferecer a D. Emília, noiva de José Maria. Mais do que por motivos racionais, Ramalho Ortigão inseriu-se naturalmente no grupo de jovens que se propunha com novas ideias pôr o país ao ritmo do mundo civilizado.

Com mais ou menos romantismo, Ramalho compreendeu muito bem que as ideias fluem, nunca param, e que a qualidade do grupo e das suas ideias valia indiscutivelmente a pena. E não esqueçamos o escritor no desempenho das funções de diretor da Biblioteca da Ajuda, seguindo os passos do velho Alexandre Herculano (e em bom rigor também os de Garrett), sendo verdade que os dois maiores mestres do nosso Romantismo foram sempre especialmente considerados pelos novos das Conferências do Casino Lisbonense!

De Garrett, sabe-se que foram as *Viagens* que despertaram a veia literária de José Duarte. E as raízes têm nele uma muito especial função: "o que tenho de bom, física e moralmente, se alguma coisa boa tenho, devo-o às fortes e sadias convivências da minha infância nessa bendita casa de Germalde…". Depois, passou por Coimbra e não se tornou bacharel, tornando professor de Francês no colégio da Lapa. Cultivava um certo dandismo e era assumidamente

conservador. Mais do que teorias, interessava-lhe saber olhar. No caso do "Bom Senso" defendera o velho Castilho e acusara Antero, conseguindo descontentar todos, por não ser suficientemente claro na defesa do romantismo gasto. Cansado do Porto, vem para Lisboa como oficial da Academia das Ciências, e não mais deixará a capital. Começa a colaboração com o jovem Eça. *O Mistério da Estrada de Sintra* é escrito a duas mãos. É uma experiência folhetinesca, onde se nota o desatar das amarras românticas de Ramalho. Mas o que dirão os dois autores? "Romance execrável (…) porque nele há um pouco de tudo quanto um romancista lhe não deveria pôr, e quase tudo quanto um crítico lhe deveria tirar…". É uma autocrítica inteligente, de quem sabia da poda. Se Ramalho não é protagonista das Conferências Democráticas, é testemunha e cúmplice, pois *Uma Campanha Alegre* é o abrir de portas, o dar direito de cidade a esse grupo excecional dominado por Antero — "cabeça verdadeiramente enciclopédica, um dos mais sólidos e profundos entendimentos que tem produzido este século, era como a lógica viva daquele foco intelectual". E como podia o pacato portuense compreender esse movimento estuante de energia? "Aos vinte anos é preciso que alguém seja estroina nem sempre para que o mundo progrida, mas ao menos para que o mundo se agite. Para se ser ponderado, correto e imóvel há tempo de sobra na velhice". Eça, e o seu amigo Ramalho, vão usar a verve crítica para apresentar as fragilidades da pátria e a necessidade de uma reforma. O tom de ambos é diferente, isso é particularmente óbvio quando José Maria parte para Havana e deixa o encargo ao amigo de manter a tarefa de farpear. Ao tom demolidor de um contrapõe-se o pendor pedagógico do outro, mas em ambos há poucas contemplações — o que não agradava especialmente às velhas gerações liberais, que se achavam postas em causa (lembremo-nos do que se disse também de *Portugal Contemporâneo*). Sobre a escrita, o mestre Camilo não tem dúvidas: "Você está escrevendo de modo que eu não leio mais ninguém em português". Os dezassete anos de *As Farpas* constituem um acervo fundamental para se compreender as fragilidades da sociedade nos mais diversos capítulos, mas Ramalho representará a atitude que será, no essencial, para o que Unamuno designou como a idade de ouro da cultura portuguesa, a capacidade de recusa de estarmos condenados a ser pouco relevantes. E, com o tempo, sente-se essa força crítica, que se desvanecerá de algum modo no fim do século com as mortes de Antero, Oliveira Martins e Eça. E se falo de sentido

crítico, devo recordar o apoio de Ramalho Ortigão a Rafael Bordalo Pinheiro no "Álbum das Glórias" e no "António Maria". Ao lado de Guilherme de Azevedo (João Rialto), sente-se a presença de João Ribaixo, que é naturalmente a inconfundível Ramalhal figura.

Literariamente, Ramalho é ele mesmo. Situa-se na melhor tradição garrettiana, com o toque próprio da linguagem naturalista, a caminho do simbolismo. Como os melhores, nunca se submeteu a cânones escolásticos, não se deixando prender pelos ademanes das correntes decaídas. Os livros de viagens constituem um sinal de atenção ao mundo. Olha a sobranceria da pérfida Albion, dá-nos em "A Holanda" uma verdadeira obra de arte, onde lembra que "a fórmula naturalista da arte moderna acha-se inteiramente enunciada depois de duzentos anos na obra dos pintores holandeses". E é em viagem em Veneza que tem a notícia da morte do "mais amado, o mais fiel, o mais honrado companheiro da melhor parte da minha vida" — o seu querido José Maria. No tocante à arte portuguesa e ao património cultural, Ramalho foi pioneiro. Não importa que não tenha sido um especialista ou um estudioso. Foi o melhor divulgador. Mesmo assim, sob o pseudónimo Simplício Feijão (1884), disse que a arte não poderia contentar-se em ser simples teoria do gosto, devendo ser análise objetiva da obra e do fenómeno artístico…

> Eu em vez de crítico de arte sou apenas um simples e modesto artista da crítica, sou um comunicador de impressões pessoais, um viandante que passa, através do seu tempo, contando coisas que viu e dizendo os sentimentos que algumas dessas coisas lhe inspiraram.

E isso foi fundamental. Como tinha acontecido na velha revista *Panorama* no tempo de Herculano, Ramalho Ortigão tornou-se um defensor ativo do que designaremos como património material e imaterial, contra a degradação e o mau gosto. Seguindo as pisadas do mestre Joaquim de Vasconcelos propôs a realização de estudos, de inventários, de planos de salvaguarda. Chamou a atenção para a janela do Convento de Cristo de Tomar ou para a pintura de Nuno Gonçalves e antecipou a importância do Turismo (*Praias de Portugal*, *Banhos de Caldas* e *Águas Minerais*). Nos últimos anos, sente a falta de quem tivera por companheiros, mas o sentido geral da sua obra estava traçado. Não o esquecemos!

* * *

Refiramos agora os *Vencidos da Vida*, em que Ramalho teve papel de primeiro plano. Sigamos a sua cronologia. Os convivas iniciais teriam sido os parlamentares das duas câmaras — Ficalho, Oliveira Martins, Carlos Lobo d'Ávila e António Cândido Ribeiro da Costa. O primeiro de todos os ágapes foi no restaurante Tavares e seguiu-se ao discurso do Conde de Ficalho na Câmara dos Pares de 28 de junho de 1888, em que se denunciava a inaceitável paralisia da vida política. Logo em julho de 1888, Oliveira Martins, nas colunas de *O Repórter* perguntava: "Por que não haverá um jantar semanal, um jantar alegre e até um bom jantar, a carta constitucional de um partido novo?". Mas, a que se deve a designação de "Vencidos da Vida"? O autor de *Os Filhos de D. João I*, ao ouvir, nesses dias, o seu vizinho do terceiro andar da Calçada dos Caetanos, José Duarte Ramalho Ortigão (que indicara a casa ao amigo comum Eça), ler uma descrição sobre a voga parisiense dos jantares, achou que podia usar o exemplo. À semelhança do caso referido na circunstância da Villa de Médicis – «les uns glorieux, les autres battus de la vie» — eis que o historiador considera ser uma boa ideia para o novo grupo: Vencidos da Vida… «Battus de la vie» — eis o que somos. E aqui a palavra é mais fiel se significar «zurzidos», em vez de significar «vencidos», sem mais… Aos parlamentares, seguiram-se os literatos (Ramalho, Eça, Junqueiro) e depois os palacianos, próximos do príncipe D. Carlos (Bernardo Pindela, Conde de Sabugosa, Marquês de Soveral e Carlos Mayer). Esclareça-se que é esse o grupo alargado que está em causa, nos jantares de 1889. E é o *Tempo*, jornal de Carlos Lobo de Ávila, que nos permite fazer o seu elenco. Em 16 de fevereiro de 1889, juntam-se oito em casa de Bernardo Pindela (Ficalho, Sabugosa, Ramalho, Oliveira Martins, António Cândido, Carlos Mayer e Lobo de Ávila). Em 11 de março, há jantar no Hotel Braganza. A 20, "os vencidos" encontram-se no mesmo hotel para acolher Luís de Soveral, chegado de Londres, onde era 1.º secretário da Legação portuguesa. Em 26 de março, ainda no Braganza, recebem Eça de Queiroz, vindo de Paris, tendo Guerra Junqueiro justificado a falta, por se encontrar no Minho, com o envio de dois alexandrinos. Em 29, foi a vez de Carlos Mayer oferecer jantar em sua casa, a que também não compareceu Junqueiro. Neste caso, Ramalho Ortigão e António Cândido tocaram rabeca, tendo todos seguido para o S. Carlos, onde se cantava o *Otelo* de Verdi.

Mas voltemos à lista: a 10 de abril, encontraram-se no Restaurante Tavares e no dia 2 de maio regressaram a S. Domingos, à Lapa, para almoçar em casa de Bernardo Pindela. Tudo parece apontar, assim, para que tenha tido lugar nesse dia 2 de maio de 1889, quinta-feira, que permitiu a Augusto Bobone (1852–1910) realizar as fotografias que chegaram até nós, nas quais apenas falta António Cândido. Na semana seguinte, o regenerador António Serpa Pimentel foi convidado pelo grupo, no Braganza (o que causou grande vozearia e especulação política). No dia seguinte, Jorge O'Neill convidou para sua casa, tendo faltado Junqueiro, Pindela e Cândido. Em 14 de maio, houve jantar em casa do Conde de Valbom, com a presença de Junqueiro, Eça e Oliveira Martins, Pindela e Alberto Braga. A 17 de maio, uma sexta-feira, celebraram-se os 29 anos de Carlos Lobo de Ávila, em casa de seu pai, o Conde de Valbom, onde foi cantado, com versos de Sabugosa, o hino humorístico do grupo, com música da "Rosa Tirana".

Leia-se o que diz *O Tempo*: "Para festejarem o aniversário do nosso amigo Carlos Lobo d'Ávila reuniram-se ontem nas salas dos senhores condes de Valbom algumas das famílias mais íntimas de S. Ex.ªs, demorando-se ali até perto das 2 horas da madrugada. Conversou-se agradavelmente, dansou-se com o mais vivo entrain e cantou-se magistralmente. O serviço do bufete foi o mais profuso e delicado…". Por fim, a 21 de maio, houve novo jantar em S. Domingos, à Lapa, a que faltaram Ficalho e Sabugosa. Esta é a lista coeva. Há, pois, um cliché tirado ao almoço de 2 de maio e só uma fotografia, realizada em estúdio, com a equipa completa dos onze membros, de que não temos indicação quando foi realizada em 1889.

Eça referirá ainda um "jantar de Vencido" em Paris com Luís Soveral, na Maison d'Or, com bacalhau, após o que foram, com o Príncipe D. Carlos, visitar a Torre Eiffel, em 27 de agosto de 1889. E António Cândido dirá, em entrevista a Gomes Monteiro (*ABC*, 16–03–1922):

> Oh! Os Vencidos da Vida! — como isso vai distante. (…) A ideia da formação do grupo surgiu um dia, espontânea, imprevista, entre uma colherada de doce e uma gargalhada de champanhe no restaurante Tavares, na rua Larga de S. Roque. Oliveira Martins lembrara o título Vencidos da Vida, que todos aplaudiram e, pouco depois, o Conde Sabugosa compunha uns versos que, com música da Rosa Tirana constituíam o hino do nosso grupo. (…)

> Soltando sempre as suas gargalhadas espirituosas e cáusticas continuavam a fazer servir jantares elegantes em que se chegou a gastar dezoito vinténs de pão e bacalhau e dezoito mil réis de champanhe…

E a "águia do Marão" lembrava ainda o jantar de despedida, oferecido a Antero de Quental, de finais de maio de 1891, no Tavares:

> Pobre amigo! Parece-me estar a vê-lo… No seu olhar melancólico e profundo, em que se adivinhava a nostalgia do Além, pairava já a visão da morte que tão tragicamente o arrebataria. Pobre Antero!

Sabugosa (lembrado por Silva Gaio) disse que o "vencidismo" era difícil de classificar. "Foi um estado de espírito originado de afinidades já existentes e das que uma convivência delas nascida, mais avolumou e multiplicou". E Eça recordou que os detratores talvez se irritassem pelo facto de se chamarem a si Vencidos "aqueles que para todos os efeitos públicos parecem ser realmente vencedores". Este, no fundo, é o grande tema. A cultura portuguesa do século xx foi profundamente marcada por esses homens que se chamaram de vencidos criticamente por causa daquilo que Eduardo Lourenço sintetizou: "interrogávamo-nos apenas pela boca de Antero e de parte da sua geração, para saber se ainda éramos viáveis, dada a, para eles, ofuscante decadência". Daí Unamuno ter considerado esse o nosso século de ouro. Não poderia haver fatalismo, mas sim sentido crítico, para que os mitos não se tornassem bezerros de ouro.

(Comunicação apresentada à classe de letras
na sessão de 1 de outubro de 2015)

Dois continentes e o mesmo instrumento de poder: A imprensa régia

Artur Anselmo

Quando se estuda a história da cultura da língua portuguesa no período colonial, salta imediatamente à vista o atraso na introdução da tipografia em África e no Brasil. Ao invés do que ocorreu na Índia e na China, onde os Portugueses encontraram civilizações antiquíssimas e florescentes, os territórios e as ilhas africanas, assim como a imensa terra brasileira, só tiveram imprensa quando a metrópole o permitiu, ao passo que, desde o século xvi, Goa (na Índia) e Macau (na China) dispunham dos apetrechos necessários à implantação da tipografia.

É certo que, no Brasil, houvera, em meados do século xviii, uma tentativa para estimular a arte negra de Gutenberg: fora seu autor António Isidro da Fonseca, um dos melhores tipógrafos de Lisboa, responsável, entre muitos outros trabalhos, pela edição do 1.º volume da famosa Biblioteca Lusitana de Diogo Barbosa Machado. Apoiado pelo bispo António do Desterro Malheiro, entretanto transferido da diocese de Luanda para a do Rio de Janeiro, o impressor lisbonense tentou pôr termo ao atraso da colónia brasileira em relação às suas congéneres espanholas como o México, o Perú ou a Bolívia; assim, tendo transportado de Lisboa alguns caixotins de caracteres metálicos, delineou e construiu (ou mandou construir) no Rio o prelo onde se imprimiu, na primavera de 1747, a *Relação da entrada* do prelado Malheiro na cidade fluminense, além de quatro outros folhetos de circunstância. Tudo parecia correr bem: o bispo custeava as despesas e o tipógrafo (cuja saída de Lisboa para o Brasil ainda hoje é um enigma) tinha as costas quentes para dar livre curso à incipiente comercialização de livros, opúsculos e folhetos volantes, embora sabendo de antemão que lhe estava vedado o fabrico de cartas-de-jogar, fonte de grandes lucros, mas o objecto do monopólio apertado da Impressão Régia de Lisboa. Pura ilusão: pouco depois (6 de Julho de 1747) chegavam ao Rio ordens cominatórias da capital do império para se apreender o que fora impresso, destruir a tipografia e fazer regressar o impressor a Lisboa no primeiro navio de torna-viagem.

Espanta a violência em que actuou a Coroa, sobretudo se tivermos em conta que o caso corria ainda no reinado de D. João V, monarca protector das artes e das letras. Mas, nesse ano de 1747, o rei português estava já incapacitado para o exercício das suas funções, o que deixava o campo livre às arbitrariedades da Inquisição. Razão tinha mais tarde Hipólito José da Costa, o redactor do Correio Brasiliense (1808–1822), quando, no n.º 13 de 1809 (p. 640), escrevia:

> A injustiça com que Portugal e Espanha trataram sempre as suas colónias é agora a causa da sua ruína; porque, proibindo no Brasil (por exemplo) as manufacturas, as artes, as ciências e o comércio estrangeiro, ficaram estas colónias a trabalharem como escravas para a Metrópole; a qual, descansando inteiramente no ouro que lhe traziam seus escravos, desprezou a sua própria indústria.

Quando, em 1807 acossada pela invasão das tropas napoleónicas, a Família Real decide partir para o Brasil, organiza-se uma esquadra composta por 8 naus de linha, 4 fragatas, 2 brigues e 1 escuna, a qual sai do Tejo em 28 de Novembro. A bordo de uma das embarcações — a fragata Medusa — seguem prensas e caixotins de caracteres tipográficos provenientes da Inglaterra, que se encontravam afortunadamente no porto de Lisboa à ordem da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Esse material, como é sobejamente sabido, permitirá ao príncipe Real D. João (que, entretanto, se encontrava no Brasil desde 22 de Janeiro de 1808) criar, por decreto de 13 de Maio desse mesmo ano, a Impressão Régia do Rio de Janeiro.

A partir de então, com designações rigorosamente iguais, passa a haver dois estabelecimentos tipográficos de carácter oficial: um em Lisboa e outro no Rio de Janeiro. Curiosamente, consultando o *Copiador de Correspondência* das Juntas Administrativas, Económicas e Literárias da Impressão Régia e Reais Fábricas de Cartas de Jogar, com sede em Lisboa, verifica-se que estes dois estabelecimentos portugueses ficam, por assim dizer, paralisados nas suas actividades, desde 29 de Julho de 1807 até 10 de Junho de 1808. De facto, ao longo de cerca de 10 meses, nenhum documento de arquiva no Copiador: presume-se que a Impressão Régia de Lisboa não sabia (ou não podia) adaptar-se à nova conjuntura, ao mesmo tempo que, da parte da potência ocupante — a França napoleónica —, havia mais

interesse em domesticar a imprensa periódica (caso concreto da Gazeta de Lisboa) do que em cuidar dos impressos oficiais e das cartas-de-jogar.

Outra fonte documental do Arquivo Histórico da actual Imprensa Nacional — Casa da Moeda, a cuja direcção agradeço as facilidades de consulta que me foram concedidas —, mostra que o material tipográfico proveniente de Inglaterra e desembarcado no Rio de Janeiro, com o qual se inaugurou a Impressão Régia do Brasil, era escasso para as necessidades da nova oficina. De facto, no volume com a cota n.º 498 do Registo de decretos, avisos e ordens, encontra-se um aviso régio, datado de 1 de Fevereiro de 1809, ordenando o envio para o Rio de Janeiro de todo o material tipográfico da Impressão Régia de Lisboa que possa ser dispensado:

> … fazer encaixotar sem perda de tempo, e na devida ordem, o mais importante da dita impressão Régia que não estiver em actual exercício, numerando os caixotes, fazendo lembrança do que leva cada um deles.

Tamanha era a urgência no envio da encomenda que a responsabilidade do seu envio foi atribuída ao "deputado tesoureiro" (aliás, nomeado Administrador-Geral no ano seguinte), Joaquim António Xavier Anes da Costa, a quem se permite — diz o texto do aviso — que, "enquanto durar esta diligência, seja dispensado de qualquer outro serviço".

(Comunicação apresentada à classe de letras
na sessão de 29 de outubro de 2015)

Os monárquicos e a guerra

Manuel Braga da Cruz

A entrada de Portugal na I Grande Guerra não era uma ideia popular. A maioria da população era avessa a qualquer participação militar portuguesa no conflito europeu. A opinião pública não era favorável à beligerância portuguesa, nem via nenhum interesse estratégico a defender nos campos de batalha da Europa.

Apenas alguns republicanos, melhor dito, a minoria democrática, via na intervenção portuguesa na guerra uma oportunidade para consolidar internacionalmente o regime republicano e para garantir a hegemonia do partido na cena política interna.

A defesa das colónias africanas era mais comummente entendida como necessária, mas sem que tal tivesse de implicar uma intervenção armada no teatro de guerra europeu, até mesmo no teatro africano. Bastava suster ataques fronteiriços, sem qualquer declaração de guerra.[1]

Os monárquicos, mais próximos das populações espalhadas pelo país, eram maioritariamente contrários à intervenção na guerra. Os republicanos sabiam-no, e por isso temiam levantamentos monárquicos se alguma decisão intervencionista fosse tomada.[2] E por isso a imprensa monárquica foi vítima de perseguição e censura logo nos primeiros dias da guerra, no verão de 1914[3].

Para além disso, os monárquicos estavam divididos quanto às simpatias pelas partes em conflito na Europa. De um lado, o Rei D. Manuel II, exilado em Londres, muito próximo da coroa inglesa, identificava-se com a causa

---

[1] Esta desigual atitude perante a defesa das colónias e o alinhamento com os aliados esteve, aliás, bem patente na forma como os embarques de tropas para um e outro destino decorreram, sendo muito maior o número dos que se despediram dos primeiros do que dos segundos.

[2] Confessou-o Teixeira Gomes a partir da embaixada em Londres: temia uma reacção monárquica se se enviasse armamento e forças militares para o estrangeiro. (*Livro Branco Portugal no conflito europeu, 1.ª Parte: Negociações até a declaração da guerra. Documentos apresentados ao Congresso da República pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920, p. 87).

[3] Cabral, A., *As minhas memórias políticas. Em Plena República*, Lisboa, 1932, p. 229.

aliada desde o começo da guerra[4], e procurava atrair os monárquicos para ela; do outro lado, D. Miguel, exilado na Áustria, e muito próximo dos Habsburgo e dos Hohenzollern, por acolhimento e por ligações familiares.[5]

A maioria dos monárquicos, como a maioria dos conservadores portugueses, era além disso admiradora da Alemanha e do espírito alemão, da sua disciplina e ordem, da sua capacidade empreendedora, dos seus produtos mecânicos. A simpatia política era maior entre eles para o constitucionalismo alemão, do que para a democracia inglesa. Para além disso, a memória do Ultimato britânico de 1890 estava ainda fresca na população, mau grado a renovação do tratado aliança anglo-britânico em 1899, mediante o qual a Inglaterra se comprometia a respeitar o património colonial português.

Convencidos como estavam que a participação na guerra não tinha outro objectivo que não fosse a consolidação do regime a nível internacional, os monárquicos opuseram-se a ela. Não acreditavam que o Ultramar estivesse em perigo e exigisse tal sacrifício, que a aliança inglesa o exigisse, nem que nos acordos de paz finais viéssemos a ganhar grande coisa, como se verificou.

Além do mais, o risco para as colónias portuguesas tanto vinha da cobiça alemã, como da cobiça inglesa, esta última ainda bem patenteada no caso do Mapa Cor de Rosa. Além disso, o acordo anglo-germânico para a partilha do Ultramar português de 30 de Agosto de 1898, fora renovado a 8 de Agosto de 1913, mas sustido pela reactivação da aliança anglo-portuguesa, nesse ano.[6]

A partilha das colónias portuguesas havia sido objecto de acordos entre a Inglaterra e a Alemanha. Primeiro, no tratado anglo-alemão de 1898 (Moçambique seria dividido entre norte – alemão – e sul – inglês – e a Alemanha ficaria ainda com parte de Angola), estabelecido para impedir que a Inglaterra se apropriasse sozinho do império colonial português, como forma de pagamento do empréstimo inglês ao governo português. A crise

[4] Logo em 10 de Agosto de 1914, nos primeiros dias da guerra, já D. Manuel II felicitava Churchill pelo sucesso da marinha britânica (Fernando Amaro Monteiro, *D. Manuel II e D. Amélia, Cartas Inéditas do Exílio*, Lisboa, Estampa, 2012, p. 193).

[5] Dois dos seus filhos mais velhos foram alistados, um no exército alemão (D. Miguel), outro no Exército austríaco (D. Francisco José, que morreria em Ischia, prisioneiro dos aliados). Por esse facto tiveram de renunciar aos seus direitos ao trono, dando a D. Duarte Nuno a primazia.

[6] Cr. Memórias do último embaixador alemão em Portugal Friedrich Rosen, *Declarei a guerra que não queria. Memórias de Portugal do Embaixador Alemão*, Lisboa, Aletheia, 2021.

financeira e a bancarrota de 1892 ditaram a necessidade do empréstimo externo, que seria garantido pelos rendimentos alfandegários das colónias. A Inglaterra e a Alemanha partilhariam as alfândegas e, no caso de não pagamento da dívida, se tornariam em zonas de influências dessas duas potências.

Após a implantação da República, e perante a instabilidade da autoridade em Lisboa, Londres e Berlim voltaram a discutir a partilha da África portuguesa, intrometendo-se também a França nessas pretensões. O acordo foi assinado a 8 de Agosto de 1913. As colónias serviam aos ingleses como compensação colonial para os projectos imperialistas dos alemães. Angola e S. Tomé e Príncipe, bem como o norte de Moçambique, passariam para mãos alemãs, o resto para a Inglaterra[7].

Por outro lado, a aliança inglesa era vista como âncora para salvar o país do perigo espanhol. Afonso XIII queria derrubar a República e intervir, alegando não poder permitir um foco de tamanha instabilidade social e política. Para tanto, precisava da aquiescência inglesa. A Inglaterra, contudo, dera garantias de preservação da integridade territorial portuguesa sem prometer defesa terrestre das fronteiras. Além disso, os interesses de Espanha, não eram compatíveis com os de Inglaterra, que impedia não só a recuperação de Gibraltar, mas também a anexação ou a simples intervenção em Portugal. Por outro lado, o perigo espanhol vinha, ao mesmo tempo, do apoio às ameaças restauracionistas vindas de Espanha, de que as incursões de Couceiro haviam sido exemplo. Era, como dizia Luis de Magalhães, "uma questão de regime"[8]. Uma participação portuguesa na guerra pela Entente, contrariava os interesses da neutralidade espanhola.

Para a grande maioria dos monárquicos, defender a intervenção era defender o regime republicano, e combater a república implicava combater a ideia de participação na guerra. O triunfo que mais ajudaria a restaurar a monarquia seria o dos Impérios centrais, já que a Inglaterra nada fizera para impedir a consagração da República[9].

---

[7] Cf. Friedrich Rosen, *Declarei a guerra que não queria. Memórias de Portugal do Embaixador alemão*, Lisboa, Aletheia, 2018; e também Gomes da Costa, *A Batalha do Lys*, Porto, Renascença Portuguesa, 1920, p. 12.

[8] Magalhães, L., *Portugal e a Guerra*, Coimbra, França & Arménio, 1915, p. 34.

[9] Marquês de Lavradio, *Memórias do Sexto…*, Lisboa, Ática, 1947, p. 249.

"A grande maioria dos monárquicos portugueses, nessa guerra, — disse-o o Marquês de Lavradio — eram germanófilos, já porque acreditavam que a vitória do *Kaiser* traria a Portugal a restauração da monarquia, já porque estavam convencidos de que a Inglaterra ajudara a implantação da república e a favorecia".

Outro sector monárquico, mais próximo de D. Manuel II, entendia, pelo contrário, que só a aliança inglesa preservaria Portugal do risco espanhol, no continente, e do risco alemão, nas colónias. "O perigo espanhol — dizia por exemplo o Conde de Mangualde — só desaparecerá com a derrota alemã, pois quem se opõe à invasão é a Inglaterra. (…) Só depois da derrota alemã, ou sua proximidade, é que se pode pensar em política [monárquica]"[10].

A República — ou melhor o partido democrático de Afonso Costa — tudo fez para envolver Portugal na Guerra. O governo queria o reconhecimento internacional da República, e a isso sacrificou o povo português. A intenção era subordinar o país à hegemonia dos democratas. Daí, a enorme subserviência ao governo de Londres, cedendo à opinião pública republicana, e sacrificando o interesse nacional.

João Chagas, a partir de Paris, insistia na declaração de guerra, alegando que a nossa indecisão provocava grande animosidade. E sublinhava a "superioridade moral" da nossa intervenção, comparada com a covardia da neutralidade espanhola numa guerra europeia das democracias contra os impérios.

Os ingleses, por seu lado, não queriam a nossa participação, porque conheciam a nossa impreparação e sabiam que teriam de vir em nosso auxílio. A Inglaterra não exigia de nós a entrada em guerra, apenas pretendia que combatêssemos em Africa os alemães. E a Alemanha não desejava um conflito connosco, fazendo vista grossa a actos que praticássemos em benefício da Inglaterra.[11]

Os monárquicos, conhecedores destas posições, resistiram à intervenção e, aproveitando a amnistia, regressaram ao combate político, tentando dotar-se de uma organização. Como escrevia Paiva Couceiro, em finais de 1914,

---

[10] Carta a Sua Mulher, *Memórias da Condessa de Mangualde. Incursões Monárquicas 1910–1920*, Lisboa, Quetzal, 2002, p. 111.

[11] Era essa a opinião de Brito Camacho (Cf. António Cabral, *Em plena República*, p. 230).

"a expedição a França que lá projectam, acho-a uma simples *chantage* da República que quer consolidar-se à custa dos desgraçados"[12]. Mas não conseguiram evitar a desunião interna, motivada pelos diferentes projectos estratégicos que opunham os *constitucionalistas*, fiéis à Carta, aos *legitimistas* e *integralistas*, que começavam a apostar numa superação do modelo do parlamentarismo.

Quando a guerra eclodiu, os monárquicos estavam em febril actividade conspirativa para derrubar o regime, seu principal objectivo. A avaliação da atitude perante a guerra, estava inevitavelmente condicionada por este objectivo.

1. A ECLOSÃO DA GUERRA E A NEUTRALIDADE DA REPÚBLICA

Logo que a guerra rebentou na Europa, o governo republicano pretendia manter a neutralidade. Era, ao tempo, um governo empossado pelo presidente Arriaga, sob ameaça de demissão, a 10 de Fevereiro, para, durante um período de acalmação, discutir o orçamento, rever a Lei da Separação, e preparar novas eleições, procedendo a uma amnistia para crimes políticos, e presidido por Bernardino Machado.

O governo inglês pedira, aliás, ao governo português que mantivesse a neutralidade, mas sem a declarar, para ter margem de liberdade de alterar a sua posição, se fosse necessário accionar a aliança, caso se registasse um ataque alemão às colónias portuguesas. Embora contasse com Portugal em caso de necessidade, a Inglaterra desejava evitar que Portugal fosse envolvido na guerra[13]. Preferia que este conservasse as suas forças para a defesa do continente. Não precisava do auxílio português em África. Defender-nos-ia de um ataque alemão em África, por mar, embora não podendo garantir fronteiras terrestres das colónias portuguesas e de Portugal. Aprovava, contudo, as medidas de Lisboa de defesa colonial.

[12] Menezes, F. R. (org.) *Paiva Couceiro, Diários, Correspondência, Escritos dispersos*, Lisboa, D. Quixote, 2011, p. 257.

[13] Cf. Teixeira Gomes ao Ministro Freire de Andrade em Agosto de 1914, (*Livro Branco*… p. 25).

A 8 de Agosto, porém, o governo envia ao parlamento português uma declaração onde sublinha os deveres de amizade que decorrem da aliança inglesa, designadamente estar incondicionalmente ao lado da Inglaterra. Esta declaração embaraçou o próprio governo inglês.

Em meados de Agosto, o governo britânico pediu autorização ao de Lisboa para passagem de tropas britânicas, através de território moçambicano de Chinde, para reforçar a Niassalândia, que lhe foi concedida. Ao norte, o governo da República queria reaver Kionga, portuguesa pelo tratado luso-alemão de 1886, tomado pelos alemães em 1894.

Em Berlim, Sidónio Pais assegurava ao governo do *kaiser* a orientação de Lisboa se pretender conservar fora do conflito, embora os alemães se persuadissem que, "mais tarde ou mais cedo", Portugal teria "de participar na guerra", calculando que tal participação não fosse a seu favor. Mas, "cada dia que passa, aumenta a probabilidade de não entrarmos no conflito"[14], escrevia o futuro presidente.

João Chagas, de Paris, criticava, por seu lado, a ambiguidade portuguesa, e pressionava para que governo português tomasse posição perante a guerra. Recordava que no final da guerra, segundo as declarações de um ministro francês, "a distribuição dos benefícios, será proporcional aos sacrifícios, a parte de cada um será proporcional aos esforços, cada um receberá segundo a sua contribuição"[15].

Em começos de Setembro o ministro português dos Estrangeiros, Freire de Andrade, explicava a Sidónio Pais, em Berlim, a posição do governo: "Portugal não declara a neutralidade, porque sendo aliado da Grã-Bretanha, está na disposição de cumprir firme e lealmente os deveres que daí lhe advierem, desde que for solicitado. O nosso desejo é mantermo-nos estranhos ao conflito. Não hesitaríamos em tomar parte nele sob invocação da aliança, quando a Inglaterra no-lo solicitasse, mas fora dessa obrigação de lealdade procederemos como neutrais. Regulamo-nos pelos nossos compromissos para com a Inglaterra e pelos nossos interesses próprios"[16].

[14] *Ibidem*, p. 19.
[15] *Ibidem*, p. 27.
[16] *Ibidem*, pp. 36-37.

Em finais de Setembro, porém, o governo francês pediu armas a Portugal, mais concretamente peças de artilharia, com apoio inglês. O governo português respondeu que só podia ceder armas com homens, e que o exército encarava mal que essa colaboração portuguesa fosse de uma arma só: no caso, artilharia. Se a Inglaterra concordasse, e o solicitasse, poderia seguir uma divisão, dois regimentos de infantaria, a acompanhar a artilharia. Mas Portugal só entraria na guerra a pedido da Inglaterra.

O governo inglês aconselhou o português a não declarar guerra antes de fazer embarcar essas forças. Temia-se um levantamento monárquico se fossem cedidas armas e forças militares para um país estrangeiro.

A 14 de Outubro de 1914, porém, já o ministro dos Estrangeiros, Freire de Andrade, comunicava a vários embaixadores portugueses que "é quase certo Portugal entrar brevemente na guerra como aliado Inglaterra"[17]. Para tanto, o governo decidiu, a 15 de Outubro, começar a mobilização parcial de uma ou duas divisões, e preparar material e tropas a enviar, para satisfazer um pedido inglês[18] e recomendou para Berlim que os portugueses deixassem a Alemanha[19]. Entretanto, o embaixador alemão apresentava queixa em Lisboa contra atitude hostil que o Governo vinha tomando desde o começo da guerra[20].

Mas o governo inglês nada queria pedir ao governo português que pudesse quebrar a neutralidade nesse momento[21]. Pediu, por isso, ao governo português que não se comprometesse com uma declaração de guerra, antes do envio dos canhões[22].

Uma delegação do Estado Maior português foi conferenciar com uma representação do Estado Maior britânico, a Londres, em finais de Outubro.

É nessa altura que, a 20 de Outubro de 1914, se dá a revolta monárquica de Mafra, chefiada pelo Major Rodrigues Nogueira. O levantamento, que traduzia o enorme desconforto que grassava nas fileiras do exército perante

[17] *Ibidem*, p. 51.
[18] *Ibidem*, p. 51.
[19] *Ibidem*, p. 54.
[20] *Ibidem*, p. 50.
[21] *Ibidem*, p. 59.
[22] *Ibidem*, p. 60.

a iminência do envio de militares para a frente, exprimia claramente um sentimento anti-britânico. Libertar Portugal da guerra implicava sacudir o jugo inglês sobre o país e o regime. Rodrigues Nogueira será julgado e expulso do país por três anos. Centenas de monárquicos voltaram às prisões, e os seus jornais foram, uma vez mais empastelados.

A imprensa lisboeta, de forma agressiva, incentivava à entrada na guerra, acusando o ministro dos Estrangeiros de ser germanófilo, traidor e medroso[23].

O governo temia que, se Portugal declarasse guerra, tudo levava a crer que a Alemanha invadiria Angola. Por isso, dizia o ministro dos Estrangeiros, Freire de Andrade a Teixeira Gomes: "as nossas tropas muito melhor serviço fariam ali do que em França, visto que neste país elas seriam apenas uma gota de água no oceano de homens que lá combatem enquanto que, em Angola, não só defenderiam a nossa terra, como auxiliariam eficazmente os ingleses do Cabo"[24]. E acrescentava: "a grande maioria da Nação, pronta a cumprir os deveres da aliança inglesa, não tem desejo algum de beligerância, como que antevendo os sacrifícios enormíssimos que ela trará a um país como o nosso, pobre de recursos financeiros, com o seu exército em vias de organização, e sabendo que dessa beligerância nenhum proveito provável se antevê"[25].

O governo inglês, a 9 de Novembro de 1914, registava "os oferecimentos frequentes e espontâneos que tem recebido do governo português desde o começo da guerra" para pôr "a sua força de terra e mar à disposição do governo de S. Majestade", logo que este exprimisse tal desejo, mas recomendava que o governo português não declarasse guerra, enquanto não estivesse de facto em condições de pôr as suas forças em campanha[26].

Teixeira Gomes, de Londres, reconhecia a 14 de Novembro de 1914, que "certamente não havia na Europa nação cujos interesses fossem mais contrários, do que os de Portugal, ao estado de guerra, para o qual de resto, não tínhamos o mínimo preparo. Na situação financeira em que se encontrava o

[23] *Ibidem,* p. 67.
[24] *Idem.*
[25] *Idem.*
[26] *Ibidem,* p. 81.

nosso país, o preparo imediato para a guerra, em tempos normais, implicaria a inevitável ruína; no caso de guerra entre as grandes potências, com as fatais consequências de queda de receitas, carestia de géneros de primeira necessidade, paralisação na indústria, suspensão de exportações, etc., não seria preciso que declarássemos a beligerância para desde logo antevermos o espectro da miséria e pensar então em adquirir material de guerra conveniente, em competência com as nações fortes e ricas, seria sonho ridículo".

"Só havia, pois, duas contingências que nos poderiam envolver num conflito armado: ataque por parte de qualquer potência, a nós directamente, ou à Inglaterra e quando esta nos pedisse auxílio. Uma e outra eram extremamente improváveis". Portugal seria, nas colónias, a primeira vítima da Alemanha vitoriosa[27].

O ministro da Guerra opunha-se ao fornecimento de munições, que lhe faziam falta, até porque o governo francês se responsabilizara a fornecer munições. Mas, em 20 de Novembro, partiam 56 canhões para França. O Governo inicia a mobilização sem dizer o motivo[28] e o presidente Arriaga queixa-se de não ter sido informado sobre tal decisão[29].

O governo inglês adverte o português que não precisa de romper a neutralidade para responder aos ataques alemães em África, que também não precisaram de declarar guerra para essas acções. Podem os portugueses imitar os alemães[30].

A 23 de Novembro, o Congresso autoriza o governo a intervir militarmente ao lado da Inglaterra quando e como julgar necessário. É assinado o decreto de mobilização de uma divisão (20 000 homens), para seguir para França, quando estiver preparada, de acordo com governo inglês.

Perante esta autorização do parlamento, a Alemanha começa a considerar os portugueses como inimigos sem declaração de guerra.

Em Angola dão-se os primeiros incidentes de Naulila (no Cunene) a 24 de Agosto. Perante a concentração de tropas portuguesas na fronteira,

---

[27] *Ibidem*, p. 83.

[28] *Ibidem*, p. 96.

[29] Arriaga, M., *Na primeira Presidência da Republica Portugueza. Um rápido relatório*, lisboa, Clássica Editora, 1916, p. 132.

[30] *Ibidem*, p. 97.

uma patrulha alemã, procede a um reconhecimento militar, entra em território angolano com uma carta para o sub-comandante de Naulila e é morta pelas autoridades, em pleno banquete que é oferecido em sua honra.

A 31 de Outubro, como reacção, e por julgarem estar declarada guerra, atacaram Cuangar (no Cuango), no sul de Angola, sem ordens do governo alemão, provocando baixas, e assassinando os feridos. O Cônsul alemão apresenta desculpas ao governador de Angola, que manda recolher alemães em Luanda.

Outros combates entre patrulhas portuguesas e alemãs se registam no sul de Angola, dias depois. A 19 de Novembro alemães invadem Angola, em estado de guerra sem declarar guerra. Seguidamente entre 800 e 1000 alemães invadem sul de Angola, destruindo vários postos. O governo português reclama em Berlim, explicações e indemnizações.

Também em Moçambique, em finais de Agosto, os alemães atacaram o posto de Maziúa. E em começos de Dezembro de 1914 partia uma expedição militar para Angola. Como dizia Machado Santos, "o governo de Bernardino Machado, para não descontentar os partidários da guerra, enviou duas expedições à Africa, insuficientemente organizadas, e para não descontentar os partidários da paz, deu aos governadores ultramarinos e aos comandantes das forças expedicionárias, instruções de neutralidade"[31].

Entretanto, súbditos alemães são aprisionados em barcos portugueses, em águas territoriais portuguesas, por navios de guerra britânicos. O governo contemporizador de Bernardino Machado, porém, caiu sem decidir nem pela beligerância nem pela neutralidade. Manuel de Arriaga, chama então de novo os democráticos ao poder, cedendo Afonso Costa a presidência do governo a Azevedo Coutinho.

2. O "GOVERNO DOS MISERÁVEIS" ACELERA A INTERVENÇÃO

A 12 Dezembro de 1914 toma posse o governo de Victor Hugo Azevedo Coutinho, que presidia à Câmara dos Deputados, também conhecido pelo "Governo dos miseráveis de V. Hugo", com Augusto Soares nos Estrangeiros,

[31] Santos, M., *A Ordem Pública e o 14 de Maio*, Lisboa, Liberty, 1916, p. 50.

que durará pouco mais de um mês. A preparação para a guerra iria acelerar. O intervencionismo fazia estrada larga. Os incidentes africanos com tropas alemãs iriam ajudar.

Logo a 14 de Dezembro, o embaixador alemão em Lisboa pede explicações ao novo governo sobre a ordem de concentração em Luanda de todos os alemães residentes em Angola. Há combates entre patrulhas portuguesas e alemãs no sul de Angola no dia 20 de Dezembro, que demonstram que os alemães nos tratam como inimigos, invadindo Angola sem declaração de guerra, como reconhece o novo ministro Augusto Soares a Teixeira Gomes em Londres, desde a decisão no Congresso. "Estimaria o governo português continuar a ser considerado neutral para assim poder concentrar forças bastantes em Africa e adquirir material de guerra para si e para os aliados se estes precisassem do seu intermédio, mas as agressões em Angola podem determinar em Portugal corrente de opinião que force Governo considerar-se estado de guerra mais cedo do que lhe convenha"[32].

O Governo português formula diplomaticamente reclamações e pede reparações ao governo de Berlim. A intenção de adiar a beligerância pode ser precipitada pelos acontecimentos de Angola, e obrigar a um efectivo estado de guerra, diz o Ministro a Teixeira Gomes, pedindo opinião ao governo inglês[33]. Ora o governo inglês manifestou por várias vezes o desejo de que não declarássemos guerra, mas com os incidentes de Angola, a Alemanha parece ter rompido a paz, obrigando o governo português a declarar o estado de guerra. Londres recorda, porém, que nada decorre neste caso dos deveres de aliança, por conseguinte, qualquer decisão nessa matéria será da responsabilidade do governo português[34].

Da Haia, o embaixador português, Bartolomeu Ferreira, comunicava que o "Governo alemão não deseja guerra connosco". A ideia geral nos círculos militares e civis em Berlim é que "Portugal não tem nada a ganhar em entrar em guerra. Não se pensa exigir coisa alguma a Portugal se ele se abstiver. Mas entrando, todos dizem que, se a Alemanha vence, perderemos Angola"[35].

[32] *Livro Branco…*, p. 114.
[33] *Ibidem*, p. 116.
[34] *Ibidem*, p. 122.
[35] *Ibidem*, p. 129.

De Berlim, Sidónio Pais informava a 12 de Janeiro que o "governo alemão considera nossa reclamação pretexto que procuramos para a guerra, na qual segundo lhe consta nós já resolvemos e declaramos entrar e diz que se queremos guerra a façamos que a responsabilidade será nossa"[36].

A 5 de Janeiro de 1915, de Londres, as instruções do *Foreign Office* iam no sentido de "aconselhar que o governo Português se abstenha, tanto quanto possível, de declarar a guerra, mas tome todas as medidas que julgue necessárias à defesa do país"[37].

O governo alemão responsabilizava o português pelas dificuldades de comunicação com o Sudoeste africano. Os ingleses solicitam e conseguem autorização para embarcar na Beira, em Moçambique, tropas para a Rodésia do Sul em Fevereiro de 1915. São levados para Luanda prisioneiros alemães, quer civis, quer militares, entre os quais o vice-cônsul em Moçâmedes, convidado a abandonar o território.

* * *

A 15 Janeiro de 1915, o presidente Arriaga convoca um Conselho de Estado informal, ou seja, um conjunto de personalidades para os ouvir sobre se o país está em condições de satisfazer compromissos militares, caso Inglaterra o solicite, reconhecida a "pobreza dos nossos recursos militares" e, se declarada a nossa beligerância, "poderá contar com o apoio de todos".

O ministro das Colónias chamou a atenção que a intervenção em África pode dificultar o envio de forças para a Europa e o ministro da Guerra informou que por causa das expedições para África havia falta de munições e armamentos, mas que em Abril-Maio o país estaria em condições de responder a um eventual apelo inglês.

Augusto de Vasconcelos sugeriu que nos desobrigássemos de compromissos com a Inglaterra e o presidente Arriaga "deve ter compreendido que, em tais circunstâncias, era impossível enviar tropas para a frente ocidental,

[36] *Ibidem*, p. 133.
[37] *Ibidem*, p. 131.

mesmo que as tivesse. Também deve ter tido conhecimento da crescente tristeza e irritação no Exército devido ao propósito de intervenção na guerra (era esta ainda a política oficial) e à constante interferência civil em assuntos militares", comenta Vincent-Smith[38].

Nesse meio tempo, algumas unidades levantam-se contra a participação na guerra, como Cavalaria 3 de Estremoz, que deveria partir para Angola.

3. MOVIMENTO DAS ESPADAS: PIMENTA DE CASTRO TRAVA A PREPARAÇÃO

A nomeação do governo dos "miseráveis", provocara a imediata demissão de deputados unionistas, ficando o senado sem quórum para poder funcionar. No entanto, o mesmo Congresso aprovara a proposta de mudança da lei eleitoral dos democratas, que retirava o direito de voto aos militares.

Dezenas de oficiais vão então entregar as suas espadas ao presidente Manuel de Arriaga, 20 Janeiro de 1915, protestando contra a espionagem e a intromissão civil nos quartéis, feita sobretudo pela "formiga branca" e contra a lei eleitoral de 11 de Janeiro, que os excluía do voto. Entre eles, Machado dos Santos entregou a espada da Rotunda. Ninguém podia considerar monárquica essa manifestação.

Os "miseráveis" ainda pensaram num golpe de Estado, assaltando o Palácio de Belém, e fazendo um massacre de oficiais nas paradas dos quartéis, segundo acusação de Machado dos Santos[39].

O Presidente Arriaga chama então Pimenta de Castro a Belém, representante dos oficiais que entregaram as espadas, e encarrega-o de formar governo. O golpe de Estado que contra ele preparou o governo cessante foi desarmado, sendo presos alguns dos que o planeavam. Arriaga, em carta a Jacinto Nunes, diz que Azevedo Coutinho lhe reclamou a "suspensão das garantias e a ditadura na mais lata acepção da palavra"[40].

---

[38] Vincent-Smith, J., *As Relações Políticas Luso-Britânicas, 1910–1916*, Lisboa, Horizonte, 1975, p. 110.
[39] *Op. cit.*, p. 57.
[40] Arriaga, M., *op.cit.*, p. 157.

A 25 de Janeiro, Pimenta de Castro formou governo extra-partidário, apoiado por António José de Almeida e Brito Camacho, sustentando os preparativos da intervenção. Rodrigues Monteiro é o novo ministro dos Estrangeiros. E Teixeira Gomes assume a pasta do Interior.

Tenta atrair os monárquicos, contra o partido democrático de Afonso Costa, que logo começam a preparar a revolução, pondo a circular boatos que Pimenta de Castro era germanófilo e que iria trazer do exílio Paiva Couceiro, João de Azevedo Coutinho e o Pe. Domingos de Cabeceiras de Basto. Era a tentativa de formar um partido republicano conservador, e de evitar o divórcio entre o Exército e a República.

Efectivamente, franqueou o país aos monárquicos, porque também eram portugueses, segundo ele, publicando a 20 de Abril de 1915 – o Decreto da amnistia[41] que motivou forte reacção dos Democráticos.

Regressaram ao país Azevedo Coutinho, João de Almeida, Paiva Couceiro, e guerrilheiros Pe. Domingos Pereira de Cabeceiras e Pe. Júlio Barroso, seu companheiro, e outros indultados.

Procura desanuviar a "questão religiosa", reconciliando o regime com a Igreja, eliminando as medidas mais agressivas. A 18 de Fevereiro faz sair o Decreto sobre as cultuais, devolvendo aos crentes a administração das igrejas, que as juntas que dirigiam os serviços das igrejas continuavam a manter fechadas. Restituiu assim aos católicos a administração dos bens e dinheiros destinados ao culto, e abriu as igrejas.

A intenção de Pimenta de Castro era a de promulgar nova lei eleitoral, convocar o Congresso saído dessas eleições, e deixar o governo, repondo o equilíbrio político do país, até aí radicalizado.

Nesse sentido, apresentou e fez aprovar, a 24 de Fevereiro, uma nova lei eleitoral, semelhante à de 1884, que visava alargar o sufrágio e introduzir o sistema uninominal. Dá-se voto aos militares, que haviam sido excluídos dele pela lei de 11 de Janeiro de 1915, e motivara o movimento das espadas, e os círculos eleitorais passaram a ser os distritos administrativos, deixando de ser definidos à vontade de qualquer ministro. Os democráticos temiam que o acto eleitoral se tornasse num plebiscito, e que com ele se restaurasse a

[41] Martins, R., *Pimenta de Castro, Dictador*, Lisboa, Oficinas Gráficas do ABC, s/d, Opp. 157 e ss.

monarquia[42], e se alterasse a política externa[43]. As novas eleições foram marcadas para dia 7 de Março.

Enquanto altas patentes do exército homenageavam Pimenta de Castro, no dia 27 de Fevereiro, os democráticos tentavam reunir o Congresso, a 4 Março de 1915, para adiar as eleições, que temiam fossem "favoráveis aos contrários" e para prolongar o prazo da legislatura. O Congresso foi cercado por militares, para impedir a entrada de deputados e senadores, pois já tinha terminado a legislatura de 3 anos.

Impedidos de entrar no parlamento, os democráticos fizeram um simulacro de sessão legislativa na Mitra.

4. OS MONÁRQUICOS ORGANIZAM-SE POLITICAMENTE

Pimenta de Castro queria reequilibrar politicamente o País, arrancando-o ao radicalismo democrático. Para isso decide dar oportunidade política aos monárquicos, procurando desse modo contrapesar a influência dos radicais. A perspectiva da proximidade eleitoral mobilizou os monárquicos, que procuraram organizar-se.

Em Março de 1915, é criado na Rua António Maria Cardoso o Centro Monárquico de Lisboa, "Rainha Augusta Vitória". João Arroio (crítico d'el Rei D. Carlos, tenta organizar e liderar a causa monárquica, mas encontra oposição interna). A questão dinástica foi aberta nos jornais *A Nação* conta o *Nacional* (dirigido por Aníbal Soares)[44].

Só em 17 Abril de 1915 é criado o Centro Monárquico de Lisboa presidido pelo Duque de Palmela, por indiciação de José de Arruela, e de cuja direcção política faziam parte Aires d'Ornelas, António Cabral, Conde de Castro Solla, José de Azevedo Castello- Branco, D. Luís de Castro, Dr. João Ulrich, e Dr. João Albino de Sousa Rodrigues e o Dr. António Horta Osório.

---

[42] Castro, J. P., *O Ditador e a Affrontosa Dictadura, Weimar*, 1915, p. 21.
[43] Martins, R., *op.cit.*, p. 45.
[44] Cf António Cabral, op.cit., p. 247 e ss.

O Presidente da Assembleia Geral era o Conde de Bertiandos[45], e os secretários o Conde de Mangualde e o capitão Artur Sobral Figueira. Na inauguração estiveram presentes mais de 500 pessoas[46].

Outros centros monárquicos foram criados em Baião, Guarda, Marco de Canavezes, Leiria, em Coimbra.

No dia 6 de Maio, dá-se a Sessão de abertura do Centro Monárquico (D. Carlos), na Travessa dos Remolares, 30, 2.º, presidida por António Cabral, Marquês de Ficalho e o representante das Juventudes Fernando Pisarro.[47]

Em Coimbra, em Maio, numa sessão no Teatro Sousa Bastos, presidida pelo Conde de Bertiandos, e na presença de João de Almeida, foi criado o Centro Monárquico, tendo sido orador Luis de Almeida Braga, Homem Cristo e Garcia Pulido e Pires de Lima. Houve tumultos e desacatos provocados pelos democráticos da cidade, que apedrejaram um automóvel.

Os monárquicos integralistas apresentam-se a público com as Conferências na Liga Naval, em torno da Questão Ibérica, iniciadas a 7 de Abril: António Sardinha, Hipólito Raposo, Luís de Freitas Branco, Pequito Rebelo, Rui Enes Ulrich, A. Xavier Cordeio, Vasco de Carvalho e Luís de Almeida Braga[48]. É uma afirmação nacionalista, em resposta às ameaças anexionistas da vizinha Espanha. As conferências seriam interrompidas com a revolta democrática do 14 de Maio[49].

Faltava, porém, uma direcção nacional aos monárquicos. Por isso instaram junto de D. Manuel que nomeasse uma Direcção Política. O Rei, perante a complexidade da situação hesitava, o que levou a que a questão dinástica fosse suscitada na imprensa monárquica.

Outra intenção tinha o governo de Pimenta de Castro: suster o processo de entrada em guerra ao lado da Inglaterra, promovido pelo anterior governo:

"A Inglaterra declarou guerra à Alemanha sem nos ouvir", — argumentava Pimenta de Castro — nem nos dar aviso prévio, sem connosco se importar coisa alguma. E assim como era evidente (…) que ela não nos ajudaria numa

[45] Cf. Rocha Martins, *Pimenta de Castro*, p. 143
[46] Rocha Martins, ibidem, p. 143
[47] Cf. Rocha Martins, *Pimenta de Castro*, p. 176
[48] *Em plena*…p. 312
[49] *A Questão Ibérica*, Lisboa, Tip. do Anuário Comercial, 1916.

guerra que de motu próprio declarássemos a alguma nação, também nós não tínhamos nem temos de ir agora em seu auxílio. Não havia nem interesse nem conveniência que nos atraísse, nem honra nacional ofendida que à guerra nos obrigasse, e muito menos o combate contra nações, que nos não ofenderam nem provocaram. Ir hoje para a guerra europeia, não é o mesmo que andar na farsada das escolas de repetição, nem o mesmo que ir combater o gentio nas nossas possessões. E Portugal está desprovido dos elementos e dos preparos indispensáveis para se afoitar a uma guerra com países civilizados. Nem existiam cláusulas que a tanto nos obrigassem, como falsamente, com tanto afã e com fins porventura inconfessáveis, propalaram pelo país"[50].

Por isso o governo de Pimenta de Castro recusou-se a continuar a presentear a nossa fiel aliada com armamento do nosso exército (no valor de 2 700 contos), porque este ficava em condições de não poder salvar a pátria. A entrega desse material de guerra foi feita sem contrapartidas, de graça. Não alimentou a "efervescência da ida para a guerra", porque "desnecessária" e "desastrada". O governo era acusado de não continuar com a mobilização de forças.

Não se compreendia que a Inglaterra quisesse o auxílio de guerra português, mas sem tropas. O governo português pergunta ao de Londres, em Março de 1915, se em Angola deve manter-se na defensiva ou se deve prosseguir em operações ulteriores de acordo com a Inglaterra.

Sidónio Pais, a 25 de Março, informa de Berlim que a "Alemanha não deseja guerra connosco", e que este era o momento para resolver questões com a Alemanha, como a delimitação de fronteiras em África[51].

Um vapor alemão é apresado e desviado pelos ingleses, em plenas águas territoriais de Moçambique, em Dezembro de 1914. E na Horta os navios alemães, ao contrário dos ingleses, estão proibidos de se abastecer de carvão e os cabos alemães de comunicações telegráficas entre o Faial e Nova Iorque foram suspensos por tempo indeterminado, em Março de 1915. A Madeira é utilizada como ponto de apoio da marinha britânica.

Há oficiais portugueses feitos prisioneiros de guerra pelos alemães, no Sudoeste africano, que partem do Cabo, na África do Sul, para Lisboa.

---

[50] Castro, J. P., *O Dictador e a Affrontosa Dictadura, op.cit.*, p. 30.

[51] *Livro Branco…*, p. 164.

Protestava o Embaixador alemão em Lisboa que, não estando em guerra, não podiam as autoridades portugueses manter prisioneiros militares alemães[52].

5. O 14 DE MAIO – OS DEMOCRATAS RELANÇAM O INTERVENCIONISMO

Inconformados com o reequilíbrio político de Pimenta de Castro, os democráticos promovem uma revolução que o derruba e o desterra para os Açores. Navios de guerra, fundeados no Tejo, alvejaram edifícios públicos obrigando o governo a cair. A Revolução de 14 de Maio de 1915 foi mais violenta que o próprio 5 de Outubro. O número de vítimas, muito superior, subiu acima dos 150 mortos e contaram-se mais de mil feridos. Particularmente visados, de novo, monárquicos e católicos, desta vez acompanhados por republicanos, moderados e conservadores.

João Chagas é ferido, e não chega a formar governo, para que fora convidado. É substituído por José de Castro. Alguns dos ministros anunciados recusam as pastas (Alves da Veiga nos estrangeiros e Basílio Teles na Guerra).

Uma das disposições do Manifesto do 14 de Maio era "encerrar os centros monárquicos e marcar prazo aos cabecilhas e agitadores monárquicos para saírem do país"[53]. Couceiro teve de sair do país.

Vários navios de guerra estrangeiros, entre os quais alguns espanhóis, aparecem no Tejo, para incutir respeito à populaça e proteger as colónias estrangeiras em Lisboa. O risco de ameaça espanhola aumentou. O novo governo pediu a retirada desses barcos espanhóis.

No dia 27 de Maio, o Congresso reúne-se e valida a acta da sessão da Mitra. Dois dias depois, Manuel de Arriaga, isolado, demite-se. Explica que o rompimento do partido democrático com ele se deveu apenas ao facto de ter convocado a reunião do tal Conselho de Estado informal, para o ouvir sobre a política de guerra[54]. É substituído até final do mandato de 4 anos por Teófilo Braga.

---

[52] *Livro Branco, op.cit.*, p. 224.

[53] *O 14 de Maio* por um contemporâneo, Porto, Luzitânia, 1915 p. 283.

[54] Arriaga, M., *op.cit.*, p. 161.

Os democráticos avançam então decididamente para a declaração de beligerância, com um duplo objectivo anti-espanhol e anti-britânico. A Inglaterra pretendia dissuadir o governo português, temendo a reacção espanhola. João Chagas defendia que "a nossa participação na guerra é uma nova Aljubarrota".[55]

* * *

Em Agosto de 1915, recrudesce em Lisboa, o desejo de beligerância. O chefe do governo inglês insiste "que o governo português não deve dar qualquer passo precipitado situação em geral, tanto sobre o ponto de vista político como estratégico"[56]. Além disso, avisam os britânicos que, nesse caso, não poderão fornecer munições de guerra nem assistência financeira[57]. Mas "se, contudo, se der essa ruptura entre Portugal e a Alemanha, deverá ela constituir claramente um caso exclusivo dos dois países, feito no interesse de Portugal e não imposto à Alemanha como uma obrigação de Portugal para com a Grã-Bretanha"[58].

Teixeira Gomes diz mesmo em Londres ao governo inglês, a 6 de Julho de 1915, que acha que chegara o momento de declarar a beligerância, e alega as invasões de território angolano, e os prisioneiros portugueses feitos pelos alemães, e as afrontas alemãs a Portugal. "Encontramo-nos com todas as desvantagens dos beligerantes e sem nenhuma vantagem", com perturbação interna, sem unidade nem força para preparar a defesa." O sub-secretário de Estado inglês objecta ao embaixador português que "se declarassem a guerra corriam o risco de sofrer nas suas colónias os ataques dos alemães". Replica Teixeira Gomes, que um estado de guerra "traria a vantagem de nos servirmos dos navios alemães surtos nos nossos portos, os quais não são menos de oitenta e se vão deteriorando sem proveito para ninguém". O *Foreign Office* "continuava a manter a opinião de que Portugal não precisava de entrar abertamente na guerra"[59], e por isso manifestou o desejo de que não declarássemos a beligerância.

---

[55] Citado por Hipólito de la Torre, *Na encruzilhada…*, p. 175.
[56] *Livro Branco,…*, p. 190.
[57] *Ibidem*, p. 191.
[58] *Ibidem*, p. 191.
[59] *Ibidem*, p. 220.

Em 27 Agosto 1915 é a vez de um levantamento em Braga. Miguel Sotto-Mayor é preso e morto no Governo Civil e, em Outubro, sendo já presidente da República Bernardino Machado, o governo demite-se para permitir ao presidente criar um governo de mais vasto apoio político.

Argumenta Teixeira Gomes, pouco depois, em Dezembro de 1915, que não podíamos continuar a auxiliar a Inglaterra, usando a aparente neutralidade, e que a declaração de beligerância nenhum inconveniente traria à Inglaterra[60]. "A presa dos navios alemães surtos em portos portugueses constituía actualmente a única compensação, embora insignificante, às grandes despesas que a defesa de Angola nos ocasionara", e que o risco de uma declaração de guerra "era nulo"[61].

O governo britânico insistia que essa necessidade de uma ruptura com a Alemanha, apresentada pelo Embaixador português, não era ditada por nenhum dever de aliança com Inglaterra, mas não teria objecção por parte do governo britânico, que garantia a protecção das costas e das colónias portuguesas, mas não munições nem ajuda financeira.

Quanto ao apresamento dos navios alemães, o governo britânico sublinha, a 2 de Fevereiro de 1916, que "não pode justificar tal acção, não sendo os navios precisos para as suas próprias e imediatas necessitadas, mas sendo unicamente tomados para serem transferidos para uso doutros governos". E que se o governo português tivesse "necessidade urgente dum navio" (…) "esse poderia ser adquirido por compra, se bem que o pagamento não seria feito antes do fim da guerra, e caso fosse possível obter consentimento dos proprietários para essa transacção". Mas achando benéfico "impedir que navios que podem ser utilizados, permaneçam desaproveitados", acaba o governo britânico por sugerir dotar o governo português de "poderes para requisitar todos os navios nos portos portugueses", incluindo os navios inimigos[62].

O governo português, reunido em Conselho de Ministros, presidido pelo presidente da República, quer, contudo, que essa requisição dos navios alemães impedidos nos portos portugueses lhe seja significada e proposta pelo governo

[60] *Ibidem*, p. 221.
[61] *Idem*.
[62] *Ibidem*, pp. 231-232.

britânico como direito de aliada. A 17 de Fevereiro, o governo britânico pede ao português, "em nome da aliança, a requisição urgente de todos os barcos inimigos estacionados em portos portugueses, os quais serão usados para o comércio português entre Lisboa e outros portos que poderão ser determinados por acordo entre os dois governos". E dias depois sugere que os armadores alemães apresentem condições para consentirem com tal uso dos seus navios. Se as condições forem rejeitadas, os navios serão requisitados pacificamente, como fez o governo italiano. Se forem aceites, as negociações correm o risco de se prolongar interminavelmente, atrasando uma resolução definitiva.

Pelo que o governo português decide não abrir negociações com os armadores e tomar posse dos navios a 23 de Fevereiro. O Embaixador alemão protesta por "esse acto de força, sem qualquer negociação prévia", e pede a imediata revogação da medida, a 27. O governo alemão comunica ao Embaixador Sidónio Pais que considera "a ruptura de relações inevitável e, como consequência, guerra marítima contra navios portugueses, caso não se reconsidere na medida", suspendendo o decreto e negociando indemnizações com o governo alemão.

O governo português consulta o governo britânico sobre a resposta a dar ao governo alemão: os navios estão sob jurisdição da soberania de Portugal, que precisa deles para o seu comércio marítimo, sendo os proprietários indemnizados em devido tempo.

Sidónio Pais ainda exprime a esperança de que se a resposta portuguesa frisar que os navios não serão para uso dos inimigos mas para satisfazer necessidades do país, não se produza o que porém vem a acontecer: a Alemanha declara guerra a Portugal a 9 de Março, acusando Portugal de apoiar os inimigos da Alemanha, de enviar expedições a Africa para combater a Alemanha, de o governo nada fazer para impedir ou corrigir as grosseiras ofensas ao povo alemão pela imprensa e pelo Parlamento, e de apresar sem negociações os navios alemães em Lisboa, demonstrando desse modo ser "vassalo da Inglaterra" e subordinar tudo aos "interesses e desejos dos ingleses"[63].

[63] *Livro Branco. Portugal no conflito Europeu. 1.ª Parte: Negociações até à Declaração de Guerra. Documentos apresentados ao Congresso da República pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920. p. 254-255.

O governo alemão tenta então influir na política interna portuguesa a seu favor. Numa Reunião na Quinta das Lágrimas, em Coimbra, o Major Rodrigues Nogueira deu a conhecer a uma delegação da Causa Monárquica a intenção do governo da Alemanha de apoiar a Causa a restaurar a Monarquia em Portugal, respeitando a integridade do património colonial, desde que monárquicos evitassem que Portugal entrasse em guerra. A Causa Monárquica, porém, entendeu que devia manter-se estranha aos desígnios do governo alemão[64].

A 7 Fevereiro de 1916 é criada a Comissão Nacional de Apoio aos monárquicos necessitados por António Cabral, que merece o aplauso do Rei D. Manuel II, e no dia 23 Fevereiro de 1916, o governo português apropriou-se dos 70 barcos alemães e 2 austríacos fundeados em Lisboa.

Há actos de pirataria praticados a bordo dos navios alemães e austríacos fundeados no Tejo, noticiados pelos jornais. Desapareceram dali barras de estanho, fardos de papel, e outras mercadorias, no valor de muitas libras[65]. Em resposta, a 9 Março, a Alemanha declara Guerra a Portugal.

6. A POSIÇÃO DO REI D. MANUEL II

D. Manuel II ia seguindo de Londres com preocupação o agravamento da situação internacional e os riscos que daí adviriam para Portugal, para a sua integridade territorial e para as suas colónias.

A Espanha, apesar de também ela dividida internamente, aproxima-se da *Entente*. Afonso XIII visitara Paris e recebera em Madrid Poincaré. E não hesitava em pensar intervir e anexar Portugal. Em Inglaterra, não faltava — nomeadamente Churchill — quem achasse que "a Espanha era estrategica e militarmente mais importante para a Grã-Bretanha do que Portugal e as suas possessões" e, por isso, "sendo impossível a Grã-Bretanha manter boas relações com ambas as nações peninsulares ao mesmo tempo", "a escolha britânica devia ser a Espanha, que podia então ser autorizada ou

[64] Cabral, A., *op.cit.*, pp. 297-298
[65] Cabral, A., *op.cit.*, p. 303.

até encorajada a absorver o seu vizinho"[66], cujo regime republicano não suscitava a menor simpatia.

D. Manuel II, conhecedor destas ameaças de intervencionismo espanhol e de partilha do ultramar português, considerava que os monárquicos deveriam suspender as suas reivindicações partidárias, mormente a da restauração da monarquia, para se unir ao esforço do governo. Na ordem do dia não devia estar a restauração da monarquia, mas sim a salvação de Portugal. Por isso recomenda aos monárquicos que ofereçam os seus préstimos ao governo da república, considerando a situação de guerra.

Numa mensagem enviada aos monárquicos, recomenda que os problemas nacionais se deveriam subordinar à questão da guerra, e pede unidade aos monárquicos sob a sua direcção[67].

Numa carta ao Marquês de Lavradio, escrita no primeiro outono de guerra, confessa que está "com o maior cuidado em Portugal", e que, por isso, "qualquer movimento agora seria simplesmente fatal para Portugal". Não deixa, no entanto, de advertir os monárquicos que tal não significa desistir da restauração monárquica", mas pelo contrário "devemos estar preparados para tudo"[68].

Os monárquicos, envolvidos em preparativos de sublevação para restaurar a monarquia, por via militar, já que a alternativa de uma via eleitoral não existia, tinham dificuldade em compreender a posição do Rei. Não anteviam real perigo que justificasse a intervenção na guerra europeia. E, por isso, prosseguiram na preparação da conspiração que levaria à revolta de Mafra, liderada pelo Major Rodrigues de Freitas, em Outubro de 1914.

Em Inglaterra, D. Manuel envolvia-se com os aliados. Monta um Hospital perto de Londres, em Brighton para tratamento de vítimas de guerra.

Quando Pimenta de Castro é chamado a formar governo em Janeiro de 1915, considera D. Manuel que "as coisas tomaram aí outro caminho que, sem dúvida alguma, será de grande bem para o País se o presente governo durar. Pode-se ter uma séria e grande esperança, mas é necessária uma grande

---

[66] Vincent-Smith, J., *As relações políticas luso-britânicas 1910-1916,* Lisboa, Horizonte, 1975, pp. 43-44.

[67] Cabral, A., *Cartas d'El-Rei D. Manuel II*, 49; Cf. Miguel Dias Santos, p. 277.

[68] *Ibidem*, p. 196.

prudência e não correr a deitar foguetes inúteis. É preciso trabalhar-se, mas com método e disciplina para preparar tudo". Meses depois, achava pelo contrário que "estamos chegando ao "fim do fim"! A última esperança foi-se e só vejo diante de nós um pântano! Que horror, que tristeza, que vergonha! A situação é terrível e escapámos a uma intervenção estrageira por uma unha negra. A Espanha queria-a, a Inglaterra impediu-a. (…) Só um milagre salva aquele País ou então se no fim desta guerra pavorosa a Inglaterra e aliados reconhecessem que é indispensável voltar à monarquia. O meu medo é que a Inglaterra, farta de tão belo aliado, se entenda com a Espanha: todo o meu trabalho agora é impedir tal entendimento"[69]. De facto, em Março de 1915, Churchill assegurava-lhe que os ingleses preservariam a integridade territorial de Portugal se a ameaça de Espanha se concretizasse[70].

O impacto destas mensagens e posições não era grande. O prestígio de D. Manuel II entre os monárquicos diminuíra em extensão e autoridade, pela forma como seguira as incursões. Por isso se queixa ao Marquês de Lavradio: "Os monárquicos não me querem ouvir e fazem sempre o contrário do que lhes digo a bem do Paíz".

"A situação internacional de Portugal é simplesmente angustiosa, pois infelizmente ninguém nos toma a sério. O grande perigo, aquele que me causa pavor, é se a Espanha se entende com a Inglaterra e se entra na guerra ao lado da Inglaterra e da França: o preço dessa colaboração será o nosso desgraçado Paíz. — Por enquanto esse perigo não está iminente e enquanto for humanamente possível evitarei essa intervenção: a Inglaterra por agora está ao nosso lado: mas o que se pode fazer quando há pessoas que dispõem de influência e que me escrevem dizendo que o meu procedimento é ignominioso de pedir à Inglaterra que apoie a república, tendo eu escripto a essa mesma pessoa que se a Inglaterra deixar de apoiar Portugal, por consequência a república, o nosso paíz desaparece !!!"[71]

E perante notícias de um movimento monárquico, que considera uma loucura, lamenta a Lavradio, nos começos de Outubro de 1915:

---

[69] *Ibidem*., p. 199.

[70] *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*, Lisboa, Àtica, 1947, p. 249-250; também Cabral, Op.cit., p. 212.

[71] *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*, Lisboa, Àtica, 1947, p. 250.

"Não me ouvem, não se importam com o que eu digo, e os monárquicos estão avançando quanto podem a ruína completa e absoluta do nosso querido mas tão infeliz Portugal! — Eu, sabe-lo bem, sou contra todo e qualquer movimento antes do fim d'esta tremenda guerra. — O germanofilismo dos monárquicos ser-nos-á fatal."[72]

De facto, eclodem sublevações monárquicas contra quartéis em Braga e Guimarães, no verão de 1915.

Em Dezembro, D. Manuel empenha-se publicamente na causa dos aliados, visitando hospitais militares em França. Em Paris, visita o hospital militar inglês de Versailles, no dia 1, durante mais de duas horas, e conversou com todos os feridos, e o hospital de S. Thomaz de Villeneuve, em Neuillly, onde recebeu a medalha da Cruz Vermelha Francesa, no dia 2, visitou ainda o Hospital russo, o Hospital japonês, dia 3, o Hospital americano de Neuilly, no dia 4 e o Hospital militar belga, em Callais (Bourbourg), a 14[73].

D. Manuel move influências para defender Portugal dos riscos que corre. Churchill, que em 1912 considerava que uma tentativa espanhola de absorver Portugal não feria os interesses britânicos[74], asseverava a D. Manuel II, em Março de 1915, que os ingleses preservariam a integridade territorial de Portugal se ameaçado por Espanha[75].

Empenha-se junto das autoridades britânicas: "Jantei e almocei duas vezes com o primeiro-ministro, com quem falei largamente"[76].

No interior, porém, as recomendações de D. Manuel não são nem entendidas nem aceites com facilidade. Di-lo Luís de Magalhães a D. Manuel II, em Março de 1916: "Há muito tempo que os Seus partidários, só de Vossa Majestade ouvem conselhos de passividade, de retraimento, desaprovação dos seus intuitos, condenação dos seus actos e, agora, o aviso comunitório d'uma pública exautoração". (…) "A impressão que isso causa é, nuns de desgosto profundo, n'outros de irritação, no geral d'um radicado convencimento de que Vossa Majestade se desinteressa da Causa que representa e

[72] *Op.cit.*, p. 212.
[73] Cartas de D. Manuel II a D. Amélia, in Fernando Amaro Monteiro, *op. cit.*, p. 57 e ss.
[74] Vincent-Smith, J., *op.cit*, p. 92-93.
[75] Monteiro, F. A., *op.cit*., p. 197.
[76] Cabral, A., *Cartas d'El-Rei D. Manuel II,* Lisboa, Francisco Franco, 1933, p. 203.

abandona os seus servidores e o seu país ao seu duro e miserável destino". A restauração "não tem prazos; tem oportunidades."[77].

Em Maio de 1916, já com Portugal na guerra, nomeia finalmente D. Manuel a Ayres de Ornelas seu Lugar-Tenente no interior do país[78], a que dá poderes e instruções, entre elas duas fundamentais:

"1) que se ponha absolutamente de lado toda e qualquer ideia política e que se pense somente na Pátria que está em guerra;

2) que se forme uma união completa entre os monárquicos debaixo da minha direcção e autoridade.

Estes dois pontos são capitais. É preciso que não se dê o triste e lamentável espectáculo, duma divisão no partido monárquico e de uma divergência com o seu Rei"[79]. E terminava: "Os monárquicos tenham também um bocadinho de confiança em mim"[80].

Efectivamente, em Abril de 1916, os monárquicos integralistas criaram um organismo autónomo da Causa Monárquica, sob a égide da Junta Central do Integralismo Lusitano, presidido por Adriano Xavier Cordeiro, composta por António Sardinha, Hipólito Raposo, João do Amaral, José Pequito Rebelo, Alberto Monsaraz, Luís de Almeida Braga e Rui Enes Ulrich, que publica nessa altura um primeiro manifesto político.

Congratula-se com João Azevedo Coutinho, exilado desde a sua tentativa de revolta em Outubro de 1913: "Gostei muito do seu oferecimento ao governo e bem desejaria eu que todos seguissem o seu belo e patriótico exemplo"[81]. E acrescentava: "Em minha opinião é indispensável que todos os oficiais ofereçam incondicionalmente os seus serviços ao governo portuguez".[82] Ele próprio dá o exemplo e coloca o Paço das Carrancas à disposição para

---

[77] In Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução na I República*, Coimbra. Imprensa da Universidade, 2010, p. 339.

[78] Cabral, A., Cartas…, p. 266.

[79] *Ibidem*, p. 359.

[80] *Ibidem.*, pp. 204-205; Carta ao Marquês de Lavradio. Cf. também p. 359.

[81] *Ibidem*, p. 266-268).

[82] *Ibidem.*, pp.267-268; D. Manuel II manda também um telegrama ao Conde de Sabugosa (e não à Junta Directiva da Causa Monárquica) em que recomenda aos monárquicos que, em virtude do estado de guerra, se ofereçam ao governo da República. A. Cabral demite-se da direcção da Causa (*op.cit.*, p. 308), por essa mensagem não ser dirigida à Direcção da Causa, mas ao seu antigo mordomo-mor. A Direcção da Causa Monárquica era composta por João Arroio, José de Azevedo Castelo Branco, António Cabral, Pinto Coelho e Vasconcelos Porto. (*Em plena*… p. 304), escolhidos a 17 de Abril de 1915.

montar um hospital de sangue[83]. Em Maio de 1916, chama a atenção do primeiro-ministro britânico da conveniência, se não mesmo necessidade, de um governo nacional em Portugal, e lamenta que o governo português não aceite o oferecimento dos monárquicos. Pede-lhe por isso instruções[84].

Em 19 Novembro de 1916 realiza-se a reunião de Monárquicos, e é lida mensagem de D. Manuel, convidando a subalternizar tudo à guerra.

7. A PARTICIPAÇÃO NA FRENTE DA FLANDRES EM 1917

Declarada a guerra, em começos de Março, demite-se o governo de Afonso Costa a 11 Março, para dar lugar no dia 15 de Março ao Governo da União Sagrada de António José de Almeida, com Afonso Costa nas Finanças.

A resistência à guerra espalha-se, e no dia 4 Maio dá-se a Revolta em Mafra das praças de um regimento contra o que supunham: que os estudantes seriam dispensados de partir para África[85].

O governo forma comissões para fazerem propaganda pelo país a favor da intervenção, que não são bem acolhidas. Por vezes eram recebidas com gritos de "Abaixo a guerra! Viva a paz", como sucedeu em Viseu[86].

Os monárquicos vão aceitando com alguma relutância a orientação traçada por D. Manuel II. A Junta Central do Integralismo Lusitano, por exemplo, em manifesto tornado público em Abril de 1916, definiu a sua "atitude política" perante a guerra. Considerando "em jogo a própria existência da Nacionalidade", reconhece que "a aliança inglesa foi obra da nossa velha Monarquia", aceitando por isso o pedido de D. Manuel II "incarnação viva da Pátria, supremo árbitro dos interesses nacionais […] o sacrifício nas aflitivas circunstâncias presentes, de estarmos ao lado do governo da república e de lhe prestarmos todo o nosso apoio, patriótico e desinteressado". Era uma atitude justificada pela obediência a quem "conhece melhor do que nós a situação internacional do País",

[83] *Op.cit.*, p. 269.
[84] Marques, P. L., *O Marquês de Soveral. Seu tempo e seu modo,* Lisboa, Texto Editores, 2009, p. 272.
[85] Cabral, A., *Em plena república,* op.cit., p. 300.
[86] *Memórias da Condessa de Mangualde*, *op.cit.*, p. 138.

mas também por razões de política restauracionista: "tidos como anglófilos os realistas portugueses, só a república, fiel mantenedora de uma orientação diplomática que tão violentamente combateu, poderia vir a lucrar com ela, no dia próximo ou longínquo da conferência de Paz. A aliança inglesa, torna-se urgente relembrá-lo, não é com o regime vigente, é com a Nação Portuguesa; mas, para que lhe aproveitemos todos os frutos, será preciso que a Nação Portuguesa, monárquica na sua totalidade, só por um espontâneo sentimento de ódio contra a república, não dê à Inglaterra a impressão de que não existe nem poderia nunca ter existido qualquer tendência mais ou menos hostil à tradicional política dos nossos antepassados". Em contrapartida, pretendiam os integralistas obter do governo uma amnistia para os exilados monárquicos.

Afonso Costa, ao referir-se no parlamento a intervenção de Portugal na guerra, anuncia um crédito de guerra e diz que os navios foram vendidos a Inglaterra: Contrato Furness. Entregam-se a Inglaterra 80% da tonelagem, ficando nós com 20 %. A Torlades, de que Afonso Costa era advogado, é intermediária. Os navios foram fretados pela Casa Furness (de que era representante em Lisboa, o Sr. Bleck, Presidente da Companhia dos Fósforos e amigo de Afonso Costa) a 14 *shillings* e 3 *pences* por tonelada bruta e por mês, contra 40 *shillings* os grandes e 50 os pequenos com que o governo chinês alugou os que apresou aos alemães. Navios que valiam 100000 contos foram cedidos à Torlades por 10.800 contos[87].

A 8 de Outubro o deputado Celorico Gil denunciou no parlamento que Afonso Costa e Augusto Soares haviam alugado à Torlades (à Companhia dos Fósforos, de que o primeiro era advogado) por 10800 contos navios que valiam 100000.

Responsáveis pela entrada de Portugal: João Chagas, Bernardim Machado, Norton de Matos e Afonso Costa.

Mas há sectores republicanos que se insurgem também contra a política de guerra. Em 13 de Dezembro de 1916, nas vésperas do embarque do Corpo Expedicionário Português para a Flandres, Machado dos Santos promove um levantamento militar em Abrantes, com repercussões em Castelo Branco e Figueira da Foz. É preso em Viseu, no Fontelo, por um ano, sem culpa

[87] *Em plena…*, p. 310.

formada. Alguns monárquicos participam nesse levantamento, o mesmo acontecendo a 20 de Janeiro de 1917, com o falhado golpe do Coronel Botelho de Vasconcelos, bem como com o fracassado plano de rapto do governo e do presidente Bernardino Machado, em Abril desse mesmo ano.

Na sequência desses episódios os jornais monárquicos (*Diário Nacional*, *O Dia*, *O Liberal*) foram suspensos.

A carestia de vida aumentava, bem como a crise das subsistências. O mês de Janeiro vê crescer a fome, e os assaltos a padarias.

Em 17 de Janeiro é publicado o decreto que organiza o Corpo Expedicionário Português. Em Fevereiro de 1917, a brigada portuguesa, num total são 54 976 homens, desembarca no porto de Brest, em França, dali seguindo para a Flandres. A presença de soldados na frente levou a que não se celebrasse o Carnaval.

Nesse mesmo mês, o integralismo lusitano lançou o jornal *A Monarquia*, aparecendo o primeiro número no dia 12. Mas a causa monárquica tardava em se organizar eficientemente. Os republicanos (Teófilo, Magalhães Lima, Bernardim Machado, Afonso Costa) defendem a União Ibérica e a 25 de Abril cai o governo da União Sagrada, passando Afonso Costa a estar no poder de novo. O governo de Afonso Costa é acusado de negociatas, com material de guerra fornecido sem concurso, e com a concessão de 500 000 francos à mulher para uma Comissão de Hospitalização da Cruzada das Mulheres Portuguesas.

Multiplicam-se os protestos sociais, as balbúrdias, os tumultos e motins, com assaltos a mercearias e comércios. Proliferam as greves. É encerrada a União Operária Nacional.

A política religiosa volta a ser hostil. A 23 Julho o Patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo é exilado em Gouveia pelo Ministro Alexandre Braga, por não ter pedido o beneplácito para a provisão às irmandades.

A censura aperta e deixa colunas brancas em muitos jornais. As prisões sucedem-se às centenas.

Na frente, a integração das forças portuguesas faz-se com alguns problemas. Os ingleses não têm confiança nas tropas portuguesas, que acusam de indisciplina[88].

[88] Carta do Conde de Mangualde a Sua Mulher de 2 de Outubro de 1917, in *Memórias da Condessa de Mangualde*, p. 138.

É nessas circunstâncias que Egas Moniz funda o seu partido de centro, e que se realizam as eleições municipais a 4 Novembro.

Os militares preparavam nova intervenção, mas desta vez, contra os democráticos.

8. O SIDONISMO

A 5 de Dezembro eclode a revolução de Sidónio Pais, que se conclui vencedora três dias depois. Afonso Costa e Augusto Soares presos no Porto, foram embarcados em Leixões para Lisboa. O primeiro seria preso na Trafaria e dali levado de comboio para o Forte de Elvas. Apenas serão libertados em final de Março. Bernardino Machado, deposto da presidência da república, é posto na fronteira de comboio. Norton de Matos e Leotte do Rego refugiam-se a bordo de um navio inglês.

Sidónio convida Bettencourt Rodrigues para chefiar governo, que o convence a adoptar o presidencialismo. Sidónio acumula as pastas da Guerra e Estrangeiros. Machado dos Santos no Interior. Moura Pinto na Justiça.

No dia 8 Janeiro, Carlos da Maia, ministro da Marinha sufoca a insurreição dos marinheiros do Vasco da Gama, que lhe custará o assassinato em 1921.

Sidónio é aclamado no Norte (Porto, Braga, Caminha) e no Sul (Évora). Os monárquicos dispõem-se a prestar a sua colaboração ao novo curso, sem se identificarem com o regime, nem com o presidencialismo de Sidónio. A 2 Fevereiro, três elementos da Comissão (Conde de Nova Goa, António Cabral e D. José de Azevedo) encontram-se no Hotel Avenida com Sidónio, que lhes garante liberdade de candidatura. Recusava plebiscitar o regime, mas anuncia eleições presidenciais, para as quais pede apoio aos monárquicos.

Dias depois, a de 8 Fevereiro, a Comissão Eleitoral Monárquica publica a proclamação que apela à união nas urnas.

É constituída uma Comissão Eleitoral Monárquica, integrada por D. Luís de Castro (Nova Goa), António Cabral, Conde de Castro Sola, Conde de Monsaraz, José de Azevedo Castelo Branco, Moreira de Almeida, Aníbal Soares, Xavier Cordeiro, António Telles de Vasconcelos (director do *Liberal*). Constitucionalistas e integralistas estão juntos nesta frente política.

Mas o novo regime começava a abrir brechas: a 25 de Fevereiro, os unionistas de Brito Camacho abandonam o governo.

A 10 de Março, em reunião magna dos monárquicos, presidida por Aires de Ornelas, decide-se apoiar o processo de mudança de Sidónio, apesar de algumas oposições, como a de António Cabral[89]. Os integralistas tentam mesmo pressionar o regime a inflectir em sentido anti-republicano. Aceitam colaborar no processo eleitoral. E achando que Sidónio Pais estava "fazendo uma demonstração interessante de integralismo", na opinião de António Sardinha, tentam, ao nível da política externa dificultar a política de guerra, e ao nível interno procuram capitalizar como "inspiradores políticos do sidonismo e artífices da sua obra legislativa", os efeitos do autoritarismo pessoal de Sidónio – o Presidente-Rei – para uma restauração monárquica. Alguns elementos que lhe são próximos, aceitam participar no governo, como Martinho Nobre de Melo na Instrução e Azevedo Neves no Comércio. E conseguem integrar no novo projecto constitucional algumas propostas suas, como a representação profissional, a par da representação política.

Entretanto na frente de guerra, a 9 de Abril, as forças portuguesas sofrem a pesada derrota de La Lys, com inúmeras baixas.

Em 28 de Abril, têm lugar as Eleições presidenciais e legislativas. Os católicos apresentam candidaturas separadas dos monárquicos, pois Fernando de Sousa e Pacheco de Amorim não foram atendidos pela Comissão Eleitoral: queriam onze lugares (depois oito), só lhe queriam dar um, pela Covilhã. Segundo A. Cabral foram maltratados. D. Manuel e a Rainha criticaram a forma como foram tratados os católicos pelos monárquicos do *Diário Nacional*[90].

A 10 de Maio, foram reintegrados nas forças Armadas, Paiva Couceiro, João de Azevedo Coutinho, Jorge Camacho (assassinado pouco depois no Terreiro do Paço), e outros.

Sidónio vai às exéquias pelos soldados mortos na Guerra, Machado dos Santos abandona o governo em Junho, deixando a Secretaria das Subsistências. O Presidente Sidónio toma posse a 15 Julho, abrindo também o parlamento.

---

[89] Cabral, A., *op.cit.*, p.403.
[90] Cabral, A., *op.cit.*, p.370.

Os democráticos não desarmam, porém, e aproveitam as ocasiões para se agitarem. No dia 16 Outubro, uma coluna de 140 presos que deveria tomar o comboio para Caxias – A Leva da Morte –, foi atacada de noite. Imensos mortos, entre os quais o Visconde da Ribeira Brava. A 4 de Novembro, o parlamento não reabre, por causa do estado de sítio, motivado por revoltas.

9. O ARMISTÍCIO DE 11 NOVEMBRO

A guerra termina com a assinatura do Armistício. O balanço da participação portuguesa é muito negativo.

"A participação de Portugal no tremendo conflito constituiu um erro gravíssimo, um verdadeiro crime, de que são principais responsáveis João Chagas, Bernardim Machado, Norton de Matos e Afonso Costa", acusa António Cabral.

"A guerra fartou por aí muita gente… à sombra dela, encheram-se muitas bolsas e praticaram-se muitos escândalos… O célebre carimbo mágico do Ministério da Guerra — "Sem documentação. Despezas de guerra" — serviu, ao que se disse, para encobrir muitas falcatruas, para tapar muitos logros, para dar ensejo a que houvesse quem auferisse lucros espantosos e contasse ganhos extraordinários!"[91].

Portugal participará nas conversações de paz, presidindo à Delegação portuguesa à Conferência de Paris, o Ministro dos Estrangeiros Egas Moniz, substituído em Março de 1919 por Afonso Costa. Os resultados obtidos pela participação de Portugal na guerra e na Conferência de Paz foram modestos. "Nem a República nem o exército" viram "consagradas a glória e a importância internacional do seu esforço militar", concluirá Medeiros Ferreira[92].

Quando chega a Portugal o corpo do soldado desconhecido, para ser depositado no Mosteiro da Batalha, Afonso Lopes Vieira deixou em verso o sentimento muito partilhado entre os portugueses:

---

[91] Cabral, A., *op.cit.*, p. 386.

[92] Ferreira, J. M., *Portugal na Conferência da Paz*, Lisboa, Quetzal, 1992, p. 74. Cf. também, Duarte Ivo Cruz, *Estratégia portuguesa na Conferência de Paz (1918-1919. Actas da Delegação Portuguesa,* Lisboa, Fundação Luso-Americana, 2009.

"…vem, oh Soldado Português da Guerra,/dormir enfim na tua terra,/ e que a tua presença/espectral/a tua imensa/presença acusadora e aterradora/ para quem te exportou como um animal. Se estenda sobre o céu de Portugal!/E que essa voz te embale/numa carícia enorme:/— Dorme, meu menino, dorme…/(…) Tu humilde Soldado/que tens por nome — *Portugal sacrificado*."…[93]

Comunicação apresentada à classe de letras
na sessão de 11 de novembro de 2015

[93] Vieira, A. L., *Ao soldado desconhecido (morto em França)*, Lisboa, Março de 1921.

Letras e algumas artes da grande guerra

José-Augusto França†

Desde 1914 que uma "literatura de guerra" se inspirou da experiência vivida (ou imaginada) do conflito europeu, levado à escala mundial, entre todas as nações sucessivamente envolvidas. Para a cultura ocidental cedo contou, vindo de França, em 1916, *Le Feu*, de Henri Barbusse, obra largamente celebrada, e, de lá também, pelos anos fora, muito lembrada foi a obra de M. Genevoix, como depois, em 1929, teve larga audiência, do lado alemão, *A Oeste nada de Novo*, de E. M. Remarque, a que o cinema deu considerável eco em 1930 (L. Milestone), e a que a obra, pelo contrário militarista, de E. Jünger trouxe polémica e trágica resposta. Da América, foi em 1929 que E. Hemingway enviou o *Adeus às Armas*, em que começaria a sua celebridade (e que teve também expressão cinematográfica em 1957 — King Vidor), mas muito mais tarde, o renome de W. Faulkner, prémio Nobel como ele, consagrou-se em *A Fable*, que é talvez a sua obra-prima.

Muito longe estamos dessa ou dessas medidas em Portugal, mas importa ter acesso crítico a muitas publicações que Hernâni Cidade inventariou em 1937, no *Bulletin d'Etudes Portugaises*, sem que conste levantamento posterior, e que aqui se acrescenta. Fê-lo com autoridade académica este eminente professor das Universidades do Porto e de Lisboa, mas com devoção também, — ele que, combatente da Flandres, teve, até falecer pendurada na sua biblioteca, uma máscara anti-gás que usara na "frente".

Há, variadamente, bom e menos bom, nesta linguagem de obras, para além de funções de patriotismo político que no Parlamento então se exprimiram, à nossa entrada na Guerra (ou à dela sairmos, no discurso presidencial da Vitória, de Sidónio Pais, da discutida convicção), e nas polémicas que acompanharam a nossa intervenção, com as críticas do Comandante Correia da Silva em *Memórias da Guerra no Mar* (1921), ou, mais violentas, nas páginas de *A Mentira da Flandres e… o Medo*, do Major Ferreira do Amaral, em 1922, em nome do heroísmo com que se batera e comandara o "Batalhão de Tomar"

de Infantaria 15. Ou até ao *Ultimatum* futurista de Almada Negreiros, em 1917, clamando pela "grande experiência que serve para mostrar os fortes e salvar os fracos 'nesta' guerra higiene do Mundo" em que Pessoa-Álvaro de Campos nos achava "incompeten(tes)" — mas na qual, ao oposto dos republicanos convictos, eles e os seus companheiros de então não se arriscaram, nem voluntária nem involuntariamente… Ou até ao grande discurso sentimental com que o presidente António José de Almeida saudou os despojos do "Soldado Desconhecido", em 1921. E não esquecendo o texto exaltado de Guerra Junqueiro, de Novembro de 1918, sobre *O Monstro Alemão*.

Literatura como tal, entre poesia, ficção e crónica ou diário, fizeram-na uma dúzia de autores que na sua história ficaram por merecimento próprio — ou não ficaram, nos limites da circunstância. E, inesperadamente (como sempre nele…), Fernando Pessoa, em 1914, escreveu três esboços inacabados de contos sobre a guerra distante: "A Estrada do Esquecimento", "Trincheira", "O Sargento falso" — que ficaram desconhecidos e inéditos até 2015, com a sua sibilina e enviesada estrutura literária, originalíssima.

Se devemos lembrar por documentação do nosso tema toda esta produção (e a fernandina também…), mais devemos reservar para o fim dois ou três títulos que, com alguma provável surpresa, por estarem esquecidos ou mal-arrumados em categorias menos prezadas, importa trazer a este panorama do nosso entendimento sensível de uma grande experiência humana que a nação atravessou, em sangue, suor e lágrimas.

Deixemos de parte a historiografia militar do conflito, com a fonte principal e fidedigna de *Portugal na Grande Guerra*, publicada sob a direcção do General Ferreira Martins em 1935. Ou também, na sua perspectiva de crítica política, a obra do poeta (que tal nos vai interessar) Augusto Casimiro sobre *Sidónio Pais — Algumas notas sobre a intervenção de Portugal na Guerra* em que bravamente participou — e que foi tema importante de um número especial d'*A Águia*, reunião de textos significativos da geração republicana da "Renascença Portuguesa", a que pertenciam Casimiro e o seu cunhado Jaime Cortesão, outro combatente e, como ele, autor de "diários" que contam entre os mais atentos e sensíveis (e necessários) testemunhos da guerra, logo em 1918 e 1919.

Nas Trincheiras da Flandres, de Casimiro, e *Memórias da Grande Guerra*, de Cortesão, são duas obras circunstanciais que, pela qualidade literária e

poética das suas anotações e evocações assumem uma grave situação de humanismo, geracional na cultura portuguesa. Que a guerra, em sua posição extrema, exacerbou.

Mas essa humanidade assim mostrada tem, nas páginas de Augusto Casimiro, um quotidiano pitoresco e popular que o soldado Pocinho, seu ordenança, representa, como também o corneteiro Esgalhado, soldado repontão e corajoso de que fala Cortesão — mais afeito, porém, na sua poesia, às elevadas emoções e aos símbolos da pátria e do amor, nas pessoas do soldado que via "paciente, sofredor, heróico". Nenhuma "visão teatral", como no livro de Casimiro se declara, existe ou se pretende nestas páginas atravessadas pelo quotidiano de miséria e monotonia, vivido debaixo dos obuses de uma guerra de posições, sem lances assinaláveis.

Outro poeta ainda, Pina de Morais, narrou cenas desse quotidiano em prosa nervosa e sóbria, nas páginas de *Ao Parapeito*, publicadas em 1919, e com mais duas edições até 1924, e a sorte única de uma tradução em francês, *Au Creneau*. António Granjo, outro combatente voluntário, vindo da política (e que pela política viria a ser torpemente assassinado, em 1921), publicou também um diário de "cenas de guerra" sob o título *A Grande Aventura* em que o seu entusiasmo patriótico via "ressuscitar" os "corações mortos" dos seus soldados — que nada abatia, nas misérias pitorescas da "carne podre" e do "bacalhau intragável" que lhes eram servidos no transporte dos barcos ingleses.

Mas ainda um jornalista de ousadias provocatórias, cronista "cínico" e "imoral" da Lisboa miserável ou "trágica" e de "vidas sombrias", Albino Forjaz de Sampaio, mandou de França suas crónicas de guerra que, em 1918, reuniu em *A Avalanche*, ao serviço da apologia da participação portuguesa que ele próprio exemplificara, em crónicas do "front", precedidas de comentários de política europeia.

De todas estas memórias imediatas do conflito em terras de França uma obra se destaca, porém, assinada por um apreciadíssimo comediógrafo e humorista de imprensa e livros desde 1910, que, de ascendência francesa, era oficial de carreira e foi major no Corpo Expedicionário português. André Brun reuniu em 1918 (e com já quarta edição em 1924) as crónicas que publicou sobretudo no diário *A Capital*, sob o título celebrado de *A Malta das*

Trincheiras — Migalhas da Grande Guerra, e nele devemos deter-nos, como o texto se detém em Fevereiro de 1918 — quando, até ainda Abril, 9, a guerra era vivida pacatamente num funcionalismo de trincheiras, com "guarnições fixas e sítios certos" pela rotina dos dias acomodados, até que ela, a guerra, "viesse causar muitos incómodos", no dia trágico da batalha de La Lys, que o autor evoca ao fim das suas trinta e duas crónicas (mesmo dirá "anedotas"), já recolhido no Forte da Graça, em Elvas, pelo Natal desse ano vivido. E são apontamentos e cenas em que vemos passar o Folgadinho, um dos seus "lãzudos" metidos nas "trincheiras" que era necessário "cavar" para se protegerem, ou indo aos "estaminets" improvisados no "front", e procurando situações prudentes de "chapins" na retaguarda, ou emprego de "recoqueiros", a tratarem do gado de carga, ou, feridos e estropiados, feitos "gosmas", tirados da frente — e sempre invejando os oficiais "palmípedes" do Estado Maior, em seus aboletamentos… O estilo é ligeiro, mas comovido de humanidade, irónico e jamais reivindicativo, ou sequer queixoso da sorte, ou dos outros, criticando responsáveis ou irresponsáveis.

Isso, porém, fazem dois outros oficiais, de profissão ou milícia, que foram combater em Moçambique, na zona norte do Niassa, ameaçada pela colónia alemã: Carlos Selvagem (pseudónimo do dramaturgo aplaudido de *Entre Giestas*. Drama rural de estreia em 1917), em *Tropa de África*, e António de Cértima, em *Epopeia Maldita*, pelo meio de uma longa vida literária com "volúpias" mundanas e posição política nacionalista (como Selvagem). O primeiro livro saiu em 1919 e teve cinco edições merecidas, o segundo em 1924, com anúncio de outra obra jamais editada, *O Inferno — Carvões da Campanha Negra*.

Nos vinte e sete capítulos de *Tropa de África*, "jornal de campanha" vivida nas circunstâncias incertas e irregulares do sertão, "a 4000 léguas de distância" de Portugal e disso resultando o pouco interesse havido nos noticiários pela "pobre tropa de África", Carlos Selvagem desenvolve os seus comentários, com humor e "a certeza de que a velha Inglaterra" velava sobre as conveniências (aliás duplas) do seu país, nesta guerra ingrata. Que ele não deixa de comparar com a que se tratava na Flandres — a ponto de considerar os soldados do Corpo Expedicionário de França, como "felizes". É digna e discreta a prosa do autor, em suas descrições e anotações e com ela temos um

panorama da situação experimentada, em suas dificuldades, sem dramatismo na exploração.

Ao contrário faz Cértima, falando no "drama da guerra de África que foi sofrido e meditado pelo combatente" que era ele, num "livro inquieto e triste" sobre "uma guerra inútil e por isso mesmo abominável", vivida nos "torvos areais dos cemitérios de Palma", junto ao rio Rovuma, e sofrendo o infeliz cerco de Newala. É um episódio de "jornadas angustiosas" resultantes de "torpe irresolução", de "desleixo", de "irresponsabilidade" dos comandos amesendados, "emboscando drinks" à distância da messe dos oficiais… Acusações graves de quem achava que "já não há(via) portugueses!", falecidos os "atavismos guerreiros do louco infante de Alcácer Kibir!". São perto de 300 grandes páginas dramatizadas numa prosa preciosa em que "o luar branco estendia amorosamente a sua toalha alvíssima de reza como uma bênção de Deus". Escreveu-as o autor (que se pôs retrato desenhado na capa) em Sintra, em 1924, apelando algo politicamente para "batalhões em vigília d'armas!"

Em poesia, alinham-se também os títulos, e logo do velho Guerra Junqueiro, em 1914, saudando o destino heróico da enfermeira Edith Cawell. Alfredo Brochado, nas cinco páginas de quadras do *Sangue dos Heróis* recitadas em Amarante, no 9 de Abril de 1921, ou Alfredo Barata da Rocha nos 38 sonetos da Névoa da Flandres, dedicados aos seus "irmãos de fogo e agonia", que a "Renascença Portuguesa" editou em 1924, ou Álvaro Cabral, na sua "plaquete" de homenagem a Alberto I da Bélgica, logo em 1914, exortando à Vitória em *Quem vem lá?* Deram obras de circunstância — que António Correia de Oliveira, com a sua fluente inspiração popular e nacionalista, bem ultrapassou nas "novas redondilhas" preciosamente editadas em 1918. "Vão soldados mundo fora/E a Pátria é Nossa Senhora/Crucificada também. Soldados do povo que se interrogam: "Se nós vencemos? Agora/Temos que sim… Pois então!". Ou, mais adiante: "Se voltarei? Deus o queira!/Se aqui ficar… É razão!" Título do voluminho: *Soldado que vais à Guerra.*

Mas também em ficção a Grande Guerra foi tratada, por Lapas de Gusmão — autor das crónicas dramatizadas publicadas n' *O Século*, *A Guerra no Sertão*, sobre a campanha no Sul de Angola, em 1914–15 — , em volume só de 1935 e anunciando, então outras, não editadas, *De Naulila ao Cuanhanha*.

Ele compôs, em *Visão da Guerra*, publicado em 1932, memórias inventadas de um alferes miliciano Hermínio Lusitano que se dá conta da grande "desorientação" dos comandos, presos a uma burocracia caricata, no momento trágico do 9 de Abril. Não merece lembrança a obra, e também pouca os dois volumes de romance e contos, publicados por João Grave em 1917 (com 2.ª edição em 1919) o primeiro, *O Mutilado*, e *Os Sacrificados*, que agrupa dezassete textos de variada inspiração. Sempre, porém, fiel a uma veia naturalista vinda de Zola, com as suas preocupações sociais e de taras hereditárias, antes de vir a converter-se ao catolicismo, numa carreira literária portuense de farmacêutico e de bibliotecário, que o levou à Academia das Ciências. N' *O Mutilado* temos, em quase 400 páginas, uma história de oficial que volta mutilado para os braços da mãe ("amor sagrado em lustrais lágrimas de alívio"), quando a noiva, incapaz de o esperar, já com outro fugira, por drama burguês. Idêntica mediocridade assiste aos contos, que vão de "sonhos de epopeia" e de "pelejas incessantes" a "actos de heroísmo com direito ao repouso perpétuo", ou a ciúmes perdoados com "grandes beijos de doçura" em "frontes de moribundo" — nos "céus altos fulgindo as estrelas". Não praticou a guerra o autor, mas dela via ainda nascer, na última linha do volume, "uma humanidade prodigiosa"…

No domínio do teatro, Luís-Francisco Rebello, na sua incontornável autoridade, assinala (em 2010) a pouco significativa repercussão de temáticas da guerra, mencionando somente quatro títulos em 1914 (*Avante França!* De Henrique Roldão), em 1915 (*Paz Bendita*, de António de Oliveira) ou 1916 (*A Grande Guerra*, de Emílio Alves e *Depois da Guerra*, de Álvaro Marinha de Campos), não se sabendo sempre se representadas algures ou sequer editadas, na sua autoria como que anónima ou pelo menos modesta. Mas *O Amor na base do C. E. P.*, de Alexandre Malheiro, teve pitoresca representação num campo alemão de prisioneiros de guerra e seria editada pela "Renascença Portuguesa" em 1919. Dois *9 de Abril* foram escritos, por Teresa Leitão de Barros em 1919, e, com maior invenção poética, por António Botto, já em 1938 — bem entendido que sem experiência bélica que tivessem tido, na evocação da data trágica. Tal como Laurentina de Jesus, logo em 1915, com as "fortes impressões emotivas" de *A Visão da Guerra*, em 100 páginas de prosa de "alma feminina".

Experiência tiveram-na, como vimos, Lapas de Gusmão e Augusto Casimiro ao escreverem, para palco, *O Mutilado* ou *Portugal nas Trincheiras*, já em 1928

ou 1923; talvez não Joaquim Leitão nos *Cegos*, em 1926, ou Carlos Ornelas no *Último Dia dum Condenado*, em 1932 (incluído num tomo de sete *Contos Amargos da Guerra*, de uniforme banalidade), ou Carlos Ferreira em *A Irmã Cruz de Guerra*, em 1924) — que são geralmente actos únicos, apenas motivos pelo convencional tema do patriotismo.

Nos títulos das 106 revistas estreadas nos palcos de 1914 a 18, por seu lado, nada se revela de propósitos de guerra, e, na verdade, L. F. Rebello só encontrou duas peças com lembranças dela, logo em 1915, de André Brun, *Não Desfazendo…*, que se termina com um recitativo banal sobre "A Hora Gloriosa", que "há-de chegar", com a Vitória sobre os "chacais", — "hora da vingança", num "acordar perfeito" em que "o aço das espadas" se fundirá nas "charruas sagradas do Progresso e da Paz"! E numa revista da trilogia de ideário nacionalista com que Eduardo Schwalbach, entre 1915 e 18, remou em contra-corrente das jocosas críticas políticas, sempre republicanas, que os palcos aplaudiam. Foi em *O Dia de Juízo*, que, em Abril de 1916, declara a guerra no mês anterior, estreou um quadro a ela patrioticamente alusivo que ainda veio a ter mais cinquenta representações.

Mas mais significativo por qualidade foi a comédia musical *João Ratão*, de João Bastos, Ernesto Rodrigues e Félix Bermudes, "parceria" famosa de revisteiros, que engendrou, em 1920, uma dupla história de amor de combatentes retornados, um oficial e um pitoresco soldado, o "João Ratão" — que viria a ser levada ao ecrã em 1940 por Brun do Canto, trocando então o popular Estevão Amarante pelo também excelente Óscar de Lemos, para merecido sucesso.

E no cinema cabe registar cerca de 40 documentários da guerra, filmados de 1914 a 1918 — mas um só no "front", em 1917. Da muita fotografia então tirada, mesmo oficialmente, há que aguardar inventário.

* * *

… Tudo isto, letras e teatro, acontecia, porém, não o esqueçamos, pelo meio de uma vida literária que vinha de Oitocentos e para o século XX dificilmente se encaminhava… Neste novo século que os futuristas proclamavam, *Orpheu* e o *Portugal Futurista*, o *K 4*, *O Quadrado Azul*, e *A Engomadeira*, de Almada Negreiros, a par dos poemas de Pessoa e Sá-Carneiro, punham

então uma nota de escândalo logo gozado reprovado e abafado, entre os êxitos continuados dos livros de Júlio Dantas (quatro títulos então saboreados, para além do "Manifesto" que, contra o autor, Almada lançara…), ou de Henrique Lopes de Mendonça e Antero de Figueiredo, em suas sagas histórico-patrióticas, quando terminada a "Patologia Social" de Abel Botelho e já só *In Memoriam* Fialho de Almeida, falecido em 1911, existia, arrastado o sentimentalismo popular de Júlio brandão, Guerra Junqueiro retirado, como Pascoaes, desde o *Regresso ao Paraíso* de 1912, ou Leonardo Coimbra, "criacionista" arredado do presente, Eugénio de Castro entrado na ordem clássica de que passara a gabar-se, e só António Patrício terminava a sua obra com *Pedro e Inês* e *Dinis e Isabel* (1918 e 19), antes da grandeza final de *D. João e a Máscara* que será só de 1924. E o jovem Aquilino Ribeiro, estreado no *Jardim das Tormentas* em 1913, só daria *Terras do Demo* em 1919. Mas sim, no meio desde mar morto dos anos 10, a última grande obra de Raul Brandão, *Humus*, mesmo em 1917…

… Como, na pintura, Columbano e o seu oposto Malhoa, noite e dia, sombras e sol da pátria, que da guerra não cuidaram, como também não qualquer dos seus contemporâneos do naturalismo continuado. Mas se couber aqui, por utilidade, a informação, terminemos lembrando o "capelão que tirava retratos com um lápis", tranquilamente sentado nas trincheiras da Flandres, e que era assim visto pelos "lãzudos" do André Brun. O capitão arvorado Adriano de Sousa Lopes, como tal fora encarregado de documentação artística da frente de batalha. E dele ficaram notáveis desenhos passados à água-forte, de grande expressão — e as quatro grandes composições pintadas em 1927 para o Museu Militar, com cenas dramáticas ou de mísero quotidiano, e incluindo o combate da pequena canhoeira "Augusto de Castilho" com um submarino alemão, peça única na iconografia nacional — e aliás objecto de dois filhos em 1918, um inglês e outro alemão.

De Carlos Franco, que se bateu nas fileiras da Legião Estrangeira e já morreu em França em 1916, pouco se sabe ou tudo se perdeu; não de Constantino Fernandes que deixou pinturas e desenhos da Flandres, ou do tenente-coronel do Estado Maior José Joaquim Ramos, que teve carreira de pintor naturalista assaz expressivo, em cenas de guerra da campanha de África que foi expondo. Apontamentos de humor do capitão Meneses Ferreira foram várias vezes

expostos e publicados — como no saboroso livro que escreveu em 1924, *João Ninguém, Soldado da Grande Guerra, Impressões do C. E. P. 1917–1918*. E uma exposição de "A Arte e a Guerra", organizada no Porto, em Agosto de 1917, por Leal da Câmara que viera de Paris, tem significado patriótico para além de qualquer figuração tentada e de que pouco pode restar.

Foi na escultura que a representação da guerra teve outra dimensão, mais tarde, nas peças expressionistas do combatente de cavalaria Delfim Maia (que no Museu Militar também se vêm) — ou numa estatuária comemorativa, nos muitos monumentos aos "Mortos da Grande Guerra", de anos 20 e 30, pelo país fora — com maior e mais significativo destaque para os de Rui Gameiro em Abrantes e Lourenço Marques, em 1930 e 1931, e o mais evidente de todos, na Avenida da Liberdade de Lisboa, que Maximiliano Alves esculpiu e foi inaugurado em 1931, com a grande figura dramática do "Esforço da Raça", em termos expressionistas, Antes, porém, fora infelizmente inaugurado, no cemitério de La Couture, o monumento realizado por um Teixeira Lopes em decadência da sua arte que tivera notáveis momentos nos fins de Oitocentos. Mas também se assinala a memória de uma excelente parede esculpida com que o jovem Francisco Franco assinalou, em 1917, no Funchal, o ataque que a cidade sofreu, de um submarino alemão, no princípio da guerra.

(Comunicação apresentada à classe de letras
na sessão de 11 de novembro de 2015)

Evocação de Sousa Viterbo no centenário da publicação de *A litteratura hespanhola em Portugal*

Adriano Freitas Carvalho

Propomo-nos, neste momento, evocar não o centenário da elaboração, nem talvez o da entrega do manuscrito à Academia das Ciências para promover a sua edição, pois sobre estes pontos continuamos, como teremos ocasião de ponderar, a dispor de muito escassa informação, mas simplesmente o centenário da publicação, sob os auspícios da Academia das Ciências, de *A litteratura hespanhola em Portugal*, no ano de 1915.

Acerca da biografia do Dr. Francisco Marques de Sousa Viterbo (1845?/46?––1910), médico, arqueólogo, historiador, jornalista também tampouco nos iremos deter. Sobre as suas modestas origens portuenses, da composição do seu nome, os múltiplos aspectos da sua carreira de jornalista e de investigador incansável, os seus últimos anos (10) de paralítico e invisual já se alongaram Artur Magalhães Basto e Bernardo Xavier Coutinho.[1] Do seu lirismo, da sua dedicação familiar e da que lhe votaram a sua mulher e, depois, a sua única filha que cuidou de algumas publicações suas póstumas, da sua "biografia interior" de invisual ocupou-se precisamente Victor Ribeiro, sócio efectivo da Academia das Ciências e seu amigo íntimo, numa evocação comovida na sessão da Classe de Letras (12–02–1911), sessão em que Henrique Lopes de Mendonça, Leite de Vasconcelos, David Lopes, Coelho de Carvalho e ainda o secretário da Academia, com ocasião de recordar a sua morte recente (29–12–1910), prestaram homenagem ao homem e ao seu labor intelectual.[2]

Curiosamente, porém, em relação à sua biografia de académico estamos mal informados. Nos arquivos da Academia apenas pudemos encontrar dados

---

[1] Basto, A. M., *Figuras literárias do Porto*, Porto, Livraria Simões Lopes, 1947, pp. 85-99; Bernardo Xavier Coutinho, *F. M. de Sousa Viterbo. O Homem, a Obra e a sua Lição*, Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 1947.

[2] Academia das Siencias de Lisboa, "Boletim da Segunda Classe", IV, fasc. 4, pp. 223-236.

sumários do seu processo: lido o parecer em 19 de Junho 1897 — a informação, mas não o texto —, foi eleito sócio correspondente em 9 de Julho desse mesmo ano, eleição que Sousa Viterbo agradeceu em 18 de Novembro de1897, não constando igualmente o texto do seu agradecimento. E tampouco fomos capazes de apurar de quem partiu a proposta e quem elaborou o parecer.

O mesmo se diga em relação às circunstâncias da publicação de *A Litteratura hespanhola em Portugal*:

a) Apesar da Academia conservar o manuscrito original da obra, constituído pelo respectivo maço de verbetes, de diferentes letras e tintas, enviado, com respectivo título — também este num verbete e datado de 1915 —, para a tipografia (Imprensa Nacional), não pudemos determinar quando terá entrado tal manuscrito na Academia. Ainda em vida do seu autor, quer dizer, antes dos fins de 1910? É, e nada mais, uma provável hipótese…

b) Se assim tiver acontecido, a demora na publicação, como acontecia, segundo afirmava o secretário da Academia nessa sessão em 2 de Fevereiro, com a publicação de um artigo que Sousa Viterbo, pouco antes de morrer, remetera para ser publicado no *Boletim* da Academia, poderá ter ficado a dever-se "aos transtornos causados às publicações académicas pela extincção cruel da sua typographia" — "Extincção cruel" que o mesmo secretário, um pouco antes, classificara de "illegal e arbitrária" —, "transtornos" que, "com a melhor boa vontade", o Administrador Geral da Imprensa Nacional prometia ao mesmo Secretário da Academia minorar "regularizando, quanto possível, as publicações da Academia"[3].

c) É possível que tais circunstâncias ajudem a explicar, em parte, como "um trabalho" que, em 1892, o seu autor, em breve nota introdutória a *A Civilização Portugueza e a Civilização Hespanhola: Sua Influência Mutua. Preliminares de um Livro* (Porto, 1892) dava com "prompto para entrar no prelo" — já então intitulado *A litteratura hespanhola em Portugal* — só aparecesse em 1915. E se não interessa ironizar, mesmo se levemente, sobre o que todos sabemos significa, muitas vezes, "pronto a entrar no prelo", convirá, no entanto, lembrar que, efectivamente, esses "preliminares", limpos de algum atropelo tipográfico (páginas repetidas, por exemplo), foram, então, integralmente retomados

[3] Academia das Siencias de Lisboa, "Boletim da Segunda Classe", IV, fasc. 4, p. 222, p. 234.

como introdução ao livro *A litteratura hespanhola em Portugal*. Desmentindo a nossa leve ironia, estava o trabalho realmente pronto em 1892? Tal como o conhecemos hoje, não estava, pois Sousa Viterbo, no corpo da obra, cita, mais do que uma vez, entre outros, o *Catálogo* do leilão da livraria de José Maria Nepomuceno[4] que só veio a realizar-se em 1897[5].

De qualquer modo, se também não fomos capaz de determinar, mesmo aproximadamente, quando terá começado o Dr. Sousa Viterbo a organizar o seu trabalho — ou a organizá-lo mais sistematicamente —, atrevemo-nos a sugerir que a sua investigação sobre o assunto poderá compreender-se — ou compreender-se melhor — no quadro do interesse que Espanha — a terra, as suas gentes, a sua cultura — vinha despertando em Portugal (entendamos, antes de mais, a Lisboa que, em 1855/1856, vira publicar-se a *Revista Peninsular*, um título bem significativo) — como, aliás, na Europa atraída pelo "costumbrismo" e pelo exótico registados por tantos ingleses, franceses, e, claro!, também portugueses — em consequência do grande aumento do intercâmbio de viajantes entre Portugal e Espanha[6], a começar pelos seus soberanos. Isabel II visita Lisboa em 1866[7], Luís I, depois de uma viagem relâmpago a Madrid em 1865, acompanhado da rainha Maria Pia, vai a Cáceres em 1881, Afonso XII, que, em criança, como Príncipe das Astúrias, tinha estado em Lisboa em 1866, visita Portugal em 1882, Luís I volta a Espanha (Madrid) em 1883.[8]

---

[4] Viterbo, S., *A litteratura hespanhola em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915, p. 243, por exemplo.

[5] Trindade, L., *Catalogo da livraria do fallecido distincto bibliographo e bibliophilo José Maria Nepomuceno…*, Lisboa, Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva, 1897.

[6] Freitas Carvalho, J. A., *"O meu reino por um sereno…". Viajantes portugueses em Espanha (1847–1952). Achegas bibliográficas.* Compilação, introdução e notas por…, Porto, CIUHE, 2013.

[7] Sobre esta viagem, há o relato de um anónimo: *Viaje de SS. MM. y AA. á Portugal en Diciembre de 1866*, Madrid, Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1867. Após umas «reminiscências históricas» sobre as relações entre Espanha e Portugal, o autor ocupa-se, quase em tom de propaganda oficial, do séquito real, do relato pormenorizado da viagem com paragens em Alcázar de S. Juan, Manzanares, Daimiel, Ciudad Real, Puertollano, Almadén, Cabeza de Buey, Almorchón, Badajoz — quem quer que o tenha escrito não se cansa de sublinhar o acolhimento triunfal de Isabel II —, da entusiástica recepção em Lisboa, dos nomes de cortesãos e altos funcionários portugueses destacados para o serviço da família real espanhola…, das cores dos vestidos da rainha Isabel e da infanta Isabel — sublinhando alguma vez a simbologia das respectivas cores —, dos banquetes, cerimónias religiosas e visitas oficiais, da anotação de pequenos detalhes dos aposentos em Belém…, etc. Por vezes, surpreende-nos com o que poderia dizer-se um retrato familiar: o príncipe das Astúrias, o futuro Afonso XII, uma criança saindo do comboio, à chegada a Lisboa, pela mão do pai…

[8] Uma indicação muito sumária destas viagens reais pode encontrar-se em Luís Nuno Espinha da Silveira e Paulo Jorge Fernandes, *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 158, p. 233, p. 292.

Trata-se de um intercâmbio facilitado agora pela conclusão, em 1866, da chamada "Linha de Leste" (Lisboa, Elvas, Badajoz, Madrid), tendo sido a inauguração dessa linha de caminho de ferro a razão oficial e o pretexto diplomático da viagem de Isabel II, uma rainha que, já então em grandes apuros políticos, terá de se exilar dois anos depois (1868). A facilidade e comodidade da viagem levam a um cada vez maior número de portugueses a visitar Madrid e arredores (El Escorial, sobretudo) e Andaluzia e não deixa de ser significativo que um político da raça de A. Fernández de los Rios — ministro plenipotenciário de Espanha em Portugal, para onde veio posteriormente exilado, tendo de Lisboa partido para novo exílio em França — tenha publicado no Porto (1876) um *Guía de Madrid* que, em algum caso, bem poderá ter substituído as memorialísticas obras — francesas ou em tradução francesa — que citam alguns dos portugueses nas suas notas de viagem[9]. Como simbólicas balizas cronológicas, poderíamos sugerir que essa intensificação do viajar para Espanha se vai verificando entre 1865, ano em que Júlio César Machado, como conta em *Em Hespanha. Scenas de Viagem* (Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1865), jornadeia, acompanhado do conde de Óbidos, em diligência, e 1872, data em que Pinheiro Chagas, narra a sua viagem de comboio a Madrid integrando um divertido grupo excursionista com interesses artísticos e políticos agenciados, em algum caso, por Ángel Fernández de los Rios (*Madrid*, C. S. Afra e C.ª, S.A. [1872]).[10] Tal quadro, como se torna evidente em muitos livros de viagens de portugueses por Espanha, é ainda sublinhado, em seus contornos políticos, pelas polémicas — que são uma "forma" cultural a ter sempre em consideração — sobre as reais possibilidades de uma "amigável" e gradual união ibérica[11] de signo

[9] Freitas Carvalho, J. A., *«O meu reino por um sereno…». Viajantes portugueses em Espanha (1847–1952). Achegas bibliográficas*, ed. cit., pp. 25-27.

[10] Seja-nos permitida a ousadia de afirmar que é uma pena que António Pedro Barba Homem no mais importante estudo que, nos últimos anos, se publicou sobre o futuro deputado e ministro (*Manuel Joaquim Pinheiro Chagas. Uma biografia, 1842–1895*, Lisboa, Assembleia da República, 2012 [Colecção "Grandes oradores"]) não tenha dedicado um pouco de atenção a esta obra de um jovem que, além dos museus e teatros, quis ir ver e ouvir os grandes políticos no próprio parlamento espanhol.

[11] Depois de como que o expor capítulo por capítulo, em «Horizontes peninsulares», muito interessantes páginas finais de *Mi misión en Portugal: anales de ayer para enseñanza de mañana*, Paris-Lisboa, A. Belhate, Bertrand, s. d. (1878?), pp. 715-725, A. Fernández de los Rios assinala e glosa o que fora o seu programa («la supresión gradual de todas las travas internacionales») para essa sonhada união.

monárquico ou republicano federalista — um tema que Teixeira de Vasconcelos discute, em 1863, viajando de Paris a Madrid (*Viagens em Terra Alheia: de Paris a Madrid*, Lisboa, Typographia do Futuro, 1863), e se continua a discutir no comboio entre Madrid e Lisboa, em 1908, como documenta Samuel Maia em *Por Terras Estranhas* (Lisboa, Typographia Mendonça, S.A. [1908]). Todos nos lembraremos dos momentos literários álgidos desta questão: a publicação de *Ibéria* de Don Sinibaldo de Mas (1852)[12] e de *Mi misión en Portugal: anales de ayer para enseñanza de mañana* de A. Fernández de los Rios (1878?), obras que se diria não ter possuído o Dr. Sousa Viterbo na sua biblioteca. Efectivamente, Sousa Viterbo que tantos materiais carreará para patentear o intercâmbio cultural entre Portugal e Espanha ao longo dos séculos e pugnará pelo intercâmbio científico nesses dias, como havemos de aludir, não parece, contudo, ter-se demorado nas dimensões mais políticas da "questão ibérica". Dissemos demorado — e sublinhámo-lo —, porque as entrelinhas de algumas passagens da introdução de 1892 poderiam permitir alguma alusão de cariz mais político por parte de alguém que, desde cedo, militava nas correntes dos republicanos portugueses. A fiarmo-nos no catálogo do leilão da sua biblioteca em 1914, sobre o tema apenas terá possuído os breves comentários do barão Edmond de Septenville, *Le Portugal et l'Unité Iberique* (Paris, E. Dentu, 1873)[13] — Um "iberismo" visto pelos olhos de um francês em 20 páginas.

Neste contexto – que também é um clima político e cultural: Ramalho Ortigão, em 1871 e em 1881, dedicará alguma das suas *Farpas* ao intercâmbio excursionista luso-espanhol a preços reduzidos em que tanto se empenharam diplomatas como Ángel Fernández de los Rios[14] — é, porém, possível perguntar ainda se *A litteratura hespanhola em Portugal* que já estaria em vias de concluir-se em 1892, não terá sido concebida como uma espécie de adenda reactiva a *La Ciencia española* de Marcelino Menéndez y Pelayo cuja 1.ª edição

[12] Pereira, M.C., «Sinibaldo de Mas: a difusão da *Ibéria* em Portugal e do iberismo no Oriente» in *II Encontro Internacional. Relações Portugal–Espanha. Uma história paralela, um destino comum*, Porto, Fundação Rei Afonso Henriques, CEPESE, 2002, pp. 213-230.

[13] Rodrigues, E., *Catálogo da curiosíssima livraria que pertenceu ao inolvidável escriptor Dr. Sousa Viterbo…*, Lisboa, Centro Tipographico Colonial, 1914, integrando uma miscelânea sob o nome de Léon Pagès, n.º 1005.

[14] de los Rios, A., *Mi misión en Portugal*, ed. cit., pp. 577- 591.

é de 1876 e a definitiva (3.ª) de 1887. Talvez o Dr. Sousa Viterbo, que manterá, tardiamente (1900/1901), com Menéndez y Pelayo, uma discreta correspondência e intercâmbio bibliográfico[15] — curiosamente, porque não há rasto de obras deste autor no catálogo leilão da biblioteca de Sousa Viterbo? — quisesse chamar a atenção não só para que muitos autores que constam do *Inventario de la ciencia española* eram portugueses, mas também para que muitos autores espanhóis registados por Don Marcelino tinham sido originalmente publicados em Portugal. A resposta só poderá ser dada quando soubermos que Sousa Viterbo conheceu ou não *La ciencia española*, obra que veio a dar origem a uma célebre polémica — *La cuestion de la ciencia española* que foi também um enfrentamento ideológico que poderíamos toscamente assinalar entre os monárquicos e católicos Menéndez y Pelayo e Gumersindo Lavarde, por um lado, e o republicano Gumersindo Azcárate, por outro. Mais tarde, Ortega y Gasset cortaría cerce: "Antes de su libro entrevíase que en España no había habido ciencia; luego de publicado se vio que jamás la había habido". De qualquer modo, será sempre possível interrogarmo-nos sobre o verdadeiro alcance de uns parágrafos quase finais de *A civilização hespanhola e a civilização portuguesa* em 1892:

> Estimamos que se faça, que se desenvolva e se complete esta estatística, nos seus variados e numerosos aspectos, não por uma rivalidade mesquinha, mas por uma emulação sincera e generosa. Quaesquer que sejam as ideias políticas e históricas, que secularmente nos separam de Hespanha, esse antagonismo não poderá evitar que no campo da siencia fraternizem as duas nações, ajustando serenamente as contas do que se devem mutuamente n'esta herança e conquista do saber, n'esta lucta gloriosa do progresso,

considerações estas que, se não foram, de alguma maneira, de resposta, nos parecem remeter hoje para o projecto em que foram sendo glosadas, a partir de 1921, nos Congressos luso-espanhóis para o progresso das ciências.

---

[15] Dias. J. L., "Cartas inéditas de Sousa Viterbo a Menéndez Pelayo" in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, XXIV (1961), pp. 231-239, publica 3 — e parece poder-se deduzir do seu texto que únicas — cartas de Sousa Viterbo a Don Marcelino.

Há, porém, que lembrar um elemento mais — e importante, a nosso ver — do quadro contextual que acabamos de evocar: a publicação, a expensas estatais, em 1890 (Madrid, Imprenta del Colegio Nacional de Sordo-Mudos y Ciegos) do conhecido *Catálogo razonado de los autores portugueses que escribieron en castellano*[16] do médico setubalense Domingos García Peres. Sousa Viterbo não só o conheceu e utilizou, como ainda lembrou, logo antes dos parágrafos que acabamos de citar, que

> Com o seu Catálogo o Sr. Garcia Peres revelou, por um lado, a pujança da nossa cultura, por outro lado, a parte importante, com que Portugal contribuiu para augmentar os thesouros intellectuaes de Hespanha…

De qualquer modo, e qualquer que seja a dimensão e peso que se queira atribuir à polémica em torno da *ciencia española* no contexto cultural que acabamos de evocar sumariamente, uma lição poderá sempre tirar-se de *A litteratura hespañola em Portugal*: a sua demonstração de que a cultura portuguesa — nela incluindo, obviamente, actividade de impressores e livreiros — estava longe de ter esmorecido durante os tempos da monarquia dual que, em larga medida, balizam, cronologicamente, a obra de Sousa Viterbo.

Apontado, esquematicamente, o contexto cultural em que nos parece haverá situar, em 1892, *A literatura hespanhola em Portugal*, deveremos lembrar que a obra não é essa pura bibliografia que, com as suas descrições rigorosas do volume ou volumes de cada edição de uma obra, admiram os que, alguma vez, gostam de se rever em Silvestre Bonard: *Je ne sais pas de lecture plus facile, plus attrayante, plus douce que celle d'un catalogue*.

Continuador da tradição de Bartolomé José Gallardo (†1852) cujos 4 volumes do célebre *Ensayo de una biblioteca de libros raros y curiosos* só vieram a ser publicados entre 1865 e 1889 — os dois últimos pelos cuidados de Don Marcelino, obra que, embora não conste do *Catálogo* do leilão dos seus livros, regista e explora com admiração e proveito —, Sousa Viterbo oferece em *A litteratura*

[16] A obra data de 1867, pois nesse ano fora apresentada a concurso na Biblioteca Nacional de Madrid, onde, como assinala A. Fernández de los Rios, *Mi misión en Portugal*, ed. cit., p. 653, n.º1, se conservava o respectivo manuscrito. Seria interessante confrontar o manuscrito com a obra publicada.

hespanhola em Portugal muito mais que uma simples e muito cuidada "resenha bibliográfica".

Na introdução que, como dissemos, são os "preliminares" já publicados em 1892, Sousa Viterbo passa em revista a literatura espanhola — em latim e castelhano —, demorando-se no teatro, na música, na teologia, no direito, na astrologia e astronomia, na matemática e, com especial incidência, na arte de navegar. Quase uma organização das matérias de acordo com o clássico *Trivium* e *Quatrivium*, que não corresponderá, depois, a qualquer ordenação da matéria bibliográfica propriamente dita. É uma organização de algumas "especialidades" de que se serve para "dar uma idea, senão exacta, pelo menos muito aproximada" e com alguma ordem, das "ciências" em que Espanha brilhou até ao século XVIII e que, por sua vez, poderia ser uma remissão para a polémica sobre a "ciência espanhola" que evocámos já.

Não nos interessa discutir aqui as explanações do grande estudioso sobre "a mania do estrangeirismo" que, segundo pensava — de acordo com velhas tradições renovadas em seus dias —, relevava da "feição da tendência cosmopolita" dos portugueses, que — a começar pelos seus reis — nos séculos XVI e XVII privilegiaram o espanhol como língua literária e diplomática, contribuindo, assim, a par "dos elementos clássicos e dos elementos estranhos" — ensino em latim, o grande número de mestres estrangeiros na Universidade, os casamentos dinásticos e cortesãos, os muitos membros estrangeiros das ordens religiosas, etc. —, para, antes de mais, a "desnacionalização da mocidade" dotando-a de "um carácter cosmopolita, universal, eclético" de que o "desamor à língua pátria" poderia ser uma consequência. É uma perspectiva que, sem grande violência, nos parece poderia unir o autor de *A litteratura hespanhola em Portugal* com aquele Fradique Mendes que questionava uma sua amiga que queria encontrar um bom mestre de espanhol para o seu jovem filho. E como se de um símbolo se tratara, Sousa Viterbo anota que, se o Camões lírico também escreveu em espanhol, o Camões épico "comprehendeu de sobra que o seu poema, tão repassado de patriotismo, perderia uma das suas qualidades essenciaes, se fosse escripto em língua estranha".

Assim, é possível que esta sequência e o contexto cultural que sugerimos para o trabalho de Sousa Viterbo nos ajudem a explicar não só quanto "a Hespanha [nos] attrahia inquestionavelmente", mas também que os

resultados desse mesmo trabalho – *A litteratura hespanhola em Portugal* — se lhe apresentasse não como a demonstração de uma "desnacionalização" anunciada, mas antes, "acto de um patriotismo inatacável", como a "pedra d'um monumento levantado em honra da actividade litteraria e da civilização peninsular".

E a avançar as primeiras provas dessa "interdependência" civilizacional que verdadeiramente não conhecia fronteiras estão, em números redondos — as entradas não estão numeradas e, portanto, pode-nos ter falhado alguma — os cerca de 300 autores e anónimos que lhe permitiram elencar cerca de 600 impressões de obras de autores espanhóis em Portugal — incluindo nestas um jornal *El Verídico Español* de que se publicaram, em Lisboa, 9 números em Novembro de 1812, e algum que outro, como alguma das traduções espanholas do célebre livrinho de sentenças conhecido por *Cato*, que seguramente não era espanhol.

Convém, porém, sublinhar que na sua "resenha bibliográfica" Sousa Viterbo não se limitou a reunir esses 600 verbetes e a dispô-los alfabeticamente pelo apelido de cada autor. Por muito longe que o seu trabalho e os seus métodos se encontrem das actuais técnicas bibliográficas, a sua obra, no seu pioneirismo — e ele tinha disso consciência e das suas limitações — é muito mais que uma simples "resenha bibliográfica".

Com efeito, já desde a "introducção ou prefacio" que, no texto, a propósito de autores, obras ou circunstâncias, nos vão confluindo notícias complementares. Por exemplo: acerca dos reis portugueses casados com princesas espanholas, oferece uma lista de obras a eles dedicadas por autores espanhóis, muito especialmente a João III e a Catarina de Áustria; a propósito do ensino do latim na Universidade de Coimbra aponta a lista das edições da *Gramática* do Padre Manuel Álvares; comentando o gosto dos portugueses pelo teatro espanhol em Portugal no século XVII — que, aliás, não era particularidade exclusiva dos portugueses — dá-nos uma primeira lista, creio que ainda muito útil, de actores que actuaram em Portugal no século XVII e nos começos do seguinte.

E no *corpus* propriamente dito da obra, Sousa Viterbo não se limitou a transcrever, quase sistematicamente, os elementos bibliográficos básicos — autor, título da obra, impressor, lugar e ano da impressão, formato, número

de páginas, localização de exemplares —, mas quase sempre procura ainda fornecer alguma indicação sobre o autor que pode ir até à anotação de qualquer plágio — por exemplo: o verso que D. Gabriel Garcez y Gralla "pilhou" de *Ulisseia* de Gabriel Pereira de Castro —, mas em casos de autores ou obras que terá considerados mais relevantes pela fama do autor ou pela repercussão da obra oferece os paratextos mais importantes — censuras, dedicatória, etc. —, ou ainda algum documento extrabibliográfico que possa ajudar a esclarecer a biografia do autor ou a difusão da obra.

É o caso, por exemplo, de Mateo Alemán: a propósito das edições da 1.ª parte de *Guzmán de Alfarache* (Lisboa, Jorge Rodrigues, 1600, e Coimbra, no mesmo ano, por Pedro Mariz) e da *prínceps* da *Segunda Parte* da mesma novela (Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1604) nos oferece uma série de paratextos e documentos, mas ainda nos apresenta, pela 1.ª vez, o ms. da *Tercera parte de Guzmán de Alfarache* de Felix Machado, marquês Montebelo, que se conserva na Biblioteca da Ajuda — fá-lo, muito antes, portanto, de Gerhard Moldenhauer, já que este só em 1927 (*Revue Hispanique,* LXIX) se ocupou do manuscrito que então editava e que, em 2010, em Sevilla, voltou a ser reeditado por diligências do Prof. Victor Infantes, membro da nossa Academia.

Um outro exemplo do cuidado que Sousa Viterbo pôs em chamar a atenção para um autor cujas obras considerava justamente importantes — pelo seu significado cultural e pela sua raridade — é o caso de Francisco de Monzón. Neste caso descreve cuidadosamente as duas edições lisboetas do *Espejo del príncipe Christiano* (1544, 1571) — comentando a dedicatória da última a D. Sebastião e o prólogo da edição anterior dirigido a D. João III —; a do *Norte de confesores* (Lisboa, 1546) e muito especialmente a do *Norte de Idiotas* (Lisboa, 1563), transcrevendo a longa dedicatória da obra a D. Maria da Silva, dama de alta espiritualidade, mulher de Francisco de Sousa Tavares, famoso capitão na Índia que veio a ser, ele também, um nome consagrado na literatura de espiritualidade em atenção, entre outros motivos, ao seu *Livro de doctrina spiritual* (Lisboa, 1564). Parece-me este caso, salvo melhor opinião, um bom exemplo de quanto estas páginas de Sousa Viterbo, de 1892, retomadas em 1915, nos alertavam já para a rede de espiritualidades — autores, editores, damas e cortesãos —, que, a tal propósito, estudou o Prof. Silva Dias em *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal*.

Um último exemplo: a edição, desta vez em Braga, por Frutuoso Lourenço de Basto, em 1611, dum "valioso cancioneiro de devoção" — a classificação é do próprio Sousa Viterbo — constituído pelo *Libro de la vida y milagros de S. Ignes con varias otras obras a lo divino. Compuesto por el P. F. Alvaro de Hinojosa y Carvajal*, monge beneditino. Neste caso, o interesse do exemplo reside em que Sousa Viterbo, além de anotar alguma poesia mais do autor em obras de autores portugueses, transcreve a dedicatória, plena de dados autobiográficos do autor, a D. Ignes de Carvajal, condessa de la Oliva, e mulher de Don Rodrigo Calderón († 1621), o celebérrimo e trágico valido do duque de Lerma.

O Dr. Sousa Viterbo, porém, levou o seu cuidado registo bibliográfico ao ponto de assinalar ainda algum autor espanhol que viu publicada em letra de imprensa em Portugal a primeira e única edição de uma poesia sua. É o caso de Soror Maria de S. José, a célebre discípula de Teresa de Jesus, cuja obra, por razões várias, apenas corria manuscrita e donde Fr. Belchior de Santa Ana, OCD, extractou um soneto que publicou em a sua *Crónica dos carmelitas descalços particular do Reino de Portugal, e Província de S. Filippe* (Lisboa, H. Valente de Oliveira, 1657).

Revela ainda algum autor então desconhecido dos repertórios bibliográficos espanhóis, como é o caso do já citado D. Gabriel Garcés y Gralla, "capitão e cavaleiro", de quem revela a origem catalã. Neste caso descreve as duas obras que dele conhecia — *Venus y Adonis, fábula trágica* (Lisboa, 1656) y *Ocupación en el retiro* (Lisboa, 1742) — e, naturalmente, publicando os respectivos preliminares (dedicatórias, poemas laudatórios, licenças, etc.). Indicações estas últimas sempre bem vindas, mas neste caso, pelo que a *Venus y Adonis* diz respeito, cremos extremamente importantes, pois não encontramos qualquer exemplar dessa nas principais bibliotecas portuguesas e espanholas, o que poderá explicar que José Maria Cossío (*Fábulas Mitológicas en España*, Madrid, 1952), porque "en repertorio bibliográfico alguno español [había] visto el nombre del capitán don Gabriel Garcés y Gralla", se limitasse a copiar os dados que Sousa Viterbo fornece sobre o homem e a obra. Como informa Sousa Viterbo, o exemplar que consultou integrava uma *Miscelânea* que pertencente, então, a um livreiro lisboeta (Merello), fora depois comprado por Jerónimo Ferreira das Neves, um bibliófilo que prestará muitas informações ao grande erudito. A ser correcta a identificação que propomos

mais adiante, existirá hoje no museu-biblioteca que J. Ferreira das Neves fundou no Rio de Janeiro?

Talvez se justifique agora uma última questão sobre as "fontes" de *A litteratura hespanhola em Portugal*. É uma pergunta a que, naturalmente, só poderíamos responder cabalmente se conhecêssemos os métodos e as etapas de trabalho de Sousa Viterbo. Terá consultado pessoalmente todos os exemplares elencados? Ele próprio confessa que só o fez na sua grande maioria. Muitos regista-os com base nos grandes repertórios bibliográficos peninsulares — a *Bibliotheca Hispanica Nova* de Nicolás Antonio, a *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa Machado; as *Memórias de literatura* de A. Ribeiro dos Santos foram também uma fonte importante, mesmo que reconheça "os equívocos em que frequentissimamente incorria o, aliás, douto investigador" (p. 292); alguma vez, recorrendo às excepções que Inocêncio se digna registar de obras não escritas em português, o *Diccionario bibliographico* fornece-lhe algumas indicações; García Peres, a quem admirava, é um autor que teve em grande conta; e Bartolomé José Gallardo, para além de lhe ter servido, segundo cremos, de modelo, forneceu-lhe, algumas vezes, textos e paratextos. É o que acontece, por exemplo, com as *Grammaticae institutiones* (Lisboa, 1573) de Rui López de Sigura, cujas notícias são, como declara, copiadas do *Ensayo de una biblioteca de libros raros y curiosos* (n.º 2784). Como esperaríamos, Sousa Viterbo recorreu ao célebre *Manuel du libraire et de l'amateur des livres* de Jacques Charles Brunet, mais, porém, para confirmar ou discutir algumas informações do que para colher elementos originais. A par destes instrumentos de trabalho, Sousa Viterbo aproveitou muito dos *Annaes da Biblioteca do Rio de Janeiro* e dos *Documentos para a história da tipografia portuguesa* (Lisboa, 1881/1882) de Venâncio Deslandes.

Mas é a sua frequência da Biblioteca Nacional de Lisboa, da Biblioteca da Ajuda, da Biblioteca Municipal do Porto e da Biblioteca da Escola de Belas Artes de Lisboa que lhe permite o reconhecimento directo da quase totalidade dos exemplares que inventaria e que o autoriza a corrigir alguns estudiosos, como, por exemplo, Teófilo Braga que, em *Historia do theatro portuguez,* atribui a Lope de Vega uns autos sacramentais de José de Valdivielso impressos em Braga em 1624. Naturalmente, este conhecimento directo foi, algumas vezes, completado por informações de funcionários amigos — por exemplo: "Ao Sr.º Calheiros, distinto oficial que foi [da] biblioteca" do Porto deve a

descrição do exemplar da *Segunda parte de Guzmán de Alfarache* que se guarda nessa biblioteca (p.186) — e estamos em crer que as poucas informações sobre exemplares na Biblioteca de Évora igualmente lhe chegavam por diligências junto de funcionários e amigos.

Os amigos bibliógrafos e bibliófilos desempenharam um papel muito importante na tessitura bibliográfica de *A litteratura hespanhola em Portugal.* Sousa Viterbo agradece muitas vezes, entre outros, ao Dr. Augusto Mendes Simões de Castro, de Coimbra — alguém que, do quadro dos funcionários dos correios de Coimbra, veio a ser oficial da Biblioteca da Universidade —, a Jerónimo Ferreira Neves — creio que deverá ser o grande bibliófilo e coleccionador de arte que fundou o Museu D. João VI no Rio de Janeiro —, ao célebre bibliógrafo açoriano José do Canto — a este, que possuía o único exemplar conhecido da edição lisboeta (1551/1552?) da *Doctrina muy proveitosa* e do *Aviso de como os proves órfãos de Jesus se hão de haver nas peregrinações e romarias*, deve toda a informação sobre estas obras do jesuíta Pedro Domenech; com Garcia Peres, além da consulta do seu *Catálogo razonado,* que já referimos, manteve correspondência acerca de alguns autores e obras, como, por exemplo, sobre Gerónimo Cortez, *El curioso de vários secretos de la naturaleza* (Lisboa, 1601) e Don Antonio de Rojas, *Vida del espíritu…* (Lisboa, 1645, pp. 256, 376); não fomos capaz de apurar se as referências a José Maria Nepomuceno, o grande bibliófilo eborense, se devem a correspondência entre ambos ou apenas à consulta do importante catálogo da venda da sua biblioteca em 1897[17]. De qualquer modo, quanto seria interessante, senão mesmo importante, estudar de maneira sistemática essa rede de bibliófilos e bibliógrafos na perspectiva de definir, na esteira de, por exemplo, Marc Fumaroli e de Hans Bots e Françoise Waquet[18], essa "República das Letras" em Portugal nos últimos decénios dos século XIX.

Para além dos inúmeros catálogos de livrarias e leilões que consulta e cita — biblioteca de Salvá, Castelo Melhor, Pereira Merello, *Sir* Carlos Gubian, Bertrand ("livros espanhoes"), por exemplo —, Sousa Viterbo regista e descreve

[17] Viterbo, S., *A litteratura hespanhola em Portugal*, ed. cit., p. 243.

[18] Fumaroli, M., *La República de las Letras*, Barcelona, Acantilado, 2013; Bots, H., Waquet, F., *La Republica delle Lettere*, Bologna, Il Mulino, 2005.

exemplares que consultou em algumas livrarias. Alguma nota: "A livraria Ferreira, da Rua Aurea" possuía o exemplar do *Directorium curatorum* (Lisboa, 1591) de Fr. Pedro Martyr Coma, bispo de Elna; "na loja do livreiro Rodrigues" — gostaríamos de saber se este livreiro, que tantos exemplares lhe facultou, será o Ernesto Rodrigues que organizou o leilão da sua biblioteca — viu, entre muitas outras aí consultadas, "o volume II (enorme calhamaço)" de *El mejor Guzmán de los Buenos* (Lisboa, 1602) de Fr. Juan Gil de Godoy; de uma *Carta pastoral* (Lisboa, 1683) de Fr. Alonso de Santo Tomás, bispo de Málaga, viu "o exemplar do Pereira alfarrabista", de Lisboa, supomos… Uma lista exaustiva dos catálogos de livreiros utilizada poderia fornecer não só um bom roteiro cultural lisboeta, mas também, consequentemente, um elemento importante a considerar, nos seus diversos aspectos, no quadro da cultura portuguesa dos finais do século XIX. De qualquer modo, esses registos de livreiros e catálogos de livrarias e bibliotecas particulares subastadas, parecem-me bons exemplos dessa permanente atenção e labor *de re bibliographica* que assinalam os seus amigos e biógrafos. E uma prova mais poderia ser esse *Catálogo manuscrito da Câmara Municipal* de Lisboa em que se assinalava uma edição *De la diferencia entre lo temporal y lo eterno* (Évora, 1678) de Eusebio de Nieremberg.

Por fim, apontemos o recurso a algum que outro exemplar da sua biblioteca a cujo catálogo de venda já nos referimos. Neste caso, apenas encontramos referências a duas obras: as *Rimas sacras* (Lisboa, 1658) de Lope de Vega da qual se refere também o exemplar da Biblioteca Nacional, e o *Para todos: exemplos morales, humanos y divinos* (Lisboa, 1691) de Juan Pérez de Montalván, exemplar em não muito bom estado de conservação, mas que, a crer na informação do livreiro Rodrigues que lho vendeu, estava anotado pelo grande bibliógrafo.

Lastimemos agora que, certamente por lho não ter permitido as suas "debilitadas forças" e por falta de tempo — as razões são suas quase ao fechar da "introdução" — o grande bibliógrafo não tenha levado a cabo, como se propunha e para o que já tinha alguns "subsídios" — *Poesias de auctores portuguezes em livros de escriptores hespanhoes. Resenha bibliographica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1891[19], por exemplo? —, um trabalho similar para

[19] Na capa anterior traz 1892, mas no rosto da obra a data de publicação registada é 1891. De qualquer modo, trata-se de uma "tiragem à parte" do *Instituto*, XXXIX.

a literatura portuguesa impressa em Espanha que via completado "com a lista dos portugueses que no país vizinho tiverem por qualquer modo alcançado algum renome, já nas armas, já na sicencia ou nas artes"[20].

Gostaríamos de pensar que a sumária análise que acabamos de expor terá sugerido o ingente esforço de pesquisa que a elaboração de *A litteratura hespanhola em Portugal* exigiu do seu autor e quanto os seus resultados perduram como um marco para todos os que nos dedicamos à história da cultura portuguesa — literária e científica — no contexto peninsular. Atrevemo-nos, por isso, a fechar esta evocação do seu centenário — que deveria ser antes a sua celebração — com as palavras com que Lopes de Mendonça encerrou a sua evocação de Sousa Viterbo na sessão desta mesma Classe em Fevereiro de 1911: "Honrando-o, honramo-nos a nós próprios, como sócios desta benemérita Academia".[21]

(Comunicação apresentada à classe de letras
na sessão de 12 de novembro de 2015)

[20] Para a época contemporânea, Manuel Correia Fernandes, *Literatura Portuguesa em Espanha. Ensaio de uma bibliografia (1890–1985)*, Porto, Livraria Telos Editora, Lda., 1986, levou a cabo, com admirável rigor, o enunciado projecto de Sousa Viterbo.

[21] Não podemos deixar de agradecer aqui, como o fizemos publicamente, a colaboração do Sr. Prof. Teles Antunes, Bibliotecário da Academia das Ciências, e a gentileza, eficiência e paciência das Sr[a]s D. Conceição Lorena, Dr.[a] Maria Luísa Macedo e Dr.[a] Maria Leonor Pinto, do seu Arquivo e Biblioteca, na realização desta comunicação.

Elogio histórico de Pedro Pitta

Adriano Moreira†

Quando o novo Presidente tomou a iniciativa, tão louvável, de que se proceda ao elogio póstumo dos académicos a que cada um de nós tem a honra de suceder, ocorreu-me tentar averiguar a fila de antecessores cujo elogio foi omitido, e sem ter certeza de os poder enumerar todos, encontrei a sucessão que vai de António Feliciano de Castilho, eleito em 4 de Maio de 1826, e, seguindo-se Pedro Góis Pitta eleito em 27 de Março de 1924, Inocêncio Galvão Teles eleito em 12 de Maio de 1960, tendo ainda de referir-se Tomaz António Ribeiro Ferreira, 11 de Dezembro de 1862, Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, 6 de Junho de 1879, Francisco António da Veiga Beirão, em 15 de Junho de 1893, Artur Pinto de Miranda Montenegro, em 18 de Abril de 1912, e, depois da morte de Galvão Teles, Isabel Maria de Almeida de Tello de Magalhães Colaço, estes da nossa vida. Também anotei que, embora se trate de uma sucessão de imortais, igualmente se comprova a regra de que depressa passa a glória do mundo, em vista do esquecimento agora interrompido. Devendo ocupar-me, por encargo, do presidente Pitta, não posso em todo o caso deixar de anotar, primeiro a diferença dos tempos que acompanharam a vida e intervenção prestantes dos agora recordados, e depois algumas notas pessoais, porque em relação a todos seria impossível, que me apraz deixar registadas, recordar alguns que passaram pela minha vida, e pelas vidas de muitos portugueses, mesmo quando não tendo alcançado o registo na história de Portugal. Quanto ao período, que vai de 1826 até 2004, abrange, portanto, praticamente, os séculos XIX e XX. Nesse século XIX, a Europa desenvolveu uma política de expansão e domínio sobre o que seria chamado terceiro mundo, procurando construir dessa maneira o Império Euromundista que acabou em nossos dias, e pareceu convencida, com base numa unidade agora prometida, mas não juridicamente assumida, que ela era a própria civilização. Foi um século de otimismo, sobretudo para as potências líderes, como a Inglaterra, a França, e de modo geral os Saint-Simonistas,

designando a missão, pela voz de Kipling, como "o fardo do homem branco", e feliz pela voz de Vítor Hugo, por "ter feito do Negro um homem". A ciência e o progresso da instrução, com Strauss, desde 1815 com a sua *Vie de Jesus*, a discutir a real historicidade dos Evangelhos, com Darwin a desafiar, com a teoria da evolução, a verdade revelada. Mas embora na Europa do Norte-Oeste, na Áustria e na Alemanha, tal instrução então tenha crescido exponencialmente, ela atingiu com lentidão visível os países do sul em que a Ibéria fica incluída.

Neste ambiente, em que as orientações internacionais dominantes são marcadas pelo liberalismo crescente a dominar a política e a economia, mas combatido, nos seus considerados excessos, pelo catolicismo a querer restaurar a observância dos seus valores, e pelo socialismo a opor-se à ordem capitalista, Portugal, para além das questões políticas menores internas, avaliava as sequelas da perda do Segundo Império, com a independência do Brasil. Nesta nossa Academia distinguia-se então, na linha em apreço, o poeta cego, António Feliciano de Castilho, eleito em 4–5–1826, e que por todos foi considerado, com Herculano e Garrett, um dos renovadores da Literatura Portuguesa, cuja cultura a Universidade de Coimbra celebrara, iniciando o congresso com a recitação da sua poesia "O Dia da Primavera", na Lapa dos Esteios que, sem êxito, quiseram crismar de Lapa dos Poetas.

Todavia, mais interventor na avaliação da relação do país com a conjuntura mundial, Tomaz António Ribeiro Ferreira, eleito em 11–12–1862, sem ter sido contagiado no seu talento de poeta pelo facto de ter sido, além de académico ilustre, também ministro da Marinha e até das Obras Públicas, escreveu um extraordinário poema de louvor a Portugal — "meu Portugal, meu berço de inocente/larga estrada que andei débil infante", "três testemunhos tens que ao mundo inteiro/grandes, hão de levar-te a justa glória/Camões, o Sol, o Oceano/que o primeiro ergueu-te em alto canto e nobre história".

Mas a sua intervenção na revista *Mala Europa*, aparecida em 1894, foi posta em evidência na comunicação do querido académico e amigo Luís Forjaz Trigueiros, em 7 de Outubro de 1982, intitulada "Tomás Ribeiro e A Mala da Europa". Nesta revista, logo em 15 de Novembro de 1894, onde aparece a dirigi-la, ela é dedicada a homenagear o Brasil que celebrava o quinto aniversário do seu regime republicano, numa altura em que o incidente com as

corvetas *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque* tinha interrompido as nossas relações, Brasil onde viria a ser representante diplomático. A questão atual da CPLP e do Instituto Internacional de Língua Portuguesa aconselha a que não deixemos de reler este paladino da solidariedade atlântica, um dos interventores fundadores do conceito estratégico que então se traduzia na necessidade de "levar Portugal — e a Europa — aos portugueses trabalhadores no Brasil e em África, sobretudo no Brasil". Não estranharão que lembre que também foi Governador Civil de Bragança.

Talvez pela mudança de nome da atual secção, tal como a Faculdade de Direito de Lisboa, que perdeu a referência às ciências sociais, a temática dominante passa então a ser normativa, destacando-se desde logo Hintze Ribeiro, eleito em 6 de Junho de 1879, Doutor em Direito, Presidente do Conselho de Ministros, autor da obra intitulada *Reforma da Legislação Comercial*, que, segundo o parecer de então, lhe abriu as portas da Academia. Um pendor acentuado por Francisco António de Veiga Beirão, eleito em 15 de Junho de 1893, estadista, advogado e presidente da então Sociedade dos Advogados, docente de Direito no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, mas sobretudo autor do Código Comercial Português (1912), e interventor nos tribunais e nas secções da futura Ordem, um precedente de que o homenageado de hoje seria seguidor.

Finalmente, em fim de século, o Doutor conimbricense Artur Montenegro, catedrático naquela Universidade (Outubro de 1893 a 1910), ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, membro do Tribunal de Haia, e finalmente Professor de História do Direito Romano da Faculdade de Direito de Lisboa — e cego. Não evitarei recordar esse meu professor, que chegava ao Campo de Santana, em 1939, acompanhado por um secretário, nós fazíamos uma reverência, o secretário advertia-o com ligeiro sinal físico, e o Professor retribuía a homenagem tirando o seu chapéu. Ditava os sumários a um aluno que os escrevia no quadro, era escutado com atenção e proveito o seu português rigoroso, que aparecia reproduzindo o ensino nos livros que legou.

Depois do falecimento de Pedro Gois Pitta, referirei Inocêncio Galvão Teles, eleito em 12 de Maio de 1960, um dos jovens Doutores da Faculdade de Direito de Lisboa, que ficou na História pela defesa dos direitos de Portugal, na Haia, quando da invasão de Dadrá e Nagar Aveli, obtendo, com a

colaboração de Braga da Cruz, Reitor Ilustre da Universidade de Coimbra, a sentença que honrou Portugal, mas nunca foi obedecida pelo Governo da União Indiana. Ministro ilustre da Educação Nacional, professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa, deixou uma obra jurídica, sobretudo na área do direito das obrigações, sucessões, e direito sucessório, devendo acrescentar-se os temas da educação como Ministro. Atingido pela Revolução de 1974, teve no Brasil o acolhimento que era devido à sua categoria científica.

Finalmente, a inesquecível Isabel Maria de Almeida Tello de Magalhães Collaço, a primeira mulher que venceu as resistências da estrutura académica de Lisboa, e entrou, Doutora, no corpo docente da Faculdade de Direito. Eleita em 25 de Março de 1976. Quem a ouviu, não estranhará estas palavras do *In Memoriam* escritas por José Cutileiro: "quem a conheceu bem, por ter trabalhado com ela, convivido com ela, ou por ocasionalmente a ter encontrado em seminários, comissões, ou nas casas de amigos comuns, guarda lembranças do entusiasmo lúcido, da exigência moral, da imaginação, da curiosidade, do gosto contagioso pela vida que faziam de cada hora passada na sua companhia um prazer raro e um ensinamento".

Cumprida esta obrigação assumida de referenciar alguns, não todos, nestas invocações que temos omitido no ritual com que devemos acompanhar o nome dos que por aqui passaram e honraram a passagem, dedicarei finalmente algumas considerações referentes ao Dr. Pedro Pitta e Cunha, eleito em 27 de Março de 1924, efetivo desde 18 de Julho de 1931, primeiro na cadeira 38, mas transitando depois para a cadeira n.º 22 pelo falecimento do recordado Prof. Montenegro. Discursou em 3 de Fevereiro de 1974, fazendo uma síntese extraordinária da sua visão e intervenção na Academia, atitude celebrada quando da sua morte, pelas palavras que se encontram arquivadas do presidente Amzalak, comoventes e também de amigo, inspirando o epitáfio com que a imprensa lhe prestou homenagem, como estadista, como académico, e como advogado. Das palavras do Moses Bensabat Amzalak destaco as seguintes: "O Sr. Dr. Pedro Pitta reuniu muitos dos seus estudos jurídicos e trabalhos forenses, consultas, articulados, alegações, minutas e contra-minutas, nos seguintes cinco sugestivos volumes: *Expropriação* (1917). *Prática de Advocacia* (1919). *Estudos de Direito* (1924). *Na Vida do Fôro* (1927). *O Direito na Prática* (1930).

O Sr. Dr. José Alberto dos Reis, um dos mais ilustres cultores do direito em Portugal, referindo-se aos trabalhos forenses do Sr. Dr. Pedro Pitta escreveu (*Prefácio* do volume *Prática da Advocacia*): "Em todos os trabalhos do Dr. Pedro Pitta se notam estas qualidades apreciáveis: uma grande nitidez e precisão; uma leveza admirável que, por vezes, chega até à elegância; um equilíbrio muito seguro e ponderado".

"O Sr. Dr. Pedro Pitta não pertence à escola dos advogados que fazem dos autos um vazadouro de impropérios e injúrias e que se deliciam em apoucar e achincalhar litigantes, colegas e magistrados, escola infelizmente muito seguida e adoptada".

"O Sr. Dr. Pedro Pitta usa sempre da mais escrupulosa correcção e da mais irrepreensível compostura".

Eleito sócio correspondente da Academia em 27 de Março de 1924, realizou uma série brilhante de comunicações:

"O contrato de Colónia na Madeira" (1929).
"A premeditação mesmo no crime de homicídio voluntário pode não agravar a responsabilidade do agente" (1930).
"A demência como fundamento da anulação de contratos" (1930).
"Bigamia sem crime" (1930).
"Um caso em que a leis negam o direito de ter pai" (1930).
"O regime dotal em bens futuros através da especificação e do registo" (1931).

Recordo-me dos momentos de verdadeiro prazer espiritual que o Sr. Dr. Pedro Pitta proporcionou à Academia com a leitura dos seus notáveis trabalhos.

Como escritor de ficção, deu-nos um livro de contos intitulado *Gente que Passa* (1928).

Quero por isso terminar esta despretensiosa anotação referindo a longa presidência de quatro mandatos que ele exerceu na Ordem dos Advogados. Nesse tempo os advogados eram de facto profissionais liberais, e a intervenção de Pedro Pitta foi mais no foro do que na Universidade, uma tradição que parece esquecida nesta casa; juízes, procuradores do Ministério Público, provedores de justiça, advogados, não deveriam ser omitidos. Os advogados sabiam que o poder da palavra pode vencer a palavra do poder. E por isso

tinham um prestígio e uma ética que era guarda da lei, e faz recordar um conceito de conduta ouvido ao Prof. Manuel Rodrigues, e atribuído a um esquecido advogado interveniente na Convenção da Revolução Francesa: "senhores, trago aqui numa das mãos a verdade, e na outra a cabeça, e peço-lhes que disponham da segunda depois de ouvir a primeira". Recordo a última vez que vi nesta sala a viúva do Professor Paulo Cunha, sua filha, então já idosa, mas guardando a lucidez e distinção que a caraterizavam. Fui cumprimentá-la, e ela, segurando a minha mão, disse-me: estive neste lugar para ouvir o meu pai, voltei a estar aqui para ouvir o meu marido, e hoje estou cá para ouvir o meu filho. De facto, todos podemos ainda escutar e meditar neste lugar as palavras e o exemplo do presidente Pedro Pitta, jurista, advogado, interventor na área que articula o saber com o saber fazer.

(Elogio histórico apresentado à classe de letras
na sessão de 29 de janeiro de 2015)

Saudação a Adriano Moreira

Pedro Soares Martínez†

O magistral elogio histórico de Pedro Góis Pitta, que acabámos de ouvir, avivou-me, naturalmente, muito gratas e saudosas memórias do convívio que com ele tive. Nesta mesma Casa, na Ordem dos Advogados, na sua conservatória do Registo Predial, e também na contemplação do lindo roseiral onde cuidava, com esmeros de requintado coleccionador e de bom gosto, as mais variadas e raras espécies, num belo jardim dos arredores de Lisboa. E porque cedo ganhei o hábito de só esconder aquilo que não me pertence em exclusivo, espero que os doutíssimos Confrades me perdoem cair na tentação de aproveitar este ensejo para, junto deles, e dos muito ilustres convidados da nossa Academia, recordar agora alguns traços da personalidade e do perfil académico de Pedro Pitta, tal como o vi, tal como o conheci, tal como o interpretei, sem pretender acrescentar, seja o que for, acerca dos seus muitos méritos científicos e da sua obra, bem conhecidos e agora, há momentos, oportunamente lembrados através do seu elogio académico. Tudo procurarei situar ao nível das minhas próprias vivências pessoais, reservando algum relevo para quanto respeita, mais de perto, a esta Academia das Ciências de Lisboa.

Era Pedro Pitta um dos mais representativos elementos da sua geração coimbrã, dos seus ideais de Justiça e de Liberdade, sem quebra de segurança, nem esquecimento dos valores e das regras fundamentais que têm regido a civilização ocidental, possivelmente já trazidos da Ásia e das ruínas de Tróia, que os Gregos terão carregado nas naus, de mistura com o ouro e Eneias, no cumprimento do seu destino, embora na saudade das ternuras de Dido, terá comunicado à gente do Lácio, através de muitos tormentos, porquanto, conforme a evocação virgiliana, "tantae molis erat romanam condere gentem". Dessa mesma herança, recebida com amor e respeito, por um homem de bem, impregnado do ecumenismo português, resultariam aspectos da personalidade de Pedro Pitta, cuja objectividade, cuja compreensão dos outros, cujo

bom senso, o tornaram apetecido companheiro de tertúlias e respeitado conselheiro de doutas assembleias. Pelo seu saber, sem dúvida, mas talvez mais ainda pela sua extrema sensibilidade. Para aquele ilustre jurista, a destrinça entre o justo e o injusto aflorava-lhe, com nitidez, ao espírito, antes da consulta dos códigos, por lhe estar gravada na mente e no coração.

Meão de estatura, de olhar cintilante, de palavra pronta, bem nítida, ainda que levemente cava, afável e irradiando simpatia, mas sempre frontal, Pedro Pitta aceitou responsabilidades de Governo, em tempo de dificuldades extremas, sem dessa aceitação colher benefícios, para além das amizades que cimentou, em torno da mesa dos conselhos ministeriais. Entre elas, a de Júlio Dantas. E, na imutável fidelidade aos princípios de sempre se conservou, sendo disso também exemplo de muito relevo. Refugiou-se no muito amor da família, na actividade profissional e na dedicação a esta Academia, onde ingressou em 1924. Com extremos de tenacidade, de sacrifício e de amor à vida. Da sua coragem, física e moral, deu sempre provas, até em face dos graves incómodos de saúde que o afligiram ainda em plena juventude.

A inteira recuperação lhe terá renovado as energias, o dinamismo, a extrema vivacidade, que muito contribuíram para os excelentes serviços prestados por Pedro Pitta à Academia das Ciências de Lisboa. Através das suas comunicações, por certo, mas, talvez sobretudo, através das suas intervenções, das suas críticas, sempre acaloradas, às vezes duras, mas sem a menor quebra do respeito próprio, nem do respeito alheio. Nas suas mesmas conversas de ante-câmaras e de corredores, Pedro Pitta contribuiu muito para manter nesta Academia os usos e o trato que, mais tarde, levariam o nosso também saudoso confrade e amigo Pinto Barbosa a dizer, numa das suas ajustadas sínteses, que esta Casa era um refúgio de bom viver. E, no seu gosto pelo espírito fraternal entre académicos, também Pedro Pitta, não obstante a sua constante e inteira fidelidade ao regime parlamentar e ao sufrágio universal, defendeu sempre que, nesta Academia ou, pelo menos, quanto aos ingressos e quanto à passagem de categorias de sócios, o consenso se preferisse à votação. Para que não houvesse vencedores e vencidos, nem se formassem facções, que haviam de dificultar, ou até impossibilitar, o cumprimento da missão da Academia, cujos ingressos e mudanças de situação haviam de ser alheios a influências, interesses e simpatias, apenas dependendo de

criteriosos pressupostos de capacidade e de fundadas expectativas de dedicação ao serviço académico, abominava Pedro Pitta todas as formas de corrupção, abrangendo, sob este termo, todos e quaisquer desvios das finalidades próprias das instituições. E, nesse sentido, com frequência repetia, em termos enérgicos, mas de bondosa benevolência, que, com ele, a corrupção não entraria na Academia das Ciências de Lisboa. Em Pedro Pitta concorria também a virtude de não confundir, nem uniformizar, as circunstâncias e as soluções.

Na base do referido princípio do consenso, Pedro Pitta travou prontamente um projecto esboçado no sentido de fazer ingressar na Academia das Ciências de Lisboa António de Oliveira Salazar, ao tempo presidente do Conselho de Ministros. E fê-lo, em plena objectividade, no entendimento de que a independência e o prestígio da Academia a têm de apartar de reais ou aparentes dependências políticas. Passados anos, Salazar, em conversa com Paulo Cunha, a meio de um despacho ministerial, ter-lhe-á dito: "Fez o seu sogro bem. Eu teria feito o mesmo".

Naquele tempo, o tempo de Pedro Pitta, e também ainda o da minha entrada nesta Casa, o alto nível dos trabalhos da Academia das Ciências de Lisboa era bem conhecido, pari passu, por todo o país. Porque era constantemente assinalado pela imprensa, que, com regularidade semanal, dava conta das sessões académicas e registava, com muito relevo, geralmente nas primeiras páginas, os ingressos de novos académicos correspondentes, que era, e deverá continuar a ser, o grau de reconhecimento dos méritos científicos, os quais não têm de ser de novo aferidos para efeito da escolha para sócio efectivo, a qual dependerá de outras condições. Aqueles ingressos costumavam ser espaçados no tempo, não se apressando os preenchimentos das vagas ocorridas, para que não faltassem quando mais se impusesse preenchê-las. As sessões solenes da Academia das Ciências de Lisboa eram acontecimentos do maior relevo cultural, científico e até social, suscitando largos relatos, inclusivamente fotográficos, aos diários como aos semanários. Já se tem atribuído a publicidade então merecida por esta Academia ao facto de Augusto de Castro, primoroso homem de letras e jornalista, após os seus devaneios diplomáticos, ser director de o *Diário de Notícias*; mas importará sublinhar que não era apenas esse jornal que dava o maior relevo à Academia.

Eram todos os diários e semanários, sem que me recorde de excepções. E refiro-me agora ao caso por lembrar-me também de que Pedro Pitta atribuía a maior importância a esse reconhecimento da parte dos órgãos de comunicação social, porque, segundo ele, o País tinha o direito e o dever de acompanhar a forma pela qual esta Academia cumpria. E como usava os bens que, para esse cumprimento, a Coroa lhe concedera e as verbas que o Erário da República lhe atribuía para sua sustentação. Porque também Pedro Pitta era escrupuloso em extremo no cômputo do "dever" e do "haver".

Há muita ternura nas minhas largas recordações de Pedro Pitta, mas porque não poderei, em termos de razoabilidade, alongar-me agora aqui, mais ainda, através delas, procurarei condensar em poucas palavras o muito que quereria dizer. Pedro Pitta, na lógica do seu republicanismo rejeitando, com a maior vivacidade, a atribuição de quaisquer insígnias heráldicas aos "Pittas" da sua Madeira natal, amando intensamente a vida e os seus proveitos, mas fiel aos imperativos da honra e à vocação de bem servir, tinha a preocupação de, por onde passava, dar mais do que tivesse recebido. Era, pois, um verdadeiro aristocrata, que, como Ortega y Gasset, talvez apenas aborrecesse as falsas monarquias e as falsas aristocracias.

Cabe-me, agora sim, em cumprimento de mandato da Academia, saudar o Eminente Confrade Senhor Adriano José Alves Moreira. E faço-o começando por exibir credenciais bastantes, que me acreditem junto de VV. Ex.ªs. no cumprimento da minha missão. Quando ingressei, ou assentei praça, conforme costumo dizer, na Faculdade de Direito de Lisboa, fui caloiro do Adriano Moreira. Que mais autorizadas credenciais poderia agora exibir? Apenas, à guisa de acrescentamento, dessas minhas credenciais, direi ainda que tenho mantido sempre, em relação a Adriano Moreira, através dos anos — nem digo quantos para manter a ilusão de que sejam menos —, os sentimentos de admiração e de respeito que então lhe votei. Na Universidade de Lisboa, os caloiros de então, sem nos sujeitarmos às humilhações das antigas praxes universitárias, ultimamente renovadas em jeito dispendioso de calão afadistado, sabíamos ser admirativos e respeitosos, sobretudo em relação aos veteranos que já tinham dado provas de capacidade e de aplicação. Era o caso do Adriano Moreira, assinalado como exemplo a seguir aos caloiros amedrontados, no receio trágico de nem sequer passarem para o

2.º ano, ou de ficarem bacharéis e não terem emprego. Já naquele tempo, não obstante os rigores das provas universitárias, se vivia sob a ameaça do desemprego dos ditos intelectuais, ou, pelo menos, dos diplomados, designados por doutores na gíria popular.

Conheci Adriano Moreira, no Campo de Santana, na pobreza material e na grandeza de espírito daquela nossa escola comum, a Faculdade de Direito de Lisboa, e quando me debruço sobre mim próprio, sobre o decurso do meu viver, tenho quase sempre dificuldade em não fixar alguns lanços da vida dele que se entrelaçam aos meus. Sem prejuízo de desvios ocasionais, e mesmo alheios a um fundo cultural comum. Nascemos ambos sob a 1.ª República, ambos, na adolescência, contemplámos os mapas, afixados nos mais diversos lugares públicos, onde os contornos de Angola, de Moçambique e de outros domínios menores, espalmados sobre a Europa, alcançavam as partes ocidentais da Rússia e permitiam a afirmação de que Portugal não era um país pequeno. Sobre eles meditámos E, chegados à Faculdade, tivemos os mesmos mestres, com uma excepção apenas, segundo bem me recordo; e recebemos o espírito institucional daquela escola, onde, ainda no rasto dos fundadores, de 1913, Rocha Saraiva, sempre avaro do seu muito talento, era acarinhado por todos, sem excepção dos monárquicos saudosistas nem dos legitimistas revigorados pelo integralismo. Preciosas lições ali recebemos, que em muito transcenderam a estrutura das leis, na justa admiração da alta craveira dos mestres, que nos iniciaram na luta permanente pela Justiça e pela sobreposição do que é direito, imposto pela natureza, ou pelo longo trato, ao que é torto, mesmo quando assente em generosos, mas fantasiosos, planos de transformar as cidades dos homens em idílicas moradas dos deuses. Para melhor entendimento do que fosse o Direito, e após a apreensão do respectivo conceito, passado o escolho do 1.º ano, aprendemos com Ruy Ulrich, alto espírito, membro muito ilustre desta Academia, por vezes mal compreendido, que o conhecimento económico não assenta em sistemas de vasos comunicantes, porque tem por objecto o próprio homem, os seus interesses e os seus dramas, enquanto debruçado sobre os bens que ambiciona para satisfação das suas necessidades. E toda a nossa formação de escolares de leis foi humanista, na tradição clássica, amplamente recebida pelos escolásticos, pelo seu trivium e pelo seu quadrivium, sem ter de esperar o suposto

renascimento do humanismo, visionado pelo século XIX. Aqueles que, durante os cinco anos do curso, tínhamos meditado um pouco sobre as "sebentas" do Campo de Santana, estávamos preparados para as carreiras que se nos deparavam, mais pelo espírito crítico que à Universidade cumpre desenvolver do que pelo saber acumulado de tudo quanto os legisladores podem remover sem risco para o equilíbrio das repúblicas. Os talentos de Adriano Moreira, especialmente atraído para os estudos de administração ultramarina e de Direito Penal, já tinham sido largamente assinalados por Marcello Caetano e por Cavaleiro Ferreira. Estava bem vocacionado para o ensino na Escola Superior Colonial, depois transformada em Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, onde, com o maior brilho, decorreu a maior parte do seu ensino, e donde foi chamado às funções de Subsecretário da Administração Ultramarina e de Ministro do Ultramar.

Lançado também na carreira forense, Adriano Moreira fez o seu estágio para a advocacia com o meu saudoso Amigo Fernando Abranches Ferrão, que era socialista e requintado, tanto no permanente apuramento do trajar como no bom gosto do seu domicílio, e cujo escritório se achava numa sobreloja da Rua do Crucifixo, por mim bastante frequentada, porque lá estava também a redacção do Jornal do Foro, do qual Ferrão era director e eu membro do respectivo conselho redactorial. Mas não ficaram por aí as linhas tangenciais das nossas carreiras forenses e universitárias. Depois de inscrito como advogado, teve Adriano Moreira escritório num andar do n.º 17 do Largo da Academia Nacional de Belas Artes, então designado por Largo da Biblioteca Pública, onde também me instalei, e ainda me conservo, noutro andar daquele mesmo prédio.

Em Julho de 1947, o meu muito querido, muito saudoso, colega de curso Rui Medina e eu, fomos convidados, logo após as nossas formaturas, para assistentes da Faculdade. Soubemos então, pelos respectivos proponentes, Paulo Cunha e Armindo Monteiro, que o projecto de recrutamento de docentes, no qual tínhamos sido incluídos, abrangeria também Adriano Moreira, Sidónio Rito, Carmindo Ferreira e, eventualmente, José Saraiva, se ele não preferisse seguir para Montpellier, a fim de lá se doutorar em História do Direito. Entretanto, porém, passadas as férias escolares, em Outubro, a Faculdade deparou com dificuldades relativamente ao seu projecto de contratação

de docentes. E todos os visados seguimos, ou retomámos, outros rumos; mas foi esse um momento em que o destino se encaminhou no sentido de me aproximar de Adriano Moreira pela comum docência na nossa Faculdade. Passados anos, em 1962, já sendo ambos professores de largas folhas curriculares, embora de escolas diversas, participámos de um render de guarda governamental. Adriano Moreira deixou então o Ministério do Ultramar e eu ingressei no da Saúde e Assistência. Não fora longa a permanência dele no Governo; a minha ainda seria mais breve. Seguiu-se uma fase, de grandes riscos para a continuidade portuguesa, durante a qual mais me aproximei de Adriano Moreira, esforçando-me, tanto quanto me foi possível, no sentido de dissipar algumas incompreensões junto de amigos meus, em ordem a assegurar a necessária unidade, que parecia comprometida e para a qual me parecia indispensável a estreita colaboração de Adriano Moreira. Nem sempre fui bem-sucedido. Com Adriano Moreira me encontrei ainda, em plena revolução de 74 e em comunidade de apreensões, reavivadas, depois, no seu exílio do Rio de Janeiro. Mais tarde, no regresso de ambos a Portugal, não havendo disponíveis regências da minha especialidade na Universidade Livre, o Henrique Martins de Carvalho, amigo também recordado com muita saudade, e Adriano Moreira convenceram-me da capacidade para reger a disciplina de História Diplomática. E aí nasceu o meu atrevido gosto por tal matéria, que nem o regresso às cátedras de Economia e de Direito Financeiro conseguiu apagar. Com Adriano Moreira me cruzei, de novo, quando tive o gosto de participar nos trabalhos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em solenes concursos para a docência como em cursos de mestrado. Depois, depois, agora, as salas e os corredores deste Convento de Jesus, esta magnífica biblioteca, a lembrança de quantos por aqui passaram, com gosto não alheado da vontade de concorrer para a prossecução do bem comum nacional, têm-me parecido corresponder ao ambiente mais propício a um grato reencontro com Adriano Moreira.

Afinal, tenho-me limitado a reunir elementos para fundamentar a inteira consciência de uma saudação que, sendo da Academia, cabe ao respectivo mandatário, o qual não quereria deixar de imprimir-lhe um muito sentido cunho pessoal, justificado, segundo me parece, por quanto acabo de dizer. E nem se estranhará que omita um longo rol de méritos que concorrem na

personalidade de Adriano Moreira e da alta valia da sua obra, de professor, de jurista, de pensador e de político. Por tal não caber no traçado tradicional das saudações académicas e porque tais méritos e tal obra são bem conhecidos de todos os presentes, conservando-se com clareza a sua lembrança na sensibilidade de muitos, entre os quais me incluo. As saudações académicas, quando não se circunscrevem a formalidades, hão-de traduzir apenas a confiança depositada nos serviços futuros esperados dos novos académicos efectivos, ao tomarem posse das cadeiras que lhes foram atribuídas.

E eu confio, confio em que os muitos talentos de Adriano Moreira lhe permitirão contribuir amplamente para que, através das dificuldades dos tempos, as muitas virtudes desta Academia, e, entre todas, a sua liberdade e a sua independência, se não percam na voragem de forças, tão incertas pela origem como pelo destino. A independência sempre tem constituído, através de todos os tempos e das suas agruras, o mais valioso elemento do património das Academias. O prestígio da Academia Francesa nasceu, logo com a sua fundação, pela resistência ao todo-poderoso Cardeal de Richelieu. E, ainda nos anos 30 do século xx, quando Estaline pretendia reconhecer na trágica depressão económica, nascida em Wall Street, o acerto das previsões de Marx, foi da Academia das Ciências Soviética que partiu, pela investigação de Nicolau Kondratieff, e das suas "ondas largas", a mais consistente negação científica de tal entendimento, quarenta anos mais tarde retomada em Lovaina por Léon Dupriez, em páginas de flagrante actualidade, que parece andarem esquecidas, mas conviria não esquecer. Aquela Academia soviética, anos mais tarde, pela mão de Vladimir Potiemkine e outros, publicou um extenso e denso tratado de História Diplomática que, embora através de algumas cautelas e de alguns silêncios — nem sei se impostos pelo regime político ou pelo nacionalismo russo — muito esclarece acerca de pontos fundamentais nem sequer aflorados em países que blasonam de amplas liberdades, mas onde, por vezes, a censura ostensiva parece suplantada por formas mais discretas e mais eficazes. As Academias, as Academias propriamente ditas, com manifesto afastamento de todos os abusos de designação que têm sido permitidos, impõem-se e prestigiam-se, na continuidade da sua grandeza pelos serviços prestados às nações, afirmando a sua inteira independência do poder político e dos poderes económicos, assim como a rejeição

do culto das vulgarizações de baixa cultura e de baixo coturno. Porque as mudanças abastardadas de face nem sequer asseguram a sobrevivência das instituições. Por isso, as nações sábias trataram de dotar as Academias, de juro e herdade, com meios económicos bastantes, sem dependência de renovações e de revisões, que sempre hão-de ostentar a marca da subordinação. Para que as Academias continuassem a ser o que eram, na integralidade das suas missões. Bem sei que sustentar essa integralidade não constitui tarefa fácil quando nos achamos em face de uma ignorância generalizada acerca do que sejam as Academias. E Adriano Moreira também o sabe. A luta pelo Direito nunca foi fácil. A luta pela Verdade também não. Mas será que o destino e a previsão dele hão-de conformar-se com a aceitação da mediocridade das tarefas fáceis?

Eminente Confrade Senhor Adriano José Alves Moreira: Em nome da Academia das Ciências de Lisboa, mas muito a meu gosto pessoal, saúdo Vossa Excelência nesta sessão em que lhe é conferida a posse da cadeira académica n.º 22, que foi de António Feliciano de Castilho, de Tomás Ribeiro, de Hinze Ribeiro, de Artur Montenegro e de Pedro Góis Pitta, na certeza de que novas honras e sucessos serão agora acrescidos aos muitos que os seus antecessores dignamente alcançaram, por amor do saber, por amor da verdade, e por amor ao serviço dedicado a esta Academia das Ciências de Lisboa, que das qualidades de Vossa Excelência espera novas contribuições para melhor ainda saber servir e saber cumprir.

(Saudação ao recipiendário proferida na sessão plenária pública de 29 janeiro de 2015)

Elogio do Académico David Mourão-Ferreira

Fernando Cristóvão

São estas evocações académicas, simultaneamente de memória dos Académicos que nos precederam e do legado cultural que deixaram — verdadeiros testemunhos tanto de dignidade pessoal como de contributo enriquecidos para as instituições que serviram, especialmente esta Academia.

David Mourão-Ferreira honra brilhantemente, com grande dignidade e responsabilidade, o seu lugar entre nós, a cadeira n.º 3, que teve por antecessores Bulhão Pato, Júlio Dantas e Vitorino Nemésio.

É-me, por isso, muito grato honrar a sua memória, até porque com ele muito aprendi na Faculdade de Letras de Lisboa, primeiramente como seu aluno, e depois como colega, entre os anos 50 e 60, em que a Faculdade funcionava nas velhas instalações do Convento das Mercês, num espaço estreito e pequeno a que chamávamos a sala do "carro eléctrico" pelo seu formato, e onde Nemésio pontificava e David passava a linguagem comum em "aulas práticas", assim designadas, as "aulas teóricas" dos altos voos de Mestre…

Magistério esse continuado depois nas atuais instalações da Cidade Universitária, a partir de 1958, em que seriamos ambos Assistentes de Nemésio.

David tinha, entretanto, interrompido as suas funções iniciais em 1963, por um daqueles chamados "delitos de opinião", retomando-as em 1970, primeiro como professor auxiliar convidado, depois de 1975 como professor extraordinário e, a partir de 1990, como catedrático convidado. Tarefas estas que foram também intercaladas por outras atividades complementares de não menor importância, até de magistério: as tarefas de poeta, romancista, crítico literário, cronista, dramaturgo, jornalista… versatilidade intelectual sempre coerente a que também não faltaram por outros tipos de atividade: no ensino, na rádio, na televisão, no jornalismo — o que nos esclarece, desde já, da sua extraordinária capacidade intelectual. Também se lhes juntariam tarefas de serviço público, num *curriculum* de grande densidade, como excelentemente o historiou Teresa Martins Marques.

Embora o meu objetivo não seja aqui descrevê-lo completamente, contudo julgo indispensável evocá-lo sucintamente por revelar a valiosa obra e personalidade deste Académico que tanto continua a honrar-nos pela memória e consequências do seu saber. Magistério e legado transmitido por um homem cordial, cuja recordação se fixou na memória de quantos o conheceram, até pela imagem icónica inesquecível de um jovem mestre sorridente, sempre de cachimbo pendurado ao canto da boca, que a mão direita segurava, como se de uma só peça humana se tratasse.

Começou o seu magistério por ser exercido no ensino secundário, tanto no técnico como no liceal, no liceu Pedro Nunes, continuado depois como Assistente de Vitorino Nemésio na Faculdade de Letras. Em paralelo com o ensino, sucediam-se as publicações distribuídas por vários géneros.

Como poeta, Mourão-Ferreira afirmou-se a partir de 1950 em *A Secreta Viagem*, *Tempestade de Verão* e em mais de uma dezena de obras que as edições globais de 1980 e 1988 haveriam de revelar ou recapitular.

Como ficcionista, são bem conhecidas, *Gaivotas em Terra*, de 1959, *Os Amantes*, de 1968, *Um Amor Feliz*, de 1986, etc…

Quanto à crítica literária é ela de grande vastidão: *Vinte Poetas Contemporâneos*, de 1960, *Aspectos da Obra de Manuel Teixeira Gomes*, de 1961, *Motivos Literários*, de 1962, etc., etc…

Autor de inspiração múltipla, para além da docência, da poesia, do romance, do teatro, da crónica, também ambicionou contactos mais diretos com os seus interlocutores, pois não lhe foi alheia a comunicação através do jornalismo, da rádio, da televisão, até mesmo indirectamente através do canto, por exemplo, das canções, fados, que Amália Rodrigues cantou.

No jornalismo, dentre colaborações variadas, dirigiu o jornal *A Capital* nos anos 70, e com Vitorino Nemésio, *O Dia* — criatividade múltipla esta que sempre entendeu como expressão do seu decálogo pessoal de escritor "sempre em estado de sonho", não explicando ou descrevendo, antes imprimindo "plenos poderes à imaginação", escrita essa que tinha sempre no subconsciente uma motivação profunda.

Mas não se ficou por aqui, pois consciente das suas responsabilidades também públicas, não só aceitou responsabilidades várias, sobretudo nos periódicos citados, mas também como Diretor das Bibliotecas Itinerantes e

fixas da Gulbenkian, na tão prestigiada revista *Colóquio-Letras*, com Jacinto do Prado Coelho, tal como já se tinha responsabilizado pelas revistas *Távola Redonda*, *Graal* e, maximamente desempenhando, no início do 25 de Abril de 1974, o tão importante cargo oficial de Secretário de Estado da Cultura.

Não surpreende, pois que, a juntar ao aplauso dos críticos literários, também tenha sido grande o reconhecimento público das instituições que o louvaram com os mais variados galardões, como o fizeram a Associação Portuguesa dos Lusitanistas, e com a obtenção de prémios como o Nacional de Poesia, o da Associação dos Críticos Literários, o do Pen Club, o D. Dinis, etc…

* * *

Seja-me, contudo, permitido que a este *cursus honorum* do reconhecimento público eu junte, em duas reflexões, o meu grande apreço pessoal a propósito de outros méritos no domínio da ciência e docência universitária na Faculdade de Letras e Ciências, de proveito coletivo, pois a esse outro mérito do David poucos se têm referido.

Consideração essa que reside especialmente na atualização vanguardista no domínio da História e Crítica Literárias então realizadas.

Servíamo-nos nesses anos de 50 e 60 da tradição retórica aristotélica demasiado tomada à letra quanto a estilos, figuras, tropos, etc…, aliada aos modelos da Estilística de Charles Bally, K. Vossler ou Dâmaso Alonso, em concorrência com as primeiras novidades da linguística geral de Saussure.

David, anos antes de outros o fazerem como se fossem os introdutores da novidade, ensinava-nos segundo os princípios da Teoria da Literatura de que ouvíamos falar pela primeira vez, servindo-se e recomendando a obra de René Wellek e A. Warren, obra essa que passámos a utilizar nas edições espanholas da Gredos, em disciplina que mais tarde, na renovação curricular pós-25 de Abril, passou a fazer parte do currículo de Letras como disciplina obrigatória.

Até então a análise literária que nos ensinavam a praticar nesses anos 60 em que fui aluno de Mourão-Ferreira era fundamentalmente baseada nas teorias e figuras da velha retórica clássica atrás referida, embora preocupados

já com alguma análise funcional estética da linguagem, ocupando-nos demasiado com a "biografia da obra e do autor" (perspectiva esta predominantemente empírica e não funcional) e pouco condizente com a sua envolvência textual.

Com Mourão-Ferreira, forte mudança crítica se operou, valorizando-se o texto como um todo orgânico de vetores diferenciados e já utilizando algumas teorias de Saussure e da Nova Crítica, num momento em que começava a triunfar o Estruturalismo, corrente esta que na Faculdade foi primeiramente dada como novidade pelo mesmo Mourão-Ferreira, novidade essa que outros, anos mais tarde, divulgaram como se fossem seus pioneiros.

Deste modo, e com esta abertura de horizontes, ficámos prevenidos e algo preparados para enfrentar e usar criticamente os aspetos positivos dessa torrente avassaladora, porém, esterilizante que foi o Estruturalismo de Barthes, o "mitólogo", de Todorov, o "descodificador do *recit*", palavra que não era *chic* traduzir, ou da *écriture*, que também não se traduzia, prestando-se, por vezes, a muitas confusões nas misturas de semiologia com a psicanálise de Kristeva, e de outros. Procedimento bem condimentado com outras práticas da narratologia francesa assente nessa onda dos "idolatribus" do momento. Situação esta a que já se juntavam as teorias do desconstrucionismo de Derrida e Le Man, diametralmente opostas ao *Logos* de Platão. Temas e práticas que, justamente, as classificou Maria de Lourdes Belchior como de um antihumanismo, impedindo a compreensão e o estatuto de funcionalidade do autor e, sobretudo, dos valores. Em contraponto, especialmente, Vitorino Nemésio, guiado pela metafísica de Kant ou Heidegger, anatemizava-as como inimigas do sentido.

A relativizar estas correntes "desviantes", já Mourão-Ferreira, em 1969, na obra *Tópicos de Crítica e História Literária*, reeditada mais tarde em 1992, rompia tal cerco, pois definia a crítica e análise literárias escrevendo: "A crítica, ao pretender interpretar e julgar a literatura, terá segundo penso, de atentar aos seguintes requisitos: 1.º: assegurar-se do concurso da teoria e história literárias, 2.º: assimilar numa perspectiva histórica, os problemas e as técnicas que lhe são inerentes; 3.º: recorrer, como já em 1948 Stanley Edgar Hyman, ao 'uso organizado de técnicas e de conhecimento não literários para obter o íntimo discernimento da própria literatura' — a fim de conseguir,

consoante a expressão do mesmo autor 'a integração ideal de todos os modernos métodos críticos dentro de um supermétodo'".

Em conformidade, cada vez mais assim nos afastámos dos malabarismos estruturalistas ou desconstrucionistas então em moda, e nos aproximávamos do que Charles du Bos entendia por "presenças reais", na versão de Steiner, e que David inspirado nas ideias de Richards, podia sintetizar, em *Tópicos Recuperados*:

> Quantos elementos, de simples referência, não existem com efeito na linguagem mais carregada de emotividade? E quanta emotividade se não insere, sub-reptícia, na linguagem mais aparentemente referencial? (…) Venha depois — mas só depois de assim se ter sentido —, o propósito de distinguir e de classificar. (…) O primeiro passo terá de ser este: descobrir no reino das palavras a misteriosa beleza das que são tocadas pelo espírito.

Ideias estas que reforçava com a opinião de bons autores, lamentando: "De todas, é a crítica francesa (em contraste com o que se passa com a sua filosofia tão aberta a todos os ventos do quadrante europeu), que mantém posição mais isolada e menos inovadora".

Uma segunda reflexão me ocorre, relativa ao que apelidamos de "substrato mental": o fundo humano de suporte à obra de Mourão Ferreira.

Substrato que se me insinuou na observação de uma cordialidade que ocultava muita agitação interior. Contraponto que, subtilmente, se ia revelando ao leitor, mas se se tornava claro, nas diversas ocasiões em que, geralmente por iniciativa alheia, falava sobre si mesmo.

Assim aconteceu quando o Prof. Martins Garcia lhe perguntou "para quem escreve?", registando depois a resposta no seu livro *David Mourão-Ferreira, a Obra e o Homem*, de 1980, e obtendo a seguinte a resposta:

> – Para quem escrevo?
>
> – Para todos aqueles que não se demitem de viver, nem se limitam a viver: os inquietos, os insatisfeitos, os inconformistas. Para todos aqueles que não renunciam à imaginação. Para todos aqueles que resistem, de qualquer modo, às forças inumanas (e tão bem conceituadas em todo o mundo que pretendem aliená-los.)

Tomada de posição esta reforçada mais tarde, em *Jogo de Espelhos*, de 1993, que tem por subtítulo "Reflexos para um auto-retrato": "O poeta nunca aprende; nem ensina. Limita-se a aprender; e a ficar apreensivo; ou a superar a apreensão"; e, mais adiante: "continua a reconhecer-se em todos os livros que escreveu. Mais: a sentir-se, misteriosamente coetâneo de cada um deles. Mas certos cargos a que outrora se emprestou parecem-lhe hoje sepultos em caves escuras de museu, de província". E mais adiante, como numa conclusão final: "[o poeta] Escreve com a esperança de que melhor o conheçam por dentro; nunca para ser conhecido por fora".

Pois é exatamente isso que da sua obra muitos de nós, seus leitores, alunos, ou colegas, tentamos: conhecê-lo por dentro.

Tarefa difícil essa de conhecer as motivações profundas das suas palavras de ficção ou poesia, mas não impossível na identificação de alguns vetores que se manifestam indirectamente, aqui e ali, e que podem iluminar um entendimento mais profundo.

Quanto ao seu compromisso com a sociedade, são explícitas as motivações, já assim não acontecendo com a raiz do que lhe serve de suporte: a razão de viver e de morrer!

Não é, porém, impossível encontrar alguns dos seus fundamentos; mas é necessário procurá-los porque, como as raízes das árvores que lhes garantem a vida, estão ocultas na terra.

Indícios dessa força oculta que fundamenta e justifica, mas não escondidos encontrá-los sobretudo no 2.º volume da sua *Obra Poética*, de 1980, não propriamente no "Testamento" que a encerra, mas menos oculta nos 20 poemas do "Cancioneiro de Natal", dum Natal aparentemente exterior, mas que não nega as suas raízes.

Terminando assim a evocação e homenagem que aqui estou a prestar, tomo o seu poema "Coro de Natal", como recapitulação geral de quanto sentiu e viveu, referindo-se ao nascimento de Jesus, ainda que raramente o mencione pelo nome:

Quem nos garante que estamos vivos
……....
Ou não seremos somente o lixo

.....

Quem nos garante se neste espaço
Que nos separa só o sigilo
Preenche as pausas a grande pausa
De recearmos que tu existas.
.....
Quem nos garante que estamos vivos
Se atravessando ruas e rios
Portas e portos, pontes e praças
Só depararmos com os esgares
Que já tiveram as nossas faces
À mesma hora nos mesmos sítios
Quem nos garante que sob as lajes
De outras cidades, de outros jazigos,
Neste momento ressuscitados
Não afirmamos que TU existes[1].
(1973)

(Elogio histórico apresentado à classe de letras
na sessão de 19 de fevereiro de 2015)

[1] David Mourão-Ferreira, *Obra Poética*, vol. II, Lisboa, Bertrand, 1980, pp. 90-91.

Saudação a Fernando Cristóvão

Artur Anselmo

A tradição académica dos Elogios Históricos prevê que o recipiendário seja saudado por um académico efectivo de número, mas não exclui da saudação a homenagem ao confrade que é figura central do Elogio Histórico.

No caso presente, seria imperdoável não começar estas palavras por uma evocação, profundamente sentida, desse Homem singular que se chamou David Mourão-Ferreira. Meu querido amigo e mestre, recordá-lo tem sido, desde a sua morte em 1996, uma constante da memória afectiva de quantos com ele privaram de perto, assim como de quantos, subindo o *gradus ad Parnassum*, se apoiaram no seu magistério para entrarem nos outros mundos da Filologia e da Literatura. A imagem que guardo ainda hoje de David é a que retive da primeira aula no anfiteatro principal da Faculdade de Letras de Lisboa: um dos raros docentes que, tendo de citar obras alheias, se fazia acompanhar das próprias edições dessas obras, e que após uma primeira leitura corrida do texto, voltava atrás e, palavra a palavra, sílaba a sílaba, fonema a fonema, mergulhava a fundo nesse texto, como alguém que, despindo roupa, perfurasse uma onda da Nazaré ou de Ipanema.

Quis o destino que, entre os professores do curso de Filologia Românica que deram corpo à minha carreira docente, dois deles — Vitorino Nemésio e David Mourão-Ferreira — se tenham sucedido na cadeira n.º 3 da Classe de Letras da Academia das Ciências, e que um terceiro docente do meu tempo, então assistente de Nemésio, lhes haja sucedido na mesma cadeira: Fernando Alves Cristóvão. Poucas coincidências seriam tão gratas ao meu espírito como esta. Com Nemésio aprendi o gosto da escrita em invenção permanente enroscada à árvore enciclopédica da erudição; com David partilhei a sabedoria do *clerc,* vestida com a mais aberta genuinidade no trato pessoal; com Cristóvão a agilidade intelectual de quem, nunca querendo ficar para trás, acompanhava o mundo a pensar no futuro.

Da Faculdade de Letras de Lisboa, que frequentei nos anos 60 do século passado, e onde encontrei os três confrades, não posso esquecer os primeiros frutos da viragem da Teoria da Literatura e da História Literária para a Estilística de Dámaso Alonso e Leo Spitzer, representada entre nós por Jacinto do Prado Coelho, David Mourão-Ferreira ou Maria de Lourdes Belchior (a quem deseje saber o que tal viragem representou, no ensino da Literatura, recomendaria a leitura do prefácio de David à obra *Vinte Poetas Contemporâneos*, publicada em 1960). O ambiente que se respirava no edifício novo da Cidade Universitária era da mais completa liberdade de espírito no curso de Filologia Românica — e, neste, o jovem Fernando Cristóvão assegurava em brilhantismo as aulas práticas de Literatura Brasileira, coadjuvando Nemésio em temas hoje tão actuais (mas então ainda incipientes) como o indianismo, o sertanismo e o regionalismo nordestino de Jorge Amado, José Lins do Rego ou Graciliano Ramos, na peugada do José Américo d' *A Bagaceira.* Em 1969 — lembro-me bem — Nemésio deu ênfase particular à chamada "literatura amazónica", fundamentalmente exógena e descritiva, onde os portugueses Gabriel Pereira, Sanches de Frias e Ferreira de Castro apareciam lado a lado com José Veríssimo, Inglês de Sousa, Alberto Rangel, Gastão Cruls ou Peregrino Júnior.

Numa época em que os autores brasileiros com maiores afinidades ao neo-realismo português começavam a despertar grande entusiasmo nas camadas jovens (e aqui vale a pena recordar o enorme esforço desenvolvido por António Sousa Pinto, o proprietário da editora Livros do Brasil), Fernando Cristóvão mostrava particular interesse pelas obras de Graciliano Ramos, sobre as quais viria a elaborar, em 1974, a sua tese de doutoramento, publicada no Brasil e em Portugal. Mais tarde, com o amadurecimento próprio de *scholar* brioso e disciplinado, estudou admiravelmente a *Marília de Dirceu*, obra-prima de Tomás António Gonzaga, não tanto pela originalidade do conteúdo, mas sobretudo pelo *ars dictandi* de modelos factuais que os historiadores literários dos séculos XIX e XX não souberam valorizar devidamente.

Professor titular de Literatura Brasileira desde a jubilação de Vitorino Nemésio em 1971, cedo Fernando Cristóvão alargou o estudo do romance nordestino dos anos 30 a outros autores brasileiros, como Jorge Amado, Raul

Bopp, Cecília Meireles ou Clarice Lispector. A propósito da sua actividade universitária, na docência e na investigação, pôde Aníbal Pinto de Castro, confrade nunca esquecido nesta casa, que foi sua até à morte, destacar:

Define-se a personalidade de Fernando Cristóvão por um conjunto de características que fazem dele um homem de cultura e um homem de acção. Detentor de uma formação humanística segura, percorreu com aplicada regularidade o *cursus honorum* da Universidade, até chegar a catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, através de uma carreira notável, como docente e como investigador. A sua preparação filológica conjugou-se harmoniosamente com uma fina sensibilidade literária e a sua especialização em Literatura Brasileira completou-se com uma larga visão cultural (…). Deste modo, o seu campo de interesses fácil e naturalmente pôde abarcar os vastos espaços culturais dos restantes países de expressão oficial portuguesa, criando ao mesmo tempo no seu espírito uma compreensão mais profunda e completa dos problemas relativos ao ensino do português no estrangeiro.

Ente 1984 e 1989, como presidente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), mais tarde denominado Instituto Camões, publicou Fernando Cristóvão, em 1985, um conjunto de intervenções robustas sobre temas relacionados com o espaço da lusofonia. Intitulado *Notícias e Problemas da Pátria da Língua*, nessa colectânea, editada pouco tempo após a adopção do português como língua oficial de cinco novos países independentes da África (Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique), apresentou várias propostas para a promoção e defesa da língua portuguesa como um dos principais veículos de comunicação e de cultura no mundo. Considerando-a uma língua "maltratada", devido à passividade generalizada das instituições tutelares, Fernando Cristóvão oscila entre dois eixos que julga igualmente nefastos: a uma chama "imobilismo", responsável, segundo ele, pela falta de um verdadeiro "projecto de futuro" para a língua comum; a outro designa-o por "novas realidades linguísticas e culturais que se vivem no mundo e em Portugal", às quais se referiu em 1984, na tomada de posse da presidência do ICALP. Obviamente, entre os dois pólos antinómicos, a escolha de Fernando Cristóvão ia (e vai) para este último. Por isso, no ano seguinte e no desempenho das

mesmas funções, pedia que "a nossa língua e cultura" fossem tratadas não como "objectos arqueológicos", "mas como instrumentos de mundividência e diálogo."

Fiquemos com estas duas expressões simbólicas do exercício da cidadania cultural: mundividência de um espírito aberto, tolerante e compreensivo; diálogo fraterno com o Outro, a prolongar a capacidade de entendimento com o desconhecido. Assim se assume e se completa o exercício *homo Viator* que hoje recebemos de braços abertos.

(Saudação ao recipiendário proferida na sessão plenária pública de 19 fevereiro de 2015)

Elogio Histórico de António Armando Gonçalves Pereira (1901–1983)

José Luís Cardoso

1. Na melhor tradição de apresentação de elogios históricos — tradição essa que em boa hora os atuais presidentes das Classes de Letras e de Ciências da Academia das Ciências de Lisboa decidiram manter viva e reanimar — o encargo de quem elogia pressupõe, quase sempre, a existência de uma relação de conhecimento, de cumplicidade académica ou de alguma empatia com o elogiado.

Assim não acontece, porém, no caso presente. Não tive a oportunidade nem o prazer de conhecer pessoalmente Armando Gonçalves Pereira. E o conhecimento que, entretanto, pude fazer do seu percurso e do seu legado não permitem identificar afinidades eletivas escondidas.

Ao contrário do que aconteceu com António Manuel Pinto Barbosa e Manuel Jacinto Nunes — os mais recentemente desaparecidos detentores de cadeiras atribuídas à secção de economia e finanças — de quem conservo, não apenas os testemunhos de muita amizade e saudável convivência intelectual, mas também o profundo respeito pelas contribuições decisivas que ambos deram para o fortalecimento e consolidação das ciências económicas e financeiras em Portugal, não ocorreu a ocasião de cruzar o percurso de vida e a carreira académica e cívica de Armando Gonçalves Pereira.

Apesar do involuntário desencontro, gostaria de honrar a obrigação estatutária de cumprimentar, para a posteridade, o antecessor ocupante de uma cadeira que ficou vaga há 32 anos. Por ela também passaram Bernardino Machado e Francisco António Correia, autores de obra académica e carreira política de superior qualificação.

Mas porque os méritos em reconhecimento são, acima de tudo, os de uma instituição que sabe honrar os seus membros, não posso deixar de assinalar que também esta cadeira acolhe no seu assento, como supranumerário e honorário, o nome do presidente Mário Soares que, por destino e boa sorte,

me cumpre também saudar, envolvendo nesta evocação o respeito maior que esta cadeira pode suscitar.

2. António Armando Gonçalves Pereira nasceu em Pangim (Nova Goa) em 22 de janeiro de 1901, e morreu em Lisboa em 30 de janeiro de 1983. Licenciou-se em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e em ciências económicas e financeiras no Instituto Superior de Comércio, que frequentou entre 1921 e 1928. Em 1928 concluiu provas de acesso à carreira da magistratura. Ainda no final da década de 1920 frequentou a Academia de Direito Internacional de Haia e estagiou nas faculdades de direito de Aix-en-Provence e Roma.

Doutorou-se em 1932 em ciências geográficas e históricas na Faculdade de Letras da Universidade de Toulouse com um estudo geográfico sobre as vinhas de Portugal (*Les vignobles du Portugal: étude géographique*).

No papel timbrado da sua correspondência inscrevia os títulos de professor da Universidade Técnica de Lisboa, consultor jurídico da Associação Comercial de Lisboa e advogado (com escritório à Travessa do Carmo). Desempenhou cargos na administração de diversas empresas e foi vogal de diversas comissões de âmbito público (Comissão de Propaganda e Turismo, Comissão Técnica de Estudos Económicos, do Conselho do Comércio Exterior e do Conselho Técnico de Expansão Económica do Ministério dos Negócios Estrangeiros; Conselho Superior da Indústria do Ministério da Economia; Conselho Superior de Tarifas de Portos do Ministério das Obras Públicas; Comissão Revisora de Pautas Coloniais do Ministério das Colónias; Conselho Superior de Instrução Pública e Comissão de Seleção de Livros Escolares para o Ensino Técnico do Ministério da Educação).

Foi procurador à Câmara Corporativa por designação do Conselho Corporativo entre 1961 e 1965, redigindo 6 curtos pareceres sobre matérias relacionadas com autorizações de receitas e despesas e também sobre aspetos de política colonial (designadamente sobre a questão da anexação de Goa pela União Indiana).

O essencial da sua carreira académica decorreu no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa. Foi nomeado assistente em 1929 (ainda no Instituto Superior de Comércio), e

obteve o lugar de professor catedrático em 1934, após provas públicas de concurso a que se submeteu com um trabalho sobre *A economia do mar*. Foi diretor deste Instituto entre 1944 e 1968. O seu mandato ficou marcado pela aprovação da reforma curricular de 1949, que se ficou a dever à visão e ação de António Manuel Pinto Barbosa. Assumiu posições políticas de indiscutível adesão ao regime e ao ambiente de limitação do exercício da liberdade académica, designadamente quando promoveu a expulsão de professores opositores a Salazar (como foi o caso mais conhecido de Bento de Jesus Caraça) ou quando tentou impor dificuldades à publicação de uma revista científica de economia (*Revista de Economia*), que contrariava a visão oficial e canónica dos *Anais do ISCEF*.

3. Armando Gonçalves Pereira foi eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa em 8 de março de 1934, sob proposta subscrita por Bento Carqueja, Francisco António Correia, Moses Amzalak e Pedro Pitta. A sua eleição para sócio efetivo ocorreu em 13 de novembro de 1941, proposto por Fernando Emídio da Silva, Pedro Pitta e Cunha Gonçalves.

O Arquivo da Academia regista os seguintes cargos académicos:

– Representante da Academia na Conferência da ONU sobre conservação de recursos naturais, em 1949;
– Tesoureiro, em 1954;
– Vice-secretário da Classe de Letras, em 1964, 1965 e 1970;
– Comissão revisora de contas, em 1966;
– Membro do júri dos prémios Ricardo Malheiros e Abílio Lopes do Rego, em diversas edições.

Apresentou diversas comunicações ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960, às quais me referirei em breve.

Fez o elogio do seu antecessor (Francisco António Correia) em 24 junho de 1948, com algum atraso em relação ao ano previsto (1942). No seu elogio, destacou os principais momentos da carreira pública do homenageado no Ministério dos Negócios Estrangeiros e procedeu a uma análise objetiva dos seus principais escritos nos domínios da política económica internacional, da história económica e da tratadística comercial (Pereira, 1948b).

Ainda no que se refere à sua ligação académica, cumpre referir a doação feita por sua viúva, Viviane Delaunay Gonçalves Pereira, em julho de 1988, da quantia de 5000 contos destinada à instituição de um prémio "Armando Gonçalves Pereira", a conceder em 10 edições sucessivas no montante de 500 contos por edição, para trabalhos sobre economia do mar. O regulamento do prémio só viria a ser publicado em 1991 e, a avaliar pela correspondência mantida entre a viúva e os dirigentes da Academia, nunca chegou a ser convenientemente dinamizado. Atendendo à relevância que esta temática assume nos dias de hoje, creio estar aberta uma oportunidade para se repor a boa intenção de instituir este prémio.

Foi também membro da Sociedade de Geografia, sócio efetivo da Sociedade de Economia Política de Paris (1947) e membro do Instituto de Economia Internacional da Universidade de Génova.

4. Os escritos que nos deixou são sobretudo resultado de conferências que produziu no país e no estrangeiro, sobre temas de doutrina e política económica, ou ainda pequenos estudos monográficos sobre sectores de atividade mais relevantes. Podem ser divididos nas seguintes categorias fundamentais:

– Estudos de geografia económica;
– Estudos sobre problemas demográficos;
– Estudos económicos e políticos sobre a expansão e colonização portuguesa em África (muito marcados pelo tom apologético do império e apelo patriótico à sua manutenção);
– Estudos sobre temas de política económica e industrial.

Relativamente à primeira destas categorias (geografia económica) nela se inserem as duas obras resultantes de provas de natureza académica. A sua dissertação de doutoramento (Pereira, 1932) foi dedicada à descrição das regiões de viticultura em Portugal (sul, centro, norte-vinho verde, Porto e Madeira), destacando a importância das condições naturais, clima (temperatura e precipitação) e qualidade dos terrenos, para a afirmação da qualidade superior das vinhas portuguesas. Distingue os resultados da produção vitivinícola tendo em atenção os mercados de destino, privilegiando os

incentivos à produção destinada ao mercado externo. Neste mesmo sentido publicou 2 anos mais tarde um ensaio promocional da marca regional Porto, enaltecendo o caso singular da região vitivinícola do Douro pelas potencialidades naturais do solo e clima e pela comprovada vocação exportadora (Pereira, 1934b).

Nesse mesmo ano de 1934 havia publicado uma longa monografia sobre outra das suas incursões mais persistentes na área da geografia económica: a economia do mar (Pereira, 1934a). Foi esse o tema da dissertação de provas públicas para professor catedrático no ISCEF, espraiando-se demoradamente sobre a importância económica e política do mar na história portuguesa e sobre as principais atividades económicas conexas (produção-pesca e circulação-portos), sem esquecer o entendimento geral do mar como fator de unidade política e unidade geográfica e, de um modo geral, sobre a relevância geopolítica e geoestratégica do mar no tempo presente.

5. Não obstante estas facetas de autor de monografias económico-geográficas e de articulista em domínios de economia descritiva, Gonçalves Pereira iniciou a sua carreira num campo de feição teórica. Com efeito, em 1923, ainda cursando direito e economia na Faculdade de Direito e no Instituto Superior de Comércio, publicou o primeiro de 3 artigos sobre a "Variação dos preços" (publicados mais tarde em separata, Pereira, 1925).

A guerra de 1914–18 tinha alterado profundamente as condições de organização da produção, penalizando fortemente as expectativas em relação ao futuro. Assistia-se a um clima de quebra de paz social. O problema não estaria no conflito entre trabalho e capital, mas sim entre produtores e consumidores, devido sobretudo às condições adversas dos preços e à carestia de vida. A matéria era suficientemente importante para suscitar estudos académicos que ajudassem a encontrar soluções adequadas. Salazar havia escrito sobre o tema da crise de subsistências e muitos outros autores da época tinham seguido o seu exemplo.

Sendo a carestia de vida uma questão crucial do tempo, o autor procura legitimar desta forma a sua incursão na matéria da formação dos preços, revisitando as diversas explicações assentes ou decorrentes de uma

explicação que, em última análise, fazia depender o preço da articulação entre oferta e procura, não obstante o peso determinante do lado da oferta.

Procede a uma apresentação escorreita da abordagem do preço de equilíbrio presente nas contribuições de Walras e Pareto, autores que elogia pelo rigor do método matemático de que fazem uso. E acrescenta a este elogio uma crítica direta a Marnoco e Sousa e à forma como este professor de economia política da Universidade de Coimbra havia subalternizado as contribuições da escola de Lausanne. Analisa o conceito de curva de indiferença, e sua representação gráfica, e discute as condições de equilíbrio na troca entre dois consumidores mediante recurso a uma caixa de Edgeworth.

Mas a secção mais longa desta série de artigos é dedicada à explicação da construção de números-índice e sua importância para uma abordagem comparativa da evolução dos preços. O que faz de forma detalhada, comparando a variação do custo de vida em diversos países.

Também discute a teoria quantitativa da moeda de Fisher e suas variantes "francesas", como fórmula explicativa da variação dos preços em função da quantidade de moeda em circulação. Não deixa de considerar também as explicações que continuavam a fazer prevalecer o equilíbrio entre oferta e procura. Mas não trata questões essenciais que a teoria económica neoclássica de matriz Marshalliana já havia esclarecido de forma definitiva, designadamente o modo como os diversos tipos de mercado (concorrência perfeita, imperfeita, monopólio, duopólio, etc.) e o fator tempo (curto, médio e longo prazo) interferem na determinação do preço de equilíbrio.

Para Gonçalves Pereira bastava-lhe a seguinte conclusão generalista:

> Desta forma, o preço deixa de ser um fenómeno sujeito exclusivamente ao império das leis económicas para ser considerado, em síntese, a resultante de variações de diversa ordem — económicas, financeiras, políticas, sociais, morais, — que nele diretamente influem.
>
> Sob este ponto de vista, pode-se dizer que a alta do preço é, por assim dizer, o sintoma geral da situação patológica de um país. Especialmente as suas relações com a rigidez dos principais órgãos da vida económica é manifesta (Pereira, 1925, p. 362).

6. Apesar do carácter de divulgação teórica, Gonçalves Pereira não perde oportunidade para expressar no artigo inaugural as suas opções ideológicas e políticas, na altura ainda jovem estudante de 22 anos. Tratando-se de matéria relevante na perspetiva da discussão da paz social na Europa, demonstra a sua inequívoca admiração por Mussolini, pela forma como conseguira desenvolver um conjunto de medidas de controlo dos preços em Itália, a fim de garantir a paz social. E declara:

> O fascismo tem exageros próprios de todos os movimentos ditatoriais, mas é inegável que tem também aspetos interessantes, diremos mesmo de uma verdadeira e sadia política dirigente (*Revista do ISC*, 1923, IX, pp. 251-252).

Foi ainda neste período de juventude que Gonçalves Pereira publicou um segundo ensaio sobre temas económicos, desta vez centrado na problemática demográfica (Pereira, 1926), matéria que viria a ocupar demoradamente a sua energia intelectual. Para além dos estudos quantitativos, tradicionalmente abordados nos trabalhos sobre população, o autor preocupa-se neste ensaio com a dimensão qualitativa.

Inclui reflexões sobre o modo como o regime alimentar influencia a qualidade do trabalho prestado, o que lhe serve de pretexto para incursões estatísticas no domínio da antropologia física (peso e estatura e perímetro torácico — capacidade respiratória), fundamentais nos processos de recrutamento militar. Socorre-se dos estudos antropométricos de Mendes Correia e de Aurélio da Costa Ferreira, entre outros.

A ideia básica que procura desenvolver é a de que o estudo das condições fisiológicas permite conhecer melhor as condições de resposta às exigências do trabalho e à prevenção da fadiga. Ou seja, têm implicações de carácter económico e social, tendo em atenção as condições de prestação do trabalho, permitindo introduzir adaptações e processos de seleção que garantam racionalização e eficiência acrescidas. Neste contexto explicativo, não deixa de tecer algumas considerações sobre a importância dos conhecimentos fisiológicos para a prevenção de doenças que possam afetar o rendimento dos trabalhadores.

Dez anos mais tarde voltaria ao mesmo tema, desta vez para proceder a uma apreciação sumária do significado histórico da obra de Malthus,

convicto de que "a análise dos economistas clássicos pode vir a trazer noções utilíssimas, ideias oportunas, talvez até teorias novas, aos economistas da atualidade" (Pereira, 1936, p. 18).

Apresenta o essencial do raciocínio malthusiano que submete ao juízo crítico que a história permitiu formular, nomeadamente no que se refere à não verificação das suas previsões catastróficas sobre o crescimento demográfico. Afirma, de forma convicta, a sua oposição a quaisquer políticas neo-malthusianas de controlo da natalidade, justificando a importância do crescimento da população e da mobilidade demográfica.

Todavia, se opta claramente pela não existência de restrições quantitativas, também claramente revela a sua simpatia por conceções eugenistas que impunham limitações qualitativas com vista à defesa da raça, aplaudindo os movimentos eugenistas do regime fascista italiano e da Alemanha nazi, "evitando-se a reprodução de seres verdadeiramente inferiores que constituem um peso morto para a sociedade, inúteis para eles próprios e para os que os lançaram ao mundo" (*ibid*, pp. 44-45).

Era este o ar do tempo que envolvia em raciocínios deste calibre representantes diversos do espectro político, no qual Gonçalves Pereira não resiste a expressar o seu ponto de admiração. As temáticas demográficas voltariam a mobilizá-lo em diversas outras conferências, sempre interessado na valorização física do povo português à luz de critérios científicos, fixando uma terminologia pouco usual na época, quando afirma que: "Não há riqueza económica que possa exceder na vida de uma nação o valor do capital humano" (Pereira, 1938, p. 115). Os mesmos argumentos de valorização das condições qualitativas de existência da população portuguesa estão presentes noutros textos da mesma época, nos quais insiste na necessidade de acudir à resolução dos problemas, não apenas alimentares, mas também habitacionais (casas económicas e crédito à habitação).

7. Outra matéria em que demonstrou visão atenta, na perspetiva do aconselhamento de decisores políticos, diz respeito ao modo como analisa a função da indústria na economia nacional (título de uma conferência que proferiu, em 1942, na Associação Industrial Portuense).

Nesse texto, constata a insuficiência e atraso da indústria portuguesa, por razões e vicissitudes ancestrais explicadas de forma algo dúbia: "a falsa posição em que se tem encontrado a indústria portuguesa perante a nossa mentalidade económica" (Pereira, 1942, p. 7).

No difícil contexto de guerra, reconhece inevitáveis as medidas de proteção associadas ao condicionamento industrial. Mas aponta caminhos que permitam fortalecer o tecido industrial, demonstrando alinhamento pleno com as orientações sustentadas por Rafael Duque e Ferreira Dias, nomeadamente:

– Melhoria no sistema de aprendizagem e ensino técnico industrial;
– Conhecimento reforçado e investigação aplicada através da criação de gabinetes, laboratórios e estações experimentais, que permitam um melhor aproveitamento dos recursos e matérias-primas;
– Desenvolvimento (pelo Estado) da energia hidroelétrica;
– Reforma e modernização das instalações industriais;
– Forte articulação com as atividades de promoção comercial;
– Incentivos fiscais à exportação.

A sua visão sobre a articulação destas medidas de política industrial e comercial pode ser resumida no seguinte lema:

> Conseguir pela reorganização das indústrias um melhor rendimento económico dessas indústrias, que permita a melhoria dos salários, a qual, aumentando o poder de compra, venha elevar a capacidade geral de consumo (Pereira, 1942, p. 16).

Três anos mais tarde, numa antevisão do estado da economia internacional no pós-guerra, reafirma as potencialidades de uma economia nacional favorecida pelo seu lugar estratégico na comunicação entre continentes unidos pela "universalidade da vida económica" (Pereira, 1945, p. 3) e revela maior apetência de aceitação das virtudes de abertura moderada ao exterior, consciente que estava da insustentabilidade do protecionismo aduaneiro e do condicionamento das atividades industriais, sem as quais o desenvolvimento seria pura miragem.

É interessante notar que, a par das suas recomendações de modernização da indústria e de aumento da capacidade de produção e distribuição de energia hidroelétrica, Gonçalves Pereira insista com especial atenção na dimensão social das reformas que urgia promover, visando melhorias no sistema de justiça social. Neste sentido, a elevação do poder de compra das classes pobres através de ganhos salariais controlados, assim como o alargamento do quadro de necessidades de consumo, também impunham medidas como o combate ao analfabetismo, a melhoria das condições de habitabilidade, os programas de assistência e previdência, o desenvolvimento de programas de saúde pública para prevenção da tuberculose e a melhoria do regime alimentar visando um robustecimento das classes trabalhadoras.

Gonçalves Pereira regressava assim, fechando o círculo, à sua visão integradora de problemas económicos, inseparáveis da política e da demografia.

8. Procurou também proporcionar enquadramento microeconómico da organização industrial, olhando com atenção propedêutica para os problemas da economia da empresa. Para além da definição e caracterização de âmbito jurídico e económico de diversos tipos de empresa numa economia capitalista, Gonçalves Pereira apresenta considerações gerais sobre princípios de organização e racionalização empresarial e sobre as diversas esferas em que se definem os papéis e serviços de gestão (comercial, contabilística, financeira, etc.). Discute as relações entre empresa e Estado e o modo como a política económica pode favorecer o estabelecimento e desenvolvimento empresarial. Finalmente, aborda questões relativas à distribuição de dividendos e à função social da empresa, parecendo afastar-se da lógica corporativa em que estes problemas eram habitualmente discutidos na época em Portugal. Foi na literatura económica francesa (François Perroux, Gaetan Pirou, Emile James, entre outros) que encontrou fonte de inspiração para as suas reflexões bem sistematizadas.

9. Os temas da política colonial, quase sempre associadas ao enaltecimento da epopeia e da gesta da expansão, foram objeto recorrente em muitas intervenções e conferências na Academia das Ciências de Lisboa, no ISCEF, na Sociedade de Geografia e em alguns encontros universitários

no estrangeiro. Na impossibilidade de referir a globalidade dos seus escritos de circunstância sobre tais temas, permito-me destacar uma palestra que proferiu ainda no rescaldo da deliberação da ONU de 1949 relativa à verificação das condições de qualquer território sob administração colonial poder vir a alcançar a sua autonomia política e administrativa. Apesar de Portugal não se sentir obrigado a acatar uma resolução da ONU, da qual não fazia parte, Gonçalves Pereira considera que o essencial seria argumentar a favor de uma diferente solução, obviamente aplicável ao caso português:

> A questão põe-se, portanto, em saber se, uma vez verificada a aptidão de certos territórios para se administrarem por si próprios, justifica-se em relação a todos, o caminho da emancipação e da separação, ou se não será para eles mais vantajoso o sistema de associação, da integração e da unidade (Pereira, 1951, p. 9).

10. A concluir este trajeto pelo legado de Armando Gonçalves Pereira, gostaria de destacar dois pequenos textos que dedica a matérias de vocação intemporal. O primeiro refere-se às relações entre a economia e a moral, à definição do fim último do sujeito económico, tendo como pretexto as contribuições das encíclicas papais para o enquadramento e compreensão do mundo contemporâneo (Pereira, 1951).

O segundo, a propósito da interdependência entre o fator económico e o fator cultural, explica a missão que compete às universidades promover, considerando a relevância do investimento público no sector educativo:

> Os investimentos que o Estado realize para fins educativos não constituem meras despesas improdutivas, mas terão alto carácter reprodutivo porque modificarão a estrutura económica (Pereira, 1948a, p. 12).

Foram considerações intemporais sobre a relevância da função universitária e a falta de financiamento no sector, em sessão de abertura de ano académico no ISCEF. Apesar de ocasionais e soltas, estas reflexões devolvem-nos uma imagem de Armando Gonçalves Pereira mais fiel a um percurso

académico que ficou em larga medida subalternizado, perante o imperativo da vocação dirigente de um paladino do regime.

Gonçalves Pereira pode não ter alcançado a glória suprema no panteão dos economistas portugueses que atravessaram o século xx. Mas cruzou o tempo em que viveu com o testemunho conformado de quem cumpriu a missão que lhe era exigida.

Assim o homenageamos agora, neste retrato que procurou destacar as contribuições que melhor ilustram a relevância da sua carreira pública, que também foi de serviço a esta Academia.

(Elogio histórico apresentado à classe de letras
na sessão de 28 de maio de 2015)

REFERÊNCIAS

Pereira, A., A variação dos preços. *Revista do Instituto Superior de Comércio de Lisboa*. 1925.

Pereira, A., Estudos qualitativos da população – A valorização económica do Português. *Revista do Instituto Superior de Comércio*, XIV-XV. 1926.

Pereira, A., *Les vignobles du Portugal*. Toulouse. 1932.

Pereira, A., *A economia do mar*. Lisboa. Sociedade Nacional de Tipografia. 1934a.

Pereira, A., O elemento geográfico na defesa da marca regional do Porto. *A Terra*. Coimbra. 1934b.

Pereira, A., As novas exigências da economia política. *Economia e Finanças. Anais do ISCEF*, Vol. III, 5-23. 1935.

Pereira, A., *As doutrinas de Malthus e as questões demográficas da atualidade*. Lisboa. Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. 1936.

Pereira, A., *Os problemas essenciais da população portuguesa*. Lisboa. Academia das Ciências de Lisboa. 1938.

Saudação a José Luís Cardoso

Jorge Braga de Macedo

Cumpre-me responder ao elogio histórico de Armando Gonçalves Pereira, diretor do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa entre 1944 e 1968, por José Luís Cardoso, historiador do pensamento económico que nasceu a meio desse período e entrou para o Quelhas em 1973, quando a escola já passara a chamar-se Instituto Superior de Economia.[1]

Através de Maria Manuela Silva[2], cedo começou a colaborar com o então Gabinete de Investigações Sociais. Assistente do ISE em 1978, iniciou um vaivém urbano cursando Sociologia no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, onde, segundo Miriam Halpern Pereira, "foi um aluno brilhante na cadeira de História na licenciatura de Sociologia pois não havia ainda licenciatura em História no ISCTE".[3] Obteve o diploma do ISCTE em 1981, quando o vizinho GIS se estava a tornar instituto autónomo da Universidade de Lisboa, tendo passado, em 2002, a Instituto de Ciências Sociais, Laboratório Associado. Em 2008, trinta e cinco anos depois do seu primeiro livro e dois anos antes da fusão da UTL na ULisboa, Cardoso pereniza a ligação com o GIS/ICS, voltando ao Campo Grande.

Mais importante do que o sítio, porém, é o modo como, desde cedo, enquadrou economistas portugueses no ambiente científico europeu e

---

[1] Agradeço comentários a versões anteriores, testemunhos de Maria Manuela Silva e Miriam Halpern Pereira sobre o recipiendário, bem como o envio do seu texto. A secretária e a bibliotecária da Academia prestaram o apoio costumeiro. Na minha Faculdade esclareci dúvidas de indexação e no IICT a Dr.ª Laura Domingues ajudou a estabelecer a lista que serviu de base aos indicadores em anexo.

[2] Em "O Gabinete de Estudos Corporativos (1949-1961) e a génese de uma biblioteca moderna de ciências sociais" (rubrica 2.1, nota 28, p. 14) cita uma mensagem pessoal de MMS revelando "que a confiança existente entre os membros do GEC e o seu director permitia até a aquisição à consignação de obras que, caso estivessem repetidas, seriam devolvidas às livrarias fornecedoras".

[3] MHP acrescenta que JLC "fez parte daquela plêiade de licenciados que tiraram 2.ª licenciatura em pós-laboral depois do 25 de Abril".

mundial. Assim, acompanha a *European Society for the History of Economic Thought* desde a sua fundação em 1996, sendo atualmente seu presidente (por sinal na ESHET ainda aparece com a filiação da extinta UTL…).

Manteve-se o peso do Quelhas, Mercês e Rua do Comércio no seu modo de pensar economistas por via de Manuel Jacinto Nunes, presidente da Classe de Letras e da Academia das Ciências entre 1980 e 1990. Em 1986, quando preparava a tese de doutoramento, as *Memórias Económicas Inéditas* (rubrica 4.17 no anexo) valeram-lhe o prémio Artur Malheiros da Academia das Ciências, da qual veio a ser eleito sócio correspondente e efetivo em 1995 e 2004, respetivamente. Ainda assim, não terá contado que a experiência de gestão de economistas adquirida no Quelhas iria alargar- se a outros cientistas sociais no Campo Grande…

Décadas a pensar e gerir economistas não se comparam, pois, às do seu predecessor imediato na cadeira 15L e ainda menos às dos anteriores, como Tomás Correia, professor de comércio no ISCEF (eleito sócio efetivo em 1929, quatro anos depois de ser correspondente), para não recuar até Bernardino Machado ou avançar para o nosso querido Mário Soares, que dispensa Economia e Finanças. Convidado pelo Presidente a ocupar essa cadeira em 2014, devendo responder-lhe o confrade António Valdemar, Soares voltou depois a sócio honorário.[4]

Dividi esta resposta em quatro seções, referentes à diversidade dos titulares das nossas cadeiras, ao percurso do novo titular, ao falecido decano da 6.ª secção e à evolução da produção científica de José Luís Cardoso.

DIVERSIDADE E DIFICULDADE

A diversidade é timbre dos que ocupam estas cadeiras, o que vai dificultando a resposta aos elogios. Por mim, foi fácil inaugurar lá em baixo a primeira destas oportunas sessões conjuntas, na qual contracenei com o meu vizinho Armando de Lencastre, elogiando António Manuel Pinto Barbosa, economista e governante, a quem sucedi na cadeira 18L em Novembro de 2013.

[4] A resposta ao Presidente foi assumida pelo Presidente. Agradeço a António Valdemar ter encontrado dois erros embaraçosos numa versão anterior e a Artur Anselmo o esclarecimento sobre o seu papel.

Mas não terá sido tão fácil para meu mestre e amigo Pedro Soares Martínez saudar-me de improviso, substituindo Paulo de Pitta e Cunha, economista sem quartel, que eu vim a saudar, quando, um ano depois, sucedeu na cadeira 13L a José Joaquim Teixeira Ribeiro. Isso foi difícil, não só porque tive de substituir o decano da 6.ª secção, entretanto falecido, mas também porque o saudado me havia impelido a cultivar a economia monetária internacional nos Estados Unidos e não no Campo Grande, onde ele me ensinara — uma espécie de vaivém continental…

Responder hoje ao sucessor do pai de André Gonçalves Pereira, outro meu antigo professor, é ainda mais difícil porque me habituei a ver o Zé Luís, menino e moço, na casa de meus pais. Tal como no caso anterior, o recipiendário é mais antigo do que o saudante e este vem substituir o falecido decano da secção. Acresce aqui irmandade antiga, sempre atualizada.

Convidou-me a falar no plenário da conferência anual da ESHET em Rethymnon, Creta, em 2002, e dediquei essa lição ao prémio Nobel James Tobin, sócio correspondente estrangeiro que falecera poucos meses antes e cuja sucessão nos levaria a dinamizar a 6.ª secção.[5] Conforme detalho abaixo, apoiou os esforços para, nesta Academia, honrar a memória de Jacinto Nunes e a do seu malogrado sucessor José da Silva Lopes.

Depois de me ter ajudado a honrar a memória de meu pai, coorganizando uma das conferências que deu os *Nove Ensaios na Tradição de Jorge Borges de Macedo*[6] traduziu a sua contribuição para inglês e publicou-a noutra revista indexada que fundou e dirige, o *e-journal of Portuguese History* (rubricas 1.2 e 6.10).

Na Faculdade de Economia, lembrou, nos vinte anos da sua morte, Alfredo de Sousa — com quem aliás partilho a fraqueza pelo desenvolvimento internacional, conforme evidenciam as atas da conferência da ESHET, publicadas

[5] Comparative development and institutional change, in *Economic development and social change* edited by George Stathakis and Gianni Vaggi, Routledge Studies in the History of Economics, Routledge, pp. 74-96. Antes desafiara-me a escrever um obituário sobre James Tobin para o *European Journal of the History of Economic Thought* que me permitiu comparar apontamentos em Cambridge com Richard Cooper e Ken Galbraith, não tendo conseguido convencer nem o primeiro do interesse de Tobin pelo desenvolvimento nem os organizadores do *Journal of the History of Economic Thought* a publicar "In memory of James Tobin, economista and *honnête homme*", que está disponível em: http://www.jbmacedo.com/papers/tobin.html.

[6] Publicação do IICT e CG&G lançada numa sessão conjunta em Abril de 2009, na qual apresentaram comunicações o atual Presidente e o então Secretário-geral, António Dias Farinha.

em 2006, e ainda uma colaboração em curso que também envolve a minha colega Maria Eugénia Mata.

Compreende-se assim a maior dificuldade de saudar o recipiendário abraçando referências comuns, como Miriam Halpern Pereira, uma antiga aluna de meu pai que orientou a sua tese de doutoramento sobre *O Pensamento Económico em Portugal nos Finais do Século XVIII* (347 páginas, rubrica 3.5 dedicada à mulher e filha) e de quem o jovem Cardoso guarda "a definitiva tomada de consciência da importância da componente histórica nos estudos de ciências sociais" (*ibid*. p. 13). Menos jovem, escreve sobre "Trabalho e lazer na história da ciência económica" (rubrica 6.9, homenagem a Miriam Halpern Pereira, que o ICS publicou em 2009, dedicado a *Portugal nos últimos dois séculos*.

Na tese agradecera também a Francisco Pereira de Moura, Jacinto Nunes e Nuno Valério, que "leram e comentaram alguns trechos deste livro". Do confrade António Almodovar, como quem viria a escrever uma dezena de trabalhos, diz que "leu, anotou e discutiu o texto na sua versão (quase) definitiva".

NASCIDO E CRIADO NA FIGUEIRA

Nascido em 10 de Março de 1956 na Figueira da Foz ali frequenta o liceu municipal. Escreve, em 1983, um *ensaio histórico-biográfico* sobre Manuel Fernandes Tomás publicado pela Câmara Municipal por ocasião do 1.º centenário da vila (rubrica 3.6). É um trabalho que Miriam considera fora do quadro universitário, apesar de ir dizendo que esse período foi "um momento de grande abertura para o saber, como sempre acontece nos momentos de grande mudança. Era preciso "compreender o mundo". A escolha do ilustre figueirense refletia certamente curiosidade própria pois a ele voltou Cardoso em 2004: "Político, munícipe, parlamentar" (rubrica 7.14).

Para Borges de Macedo, Fernandes Tomás ajudaria certamente a "compreender o mundo" como desejava Miriam, porque se lhe devia sobretudo "o mérito do primeiro liberalismo português ter sido estabelecido sem guerra civil"[7]. Isso mesmo resulta do ensaio: só uma monarquia

[7] *Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão* 1995, p. 573 e *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar*, 2005, p. 239, nota 19.

constitucional permitiria rejeitar tanto o domínio espanhol como o inglês (p. 53, p. 68, p. 77).

Em 1978, licenciara-se em Economia pelo ISE, onde se doutorou, em 1988, e se agregou, em 1994, pouco antes de entrar para a Academia. Com prefácio de Jacinto Nunes, a série "Obras Clássicas do Pensamento Económico Português" do Banco de Portugal, inclui as já citadas *Memórias Económicas Inéditas (1780–1808)* (1987), *Memórias Económicas da Real Academia das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas* (5 volumes, 1990/1991) e *Francisco Solano Constâncio, Leituras e Ensaios de Economia Política (1808– 1842)* (1995).[8]

Co-organizou, ainda, os *Ensaios de Homenagem a Manuel Jacinto Nunes* por ocasião da sua jubilação no ISEG em 1996 e, no ano seguinte, publica *Novos Elementos para a História Bancária de Portugal. Projectos de Banco 1801–1803* na série "História Económica" do Banco de Portugal.

A proposta de Jacinto, também assinada pelo decano Pinto Barbosa, Mário Júlio de Almeida Costa, José Vitorino Pina Martins, Manuel Viegas Guerreiro, Justino Mendes de Almeida e Martim de Albuquerque, chama-lhe o vulto "mais proeminente dos estudiosos do pensamento económico" e considera "mais do que suficientes" para a eleição o primeiro livro e mais sete trabalhos (rubricas 1.25, 2.18-19-20, 6.31-32, 5.21).[9] Também menciona que é

[8] Rubricas 4.12 a 15. e 4.17 em anexo. Do processo académico de JLC consta um artigo de Pedro Ary, intitulado "Mais de 200 anos de Economia em Portugal", *Valor* n.º 401, Julho de 1999, p. 10, onde se resume esta série de publicações. A correspondência referente ao seu percurso académico começa em 06–07–1995 e termina com um agradecimento a Pina Martins (05–05–2004). Do processo consta ainda uma troca de cartas de finais de 2014, referente a uma suposta falta de assiduidade de confrades da 6.ª seção, troca aquela que envolveu também o atua decano e eu próprio.

[9] Por ordem cronológica, que não corresponde às rubricas citadas no texto, e segue aqui invertida. Teaching the history of economic thought. *The European Journal of the History of Economic Thought*, Vol.2, n.º1, Spring 1995, pp. 199-216; La diffusion internationale de la physiocratie: quelques problèmes ouverts. com Lluis Argemí e Ernest Lluch, *Economies et Societés - Série Oeconomia*, 1995, PE n.º 22-23, pp. 473-480; O pensamento económico na época da restauração. *Penélope*, 1993, n.º9/10, 135-149; O pensamento económico de Oliveira Martins, *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*. Lisboa: CISEP, 1992, pp. 339-355, que organizou com António Almodovar; A recente historiografia portuguesa do pensamento económico. *Ler História*, 1991, n.º 21, pp. 146-53; Economic thought in late eighteenth-century Portugal: physiocratic and Smithian influences in *Adam Smith Across Nations. Translations and Receptions of 'The Wealth of Nations'*, organizado por Cheng-chung Lai, Oxford: Oxford University Press, 2000, pp. 221-233; Francisco Solano Constâncio e a polémica entre Malthus e Say, in *Estudos sobre o Pensamento Económico em Portugal*. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 1990, pp. 67-82, organizado por Almodovar).

"coordenador geral do projeto de investigação e organização editorial do Centro de Estudos sobre Economia Portuguesa", financiado pela Fundação Gulbenkian e o Banco de Portugal. Trata-se na verdade do CISEP (Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa) — onde também coordenou *Empresários e Gestores da Indústria em Portugal* (rubrica 3.4).[10]

Na proposta de eleição para a Academia, além de notar os trabalhos citados acima, refere-se que mais de um terço da sua tese de doutoramento assenta nas respetivas *Memórias*. Ocorre salientar que, para além de Domingos Vandelli e José Correia da Serra, citados na parte I, aparecem na tese outros faróis da investigação subsequente de Cardoso como Rodrigo de Sousa Coutinho e Joaquim José Rodrigues de Brito nas partes II e III, respetivamente. Esta termina com a polémica entre este e José da Silva Lisboa à volta de Adam Smith, argumentando que o brasileiro defendia o escocês por este ter mais consciência da importância do livre-câmbio. Na conclusão, cita o elogio da orientadora à "notável capacidade de duração" da sociedade portuguesa do antigo regime (p. 306), insurgindo-se na nota 3 contra os "credos marxistas" que pensam o contrário. No final reconhece que "muitas são as portas que ficaram por abrir" (p. 308) mas que tal é próprio de "uma tarefa de investigação… que é sempre inacabada…"

A orientação por historiadores manteve-o na história do pensamento económico, soube combinar a investigação com a gestão de cientistas sociais de diferentes origens pois preside ao ICS, depois de ter presidido ao Departamento de Economia e ao Conselho Científico do ISEG. Como referido acima, o vaivém urbano não cessou, nem impediu a implantação internacional.

DE SALAZAR A KRUGMAN

No obituário que publicou no *Expresso* (rubrica 7.1), Cardoso conclui que o maior triunfo de Jacinto Nunes "é o reconhecimento público, inequívoco e unânime, do imenso valor do seu legado". Nesse legado estarão certamente

[10] Com José Maria Brandão de Brito, Fernando Ribeiro Mendes e Maria de Lurdes Rodrigues, publicado pela Dom Quixote, em 1990.

as comunicações à Academia, nomeadamente a publicada no *Simpósio de Estudos Keynesianos* de 1977.[11] Não surpreende, então, o seu gosto pela multidisciplinariedade e o pluralismo metodológico, que Cardoso considera "poderoso antídoto contra o pensamento único de qualquer estirpe". Adiante relata que Jacinto Nunes "costumava recordar, com ironia, um dos raros encontros que teve com Salazar" no qual teria manifestado "a sua crença nas virtudes do pensamento keynesiano, dele obtendo uma resposta sobranceira: 'Deixe lá, deixe lá, isso passa-lhe'. Mas não passou." Ora eu sempre ouvira dizer que essa resposta se dirigia a Luís Teixeira Pinto (1927–2012), ministro da Economia entre 1962 e 1965…

Felizmente, o próprio Jacinto Nunes conta na conferência sobre o Cinquentenário da Teoria Geral de Keynes (p. 59 das atas publicadas pelo ISE, em 1986, que organizou com Eduardo de Sousa Ferreira, rubrica 4.18) que se tratava de Ulisses Cortês (1900–1975), ministro das Finanças entre 1965 e 1968. Explica ainda a sua própria recusa em aceitar o convite aceite pelo seu amigo Teixeira Pinto em termos mais práticos do que doutrinais: "com Salazar a tarefa de ministro das Finanças estava mais facilitada do que a do ministro da Economia."

A minha eleição para sócio efetivo, apoiada por Cardoso, ocorreu em finais de 2007, e a crise financeira que se verificou em 15–08–2008 permitiu reforçar a âncora dele na Academia, porventura em risco com o regresso ao Campo Grande e à gestão. Conforme se recorda na frase final das *Memórias Soltas* de Jacinto Nunes (p. 159), a crise teve grande impacto na perceção social dos economistas, tendo assim suscitado a curiosidade de outras disciplinas.

Também surpreendeu que a crise financeira originasse nos membros do "clube reformista" da OCDE e não nos países emergentes. Por isso, a visita da Rainha Isabel II à *London School of Economics* em 05–11–2008 e a sua famosa pergunta "se era tudo tão grande, como é que ninguém reparou?" deram pretexto para, um ano depois, debater esboços de resposta através de uma

[11] Conforme desenvolvo na homenagem que publiquei no n.º54 da *Nova Cidadania*, seguido acima no texto, Jacinto Nunes chamou-lhe a última peça "de um keynesianismo onde começo a ponderar as alternativas" como escreve na nota prévia do livro de 1998, intitulado *O Pensamento de Keynes. Aspectos Epistemológicos e Metodológicos*, onde reúne trabalhos tendentes a ultrapassar o pensamento cartesiano/euclidiano em favor do modo de pensar "babilónico", que considera compatível com o paradigma científico de Thomas Kuhn.

carta enviada por sócios da Academia Britânica (que equivale à Classe de Letras da congénere portuguesa) acerca da crise "de olhos azuis" (como Lula lhe chamou).

Quem, na esteira do saudoso confrade Pina Martins, julgar que a famosa Carta à Rainha Isabel I escrita pelo bispo de Silves, em 1565 (a meio do concílio tridentino) se destinava mais a isolar Lutero, fonte de todos os males da Igreja, do que a convencer a destinatária, poderá compreender melhor a resposta preferida pela 6.ª secção na sua reunião de 05–11–2009: a carta — dirigida a uma hipotética "Rainha Lusófona" com o nome de código LQL (*Letter to Queen Lusophonia*) — deveria incluir perspetivas do Sul, em especial do Brasil e de outros membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, além de confrades da Classe de Ciências, como Rui Vilela Mendes (aqui presente), Rui Malhó (que enviou escusa) e Jean-Pierre Contzen (também sócio da Academia Real da Bélgica, o que talvez permitisse alargar a LQL à francofonia, sem ferir suscetibilidades republicanas…). Não esquecendo que o inglês é a língua franca da economia e finanças, aquelas perspetivas visariam esclarecer a perceção dos economistas na crise para além dos países de inteligência lusófona global: foi esse o propósito do opúsculo *Writing to Queens while Crises Proceed*, publicado pelo IICT em 2013, e revisto e aumentado em 2015, numa edição do IICT[12] e do Centro Globalização e Governação da Faculdade de Economia dedicada à memória de Manuel Jacinto Nunes, que também inclui contribuições sobre lusofonia, designadamente de Renato Flores e que já ofereci à nossa biblioteca (onde está disponível com a cota Avulso B 5656).

Naquela reunião dinamizadora da 6.ª secção, concluímos o processo de sucessão de Tobin com base em sugestões dos sócios, sendo proposto ao plenário de efetivos eleger Paul Krugman e Olivier Blanchard. Ao recuperar, assim, o papel da secção na escolha de sócios correspondentes estrangeiros, continuava-se a caminhar nos âmbitos internacional e interdisciplinar que haviam motivado a decisão dinamizadora tomada no Funchal em Março de 2008, conforme relatado na 2.ª edição já citada do *Writing to Queens*.

[12] Por casualidade, foi hoje aprovada em Conselho de Ministros a integração do IICT na ULisboa exceto, algumas atribuições do Arquivo Histórico Ultramarino, que passam para a Torre do Tombo.

O mesmo foi reafirmado na reunião de 14 de Maio de 2015[13], na qual também se debateu a sucessão do nosso malogrado confrade Silva Lopes, que soube da sua eleição para sucessor de Jacinto Nunes na cadeira 8L na véspera de cair em coma.

A conferência académica patrocinada pelo Banco de Portugal sobre "Os economistas e a crise", prevista para a primavera de 2011 para a qual se convidariam Krugman e Blanchard, confrades de ambas as Classes bem como economistas lusófonos, foi adiado mas Krugman conseguiu participar numa reunião do projeto LQL. Assim, em 27 de Fevereiro de 2012, numa Aula Magna apinhada, Jacinto Nunes entrega o diploma de sócio correspondente estrangeiro da Academia ao prémio Nobel, na qualidade de decano dos economistas portugueses, por ocasião do seu doutoramento *honoris causa* pelas Universidades de Lisboa, Técnica de Lisboa e Nova de Lisboa, onde a sua lição foi comentada por Silva Lopes, tendo a primeira pergunta sido proferida pelo ora recipiendário. Pergunta sobre a essência do keynesianismo, *et pour cause*, à qual, enquanto moderador, não hesitei em chamar "a pergunta mais longa"…

Publicações e tropeções

Também longa é a lista em anexo de 178 publicações, adaptada da constante do *site* do ICS com data de Março de 2014 (acrescentei o citado obituário, numerei pelas oito categorias e salientei as rubricas anteriores a 2008, constantes do *site* do ISEG). O padrão temporal revela uma alteração substancial da estrutura das publicações que poderá configurar-se como uma resposta às responsabilidades mais abrangentes de gestor do ICS. Depois da segunda travessia para o Campo Grande, a média anual de artigos e capítulos "internacionais" (secções 1 e 5) quadruplicou, mantendo-se a média das outras publicações (artigos e capítulos "nacionais", livros organizados e escritos, relatórios e outros escritos). O peso do *stock* de artigos e capítulos

[13] Como podem testemunhar os confrades Jaime Reis e Manuel Porto, presentes na sessão, já que José Luís Cardoso delegou o seu voto no decano.

"internacionais" subiu assim de um quinto para metade.[14] A respeito do critério de indexação, recorde-se que não é o mesmo para livros e artigos com arbitragem já que o *Web of Science* inclui *Análise Social* nas revistas internacionais ao passo que a Imprensa de Ciências Sociais é uma editora nacional. Por outro lado, o critério da revista indexada não é cumulativo porquanto *Análise Social* não consta do Scopus.[15]

Vem-me ao espírito a data de hoje, 28 de Maio, porque o primeiro livro do recipiendário, dedicado a Manuel Fernandes Tomás, começa com a curiosidade toponímica dele ter nascido numa rua chamada dos tropeções para declarar: "A fazer fé na magia dos nomes, concluiríamos que este homem estava destinado a tropeçar… em qualquer inesperado percalço. Mas nem sempre os fados soam da mais previsível ou predestinada maneira!…". Quero dizer o mesmo deste apaixonado pela história do pensamento económico que soube gerir economistas, outros cientistas sociais e historiadores no Quelhas e no Campo Grande, vindicando o seu precoce treino interdisciplinar num terceiro instituto, vizinho da filiação de destino. E tudo isto sem tropeçar!

Muito obrigado.

(Saudação ao recipiendário proferida na sessão plenária pública de 28 de maio de 2015)

[14] A percentagem do total das duas primeiras categorias subiu de 22% no ISEG a 47% no ICS, com a correspondente queda das restantes de 78% para 53% (quadro anexo).

[15] Por isso, o critério da secção 1 no anexo passa a ser "Web of Science ou Scopus" em vez de"e".

Anexo: Estrutura das Publicações

ANOS	ICS	ISEG	TOT			ICS	ISEG	TOT
1	**13**	**14**	27			**48%**	**52%**	100%
2	4	21	25			16%	84%	100%
3	0	6	6			0%	100%	100%
4	4	14	18			22%	78%	100%
5	**12**	**13**	25			**48%**	**52%**	100%
6	11	23	34			32%	68%	100%
7	7	34	41			17%	83%	100%
8	2	0	2			100%	0%	100%
TOT	53	125	178	%		30%	70%	100%
ANUAL	6,5	24,5	31			**ICS**	**ISEG**	**TOT**
1	**2,0**	**0,6**	0,9	250%	referee 1	**25%**	**11%**	**15%**
2	0,6	0,9	0,8	-28%	referee 2	**8%**	**17%**	**14%**
3	0,0	0,2	0,2	-100%	livros org	**0%**	**5%**	**3%**
4	0,6	0,6	0,6	8%	livros aut	**8%**	**11%**	**10%**
5	**1,8**	**0,5**	0,8	248%	cap int	**23%**	**10%**	**14%**
6	1,7	0,9	1,1	80%	cap port	**21%**	**18%**	**19%**
7	1,1	1,4	1,3	-22%	outrs art	**13%**	**27%**	**23%**
8	0,3	0,0	0,1		relatórios	**4%**	**0%**	**1%**
TOT	8,2	5,1	5,7	60%		**100%**	**100%**	**100%**
SEC 1+5	3,8	1,1	1,7	249%		47%	22%	29%
OUTRAS	4,3	4,0	4,1	8%		53%	78%	71%

Fonte: Lista de Publicações até Março de 2014 publicada no *site* do ICS, acrescentada de um obituário no *Expresso* de 19 Julho e salientando publicações anteriores a 2008, tais como constavam da lista no *site* do ISEG dividida em 8 grupos, disponível em http://www.jbmacedo.com/acl/jlc.pdf.

Elogio histórico de Urbano Tavares Rodrigues

Teresa Rita Lopes

Quem me havia a mim de dizer, Mestre e amigo, que viria a ocupar a I cadeira que foi tua na Academia! Confesso que me sinto feliz com essa preciosa herança! Sabe-me bem sentir que, por isso, de certa maneira, te continuo! Claro que só "de certa maneira"… Foste único. É verdade que somos todos únicos, mas apetece-me dizer que uns mais do que os outros… Falar da tua grandeza de alma pode parecer balofa retórica ou banalidade. Mas é assim que a tua lembrança perdura em mim.

Conheci-te como meu professor. Eras o professor mais charmoso da Faculdade — um adjectivo que então ainda se não usava, mas que combina bem contigo — e que tu, que tanto gostaste de seduzir e ser seduzido, gostarias que te aplicassem… Já te tinhas estreado como romancista e todas nos precipitámos sobre a tua *Pedrada no Charco* — título já por si extremamente instigante. A tua pessoa também o era: esguio, com um ar vagamente melancólico de herói romântico, uma bela voz que dava imediatamente uma presença quase física aos textos que nos apresentavas nas aulas (melhor do que tu só o inultrapassável David Mourão-Ferreira, teu amigo e também nosso professor). Aliás, tinham outra afinidade: não resistiam ao encanto das alunas — afinal, o vosso próprio, de que elas avidamente se impregnavam, e vocês, especularmente, recebiam de volta… Havia muito de narcisismo nessa permanente acção de sedução que eram as vossas aulas-serenatas, não propriamente às enamoradas alunas mas à literatura, à arte, à beleza do mundo… Eram ambos autênticos encantadores não de serpentes, mas de jovens amantes das letras… As alunas disputavam-se os lugares da frente para melhor vos beber as mágicas palavras.

Não falo de mim porque eu planava muito acima dos adolescentes quebrantos das minhas colegas pelos teus encantos: só sei de ouvir dizer: era a "Teresa casada", como me chamavam, porque havia mais Teresas, mas

solteiras, e estava completamente absorvida não propriamente pelos meus deveres de esposa, mas pelas gravidezes sucessivas que me iam acontecendo e, sobretudo, pelos poemas e peças de teatro que comecei a dar à luz. Mas também pelas militâncias a que me entregava de corpo e alma. Uma delas — e muitas foram — consistiu numa difícil recolha de assinaturas de protesto, de que tomei a iniciativa, contra a tua expulsão de assistente da Faculdade — pelas tuas ideias subversivas, claro. A maior parte dos alunos escusava-se, sabia o risco implícito. Lembro-me duma menina que se recusou por seres "mau marido" — como me declarou… Outra assinou, perante a minha inflamada insistência, mas apareceu-me no outro dia com um frasco de lixívia para apagar, que os pais tinham-lhe dito que ia parar à prisão (Claro que não deixei!).

Quando, de papel em punho, te encontrei, no corredor da Faculdade, tu, generoso como sempre, disseste-me: "Ó Teresa, não se prejudique por minha causa que eu já tenho outro emprego!" (como jornalista, creio).

Ficou-me de ti, sobretudo, a recordação do professor exemplar.

Perdoava-te as tuas fraquezas a que me sentia superiormente imune. Gostava da tua generosidade, sempre a emoldurar com elogiosas palavras as intervenções dos alunos, por mais insignificantes que fossem — e aí independentemente do sexo, é preciso reconhecer…

Cada vez que eu espetava o dedo para dizer algo de minha justiça, abrias um largo sorriso, e anunciavas com alguma solenidade que a "Teresa Rita tinha com certeza algo de muito interessante para nos dizer"… Não, não inchava de orgulho, ria-me , à socapa, porque prefaciavas da mesma forma os palpites de colegas por todas considerados irremediáveis palermas… (Digo, sem querer, "todas", porque já então nestes cursos de Letras havia incomparavelmente mais elas que eles…). Mas admirava a tua palavra clara e luminosa, com que davas viva voz aos textos que nos revelavas, e o amor por eles que nos querias fazer sentir. Dei pela primeira vez atenção ao meu conterrâneo Teixeira Gomes, assunto da tua tese, quando te aplicaste a estudá-lo connosco. A militante professora em que me tornei aprendeu contigo que, mais importante ainda do que aquilo que se ensina, é o entusiasmo com que o comunicamos. E também que devemos dar tanta atenção aos alunos brilhantes como aos menos iluminados, seguindo o teu exemplo, que te interessavas pelo que cada um sabia, dizia e era. Um professor a valer é assim.

Apesar da tua elegância de maneiras, constava entre nós, que , como dizem os brasileiros, não levavas desaforo para casa: resolvias, a murro, as afrontas de que fosses alvo.

Em tempos de Eça e Camilo, essas contas eram ajustadas **à** bengalada. Tu já não dispunhas desse elegante acessório, passado de moda, e recorrias honestamente aos próprios punhos. Em tempos de tua aluna, lembro-me de me deliciar com uma história que se contava: um jornalista da nossa praça tinha escrito a teu respeito umas zombarias que envolviam a tua mulher, também escritora, Maria Judite de Carvalho. Foste ao Café Chiado procurar o autor do artigo e, à tua eficiente maneira, aplicaste-lhe uma tal girândola de murros que o outro, que usava óculos grossos, suplicava, " Pára, Urbano, que eu fico ceguinho!"

Nesse meu tempo de aluna e jovem tínhamos mestres — o que era muito importante. Tu eras um deles, o Lindley Cintra, outro, assim como a Maria de Lurdes Belchior. Até o Jacinto Prado Coelho e o Vitorino Nemésio, de quem estava mais distante, tinham, de facto, esse papel (e claro que falo do ramo das Românicas, a que pertenci).

Éramos tão novos! e tão comoventemente ingénuos!

Apesar de termos a quotidiana experiência da brutalidade da PIDE, fazíamos coisas ousadamente românticas porque acreditávamos numa coisa chamada ideal. Que passou de moda. Que pena!

Mesmo sabendo que estávamos a fornecer autógrafos à polícia de Salazar, não hesitávamos em pôr os nossos nomes debaixo de desassombrados textos de protestos e exigências, que nunca eram satisfeitos. Mas continuávamos sempre.

Recentemente, um rapaz do meu tempo, hoje muito bem colocado na vida, disse-me — recordados ambos, sem o dizer, de que eu lhe tinha prometido uma tareia por estar a dissuadir uma colega de assinar um dos meus protestos, creio que contra a tua expulsão — que eu era muito estalinista… Eu, que nem pertenci nunca a partido nenhum… Fui talvez, tão só, uma guerrilheira do quotidiano — fazia a guerrilha que se me impunha e ninguém me tinha encomendado.

A tua partida da Faculdade, apesar do abaixo-assinado, incitou-me a casmurrar na luta.

Um desses gestos guerrilheiros, foi criar um grupo de teatro na Voz do Operário. Para fazer mesmo teatro, de que sempre gostei, não política — que aliás nunca fiz. E havia generosos encenadores que lá iam, em noites geladas, encenar peças que, a maior parte das vezes, não passavam na Censura. Até fiz uma peça de propósito — penso que bastante má, nem a incluí no meu *Teatro Reunido.* Mas tu, com a tua conhecida generosidade, foste assistir, e escreveste no jornal que se tratava de um "neo-realismo renovado", e teceste elogios… Perdoa não acreditar neles… Deitei fora a peça, mas não a tua crítica.

Recordo também outra ocasião em que fornecemos autógrafos à PIDE: um abaixo-assinado, por ti assinado também, em que se pedia ao presidente da República que demitisse o Salazar. Curiosamente — e nessa altura não se sabia — Pessoa tinha feito o mesmo, em 1935, em carta dirigida ao Presidente Carmona.

Não sabemos se a carta de Pessoa foi entregue, creio que não. A nossa foi.

Quando soube que estava a ser procurada pela PIDE, fui, na noite desse dia, a tua casa perguntar-te se achavas que teria que ver com uns abaixo-assinados de que também participaras. Mas tu, que estavas ao corrente de uma vaga de prisões na sequência das quais os denunciados estavam a ir pelo mesmo caminho dos denunciantes, disseste-me que era sério, que deixasse o país.

E escreveste-me uma carta para o presidente do "Congrès pour la Liberté de la Culture", em Paris, Pierre Emannuel, que me deu uma bolsa de dois meses "pour voir venir" — assim me disse. De facto, nesses dois meses a bolsa serviu-me para tentar orientar a minha precária nova vida. Lembro-me de que, nessa despedida ainda tive ânimo para te deixar uma resma de poemas meus que foste publicando na página literária do *Diário de Lisboa* ou do *República*, que me enviavas depois, alguns cortados pela Censura.

Aparecias em Paris, de quando em quando, durante o meu longo exílio. Depois foi o deslumbramento do 25 de Abril. Levaste-me uma vez à Reforma Agrária.

"Foi tudo ontem", como diz uma rapariga do meu tempo.

Querido amigo, que sempre mandaste o tempo dar uma volta! Depois de seres pai pela última vez, já depois dos oitenta, contaste-me, rindo da

situação com que me fazias rir (só as pessoas superiores sabem rir de si próprias — o António José Saraiva era mestre nisso!) que, quando o menino nasceu, a tua bisneta de tenra idade se tinha abeirado do berço, sem perceber o que lhe era aquela criança. Fizemos os dois as contas: o teu recém-nascido filho era tio-avô da tua bisneta!

Despeço-me lembrando-te, com algum orgulho, qu**e** somos ambos dessa raça quase extinta de dinossauros líricos que se alimentam de ideais — pastagem tão escassa que os raros sobreviventes se arriscam a desaparecer em breve.

(Elogio histórico apresentado à classe de letras
na sessão de 3 de dezembro de 2015)

Elogio Histórico de Américo da Costa Ramalho

Aires Augusto Nascimento



1. Coube-me suceder a Américo da Costa Ramalho na cadeira n.º 17 da Classe de Letras, secção de Filologia. Como tal, pertenceu-me fazer o elogio académico previsto pelos Estatutos da Academia das Ciências de Lisboa como devendo ser pronunciado pelo académico efectivo que lhe sucedesse. Fi-lo convictamente, em acto de gratidão e de respeito, ainda que já toldado pela saudade de quem nos despedíramos meses antes.

Ao chegar o momento de celebrar o centenário do nascimento do mesmo académico, professor da universidade de Coimbra, amavelmente foi-me dirigido o convite para tornar a essa evocação: se as forças não se me tivessem debilitado, teria aceitado comparecer no Salão Nobre da ACL; em acompanhamento virtual de tal evocação, propus-me aproveitar a ocasião para retomar e alargar o elogio que me fora dado pronunciar em 15 de Outubro de 2015: associo-me, assim, à evocação confiada a antigos discípulos do Mestre e a seguidores mais fiéis da obra que ele nos legou.[1]

---

[1] Como se pode entender pelo que dizemos no corpo do texto, a versão primitiva fora escrita para Elogio Académico, na sessão solene da ACL, a 15 de Outubro de 2015, em que sucedemos a Américo da Costa Ramalho na cadeira n.º 17 da secção de Filologia da ACL, da Classe de Letras; foi revista essa redacção primitiva para sessão evocativa de A. Costa Ramalho, no centenário do seu nascimento, na Academia das Ciências de Lisboa, em 26 de Outubro de 2021; nela intervieram discípulos directos ou indirectos de Américo da Costa Ramalho, em programa coordenado por Carlos Ascenso André: foram eles, além do referido Carlos A. André, Margarida Miranda (Coimbra), João Manuel Torrão (Aveiro), Belmiro Fernandes Pereira (Aveiro–Porto), Ana Maria Sánchez Tarrío (Lisboa).

Ao longo de cinco décadas, Américo da Costa Ramalho[2] honrou esta Academia como sócio e dignificou-a com notório saber, em convívio grave, para bem da cultura portuguesa: cinco décadas de convívio é motivo bastante para evocá-lo como personalidade de excepção, tantos foram os contributos dados e as qualidades de inteligência e de coração que demonstrou.

Sinto-me honrado por estar no prolongamento das suas lições e por poder recordá-lo, sentindo ainda os ecos da sua voz na sala das sessões desta Academia. Revendo as suas publicações, uma vez mais me declaro rendido ao seu saber, expresso em contributos que se encadearam e se completaram em retoma e em alargamento de investigação. Foram centenas os textos que assinou ao longo dos anos: dando conta de novas investigações, formulando juízos críticos, apontando rumos a seguir. Reconheço que não serei capaz de ombrear com ele, tantas são as distâncias e as diferenças que todas elas redundam em mérito do meu antecessor. Revejo-o agora já entrado ele na glória da eternidade, depois de, entre nós, ter partilhado da fama dos "imortais" desta Academia (se é lícito trazer à colação o título com que Richelieu saudou os seus pares).[3] Imortal sabia Américo da Costa Ramalho que estava destinado a sê-lo, pela fé cristã que o animava. Não se iludia com qualquer gloria ephemera, pois tinha consciência de que até os heróis têm fragilidades que o próprio Aquiles experimentou, apesar de filho de deusa; a Costa Ramalho não lhe escapava, aliás, que de qualquer esquina podia surdir algum Heróstrato, mesmo anónimo e ignoto, para pegar fogo ao templo que, com cuidado e rigor, ele próprio ia erguendo ao longo da vida de erudito e de homem de ciência.[4]

---

[2] Em nome composto fez questão Américo da Costa Ramalho de ser identificado; eram tempos em que um sindicalista conhecido pelo último apelido parecia disputar-lhe a referência: ele reivindicou ambos os apelidos, com o direito que lhe assistia e que a vulgarização, mesmo que académica, da "Ramalhal figura", de Eça de Queirós, não era suficientemente identificadora nem respeitadora da sua personalidade.

[3] Se entendemos bem, os académicos reviam-se na divisa "Ad immortalitatem" que figurava no selo da Academia e que na origem se aplicava directamente à língua francesa e não aos académicos, que apenas ganhavam o título de "inamovíveis", excepto por razões graves.

[4] Segundo os Antigos (Estrabão, Geografia, Liv. XIV, Cap. 1, p. 22, a partir de Teopompo), no ano de 356 a.C., um simples pastor do campo pegou fogo ao templo de Artemisa, uma das maravilhas da antiga Grécia e orgulho da cidade de Éfeso; o autor do incêndio, Heróstrato, terá sido motivado pela insanidade de alcançar fama que perdurasse pelos tempos fora; por sua parte, os cidadãos de Éfeso em vingança, promulgaram um decreto que determinava pena de morte para quem ousasse referir o nome do incendiário, numa tentativa de o deixarem esquecido: Sartre, com ironia, pergunta pelo autor da construção que ninguém se importou de guardar; ironias da nossa história!

Em seu louvor, acentuarei o que ele não esquecia: os templos verdadeiros não são de barro ou de metal, mas forjam-se no interior da alma. Por isso, com plena convicção, ao dar entrada na Assembleia Nacional e ao ser inquirido sobre a sua ideologia, respondeu por seu próprio punho que era "católico" e, para que não sobrassem dúvidas, em sua abonação, esclarecia que era "presidente da secção local da Acção Católica".

Quanto a mim, não tenho nem os pulmões de Costa Ramalho nem o desassombro dele para enfrentar sequer o efeito da sala que se me alarga na frente: seja-me relevado qualquer ruído que, a pesar meu, perpasse na celebração, mas a memória de todos os presentes servir-me-á de contratestemunho para corrigir o que eventualmente me saia de mão insegura e de voz menos timbrada.

Também não pertenci ao grupo restrito dos seus discípulos directos, mas nem por isso renuncio a apresentar-me como testemunha do seu ensino universitário, que bastas vezes me proporcionou quer por escrito quer de viva voz em lugares menos frequentados, mesmo fora do enquadramento das águas do Mondego: a sua voz ecoava na sala, bem timbrada, como bronze que ressoava sem se cansar, tão sonora que se podia reconhecer mesmo fora, vencendo algum ruído intempestivo; lembrava ele que, mesmo o ruído estridente das cigarras dava encanto à cadência dos diálogos antigos, pois como se lê no Fedro (259a-d), eram companhia que acompanhavam Sócrates nas deambulações pelas margens do Ilisso e suscitavam outra dimensão, a de chegar até às Musas que no canto das cigarras recolhiam notícias da terra nas moradas superiores onde habitam.[5]

Evocando a figura de A. Costa Ramalho (em memória que é minha e é de muitos, a tal ponto que posso tomá-la como comum), revejo-o na sua vigilância atenta à defesa das línguas clássicas e da língua materna, em zelo solícito (que bem poderia qualificar de furor sacer) por manter a chama das Belas Letras, litterae humaniores, na língua e na cultura portuguesa, continuadora das Humanidades antigas. Revia-se ele em figuras antigas, fossem elas Aristófanes ou Terêncio; com este podia proclamar com παρρησία, que

[5] Se isto recordo é porque esse passo o lembrou A. Costa Ramalho certa vez em sessão da Associação de Estudos Clássicos a que ele presidia e para a qual eu fora convidado também a falar.

era arrojo e brio: homo sum, humani nil a me alienum puto; no arrojo de quem recolhia saberes antigos[6], sabia remontar a Protágoras de Abdera para lembrar que "o homem é a medida de todas as coisas — πάντων χρημάτων μέτρον ἔστὶν ἄνθρωπος" e por isso ia ao tesouro dos tempos retomar as lições mais convenientes para a construção da história perene. Com saber que se ia renovando, Américo da Costa Ramalho construiu, como Horácio, um *monumentum aere perennius* através de estudos que se oferecem a quem os souber ler como auctoritates que marcam os nossos caminhos.

Junto dele, com a voz dos tempos, sinto-me protegido e acarinhado porque me posso resguardar no velho prolóquio de *nani gigantum humeris insidentes*, que, em boa hora, repetia Bernardo de Chartres (a quem João de Salisbúria o atribuiu[7]), mas andava na pena de outros antes dele, com cintilações que sobem até Quintiliano[8]: como vem da sabedoria dos tempos, deixaremos para juízo dos vindouros o que vamos edificando, resguardados pela *paidéia* daqueles que nos precederam e honramos na memória que deles retemos.

2. Américo da Costa Ramalho, nascido em Almeida a 12 de Outubro de 1921, licenciou-se em Filologia Clássica na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1945, e cedo tomou o gosto das disciplinas de Minerva; de forma diligente, aproveitou as oportunidades que se lhe depararam para as aprofundar com mestres nacionais e estrangeiros: nos bancos da Universidade foi colega de outros que honraram também esta Academia das Ciências, como foram José Vitorino de Pina Martins e Eduardo Lourenço; finda a

---

[6] A doutrina da parrésia vem da retórica antiga veio a domínio público quando foi explanada por M. Foucault: ao *parrhesiastes* não basta ser sincero nem apenas justo, pois impõe-se dizer a verdade e demonstrar as razões que subjazem à vida colectiva organizada e sustentada; esta requer documentação e experiência demonstrada (*evidencial experience*) com empenhamento vivido; cf. Michel Foucault, *Discorso e verità nella Grecia antica*, trad. it. de A. Galeotti, Donzelli editore, Roma, 1996 (o original remonta a seis conferências *Discourse and Truth: the Problematization of Parrhesia*, conferências pronunciadas por Michel Foucault na Universidade de Califórnia, em Berkeley, Outubro-Novembro de 1983).

[7] Edouard Jeauneau, "«Nani gigantum humeris insidentes»: Essai d'interprétation de Bernard de Chartres, Vivarium, 5 (1), 1967, 79-99.

[8] Cf. Hubert Silvestre, "«Quanto iuniores, tanto perspicaciores». Antécédents à la Querelle des anciens et des modernes", in *Recueil commémoratif du* x[e] anniversaire de la Fa*culté de philosophie et lettres* [de l'Université Lovanium, de Léopoldville – Kinshasa], Louvain-Paris, 1967, 231-255.

licenciatura com brilhantismo, em idade matutina, acedeu a convite para Assistente de ensino universitário na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1945–1947), mas depressa se apercebeu de que o mundo lhe oferecia mais do que podia colher dentro das fronteiras pátrias; os horizontes, que eram descompressão do pós-guerra, consentiam ousadias contidas durante anos sombrios[9]: com o apoio e parecer do Prof. José Simões Neves, da Universidade de Lisboa, Costa Ramalho rumou ao Reino Unido com bolsa de estudos do IAC (Instituto de Alta Cultura) nos anos de 1947–1949.

O ensino nas Universidades britânicas tinha o privilégio de, por entre os silvos das bombas que deflagravam e caíam no solo, acolher mestres insignes que para ali haviam fugido às inclemências da fúria nazi. Costa Ramalho fez questão de se inscrever nas lições de mestres na Universidade de Oxford para aprofundar as subtilezas das línguas clássicas que ele frequentara na Universidade de Coimbra; três figuras eminentes sobressaíam e delas se aproximou Costa Ramalho: chamavam-se elas Eduard Fraenkel, E. R. Dodds, J. D. Denniston.

E. Fraenkel[10], que, por motivos racistas, fora impedido de ensinar na Alemanha e por isso emigrara em 1934 para Inglaterra, teve a seu cargo a cátedra de Latim no Corpus Christi College: manteve-a até 1951, ano em que, por limite de idade regulamentar, se preparava para se retirar das lides universitárias; previdentes, porém, as autoridades académicas haviam-se antecipado a autorizá-lo a continuar o ensino através de cursos de doutoramento em Litterae Humaniores, sem perder os privilégios correspondentes; precisamente em 1950, através de uma edição comentada de Agamemnon, era-lhe reconhecido o título de especialista em Ésquilo[11].

Por sua parte, Eric Robertson Dodds, de origem irlandesa (factor que inicialmente lhe concitou antipatias em Oxford), gozava de amizades directas

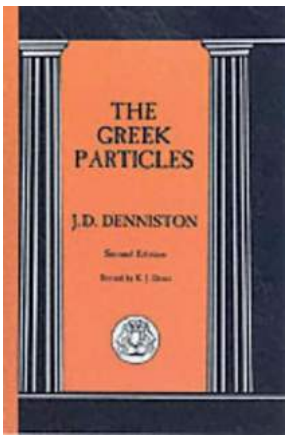
[9] Com as suas capacidades intelectuais, Costa Ramalho, ganhou amizades e reputação pelo que não tardou a ser convidado a prestar colaboração na secção portuguesa da BBC, que lhe proporcionava proventos que acrescentava aos da Bolsa de Estudos do IAC.

[10] Cf. Américo da Costa Ramalho, em recensão ao elogio feito por Gordon Williams, "Eduard Fraenkel (1888–1970)", em *Proceedings of the British Academy*, vol. LVI, Londres, pp. 415-442, apresenta algumas notas de índole pessoal aos aplausos recebidos na Academia Britânica pelo seu sucessor, após o falecimento de Fraenkel, em Humanitas, pp. 21-22, 1969–1970, pp. 459-461.

[11] Agamemnon, 3 vols., Oxford University Press, 1950.

com individualidades tão cimeiras como T. S. Eliot e James Joyce e acabaria por ficar conhecido por obras que ainda hoje fazem parte das leituras de todos os que desejam perscrutar os segredos da alma grega e procuram entender a cultura clássica de tempos conturbados e recolher a mensagem que convém a tempos sombrios.[12]

De John Dewar Denniston testemunha A. Costa Ramalho que "era um grande Mestre e um bom Amigo e, de todos os meus conhecimentos ingleses, aquele que mais contribuiu para tornar simpática a minha estadia em Inglaterra e me deixar do carácter inglês uma impressão indelevelmente favorável. Era um amigo discreto, tão afável, tão encorajador, tão delicado sem pretensiosismo — um verdadeiro "gentleman»"[13]; anos depois, em nota sobre "A obra póstuma do Doutor J. D. Denniston", Costa Ramalho volta a lembrar que "Denniston era um dos maiores helenistas do século"[14]. Tão próximo se tornara o convívio de ambos que dele anota com saudade a seu respeito: uma inesquecível "manhã de Maio de 1949, Mrs. Page, esposa do então Regius Professor of Greek, na Universidade de Cambridge", "veio a nossa casa, para nos dar, a mim e a minha mulher, da parte de Mrs. Denniston, a triste notícia de que o Dr. Denniston falecera".



Denniston tornara-se célebre por um inesquecível estudo sobre *As Partículas Gregas/The Greek Particules*, que, na 2.ª edição de 1954, foi considerado pela crítica especializada uma "really great work of schollarship". Para os profanos poderia parecer estudo de extensão demasiada para um problema de textologia grega (as partículas gregas), mas o mundo académico soube

[12] Entre as obras de Dodds salientem-se *The Greeks and the Irrational* (1951), em que analisa o tempo cultural dos Gregos até Platão, e *Christians and pagans in an Age of Anxiety* (1965), onde prolonga essa análise pelo tempo que vai de Marco Aurélio até Constantino Magno; de relevo também a monografia *The Ancient Concept of Progress and Other Essays on Greek Literature and Belief* onde analisa temas que se tornaram clássicos sobre o tempo, a noção de progresso e as crenças gregas que desencadearam ensaios de outros investigadores. Ao professor oxoniano dedicou uma nota de saudade Maria Helena da Rocha Pereira, *Humanitas*, 31-32, 1979–1980, 284-285.

[13] Cf. *Humanitas*, 4, 1952, xl-l.

[14] Cf. *Humanitas*, 9-10, 1957–1958, 212.

reconhecê-lo e apreciá-lo como trabalho cimeiro e insuperável das subtilezas da língua grega: não se limitava a ser mais um trabalho erudito, pois, na mole das suas 600 páginas de análise, tornava-se um instrumento imprescindível para perceber matizes do pensamento helénico — tão subtil que nem sempre se entrega directamente no léxico maior, porque a exposição discursiva torna-se mais perceptível através da marcha da frase em que as partículas revelam o encadeamento do discurso, num processo que se recorte em meandros que não se podem escamotear.

J. D. Denniston aceitara orientar A. Costa Ramalho na dissertação de doutoramento, mas, infelizmente, por saúde debilitada, não pôde já ler a versão que o discípulo iria apresentar e defender, em 1952, na Universidade de Coimbra.

Américo da Costa Ramalho estudava aspecto particular do léxico da comédia aristofânica: "os termos compostos como recurso típico da língua grega", salientado por Aristóteles na *Retórica*; o título era Διπλᾶ ὀνόματα *no estilo de Aristófanes*, ou seja, Os Nomes C*ompostos em Aristófanes, como* C*aracterística de um* Estilo; foi esse estudo saudado como obra de referência e o seu autor não deixou de sublinhar que alguns estudiosos do comediógrafo grego aproveitaram dos dados por ele trabalhados[15].

3. Após o doutoramento, A. Costa Ramalho rapidamente ascendeu a Professor Catedrático da Faculdade de Letras dessa Universidade, por proposta do Prof. Doutor Carlos Simões Ventura: deu-se ele, porém, ao cuidado de se apresentar a concurso com uma dissertação dedicada a O A*djectivo em Terêncio:* Estudo M*étrico-estilístico* Comparativo[16]. Estava-se em 1954; três anos depois, iniciava-se na Universidade Portuguesa um novo currículo universitário, com estrutura inovadora: não conhecemos qualquer comentário que A. Costa Ramalho lhe tenha feito, mas o catedrático, que tivera experiência da universidade britânica, deve ter sabido interpretá-lo da melhor maneira, apercebendo-se dos méritos que lhe estavam subjacentes: nós, que entrámos nele ao começar a segunda geração que o frequentou e que conhecemos

[15] Cf. *Humanitas*, 4, 1952.
[16] Cf. *Humanitas*, 7, 1954.



outros currículos que lhe sucederam, pudemos experimentar-lhe os méritos que até hoje se tornaram insuperáveis pelos efeitos na formação que induzia.

Entrado na docência universitária, apesar de a especialidade de doutoramento ter sido em Literatura grega, Costa Ramalho viu ser-lhe entregue a cátedra de Literatura latina; acomodou-se às decisões do grupo disciplinar, mas, por escolha pessoal, tomou a seu cuidado um pequeno curso sobre *Teatro Grego Antigo*, com o qual atendia a interesses paralelos que despontavam em professores do ensino secundário.

Entretanto, o seu nome aparecia já em revistas de especialidade, como *Emerita*, de Madrid, onde publica "A questão do género gramatical em grego" (*ibid.*, p. 18, 1950).

Em 1954, assume as funções de director da revista *Humanitas*, sucedendo a Francisco Rebelo Gonçalves que fora seu fundador, em 1947, e se transferira para Lisboa (onde fundaria a revista *Euphrosyne*). Nas páginas da revista cuja direcção assegura, Costa Ramalho começara por publicar "Notas métricas a Aristófanes" (*ibid.*, p. 4, 1952); nas novas funções, assina artigos de natureza vária, tais como "Um epigrama em Latim, imitado por vários", em 1954; seriam frequentes as vezes em que assinava ora artigos de especialidade ora notas de comentário, umas vezes de circunstância (para assinalar datas comemorativas), outras vezes, de crítica para apontar desacertos que importava corrigir, outras vezes ainda, para ajuizar de obras que se impunham pela doutrina que traziam a público.

Nessa revista se estreia também em novos rumos, o do Humanismo português. Com isso traz à liça problemas atinentes à identidade da cultura portuguesa com a sua componente clássica. Os títulos chamam à atenção de imediato pela aproximação de tempos afastados ou pelas personalidades evocadas: "Menéndez Pelayo e André Falcão de Resende", (*ibid.*, 1958); ampliava, aí, perspectivas que antes expusera em *Biblos* sob o título de "Breves notas sobre André Falcão de Resende: a edição de Coimbra e os manuscritos".

Seriam os primeiros passos de muitos outros que serviriam para novos rumos no estudo do Humanismo português, incentivado, aliás, pela ignorância das línguas clássicas que, por vezes, ressaltavam da leitura de documentos.[17] O caminho podia, aliás, considerar-se aberto anteriormente por Francisco Rebelo Gonçalves, já em 1933, em comentários à edição das *Éclogas* de Henrique Caiado e em notícia sobre a edição do *Elogio* do rei D. Manuel I por J. F. Poggio Florentino; havia campos a desbravar para quem quisesse aventurar-se pelos textos latinos do Renascimento português[18]: os passos foram seguidos, alguns anos depois, por Luís de Matos que, desde 1937, em Paris, recolhia documentação sobre a participação dos intelectuais portugueses na construção do Humanismo Renascentista europeu.[19]

---

[17] Ainda era aluno de licenciatura e já A. Costa Ramalho apontava uma leitura incorrecta no registo de um mapa, interpretando o registo hic moritur como referindo-se a uma montanha e não ao navegador (1940–1941); o professor aceitou a correcção e deu dela conhecimento em artigo que subscreveu, fazendo reverter para o seu autor a emenda apontada e o entendimento a dar-lhe. Cf. Américo da Costa Ramalho, "Sobre a data da morte de Diogo Cão", *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 2, 1943, 319-321 (= Portugal *em África*, 2.ª Série, 4/22, 1947, 241-242).

[18] Cf. Francisco Rebelo Gonçalves, rec. Wilfred P. Mustard, *The Eclogues of Henrique Caiado*, in *Revista da Fac. Letras (de Lisboa)*, 1, 1933, 305-314; agora, cf. Francisco Rebelo Gonçalves, *Obra Completa*, I, Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1995, pp.531-540; Id., rec. Joh. Francisci Poggii Florentini, *Emmanuelis Portugalliae regis elogium*, *ibid*., 541-545. Nem tudo pode ser refeito segundo desejos expressos: entretanto, entrava por esse caminho Tomás da Rosa, *As Éclogas de Henrique Caiado*, *Humanitas*, 5-6, 1953–1954, pp.1-84; ao mesmo autor e à sua poesia bucólica voltaria, com outra preparação e outros meios, Claude Balavoine, *Les Églogues d'Henrique Caiado ou l'Humanisme Portugais à la conquête de la poésie néo-latine*, Paris, Fond. Calouste Gulbenkian, 1983; ao tempo, não se imaginava que nos nossos Fundos se guardassem manuscritos renascentistas gregos: tivemos ocasião de nos ocupar dos que pertenceram à Biblioteca da Cartuxa de Évora por entrega feita pelo arcebispo D. Teodósio de Bragança; cf. Aires A. Nascimento, "Para um «Corpus Codicum Graecorum Hispanorum»: uma pequena colecção olissiponense", Euphrosyne, 36, 2008, 349-365 (antes, Jornada de Estudos celebrada, em 2007–05–24, no CEC/Fac. Letras de Lisboa, no ano comemorativo do 50.º aniversário da revista Euphrosyne e simultaneamente do 40.º aniversário do próprio Centro de Estudos Clássicos).

[19] Cf. José Manuel Subtil, "In Memoriam Luís de Matos", *Anuário UAL*, 1996, pp.313-321: o Doutor Luís de Matos licenciou-se em Filologia Clássica na Faculdade de Letras de Lisboa em 1935; depois de ter concluído o Exame de Estado no Liceu Normal de Lisboa (1938), e de entrar como professor agregado no Liceu Camões, foi nomeado leitor de Língua e Literatura Portuguesas pelo Instituto de Alta Cultura (Outubro de 1939) em Bordéus, onde iniciou um longo período de investigação para doutoramento na Universidade de Paris-Sorbonne, entre 1939–1959. Na Sorbonne, Luís de Matos foi colega, entre outros, de Léopold Senghor, mais tarde Presidente do Senegal, e de Robert Schilling, mais tarde professor na Universidade de Estrasburgo, ao lado de quem participámos nas reuniões do Bureau International pour la Didactique des Langues Classiques (BIDLA). Alguns dos instrumentos que serviram para investigação do Prof. Luís de Matos (leitor de microfilmes) e os livros últimos da sua biblioteca foram entregues pela família, Dr.ª Maria Helena Ferro de Matos, ao Centro de Estudos Clássicos da FLUL, ao tempo em que desempenhei funções de director.

Por confissão do próprio Costa Ramalho, a decisão dele em dedicar-se ao estudo do Renascimento português começa em 1952, após o doutoramento em reunião e concordância com o Prof. Simões Ventura, responsável pela secção de estudos clássicos da Universidade de Coimbra e firma-se essa decisão em visita de despedida ao Prof. Joaquim de Carvalho, no Hospital onde recebia assistência, mas toma rumo indefectível no regresso de Nova Iorque, em 1962[20].

4. Foi longo o percurso do Humanismo em Portugal. Mais do que um momento ou um tempo, havemos de considerar que o Humanismo português é um processo cultural de refontalização e de redescoberta, de renovação e de integração mais abrangente em cultura comum, de identificações e de reajustamentos sobre figuras e textos recebidos: nas origens, supõe um tempo de longos contactos; estes prolongam-se até criar habituação a linguagens e aprendizados de técnicas de composição em contacto com outras gentes que se adiantaram em modos e formas literárias[21].

Ficou também sujeito a controvérsia a história do Humanismo português; pode ele ser considerado em função das tentativas de imitação dos antigos, mas melhor será tomá-lo a partir de traços próprios que sejam de maturidade em linguagens e textos de retorno, mediante diálogo com interlocutores que lhes prestem atenção e lhes proporcionem ensejo de dizer o que andava nas leituras de muitos até se tornar traço peculiar de alguns como expressão própria.

É longo o percurso e não vale a pena encurtá-lo para nos aproximaram de outros, mas também não há que esquecer os passos andados para nos acercarmos deles.

Impressiona certamente o encontro do príncipe D. Duarte com Alfonso de Cartagena que, vindo a Lisboa para negociar a paz com Castela, em 1422, ficava ao corrente do que andava por mais longe através de individualidades que regressavam à sua terra de origem: eram jovens

[20] Cf. Costa Ramalho, A., *Para a história do humanismo em Portugal*, vol. 5, Coimbra, IU, 2013, pp.319-341.

[21] Briesemeister, D., *Sur les origines de la poésie néolatine au Portugal dans la première moitié du XVI.e siècle*, Rocznik Humanistyne, 26. 3, 1978, pp. 45-61.

juristas, destinados às administrações civis ou eclesiásticas [22]; na sequência disso, julgamos nós caberem as viagens do Infante das Sete Partidas, em périplo que terá abrangido vários países da Europa e deu origem à célebre "Carta de Bruges" que, por certo, não representava apenas um programa pessoal[23].

Em outra fronteira havemos de colocar a novidade reconhecida por Erasmo de Roterdão que, no seu *Ciceronianus*, adverte na personalidade de Henrique Caiado (Hermicus — epíteto criado pelo próprio por referência a Hermes, divindade da ciência escondida[24]; na geração imediata, ao mesmo Erasmo quiseram ouvir homens como André de Resende e Damião de Góis ou Jorge Coelho; só alguns tomaram voos sozinhos, em autonomia que os obrigou a enfrentar adversidades: terá sido o que aconteceu com Diogo Pires (Flávio Eborense), cujos dísticos



[22] Em data relativamente alta, por 1427, terão esses alunos recebido influências de Leonardo Bruni Aretino: se é que assim podemos deduzir que o conhecimento havido por parte de Alonso de Cartagena relativamente à tradução latina da *Ética* de Aristóteles se fez em Lisboa, durante a missão diplomática que aquela personalidade levou a cabo na corte portuguesa; tal é pelo menos a conjectura, verosímil, lançada por Jeremy N. H. Lawrance, "Humanism in the Iberiam Peninsula", in Anthony Goodman & Angus MacKay (eds.), *The Impact of Humanism on Western Europe*, Londres, Longman, 1990, p. 223; interpreta Lawrance que o informador de Cartagena foi "messer Valascho Roderighi chantore Bragarensi di Portogallo", referido num documento florentino de 11 de Março de 1425, em que está mencionado o "libraio Petro Betucci". Não se podia ignorar que, desde há muito, os juristas portugueses demandavam Bolonha, para frequentarem os seus claustros e se integravam no ambiente que encontravam; de há muito eram acolhidos no Colégio de São Clemente de Bolonha (em patrocínio garantido pela catedral de Lisboa, nos tempos do cardeal Albornoz, em dias ainda de Petrarca); desde cedo tinha havido bolseiros fora do país, apoiados por reis, desde D. Sancho I: sabemos hoje que houve figuras bem conhecidas que nunca teriam ganho espaço e audiência no estrangeiro se aí não tivessem chegado com formação que os irmanava em cultura (Santo António de Lisboa não era o único, pois o papa João XXI — Pedro Hispano — não teria subido ao trono pontifício se não tivesse levado bagagem adquirida na Escola de Lisboa e se não estivesse apoiado por curiosidade científica que lhe granjearia prestígio em Roma).

[23] Entre 1425 e 1428 o Infante D. Pedro viaja pela Europa, visitando os grandes centros europeus (Londres, Bruges, Veneza, Roma) e países (Alemanha, Hungria e Espanha); não são conhecidas os motivos que levou o Infante para fora do País, nem as razões do seu casamento tardio e apressado (depois de conhecido o casamento de D. Duarte, apesar de procuração reiterada por 1416 a seus juristas) mas, como regente do reino, chama a Portugal humanistas italianos, como Mateus Pisano, para servirem à educação do futuro rei D. Afonso V.

[24] Cf. *Contemporaries of Erasmus*: *A Biographical Register of the Renaissance and Reformation*, ed. Peter G. Bietenholz, Thomas Brian Deutscher, Toronto, Un. Press, 1995.

elegíacos agradaram ao francês Guillaume Budé e granjearam as atenções do castelhano Juan Luis Vives.[25]

Os tempos andaram vagarosos, mas os resultados falavam por si: a renovação passou pela confiança que, com a protecção de autoridades como Angelo Poliziano e Filipe Beroaldo, foi ganhando consistência e solidez; a essas autoridades vemo-las convocadas por Henrique Caiado ao lado de Cataldo Sículo para canto amebeu, a que Cataldo acode sob o nome de Tirrhus, na écloga 3: a confiança vai tão longe que Caiado ("Musarum captus amore", segundo expressão de André de Resende), se torna poeta de renome; ao lado dele andavam outras individualidades, como Diogo Pacheco, sob a forma de Paquequus, que se encarrega de, por duas vezes, tomar a palavra em *oratio* de embaixada ao Papa.[26]

Confiando nos seus dotes poéticos, Caiado ousa passar-se dos estudos jurídicos para as Letras ("quod leguleius esse noluerim") e lançar-se na poesia ("ego radices altius egi"). Entretanto, ansiava-se pelo canto maior da épica, augurada já por Poliziano[27]: efectivamente, a águia precisa de ganhar asas firmes que aguente as alturas e nem André de Resende se aventurou a tanto, apesar de no poema *Vincentius* haver passos que entram na epopeia camoniana[28].

5. Para quem se dava a esta lição, era evidente que não havia que colocar a data de chegada do Humanismo renascentista português na fronteira da entrada de Mestre André de Gouveia, em 1548, ano em que ele assume as funções de Geral do Colégio das Artes em Coimbra e se fez acompanhar pelos

---

[25] Costa Ramalho, A., Didacus Pyrrhus Lusitanus, poeta e humanista, Humanitas, 35-36, 1983–1984, 1-17; André, C. A., *Um judeu no desterro: Diogo Pires e a memória de Portugal*, Coimbra, INIC, 1992.

[26] Cf. *Orações de Obediência dos Reis de Portugal aos Sumos Pontífices*. [fac-símiles dos séculos XV a XVII]: trad. de Miguel Pinto de Meneses, organização, introdução e notas bibliográficas por Martim de Albuquerque, Lisboa, Inapa, 1988. Sobre as embaixadas ao Papa e préstimos de Diogo Pacheco, primeiro em 3 de Junho de 1505 e depois em 20 de Março de 1514, a primeira ao Papa Júlio II e a segunda ao Papa Leão X, cf. A. Cardoso, "Embaixada portuguesa ao Papa Júlio II", *Humanística e Teologia*, 14, 1993, 215-222.

[27] Razões não desvendadas levaram o rei D. João II a postergar a "adamantina vox" que lhe propunha o humanista; talvez porque ainda não se realizara o que só no tempo do seu sucessor teria pleno cumprimento…

[28] Cf. André de Resende, Vicentius Leuita et Martyr, reprod. fac-símile da ed. de Luís Rodrigues, Lisboa, 1545, com introdução de José V. de Pina Martins, Braga, Barbosa & Xavier, 1981.

professores bordaleses[29]. Aliás, os estrangeiros, que aceitaram deslocar-se para a nação portuguesa a título de ensino, não chegavam às nossas terras como se elas fossem um qualquer recanto da incógnita Beócia.

O percurso fora lento e tornava-se necessário desvendar como a Escola portuguesa se foi libertando de rotinas passadas: fora ela remissa e confiara demasiado nas regras de Alexandre de Villadei, que recomendava a *laica lingua* para o ensino das línguas[30].

Devemos a A. Costa Ramalho ter apontado datas e ter divisado rumos de trabalho. Apercebeu-se ele da fronteira representada por *Artis Grammatice Rudimenta… bonis ex auctoribus… excerpta ad Lusitanie barbarie expulsionem* assinada por Stephanus Miles (Estêvão Cavaleiro).[31] A data de edição, 1493, leva-nos a associar o acontecimento (se o foi não teve celebração) a gestas de alargamento de fronteiras para o Novo Mundo; sintomaticamente, a portada da 2.ª edição ostentava já uma esfera armilar com a flâmula e o ceptro empunhado por uma figura emblemática, onde se lê a divisa manuelina: Deo. In. Coelo, tibi. Avtem. In. Mvndo.: tal divisa é bem significativa de ambições imperiais e de sonhos que se celebravam como empresa colectiva.[32]

Em plano de linguagem, e em notória provocação a Nebrija, Estêvão Cavaleiro ousa reivindicar pureza e elegância para a expressão nova do discurso, até porque a língua portuguesa testemunhava proximidades com a

---

[29] Brandão, M., *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, I, Coimbra, 1948.

[30] Villadei, A., El Doctrinal: una gramática latina del Renacimiento del s. XII, introducción, traducción y notas de Marco A. Gutiérrez Galindo, Madrid, Akal, 1993; Nascimento, A.A., "Pueris laica lingua reserabit: As 'Reglas pera enformarmos os menynos en latin'", Euphrosyne, 17, 1989, 209-232.

[31] A obra impressa em 1493 em Salamanca; era provocatório o título, tanto mais quanto fazia lembrar as apóstrofes de António de Nebrija contra os antigos gramáticos: Precepta ad prima grammatices/rudimenta perutili prosodiae tractatulo bonis ex auctoribus per Stephanum Militem ad magistratum in artibus iniciatum excer/pta ad Lusitaniae barbariei expulsionem foeliciter incipit. Saída a público em data próxima do Compêndio de Nebrija, podemos estar certos de que, ou por dependência ou por rivalidade, pretendia anunciar uma nova idade — que era gramatical e era também cultural por substituição de Manuais ultrapassados, como era o de Pastrana ou mesmo o de Pedro Rombo, o de António Martins ou o de João Vaz. Cf. Américo da Costa Ramalho, "Um capítulo da história do humanismo em Portugal: o "prologus" de Estêvão Cavaleiro", Humanitas, 29-30, 1977–1978, 51-72 (reimpr., in A. Costa Ramalho, *Estudos sobre o século* xvi, Lisboa, IN-CM, 1983, pp. 125-152.

[32] Cf. Manuel Saraiva Barreto, "Sobre os 'Artis Grammaticae Praecepta' de Estêvão Cavaleiro", Humanitas, 33-34, 1982, 31-43: o citado investigador, a quem acompanhámos já na tarde da vida dele, não teve tempo para formalizar tudo quanto sabia e dele esperávamos; acolheu os primeiros resultados dessa investigação A. Costa Ramalho que lhe deu acolhimento na revista por ele dirigida.

antiga língua latina — andava ela escondida e só lhe faltava denodo retórico para torná-la modelo que competisse com a antiga expressão latina: "Vrbs ergo Roma iam penes nos est, cum viris Romanis iam nobis colloquium est" acentuava Cavaleiro, antecipando-se a Camões que na pátria língua entendia ver encoberta a antiga latina (cf. *Lus.* I, 33: até Vénus, "Com pouca corrupção crê que é a Latina").

Era tardio o ressurgimento, por comparação com outras nações, mas, como reconhecia o talento de André de Resende em Elogio dedicado a Erasmo: "Secula consurgunt meliora. Reuixit Apollo/uictaque barbaries cadit. En resispicere, quamuis/sero, datum est"[33] ("Tempos melhores estão a surgir: Apolo voltou à vida e cai a barbárie de vencida. Ei-los, recobra os sentidos, embora tarde, já chegou [uma nova idade]").



6. Costa Ramalho tornou-se voz desse ressurgimento. Em toque crítico, trouxe à memória colectiva os inícios da integração da palavra "humanista" na língua portuguesa, registada na voz de D. Jorge de Lencastre, aluno de Cataldo Parísio Sículo. Eram já tempos adiantados, em finais do século xv, mas o estudioso sabia que, antes de a palavra ter sido balbuciada entre nós, fora ela sentida nos valores que lhe estavam subjacentes e fora servida por alguém que viera de longe[34].

Dedicando os seus tempos de vida universitária a ensinar as Letras Clássicas na Universidade, porfiou Costa Ramalho em dar a conhecer os traços da tradição dessas Letras na cultura portuguesa e descobrir os traços dos antigos em emulações, nem sempre declaradas (chamemos-lhes imitações) na longa duração da cultura portuguesa.

Uma figura se lhe afigurou emblemática na mudança de ciclo: a personalidade de Cataldo Parísio Sículo. Não era figura cimeira que trouxesse

[33] Resende, A., Desiderii Erasmi Roterodami Encomium, vv. 389-391, ed. Odette Sauvage, *L'Itinéraire Érasmien d'André de Resende*, Paris, Fondation Cal. Gulbenkian, 1971, p.70.

[34] Cf. Costa Ramalho, A., *Camõ*es no seu tempo e no nosso, Coimbra, Almedina, 1992, pp. 63-66.

credenciais do estrangeiro; no entanto, como mestre de ensino, afigurava-se ele a Costa Ramalho figura instrumental que abrira clareiras numa nação precisada de pedagogos para assegurar a formação de novas gerações e levar toda uma nação a reconhecer-se na estruturação da sua cultura. Não era que não se houvesse tomado já lição dos clássicos em tempos anteriores com a generosa e ínclita geração de Avis, que se empenhara em empreendimentos que se avantajavam às gestas dos antigos, como salientava Poggio Bracciollini em carta ao Infante D. Henrique. D. João II preparou expedições dos Descobrimentos e escolheu como chanceler do reino um jurista João Teixeira formado nas escolas italianas; aproveitou-se depois dos filhos desse chanceler para se dar a conhecer a humanistas como Angelo Poliziano: na sequência de Poggio, esse humanista entendia a grandeza das gestas, que Portugal ia levando a cabo, como superiores à dos Antigos; por isso se ofereceu ao soberano para cantar essa gesta e nobilitá-la em língua de novo timbre e maior solenidade; não se entusiasmou o soberano, talvez porque as aventuras marítimas não estavam ainda concluídas e porque a tarefa historiográfica havia sido confiada a outros, nomeadamente a Justo Balbino (que devia traduzir para latim a redacção de crónicas em português) depois de ter sido confiada a Mateus Pisano (que viera para educar o príncipe D. Afonso V, em tempos de seu tio o Infante D. Pedro e tomara a seu cuidado a redacção do *De bello Septensi*).

O desafio ficava lançado, mas o canto épico só viria mais tarde, quando o dramatismo da exaustão das forças trouxesse reacção à ufania de se terem atravessado os mares, com os seus perigos, e se tornar urgente dar voz os sofrimentos de todos os que se sentiam tocados pela gesta que elevava a Nação inteira a comparar-se com os feitos dos Antigos e a reconhecer o heroísmo de todos quantos se tinham entregado ao esforço dos mares.[35]

---

[35] Devemos a Luís de Matos, *L'Expansion Portugaise dans la Littérature latine de la Renaissance*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991: o estudo fora apresentado como tese principal de doutoramento na Sorbonne em 1959; como tese complementar apresentou *Correspondance latine de Damião d*e Goes, que ficou no espólio daquele investigador, sem nunca ter visto a luz da publicação: merece ser lembrada, embora tenhamos de Amadeu Torres, Noese e crise na epistolografia latina goisiana. I: As cartas latinas de D*amião de Góis. Introdução, texto crítico e versão*; II: *Damião de Góis na mundividência do Renascimento. Análise ideológica, estético-linguística, apêndice diplomático*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1982.

Pertence a Costa Ramalho ter entendido à melhor parte que se podiam divisar os novos tempos na figura de Cataldo, humanista que fora indicado ao rei D. João II por Fernando Coutinho, clérigo que passara por Itália e entendera as qualidades de um candidato para tomar as funções de escrivão da correspondência régia em latim e se lhe teria dado a conhecer pelo seu interesse na acção africana do rei de Portugal em Marrocos; esse conhecimento tivera como recomendação maior o trabalho em poema, intitulado *Arcitinge*, em que trabalhava Cataldo e em que cantava a conquista de Arzila e de Tânger: o trabalho não passou despercebido, mas devia ser amadurecido com o tempo. Entretanto, o poder real impunha os seus veredictos e às mãos do poder político, haviam de sucumbir figuras como a de D. Garcia de Meneses (bispo de Évora, que, pela sua facúndia oratória, deixara surpreendidos os cardeais que assistiram à sua *oratio* em Roma, em 31 de Agosto de 1481, oração pronunciada perante o Papa Sixto IV). Na entrega a tarefas novas singravam outras personalidades, como Vasco Fernandes de Lucena ou o chanceler-mor do reino, João Teixeira, ou João Rodrigues de Sá de Meneses, alcaide do Porto, e outros poetas do *Cancioneiro Geral*: alternavam "negotia" da corte e da guerra com o "otium" do espírito: representavam entre nós a sombra fagueira do *humanismo cívico*, sem requintes nas letras, mas não inteiramente hóspedes nelas.

Nem todas essas figuras concederam muita atenção a um adventício que chegava do estrangeiro e não trazia outras recomendações senão a da confiança do rei: embora lhe seguissem as lições só alguns lhe prestaram submissão. Para Itália continuavam a seguir estudantes, como Martinho de Figueiredo (Martinus Ioannes Ioannis de Figueredo) que ganhou matrícula em Florença, como estudante de Direito ("studens iuris") no ano académico de 1489–90[36]; companheiros dele foram os filhos de João Teixeira, chanceler de D. João II, Álvaro, Luís e Tristão, que passaram também pelas aulas de Poliziano (o último faleceria aos 19 anos de idade); por Florença passou também Aires Barbosa, sobrinho de Martinho de Figueiredo, que em Salamanca foi o primeiro professor de grego[37].

[36] Cf. Tarrío, A. M., "O Commentum de Martinho de Figueiredo (1529) e as lições plinianas de Poliziano", in *Os clássicos no tempo: Plínio, o Velho, e o Humanismo português*, coord. Aires A. Nascimento, Actas do Congresso, Lisboa, 2013, pp. 95-110.

[37] Cf. Tarrío, A. M., *Leitores dos Clássicos: Portugal e Itália* — Geografia do primeiro Humanismo em Portugal, Lisboa, BNP, 2015.

Cataldo, que nem sempre manteve boas relações com os homens de Letras, viria a desempenhar não apenas as funções de *scriptor ab epistolis* mas também a de preceptor do filho bastardo de D. João II, D. Jorge de Lencastre, a quem a madrasta, Dona Leonor, apesar do acolhimento inicial que lhe dispensara, não via com bons olhos na corte, logo que percebeu que o rei imaginara que ele ambicionava substituir o príncipe D. Afonso que perecera em trágico acidente.

Assumindo, porém, novas tarefas, Cataldo ganhava créditos como mestre de uma geração em que entraram aristocratas como Pedro de Meneses, conde de Alcoutim, e sua irmã Dona Leonor de Noronha ou João Rodrigues de Sá de Meneses bem como Henrique Caiado, entre outros que ficaram no anonimato.[38]



7. Tinha Costa Ramalho boa consciência do que significava contribuir para a formação cultural através de uma nova Escola (e de uma "nova gramática"), estruturada e fundamentada nos valores humanísticos: bateu-se por eles e fez ouvir a sua voz na Assembleia da República quando nela entrou como deputado, na legislatura de 1957-1962; por três vezes, interpelou a governação sobre medidas em áreas de cultura e de política educativa: possuía autoridade universitária para discutir caminhos de educação às novas gerações e tentou captar apoios, mas cansou-se-lhe a voz — que não o espírito. Interrompendo o mandato político, a pedido do IAC, aceitou o honroso convite para "Visiting Professor of Portuguese", na New York University (1959-1962) e aí compreendeu a necessidade de firmar investigação sobre a dimensão clássica da cultura portuguesa.

[38] De Cataldo recebeu ensino o citado João Rodrigo de Sá de Meneses, que, à data da morte do rei D. João II, tinha apenas 11 anos de idade e uma década depois já andava pelos campos de África com a pena, de "gentil poesia" numa das mãos e noutra a espada, mas ousava estabelecer vínculos genealógicos com os Colonna romanos, traço que Sá de Miranda virá também a reclamar.

Fecundo foi o diálogo estabelecido com personalidades de cultura, como Ernesto Guerra da Cal, que vemos em diálogo ameno no gabinete de Costa Ramalho, em Dezembro de 1959. De Oxford tinha A. Costa Ramalho guardado a gravidade certa de erudito e após as celebrações do Infante D. Henrique, senhor dos mares e patrono da Universidade portuguesa, foi também atraído a perscrutar a realidade nacional e a descobrir nela os traços da cultura clássica greco-latina como fonte de inspiração para abertura à unidade europeia.

Poderia Costa Ramalho parecer tão granítico como as pedras rudes das suas terras (que são também as minhas, entre as faldas da Lapa e as da Marofa): facto é que também o granito se molda e, quando polido, ganha brilho inconfundível; os caminhos da ciência davam-lhe a ele a cor que mais o aproximavam dos mármores da Acrópole e lhe conferiam a cintilação que se projectava na παιδεία de disciplinas que ia ministrando.

Por generosidade própria e gosto pelo trabalho, não fugiu à rudeza dos *Trabalhos e Dias* penosos que sabia combinar com a doçura e beleza das Musas que habitam os cimos dos montes. Quando solicitado, não se eximiu a aceitar as tarefas da gestão universitária e não se negava a discutir os problemas da formação, convicto de que esta era boa se moldada sobre o Humanismo, que sobressaíra na Grécia Antiga e deixara lições inscritas na Roma dos vários tempos da Europa que nós formamos.

8. Muito deve a cultura portuguesa a A. Costa Ramalho. Ficou na memória de gerações de estudantes que passaram pelos liceus com destino à vida universitária nos vários domínios das Humanidades, da Filologia (Clássica, Românica, Germânica), à Filosofia e à História.[39] Por esse motivo me veio a primeira vez à mão o seu nome, quando me propus para exame de 7.º ano, no Liceu Alexandre Herculano, em 1963.

Ao longo do meu percurso universitário, haveria eu de o conhecer pessoalmente e de lhe pedir conselhos que se impunham no meu próprio

[39] O seu nome vinha à cabeça da Antologia de Textos denominada Τὰ τῶν Ἑλλήνων, de que foi co-autor, ao lado Abílio Alves Bonito Perfeito, conhecido professor do ensino secundário e reitor do Liceu Nacional da Guarda, Coimbra, Atlântida, 1960.

percurso universitário, mesmo depois de eu ter enveredado por especialização que pouco tinha a ver directamente com a sua: vim, entretanto, a reconhecer que, ainda como aluno de licenciatura, se ocupara ele da catalogação dos manuscritos da Biblioteca da Universidade de Coimbra.[40]



Por dever de ofício, muitas vezes haveria eu de bater à porta de A. Costa Ramalho para lhe pedir conselhos e trocar impressões com ele sobre manuscritos de tradição portuguesa, pois tornara-se-me previsível que, mesmo que ele se dispensasse de inscrever o seu nome na lauda que os bibliotecários insistiam que se preenchesse, era praticamente certo que, ao contrário dos códices medievais, ele tinha presentes todos aqueles que pertencessem a período renascentista. Certa vez, em que a matéria era mais delicada, pois punha em causa investigador estrangeiro que ousava ir além dos seus dotes pessoais e enveredara por caminhos ínvios, recorri ao Prof. Costa Ramalho para lhe sujeitar as minhas dúvidas e apreensões: apressou-se ele a confidenciar-me que também ele mantinha reservas quanto a hipóteses trazidas a público pelo investigador em causa; vinha ele da Austrália e deixava espantados gentes locais com algumas propostas sobre figuras da nossa cultura renascentista, entre as quais André de Resende ou Pedro Nunes (nomes sonantes, por certo); algumas propostas eram provocatórias e obrigaram-me a refazer elogio que tinha

[40] *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra relativos à Antiguidade Clássica*, 1945; o trabalho saía com o nome de Américo da Costa Ramalho e João de Castro Nunes, mas mais que uma vez ouvi ao primeiro reivindicar o trabalho por inteiro; o segundo, aliás, haveria de se interessar por questões arqueológicas. Confrontava-me eu com um tipo de catalogação elementar e era-me pedido algo mais: vinha eu de escola que avançara por questões codicológicas (no caso, de Lovaina, Centre d'Études Médiévales, onde nos seminários respectivos atendera às lições de Léopold Genicot, Albert D'Haenens, Hubert Silvestre, Robert Bultot, Paul Tombeur que me abriam o passo até François Masai e ao seu grupo de Scriptorium); perante a falta sentida no ensino universitário, enveredara eu pelo estudo de manuscritos com exigências ditadas pela nova disciplina Codicológica e sabia como era urgente proceder a enquadramento cultural para entender o que os testemunhos materiais representavam e discuti-los em descrições directas e aprofundadas, a partir sobretudo de um Fundo que era o de Alcobaça, continuado pelo de Santa Cruz de Coimbra e eventualmente com os restos de colecções da Biblioteca da Ajuda ou da Biblioteca de Évora.

esboçado, depois de ter concluído pelo logro em que o investigador caíra[41]… O tema teria de nos ocupar (a mim e a Costa Ramalho) em celebração de centenário de André de Resende e fomos obrigados a intervir para desfazermos equívocos gerados sobre autoria de poema que, em consulta a materiais da Biblioteca de Évora, eu próprio identificara como sendo de Cipriano Soares e não de André de Resende[42]; a discussão envolvia Jean-Claude Margolin que equivocadamente aceitara atribuição feita a André de Resende: tive de o confrontar com a documentação que eu consultara e que era inequívoca por remeter para o citado jesuíta, professor de retórica em Évora nas primeiras gerações; a prova era tão dirimente que o orador se dispunha a retirar a sua comunicação, o que não fez porque lhe sugerimos uma retractatio honrosa, que ele aceitou[43].

9. Foi incansável Costa Ramalho em desfazer equívocos de leituras incorrectas. Por trabalho intelectual e por empenho cultural (às vezes em defesa de textos mal lidos e mal geridos dentro do próprio círculo universitário — não se coibia de o revelar ainda que à puridade), ganhou ele afeição pelos Humanistas de Quinhentos e aplicou-se a eles para os dar a conhecer com mão de Mestre, fosse na expressão latina, e mesmo grega, fosse em tradução vernácula, que foi trabalhando para que a lição fosse mais translúcida e acessível.

Mais que tudo, afeiçoou-se Costa Ramalho à figura de Cataldo, figura que, como já acentuámos, o rei convidara para secretário de correspondência epistolar em latim, mas a quem entregou depois o encargo de preceptor para seu filho natural (que tivera de Ana de Mendonça e ele tinha aos cuidados de Dona Joana, sua irmã, retirada no claustro da cidade de Aveiro): pensaria o rei, talvez, prepará-lo para futuras funções eclesiásticas, mas os planos

---

[41] Para o efeito, leia-se o que escrevemos em Aires A. Nascimento, "Suum cuique: Pedro Nunes, autor de poemas latinos? – Os direitos de Cipriano Soares", Euphrosyne, 30, 2002, 395-406.

[42] Cf. Euphrosyne, 28, 2000, 441-443, recensão crítica que fizemos a John R. C. Martyn, *André de Resende's Poemata Latina* / Latin Poems. Translated, edited with an introduction, Lewiston, N.Y., The Edwin Mellen Press, 1998. 549 pp. ISBN 0-7734-8331-4.

[43] Margolin, J-C., "À l'approche de la mort: Rhétorique et émotion dans deux poèmes attribués à André de Resende (texte suivi d'une rétractation partielle)", in *Cataldo & André de Re*sende — *Actas do Congresso Internacional do Humanismo Português (Outubro, 2000)*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2002, pp. 55-67.

alteraram-se quando o príncipe-herdeiro, D. Afonso, foi vítima de queda de cavalo nas areias do Tejo.

Acomodou-se Cataldo às tarefas que lhe foram designadas pelo rei e quis expressar a Dona Joana como lhe agradava a colaboração; a princesa, apercebendo-se de algo mais escondido, imediatamente o advertiu da falta de cortesia e cortou cerce qualquer idílio: o humanista apresentou-lhe desculpas alegando que houvera equívoco da parte da princesa, interpretando sem razão os versos que lhe dirigira; segundo Costa Ramalho, tais versos eram tomados de Petrarca e a cortesia permitira ao humanista revelar os gostos que cultivava, mas a princesa, que era culta e tinha o sentido da vida religiosa que escolhera, reagiu aos sentimentos de Cataldo e manifestou-lhe total desagrado com os versos escolhidos pelo poeta (*flacidas Musas* — tão lisonjeiras as Musas quanto mimosas) e exigiu-lhe respeito e pô-lo a distância: ele alegou enfeites de estilo que nada mais queriam significar senão deferência e respeito pela princesa (entrevista como "donna angelicata"); entendeu ela que a manifestação não excluía "che piace agli occhi, sí che dentro al cuore/lascia un desío della cosa piacente", como vem na *Vita Nuova* de Dante); o homem de letras acabou por se render à reprimenda da Princesa, "mulher bela, inteligente e culta, uma senhora do Renascimento, com a preparação intelectual da elite da Europa do seu tempo", como assinala Costa Ramalho.

D. Jorge, pois, ficou aos cuidados de Cataldo; perdeu as graças da rainha Dona Leonor e cedo se terá convencido de que, sendo filho ilegítimo, não lhe estava reservado lugar de relevo na corte, mas acomodou-se a um programa rígido que Cataldo lhe traçou e no qual o rei não interveio. A experiência redundou em bons resultados pelo acolhimento que coube ao humanista em casas de fidalgos, como demonstrou A. Costa Ramalho.

Era um tempo novo, dizemo-lo hoje com a ufania a que nos fomos habituando para celebrar o que se tornou construção e motivo de glória. Tradicionalmente, continuava-se a aceitar que a fronteira se situava na instalação da vida universitária, por transferência joanina da Universidade para Coimbra com a intenção de acolher novos saberes a desenvolver por homens ilustrados que André de Gouveia escolhera. A. Costa Ramalho ousou contrariar essa opinião, pronunciando-se em favor de antecipação, porque assim as fontes, lidas em registo filológico, lho davam a entender.

Não encontrou unanimidade, porém: José V. de Pina Martins, porfiou em reclamar para Sá de Miranda a chegada a Portugal das novidades colhidas em Itália com "as formas" do *dolce stil nuovo* por "Musas delicadas altamente"[44]; as divergências assentavam em modelos culturais de ponto de partida e outros reconheciam que a nova idade se antecipava em tempos anteriores: Luís de Sousa Rebelo apontou a fronteira em tempos da geração de Avis, nos quais se reconhecem traços de um *humanismo cívico* percebidos já na "nova idade", indicada por Fernão Lopes[45].

Ao indicar Cataldo Sículo como ponto de partida, A. Costa Ramalho tinha consciência de que apontava para um estrangeiro que não agradara a todos e não enfeitava o seu eleito; com limpidez, escreve a respeito dele: "Cataldo não foi grande humanista à escala europeia, mas foi útil a Portugal, com a sua vocação de professor, compenetrado da grandeza do seu papel num país a desbravar intelectualmente, mais do que se tivesse sido professor desdenhoso e distante em terras bárbaras". Não chegava ele a zona inóspita; dura sim, porque habituada a enfrentar os perigos do mar: nem era zona sáfara, nunca trabalhada, mas requeria cuidados; afinal, há tempos que são de sementeira e há outros que são de colheita; nem a todos se tornam evidentes sobretudo a quem entra a meio do caminho: a maturidade é conquista de esforço, que no caso era estudo.

Cataldo Sículo fazia parte de uma constelação que o incluía e dele derivava. Não era ele personalidade que pudesse ombrear com a de outros no Renascimento europeu, mas talvez a sua medianez e a protecção dada pelo rei D. João II, que o chamara à corte, por conselho de Fernando Coutinho: serviu para dar alguma afoiteza à geração de homens que começavam a surdir de outras tarefas para apostarem na aliança das armas e da toga e se entregarem ao culto das Letras.

À figura histórica de Cataldo e à cultura humanista portuguesa dedicou Costa Ramalho estudos que se prolongaram por décadas e descortinou

---

[44] Pina Martins, J. V., Cultura italiana, Lisboa, Verbo, 1971, pp. 123-150 ("O dolce stil nuovo, o Petrarquismo e alguns dos seus poetas").

[45] Cf. Nascimento, A. A., "Nova idade, nova linguagem: entre afecto e alto desempenho de funções, a palavra no séc. XV português", in Humanismo para o nosso tempo — *Homenagem a Luís de Sousa Rebelo*, ed. Aires A. Nascimento et alii, Lisboa, 2004, pp. 33-57.

figuras que fizeram parte do seu círculo: Pedro de Meneses, futuro Marquês de Vila-Real, Dona Leonor de Noronha, Maria Freire de Andrade, João Rodrigues de Sá de Meneses, entre outros, como D. Teodósio de Bragança (que aprendeu grego com Diogo Sigeio, toledano, pai de Luísa Sigeia).

Escreveu Costa Ramalho que Cataldo de forma alguma podia ombrear com a excepcionalidade do *saber* e da *poesia* de outros, muito menos de André de Resende, mas ultrapassou quanto se poderia esperar de quem fora chamado para *orator* e *scriptor ab epistolis* do rei e desempenhou as funções de pedagogo da corte. Discretamente, sem alardes, porque não lhe competia agitar os tempos que corriam fagueiros, entendeu ele o que estava em causa no desígnio de uma nação que se abrira à aventura do mar; com fidelidade à sua nova pátria, firmado na *dignitas litterarum*; secundou dois soberanos com o seu saber: não era personalidade que deslumbrasse, mas teve o condão de se manter na mediania que lhe convinha e no serviço que lhe fora destinado; procurou mecenas, porque tinha de viver com aquilo que deles recebia, e serviu a cultura que ajudou a construir — semeando o que outros tomavam em mãos.

10. Não se limitou A. Costa Ramalho a erguer o seu eleito nem abandonaria alguma vez a lição genuína dos textos gregos e latinos (de onde retirou saborosas e pertinentes lições que fez circular por lídimas traduções de obras de Aristófanes e de Luciano). Fixou-se sobretudo em apontar figuras emblemáticas do Renascimento português, mas não lhe faltaram outros méritos.

Foi ele também académico dedicado à instituição universitária. A experiência ganha no serviço público levou-o a aceitar o cargo de Director da Faculdade de Letras de Coimbra, primeiro, como interino (de 21 de Janeiro de 1969 a 30 de Abril de 1969) e, depois, como Director efectivo desde 17 de Março de 1970 até 1974. Foram tempos atribulados com dificuldades maiores para a própria instituição, mas não lhe faltou ânimo para servir o que lhe parecia ser o bem da comunidade universitária.

Experimentou também os dissabores dessa dedicação. No seguimento da revolução de Abril de 1974, por conselho de pessoa que vivia a seu lado, acedeu a afastar-se das funções que tinha na sua universidade de origem e rumou a outras paragens.

Longe, porém, de se despedir do ensino e da investigação, aceitou convite para ensinar em instituições brasileiras e aí honrou as Humanidades clássicas, alargando o raio de acção e continuando a dedicar-se a figuras do Humanismo Português: foi assim que se ocupou do jesuíta José Anchieta, que também passou por Coimbra e escreveu um poema latino sobre as gestas de Mem de Sá[46]; nesses estudos soube rodear-se de investigadores que encontrou no Brasil e aí formou também colaboradores para se dedicarem a fontes latinas de interesse para a cultura luso-brasileira: nesse trabalho teve como colaborador de mérito Sebastião Tavares de Pinho[47], que pertenceu também a esta Academia das Ciências e foi roubado ao nosso convívio quando regressava de homenagem a José V. de Pina Martins: por circunstâncias, que, por inesperadas, nos deixaram atónitos e nos impediram de chorarmos a sua partida, faltou-lhe o elogio que lhe era devido e já estava programado quando tomasse posse da cadeira académica que lhe estava destinada, a de Raul Miguel Rosado Fernandes.



[46] Anchieta, J., De rebus gestis Mendi de Saa, introd., versão e notas do Pe. Armando Cardoso, S.J., São Paulo, Loyola, 1986; Américo da Costa Ramalho, "O Inferno no De Gestis Mendi de Saa de Anchieta", in *Para a História do Humanismo* em Portugal, I, Coimbra, INIC, 1988, pp. 163-171.

[47] Pinho, S. T., "Comparações homéricas no poema De Gestis Mendi de Saa de José de Anchieta" in Humanismo em Portugal. Estudos II, Lisboa, INCM, 2006, pp. 195-206.

Voltando à Academia das Ciências de Lisboa, Américo da Costa Ramalho a ela continuou a dar o seu saber ao longo de anos. Com razão lhe prestamos homenagem tão comovida como sincera e respeitosa por tudo quanto lhe devemos.

Pessoalmente, guardo por ele a veneração de sempre: institucionalmente, prezo-me de o ter como patrono na cadeira que fui chamado a honrar ao suceder-lhe na cadeira n.º 17 da Classe de Letras.

Não era efusivo e exuberante, mas, na *grauitas* que sabia cultivar, sobretudo depois de experimentar as desilusões da vida, guardava a *dignitas* e era acolhedor e convivial; não era de aço e não escondia os afectos: a estes moderava-os pela *caritas* que se estendia em φιλία universitária, que não conhecia limites e acolhia afavelmente quem a ele recorria.

Gratos lhe estamos por tudo quanto nos deu e pelos saberes com que nos instruiu: dele recebi livros com dedicatória simples, mas calorosa e motivada; teve também a amabilidade de me pedir os livros que saíram das minhas mãos e julgou interessarem-lhe: nas suas mãos coloquei o *Livro de Arautos* e lhe dediquei ensaio que retomava o tema do encontro de Portugal com a Europa ao tempo do Humanismo a renascer[48]; por último, entreguei-lhe em mão o estudo da obra que mais directamente teria a ver com humanista português, Damião de Góis, com o seu elogio de Lisboa: ele agradeceu-mo efusivamente[49]. Começava a faltar-lhe a vista para a leitura, mas mantinha viva a memória que lhe trazia a recordação de tempos vividos em comum.

Recordemos, enfim, a entrada de Américo da Costa Ramalho na Academia das Ciências de Lisboa: eram ainda anos primaveris, pois contava apenas 34 anos de idade, mas vinha já coroado de méritos. Continuou a somá-los, em dedicação intensa, tanto quanto lhe consentiam as distâncias à sua Escola de origem onde ministrava o seu ensino: nas vindas regulares à Academia

[48] Nascimento, A. A., Livro de Arautos (De Ministerio Armorum - Manchester, John Rylands Library, ms 28) — edição crítica, tradução e estudo codicológico e literário, Lisboa, 1977; Idem, "No limiar do Humanismo Renascentista: Um texto para a Europa no início do séc. XV — O livro de Arautos", in *Miscelânea de Estudos em honra do Prof. A. Costa Ramalho*, Coimbra, 1992, 165-177. Do primeiro demos edição revista e alargada em Aires A. Nascimento, *Voltados à Europa: Livro de Arautos* — De ministerio armorum, Lisboa, Academia Portuguesa da História – Emel, 2017.

[49] Nascimento, A. A., Damião de Góis, Elogio da cidade de Lisboa — Vrbis Olisiponis Descriptio, Lisboa, Guimarães Editores, 2002 (introdução de Ilídio do Amaral).

das Ciências de Lisboa mantinha o fervor de sempre, com investigação contínua que dava a conhecer aos seus confrades.

Vergo-me perante a sua figura, na gravidade dos anos que foi acumulando e que nos merecia extrema confiança. Ao longo dos tempos vamo-nos albergando no manto que nos deitam aqueles que vão à nossa frente. Honro-me em seguir os passos por ele traçados e estou grato à Academia das Ciências de Lisboa por me ter designado para o lugar que nela ocupou Américo da Costa Ramalho.

(Saudação ao recipiendário proferida na sessão plenária pública de 28 de dezembro de 2015)

Índice

D. RODRIGO DA CUNHA, BISPO DO PORTO E ARCEBISPO DE BRAGA, DESCONHECIDO MECENAS DE LOPE DE VEGA?..... 7
José Adriano de Freitas Carvalho

AUSTERIDADE E CRESCIMENTO NA EURO-CRISE 27
Paulo de Pitta e Cunha†

A COROA E A NOBREZA. REFLEXÕES EM TORNO DA CONQUISTA DE CEUTA..... 39
José Augusto de Sottomayor-Pizarro

O DESÍGNIO DE INTERVENÇÃO SOCIAL DE ORPHEU E O SENTIDO DA INCLUSÃO DE ÂNGELO DE LIMA..... 51
Manuel Viegas Abreu

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ACTA DO PRÉMIO "ANTERO DE QUENTAL" (1934) DESAPARECIDA DURANTE OITENTA ANOS 67
Artur Anselmo

"O PÓ DO ESPÓLIO" DE JOSÉ PACHEKO 77
Guilherme d'Oliveira Martins

RECORDANDO KARL R. POPPER (1902-1994), 20 ANOS APÓS A SUA MORTE: A SOCIEDADE ABERTA E OS SEUS INIMIGOS REVISITADA 83
João Carlos Espada

A POLÍTICA ARTÍSTICA DE D. TEOTÓNIO DE BRAGANÇA, ARCEBISPO DE ÉVORA (1578–1602) 101
Vitor Serrão

A UNIÃO MONETÁRIA E O DILEMA DA SAÍDA DA CRISE 125
Paulo de Pitta e Cunha†

RAMALHO NA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS 135
Artur Anselmo

VENCIDOS DA VIDA OU VENCEDORES? 147
Por Guilherme d'Oliveira Martins

DOIS CONTINENTES E O MESMO INSTRUMENTO DE PODER: A IMPRENSA RÉGIA 153
Artur Anselmo

OS MONÁRQUICOS E A GUERRA 157
Manuel Braga da Cruz

LETRAS E ALGUMAS ARTES DA GRANDE GUERRA 191
José-Augusto França†

EVOCAÇÃO DE SOUSA VITERBO NO CENTENÁRIO DA PUBLICAÇÃO DE A LITTERATURA HESPANHOLA EM PORTUGAL 201
Adriano Freitas Carvalho

ELOGIO HISTÓRICO DE PEDRO PITTA 217
Adriano Moreira†

SAUDAÇÃO A ADRIANO MOREIRA 223
Pedro Soares Martínez†

ELOGIO DO ACADÉMICO DAVID MOURÃO-FERREIRA 233
Fernando Cristóvão

SAUDAÇÃO A FERNANDO CRISTÓVÃO..... 241
Artur Anselmo

ELOGIO HISTÓRICO DE ANTÓNIO ARMANDO GONÇALVES PEREIRA (1901–1983) 245
José Luís Cardoso

SAUDAÇÃO A JOSÉ LUÍS CARDOSO 257
Jorge Braga de Macedo

ELOGIO HISTÓRICO DE URBANO TAVARES RODRIGUES 269
Teresa Rita Lopes

ELOGIO HISTÓRICO DE AMÉRICO DA COSTA RAMALHO 275
Aires Augusto Nascimento

Composto e impresso em Lisboa
na Gráfica 99, em 2023.
Dep. Legal: 61370/92